

Os contrastes do rural brasileiro

desafios e alternativas da agricultura familiar
diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar

Sônia de Souza Mendonça Menezes
Flamarion Dutra Alves

Organizadores



CONSELHO EDITORIAL CRIAÇÃO EDITORA

Ana Maria de Menezes

Fábio Alves dos Santos

Gilvan Rodrigues dos Santos

Jorge Carvalho do Nascimento

José Afonso do Nascimento

José Eduardo Franco

Justino Alves Lima

Luiz Eduardo Oliveira Menezes

Martin Hadsell do Nascimento

Rita de Cácia Santos Souza

Os contrastes do rural brasileiro

Os contrastes do rural brasileiro

**desafios e alternativas da agricultura familiar
diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar**

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Flamarion Dutra Alves

Organizadores



Criação Editora

Aracaju, 2024

Copyright © 2024 by Organizadoras

O rigor e a exatidão do conteúdo publicado
são da responsabilidade exclusiva de seu autor.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Diagramação
Adilma Menezes

Capa (ilustração):
Paulo Vitor Lemos Ferreira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-5/2059

C764 Os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar / Organizadoras: Sônia de Souza Mendonça Menezes e Flamarion Dutra Alves. - Aracaju: Criação Editora, 2024.
344 p
E-Book: 2 Mb; PDF
ISBN 978-85-8413-590-5
doi.org/10.62665/cried-978-85-8413-590-5

1. Agricultura familiar. 2. Agronegócio. 3. Crise alimentar. I. Menezes, Sônia de Souza Mendonça (Org.) II. Alves, Flamarion Dutra (Org.) III. Título.

CDU: 631(81)

Esta obra recebeu apoio da Capes

AGRADECIMENTO

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos recursos financeiros aprovado no Edital PAEP-Programa de Apoio a Eventos no País Edital 2024 Projeto 20243055260P para realização do VIII ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE ESTUDOS AGRÁRIOS: Pesquisa e extensão em rede: o protagonismo da agricultura familiar em tempos de crise climática e alimentar ocorrido de 17 a 20 DE SETEMBRO DE 2024 na Universidade Federal de Sergipe. Tal recurso viabilizou esta publicação.

Sinceros agradecimentos aos autores que tão prontamente, e, com entusiasmo, aceitaram nosso convite para compartilhar suas ideias e reflexões sobre os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar. Cabe a eles o mérito de conseguirmos lhes brindar com uma pujante coletânea.

Nossa gratidão a Profa Dra Vera Lúcia Salazar Pessôa que nos presenteia com um prefácio que nos instiga e convida a reflexão diante de os contrastes do rural brasileiro: desafios do avanço do agronegócio e da crise alimentar na contemporaneidade!!!

APRESENTAÇÃO

A coletânea aqui apresentada reúne dezessete artigos oriundos de pesquisas e reflexões teóricas realizadas no âmbito das universidades que abrangem diferentes recortes do território nacional, com enfoques, escalas e perspectivas distintas acerca dos contrastes do rural brasileiro. Os artigos pautam-se nos desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar, debate imprescindível ante a persistência da (in)segurança alimentar nutricional, configurada como um dos entraves promovidos pela expansão das diversas monoculturas. Por outro lado, são apresentados estudos que conformam a resistência dos alimentos tradicionais, as alternativas criadas diante da crise alimentar e a multifuncionalidade da agricultura familiar como estratégia do desenvolvimento rural.

Este livro origina-se a partir das discussões realizadas no IX Encontro Nacional da Rede de Estudos Agrários, realizado entre os dias 17 e 20 de setembro de 2024 em São Cristóvão-Sergipe, na Universidade Federal de Sergipe.

Em face dessa conjuntura, segmenta-se o debate em quatro partes: 1. REA: Conformação e contribuições da Rede de Estudos Agrários; 2. A produção e o reconhecimento dos alimentos e das demandas nos espaço urbanos; 3. O avanço do agronegócio no espaço rural; e 4. multifuncionalidade da agricultura familiar.

Na primeira parte, no artigo *Rede de pesquisa: espaço de intercâmbio e diálogo para o estímulo à pesquisa e extensão*, a autora Darlene Aparecida Oliveira Ferreira revisa a trajetória da Rede de Estudos Agrário (REA), ou seja, a história da rede construída por pesquisadores em diferentes níveis e com uma diversidade intelectual que reflete experiências de pesquisa nos distintos “rurais” do Brasil, buscando, de um lado, uma leitura crítica da realidade e, por outro, propor metodologias inovadoras.

Na segunda parte, os artigos apresentam reflexões sobre os alimentos tradicionais e a discussão a respeito de políticas alimentares urbanas e as cozinhas solidárias. No artigo intitulado: *Qualidade e valorização de alimentos tradicionais no contexto brasileiro: um debate que segue em aberto*, as autoras Fabiana Thomé da Cruz e Renata Menasche retomam o debate a respeito da qualidade dos alimentos discutindo questões pertinentes ao atual sistema agroalimentar à luz do contexto brasileiro.

No segundo artigo desta seção *A alimentação no planejamento urbano de Curitiba/PR*, as autoras Nathalie Vieira Lucion e Catia Grisa têm como propósito compreender a incorporação da alimentação em instrumentos de planejamento urbano em Curitiba. Por meio de pesquisa documental, são analisados seis instrumentos de planejamento publicados entre 1943 e 2015, de modo a verificar como cada um destes aborda as problemáticas e soluções que envolvem questões alimentares.

No artigo intitulado *A agricultura familiar camponesa e os desafios na produção e consumo de alimentos: a experiência das cozinhas solidárias*, as autoras Sandi Xavier Mancilia e Giancarla Salamoni elucidam o protagonismo da agricultura familiar camponesa nas ações de solidariedade. Esse protagonismo se dá mediante as políticas públicas (PAA) para abastecimento das cozinhas solidárias no espaço urbano, o que garante o acesso aos alimentos às populações em algum estado de vulnerabilidade social e econômica.

O artigo *La calidad en la producción de café: una oportunidad para la agricultura familiar en Costa Rica*, elaborado por Lilliam Quirós Arias, prioriza o debate acerca do legado histórico, cultural, econômico e político da cafeicultura para a Costa Rica. Muitas famílias costa-riquenhas se dedicam e dependem diretamente da produção de café. A vinculação aos mercados internacionais possibilitou a valorização da atividade, reconfigurou a paisagem rural e fortaleceu as cidades, de modo que hoje o café conforma uma identidade nacional.

Aline Bastos Mendes e Juliana Cristina Franz descrevem no artigo *Alegria se escreve com “t”: a tradição do preparo e consumo da aletria na Ilha dos Marinheiros/RS*. As autoras apontam a importância desse alimento tradicional na formação identitária e cultural dos habitantes da Ilha dos Marinheiros, bem como o compartilhamento dessas receitas entre grupos de mulheres, salientando a questão do gênero na preparação de alimentos.

O artigo *De mãe para filha: saberes, ressignificações e protagonismo feminino na elaboração do queijo coalho em Alagoas*, organizado por José Natan Gonçalves da Silva, aborda as dimensões artesanais intrínsecas à elaboração do queijo coalho caseiro em Alagoas, marcada pela conservação do saber-fazer artesanal, mas da qual emergem processos de reinvenção na atividade exercida prioritariamente pelas mulheres.

A terceira parte, intitulada *O avanço do agronegócio no espaço rural*, é iniciada com o artigo *Do café à tangerina: A influência da agricultura*

moderna e do agronegócio em pequenas cidades do Sul de Minas, elaborado por Deilson Alves Dias, Guilherme Guiari Silva Correia e Flamarion Dutra Alves. Os autores analisam as continuidades e rupturas presentes em dois municípios com diferentes especializações produtivas, buscando entender como o agronegócio e a agricultura moderna influenciam na produção do espaço dessas pequenas cidades.

Na sequência, o artigo *Espraia a mercadoria cana-de-açúcar e arrefece o cultivo dos alimentos: desafios da escassez de terra na comunidade quilombola Patioba, Japaratinga/SE*, as autoras Arlane dos Santos Lima e Sônia de Souza Mendonça Menezes abordam os entraves socioterritoriais vivenciados pela comunidade Patioba e a necessidade premente da titulação das terras para garantir o território para o trabalho, a permanência e o fortalecimento da agricultura familiar, o que contribuirá sobremaneira para o alcance e manutenção da soberania e segurança alimentar nutricional.

O terceiro artigo desta seção, intitulado *A reconfiguração territorial da produção de arroz no Rio Grande do Sul: o avanço da soja em Rio Grande/RS e Santa Vitória do Palmar/RS*, tem como autores Vagner Eslabão Bandeira e Maiara Tavares Sodré, os quais analisam a expansão do território da soja sobre as áreas tradicionais na produção de arroz. O avanço da sojicultura gera grandes impactos econômicos e sociais, tendo em vista a relevância do arroz para a alimentação.

O artigo que encerra a segunda seção tem como título *Agricultura familiar, agronegócio e fechamento de escolas rurais no município de Alfenas*. Os autores Laryssa Lucas Campos Micheline, Abigail Bruna da Cruz, Wender da Silva Vitor e Ana Rute do Vale revelam como o avanço do agronegócio pode impactar no processo de êxodo rural e também causar o fechamento das escolas rurais no município de Alfenas.

A quarta parte, *Multifuncionalidade da agricultura familiar*, é iniciada com o artigo *Agricultura familiar e o trabalho feminino: uma experiência do cooperativismo no Recôncavo da Bahia*, em que as autoras Ana Claudia Conceição Bastos e Maria Lúcia da Silva Sodré abordam o modo como as mulheres do grupo produtivo de Macaúbas, vinculadas à COOPEMAFS, realizam a gestão das atividades produtivas e os desafios por elas enfrentados no âmbito da produção e do mercado.

Na sequência, no artigo *O campo em transformação: multifuncionalidade e turismo rural no Roteiro do Vinho de São Roque-SP*, Tamires Regina Rocha, Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol e Alan da Silva Vinhaes analisam

o turismo rural como uma estratégia de reprodução social e econômica para os agricultores situados no Roteiro do Vinho de São Roque-SP.

Em seguida, Matheus Sanaiotti Marconi, no artigo *Desenvolvimento rural e dinâmica populacional: um panorama da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) a partir da aplicação metodológica do IDR*, analisa as dinâmicas de desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), o qual prioriza os elementos rurais e considera também em sua construção práticas e processos socioespaciais para além do recorte produtivo.

No artigo *Geografia e ruralidade: análise bibliográfica da produção do conhecimento geográfico sobre o conceito*, os autores Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira e Anderson Ferreira Aquino apresentam uma análise bibliográfica deste conceito e investigam a sua utilização no conjunto de estudos e pesquisas produzidos pela Geografia brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI.

O artigo *Major Prates e a “Feirinha do Major”: centro polarizador e dispersor das relações entre o urbano e o rural regional*, dos autores Ana Ivania Alves Fonseca, Marcela Alves Fonseca, Cássio Alexandre da Silva, Vivian Mendes Hermano e Priscilla Caires Santana Afonso, apresenta o bairro Major Prates como um dos centros polarizadores da região geográfica imediata de Montes Claros.

Encerra a publicação o artigo *Possibilidades agroecológicas para a Cannabis: perspectivas sobre relatos de cultivadores brasileiros*, dos autores Rafael Follmann dos Santos e Celbo Antonio Fonseca Rosas. O artigo contextualiza a complexidade da Cannabis sob a perspectiva biogeográfica, apresenta os desafios associados à realização da agroecologia e identifica práticas agroecológicas e orgânicas para a Cannabis a partir de relatos de cultivadores brasileiros.

A organizadora e o organizador da presente obra convidam leitores e leitoras a refletir sobre as distintas temáticas elencadas no conjunto da obra que tem como escopo as contradições do espaço rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar. Os textos pretendem, com esta escrita coletiva, instigar o leitor com discussões relevantes sobre as citadas temáticas na contemporaneidade. Este livro é uma contribuição ao debate sobre o avanço do agronegócio e suas implicações na vida, tais como as diferenciações territoriais, que são agravadas com a presença das monoculturas, e o esvaziamento populacional

no campo. Por outro lado, é relevante apresentar as alternativas criadas pela agricultura familiar no enfrentamento dos desafios para sua reprodução social, evidenciando as estratégias e ações adotadas para a agricultura familiar, pois a diversidade e segurança alimentar depende dessa categoria social.

Desejamos uma boa leitura!

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Flamarion Dutra Alves

PREFÁCIO

“A tradição camponesa, que por um momento parecia ter uma condição negativa, face ao saber universal, renovado pela aplicação da ciência e de novas tecnologias, torna-se, neste novo contexto, uma qualidade positiva. O agricultor familiar se apresenta, neste pacto, como aquele que conhece de modo especial e detalhado a terra, as plantas e os animais que são seus, que, por esta razão, se sente comprometido com o respeito e a preservação da natureza” (Maria de Nazareth Baudel Wanderley. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, 2009, p.195)”.

A publicação intitulada *Os contrastes do rural brasileiro: desafios e alternativas da agricultura familiar diante do avanço do agronegócio e da crise alimentar* reúne temas fundantes vinculados às transformações no campo brasileiro ocasionadas pelo avanço do agronegócio, que apregoa aumento da produção e produtividade e concomitantemente provoca o aumento da fome nos espaços rural e urbano. Em meio a esse cenário a agricultura familiar que, ao longo do processo histórico, sempre manteve um lugar significativo no contexto do desenvolvimento econômico dos países por ser supridora de alimentos para a população, se destaca igualmente pelo caráter multifuncional: contribui para a segurança alimentar nutricional, visto que, a (in)segurança alimentar é uma preocupação no contexto atual, e ainda desempenha a função ambiental, econômica e social.

Esta obra apresenta discussões teóricas e resultados de pesquisas, e transpõe importantes interlocuções com autores vinculados a outras ciências encadeadas com as discussões geográficas. A interdisciplinaridade diante da formação dos autores reitera que não há fronteiras para a expansão do conhecimento. Além disso, são essenciais e promissoras para enfrentar, juntamente com os agricultores familiares e os movimentos sociais, os desafios postos no espaço rural brasileiro. Nessa direção, cabe-nos ressaltar o conhecimento produzido com pesquisas oriundas dos Núcleos de Estudos, Grupos de Pesquisas e as Redes de Pesquisas nas Instituições de Ensino Superior.

Na Geografia, esta contribuição para a produção de novas referências em níveis local, regional e nacional vem se fortalecendo com a realização das pesquisas. Este objetivo corrobora a proposta dos autores com as reflexões

expostas nas quatro partes da publicação. Inicialmente é apresentada a conformação e contribuição da Rede de Estudos Agrários, a qual tem tido expansão nas diferentes regiões geográficas e instituições de ensino abordando distintas investigações que têm como centralidade a Agricultura Familiar. Em sequência evidenciam-se a produção e o reconhecimento dos alimentos tradicionais, assim como as carências e demandas dos alimentos nos espaços urbanos, o que denota a importância da relação campo-cidade. Na terceira parte são evidenciados os desafios enfrentados com o avanço do agronegócio no espaço rural, e por fim é enfatizada a multifuncionalidade da agricultura familiar.

Os capítulos do livro, que se destacam pela postura crítica e pelo compromisso social dos autores, contribuem para a construção de conhecimento na área com base no referencial teórico, somado às referências usadas, e na abordagem qualitativa e quantitativa da pesquisa.

Para mim, foi um prazer aceitar o convite da Rede de Estudos Agrários (REA) para fazer o prefácio do livro por duas razões significativas: 1) pelos laços de amizade que me unem ao grupo, construídos durante os Encontros de Geografia Agrária e de Grupos de Pesquisas; e 2) por aprender com a leitura da obra pela excelente qualidade dos trabalhos, o que demonstra que, mesmo com muita luta, a agricultura familiar, a agricultura dos sujeitos da terra de trabalho tem presença no espaço rural brasileiro e se reinventa buscando alternativas para sua visibilidade nos territórios de luta. A leitura permite posicionamentos críticos sobre as condições presentes no agro brasileiro.

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Professora Titular/Ex-Professora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia: UFU/UFS/UFCAT/UnB/UEG/ Cidade de Goiás.

Verão 2024

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
PREFÁCIO	11
PARTE 01 - REA: CONFORMAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DA REDE DE ESTUDOS AGRÁRIOS Rede de pesquisa: espaço de intercâmbio e diálogo para o estímulo à pesquisa e extensão.....	16
<i>Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira</i>	
PARTE 02 - A PRODUÇÃO E O RECONHECIMENTO DOS ALIMENTOS E DAS DEMANDAS NOS ESPAÇO URBANOS Qualidade e valorização de alimentos tradicionais no contexto brasileiro: um debate que segue em aberto.....	29
<i>Fabiana Thomé da Cruz; Renata Menasche</i>	
A Alimentação no planejamento urbano de Curitiba/PR.....	52
<i>Nathalie Vieira Lucion; Catia Grisa</i>	
A agricultura familiar camponesa e os desafios na produção e consumo de alimentos: a experiência das cozinhas solidárias	77
<i>Sandi Xavier Mancilia; Giancarla Salamoni</i>	
La calidad en la producción de café una oportunidad para la agricultura familiar en Costa Rica.....	94
<i>Lilliam Quirós Arias</i>	
Alegria se escreve com “t”: A tradição do preparo e consumo da aletria na Ilha dos Marinheiros/RS.....	115
<i>Aline Bastos Mendes; Juliana Cristina Franz</i>	
“De mãe para filha”: saberes, ressignificações e protagonismo feminino na elaboração do queijo coalho em Alagoas	130
<i>José Natan Gonçalves da Silva</i>	
PARTE 03 - O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO ESPAÇO RURAL Do café a tangerina: a influência da agricultura moderna e do agronegócio em pequenas cidades do Sul de Minas.....	151
<i>Deilson Alves Dias; Guilherme Guiari Silva Correia; Flamarion Dutra Alves</i>	

Espraia a mercadoria cana-de-açúcar e arrefece o cultivo dos alimentos: desafios da escassez de terra na comunidade quilombola Patioba, Japaratuba/SE 173
Arlane Santos de Lima; Sônia de Souza Mendonça Menezes

A reconfiguração territorial da produção de arroz no Rio Grande do Sul: o avanço da soja em Rio Grande/RS e Santa Vitória do Palmar/RS..... 194
Vagner Eslabão Bandeira; Maiara Tavares Sodré

Agricultura familiar, agronegócio e fechamento de escolas rurais no município de Alfenas.....210
Laryssa Lucas Campos Micheline; Abigail Bruna da Cruz; Wender da Silva Vitor; Ana Rute do Vale

PARTE 04 - MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR

Agricultura familiar e o trabalho feminino: uma experiência do cooperativismo no Recôncavo da Bahia.....228
Ana Claudia Conceição Bastos; Maria Lúcia da Silva Sodré

O campo em transformação: multifuncionalidade e turismo rural no Roteiro do Vinho de São Roque-SP 242
Tamires Regina Rocha; Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes

Desenvolvimento rural e dinâmica populacional: um panorama da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) a partir da aplicação metodológica do IDR.....262
Matheus Sanaïotti Marconi

Geografia e ruralidade: análise bibliográfica da produção do conhecimento geográfico sobre o conceito 280
Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira; Anderson Ferreira Aquino

Major Prates e a “Feirinha do Major”: centro polarizador e dispersor das relações entre o urbano e o rural regional298
Ana Ivania Alves Fonseca; Marcela Alves Fonseca Cássio Alexandre da Silva; Vivian Mendes Hermano Priscilla Caires Santana Afonso

Possibilidades agroecológicas para a cannabis: perspectivas sobre relatos de cultivadores brasileiros..... 314
Rafael Follmann dos Santos; Celbo Antonio Fonseca Rosas

AUTORES 336

PARTE 01

REA: CONFORMAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES DA REDE DE ESTUDOS AGRÁRIOS



REDE DE PESQUISA: ESPAÇO DE INTERCÂMBIO E DIÁLOGO PARA O ESTÍMULO À PESQUISA E EXTENSÃO¹

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Ao iniciar as atividades do VIII ENREA - Encontro da Rede de Estudos Agrários, um momento de balanço e revisão de nossa trajetória assinala que o REA já tem uma história. Essa história, construída por pesquisadores em diferentes níveis e com uma diversidade intelectual, reflete experiências de pesquisa nos distintos “rurais”² do Brasil, buscando, de um lado, uma leitura crítica da realidade e, por outro, propor metodologias inovadoras.

Para iniciar, recupero um excerto da exposição realizada pela Profa. Dra. Maria do Carmo Corrêa Galvão (*in memoriam*), docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante a realização do IX ENGA - Encontro Nacional de Geografia Agrária, em 1988, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis-SC, ao participar da mesa redonda “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária” ela nos chama a atenção para o valor acadêmico e social de uma reunião científica, como essa da qual ora participamos.

A realização de uma reunião científica traz consigo indagações e questionamentos, tão mais intensos e profundos quanto mais internalizada a percepção de seu significado como instrumento de aferição, estímulo e avanço do conhecimento, e como canal de revigoração da prática social a que a ciência se propõe.

Define-se nesse contexto um comprometimento da comunidade científica com a sociedade, no sentido de [buscar] seus anseios, identificar e compreender as bases e a dinâmica de seus problemas, participar da formulação e implementação de soluções pertinentes. O atropelo do cotidiano ou o torvelinho dos próprios congressos

¹ Texto elaborado a partir de apresentação na Mesa Redonda: *Trajetórias de Pesquisa e extensão: a contribuição da REA*, durante do VIII ENREA – Encontro da Rede de Estudos Agrários em setembro de 2024.

² Rurais é o termo utilizado pela Prof^a. Giancarla Salamoni, objetivando destacar a diversidade da realidade rural brasileira.

pode desviar, bloquear ou dar relevo a preocupação por essa questão. Não há, porém, como permitir que sob qualquer pretexto se perca de vista o “sentido maior” de que se reveste uma reunião em ciência, pondo em risco seu próprio desenvolvimento, com o que também se esvai sua credibilidade junto à sociedade - de per si já tão desesperançada e cética.

[Nesse Encontro do REA], convém trazer a discussão essas questões como primeiro ponto de nossa reflexão, no sentido de se repensar o valor intrínseco de nosso trabalho e o significado de seu rebatimento no plano social.

Uma tal reflexão nos leva a rever o caminho até aqui percorrido, não apenas como forma de avaliação do desempenho e do amadurecimento alcançado pela [Rede], mas, sobretudo, como esforço de questionamento e de identificação dos novos desafios a [ela] impostos pela realidade social, e que balizam nossa responsabilidade profissional. (Galvão, 1988, p. 1).

Do aceno de Galvão para o compromisso científico com os desafios da realidade social, resgatamos a nossa constituição como rede de pesquisa. As reuniões da rede têm uma história que começa em 2010, quando em uma conversa com a Profa. Giancarla Salamoni propus a ela que aproximássemos nossos grupos de estudos e buscássemos a construção de um trabalho acadêmico em rede.

Já ao longo da década de 90 do Século XX, a reunião de pesquisadores em grupos, núcleos, laboratórios de pesquisa dava à pesquisa acadêmica um sentido coletivo que, na década seguinte se amplia ainda mais e reúne pesquisadores em redes.

Na perspectiva do CNPq,

Redes de pesquisa visam **impulsionar a criação do conhecimento** e o **processo de inovação** resultantes do **intercâmbio de informações** e, sobretudo, da junção de **competências de grupos** que unem esforços na busca de **metas comuns**, podendo ou não haver compartilhamento de instalações (CNPq, 2024).

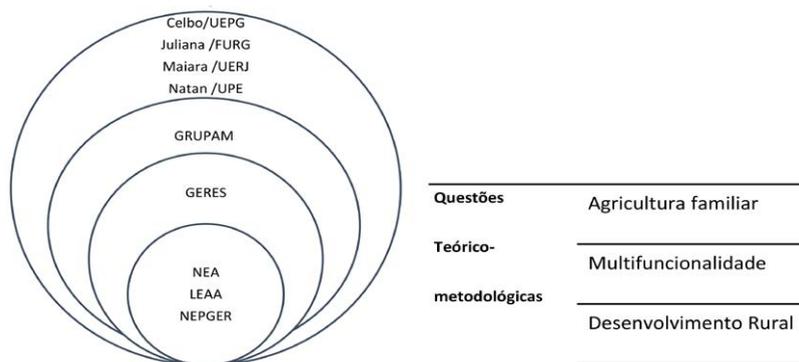
As redes de pesquisa são formatadas a partir de ciência e conhecimento científico que se ramificam em eixos temáticos, aliados às metodologias e às teorias que dão especificidade e identidade aos projetos, debates, pesquisas, publicações e eventos nas mais distintas áreas acadêmicas. As Redes de

Estudos são constituídas a partir de um investimento coletivo, agregando estudiosos das mais diferenciadas formações disciplinares e teóricas. Esses pesquisadores, interligados tematicamente em um dado campo de investigação, criam um espaço de reflexão.

O grupo do REA realiza estudos geográficos de distintas áreas do Brasil, tendo como foco a agricultura familiar, a multifuncionalidade do paisagem rural e o desenvolvimento rural. São professores, pesquisadores, discentes de graduação e pós-graduação que desenvolvem projetos de pesquisa, iniciação científica que resultam em trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de buscar a divulgação desse trabalho coletivo através de artigos científicos, capítulos de livros e livros.

A figuras 1 demonstra, progressivamente, como se deu a organização da rede, que incorporou novos grupos de pesquisa ao longo do tempo. Com nucleação na UNESP de Rio Claro a rede expandiu seus limites geográficos, aglutinando grupos com localizações regionais e espectros de realidades distintas, demarcando a diferenciação espacial do mundo rural brasileiro.

Figura 1 – Grupos e temáticas do REA



Org. Autora, 2024.

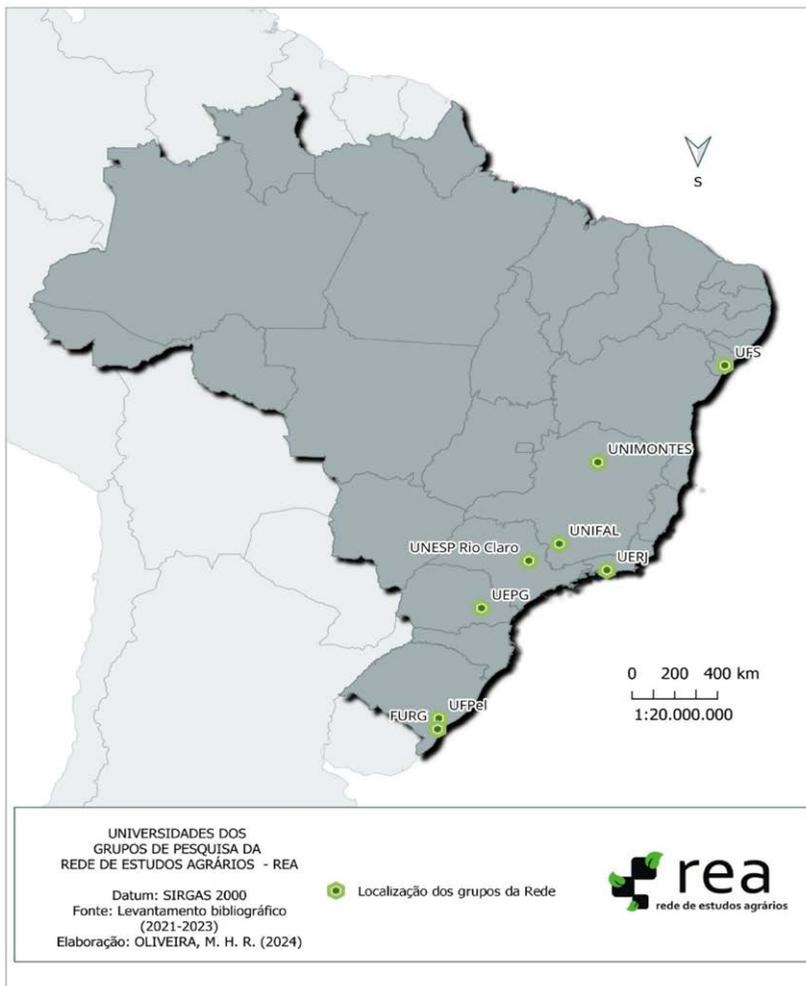
Ainda em 2010, a partir do diálogo com a Profa. Giancarla Salamoni, o Núcleo de Estudos Agrários (NEA) se articula com o Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPel) e, em seguida, com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural (NEPGeR/UNIMONTES) coordenado pela Profa. Dra. Ana Ivânia Alves Fonseca. Posteriormente, o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL) passa a compor o REA, com a presença da Profa. Dra. Ana Rute do Vale e Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves, e, em seguida, o Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações

Tradicionais (GRUPAM/UFS), coordenado pela Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

Neste ano, em 2024, o REA expande-se, aglutinando grupos de estudos atualmente coordenados por ex-membros discentes da Rede, agora professores de distintas Universidades Federais e Estaduais do país. São estes: Profa. Dra. Juliana Cristina Franz (FURG), Profa. Dra. Maiara Tavares Sodré (UERJ) e Prof. Dr. José Natan Gonçalves da Silva (UPE). Nessa expansão, soma-se, ainda, o convite ao Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas (UEPG). Assim se constitui a formação atual do REA.

A figura 2 localiza espacialmente as instituições de ensino superior, às quais estão vinculados os grupos de pesquisa pertencentes a Rede.

Figura 2 - Localização do Grupos da Rede



Com base na proposta de Corrêa (1996) podemos fazer uma analogia com uma rede geográfica, caracterizando a Rede de Estudos Agrários em suas dimensões organizacional, temporal e espacial. Na dimensão organizacional destacamos que sua origem, como já assinalado, foi na UNESP de Rio Claro onde, de forma espontânea, o NEA - Núcleo de Estudos Agrários centralizou, até o momento, a coordenação dos trabalhos desenvolvidos, não sendo formalizada e institucionalizada, mas reconhecida pelos Programas de Pós-Graduação e Instituições de Fomento com as quais mantém relações.

A natureza dos fluxos da Rede está baseada na troca entre pesquisadores, docentes e discentes que tomam decisões coletivamente, desenvolvem estudos locais, gerando dados e informações sobre distintas áreas, culturas, grupos sociais, tendo como foco a agricultura familiar, a multifuncionalidade da paisagem rural e o desenvolvimento rural. Sendo assim, a função da Rede é de articular estudos em contextos regionais, levantando, organizando e analisando informações e dados dos “rurais” no Brasil, tendo a finalidade de avançar na discussão teórico-metodológica da Geografia Agrária brasileira.

Com uma existência híbrida, real (realização das pesquisas e dos encontros, bem como, das produções científicas) e virtual (articulação cotidiana de pesquisadores em diferentes áreas geográficas), sua organicidade é complementar e solidária.

Na dimensão temporal podemos dizer que as atividades desenvolvidas pelo REA se dão de forma contínua, considerando-se a rotina de trabalho nos grupos de pesquisa e na dimensão espacial há uma escala imediata de produção do conhecimento do ponto de vista local-regional, mas que se projeta em escala nacional em função da articulação em rede. Se recorrermos à figura 2 novamente, podemos identificar que, espacialmente, a rede cobre em seus estudos três das grandes regiões brasileiras, incluindo realidades geográficas diversas.

Nosso objetivo aqui é retomar a história de uma rede de estudos que se desafiou ao trilhar caminhos, muitos ainda desconhecidos, na discussão teórica e conceitual da Geografia Agrária. E ao falarmos de História, fazemos uma passada pelo Tempo.

Tempo que pode ser analisado e considerado a partir de cinco vias ou perspectivas, conforme o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2018).

A primeira via é a **HERANÇA**, a qual representa o acúmulo de conhecimentos e formas que herdamos da geração geográfica que nos formou. O jeito de falar, as posturas, as teorias, a bibliografia e os autores,

tudo isso nós herdamos de Professores/Pesquisadores que começaram essa história. A figura 3 nos permite traçar nossas heranças intelectuais, que como dissemos estiveram nucleadas na UNESP de Rio Claro. Muitos dos líderes de grupos do REA formaram-se na escola de geografia rioclarenses ou tiveram alguma ligação com ela, através de seus orientadores. Além desse vínculo mais direto, as escolhas teóricas e temáticas também são heranças que, de alguma forma, transmitimos aos nossos interlocutores recentes, docentes ou discentes.

Figura 3 - A herança intelectual da REA



Organização: Núcleo de Estudos Agrários – NEA/UNESP Rio Claro, 2024.

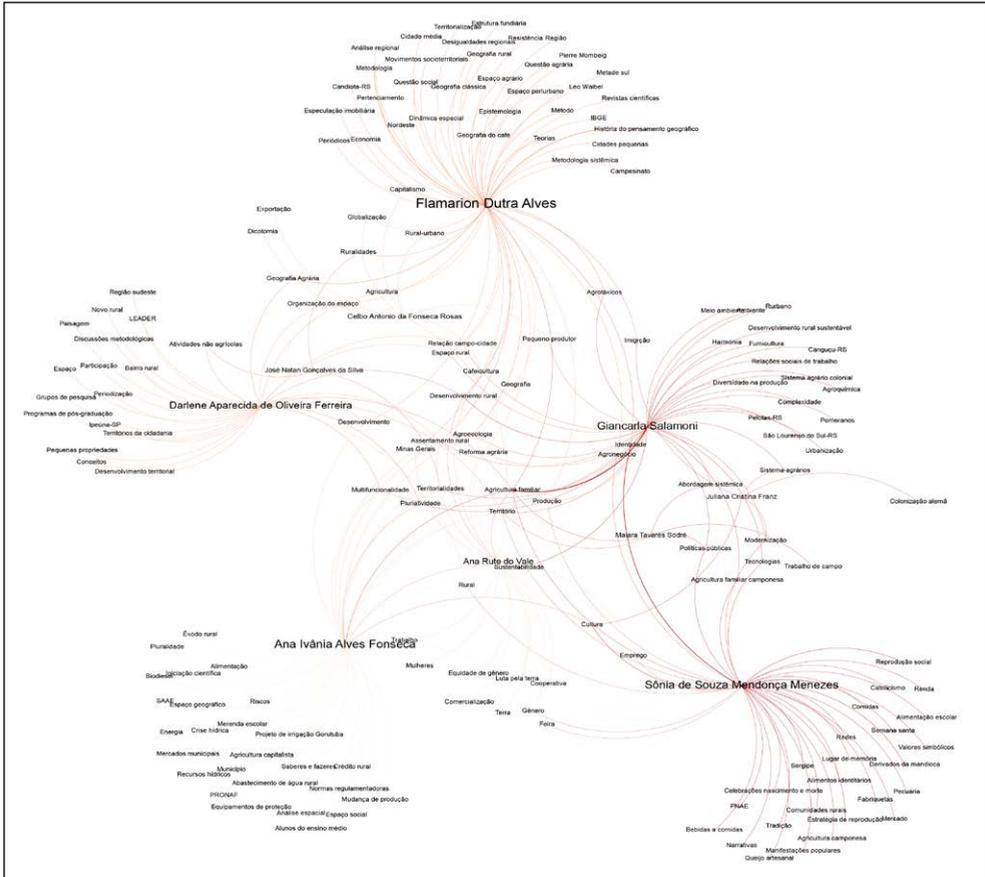
A segunda via de considerarmos a história é a **MEMÓRIA**, em que “... o passado está presente tanto no que escutamos, lemos, vemos em filmes, fotos e pinturas quanto nos objetos materiais em geral, que exibem aspectos conhecidos do passado.” (Corrêa, 2018, p. 41) A memória do REA já se concretiza em lembranças dos encontros presenciais e virtuais, dos trabalhos de campo, das comidas regionais, dos textos lidos coletivamente, dos debates. Mas, acima de tudo se materializa na produção acumulada e registrada em livros, aulas, encontros, conferências, videoaulas que contam a história/trajetória da rede.

A terceira via de consideração do tempo que aqui resgatamos diz respeito ao **PROJETO**. Foi através de um projeto ousado e muito promissor que a Rede se constituiu. Um projeto baseado em muito estudo, produção do conhecimento geográfico e debate acadêmico. Esse projeto reuniu bases teóricas e temáticas de pesquisa diversas, mas foi essa diversidade que tornou o GRUPO de docentes/pesquisadores forte e empenhado na construção dessa rede.

Devemos falar então de uma **INSCRIÇÃO** (a quarta via de consideração do tempo) no tempo e no espaço. Transformar-se em uma referência para outros grupos, trabalhando teorias, temas, linhas de pesquisa em diversas escalas espaciais, é um objetivo e um projeto audacioso, mas sempre presente e factível.

Ao longo dos últimos 20 anos, de 2001 a 2020, os líderes da rede, individualmente ou em coautoria, publicaram 87 trabalhos em periódicos nacionais. As figuras 4 e 5 apresentam a diversidade temática que de alguma forma caracterizam a Rede, apesar de centrarmos o nosso foco na agricultura familiar, a multifuncionalidade da paisagem rural e o desenvolvimento rural. É evidente que por termos os Grupos de Estudos distribuídos em distintas regiões há características locais específicas que estarão refletidas nos artigos publicados. O café, o trabalho feminino e as pequenas cidades no sul, a reforma agrária e a disputa hídrica no Norte de Minas Gerais; a agricultura familiar camponesa, a tradição e os sistemas agrários no Rio Grande do Sul; a cana de açúcar, a pequena propriedade e o espaço urbano-industrial em terras paulistas; as comunidades rurais e as manifestações populares acompanhadas pelas feiras regionais no sertão sergipano.

Figura 4 - Autores e temáticas publicadas pelos líderes do REA



Organização: Núcleo de Estudos Agrários – NEA/UNESP Rio Claro, 2024.

Figura 5 - Palavras-chave de artigos publicados por membros do REA

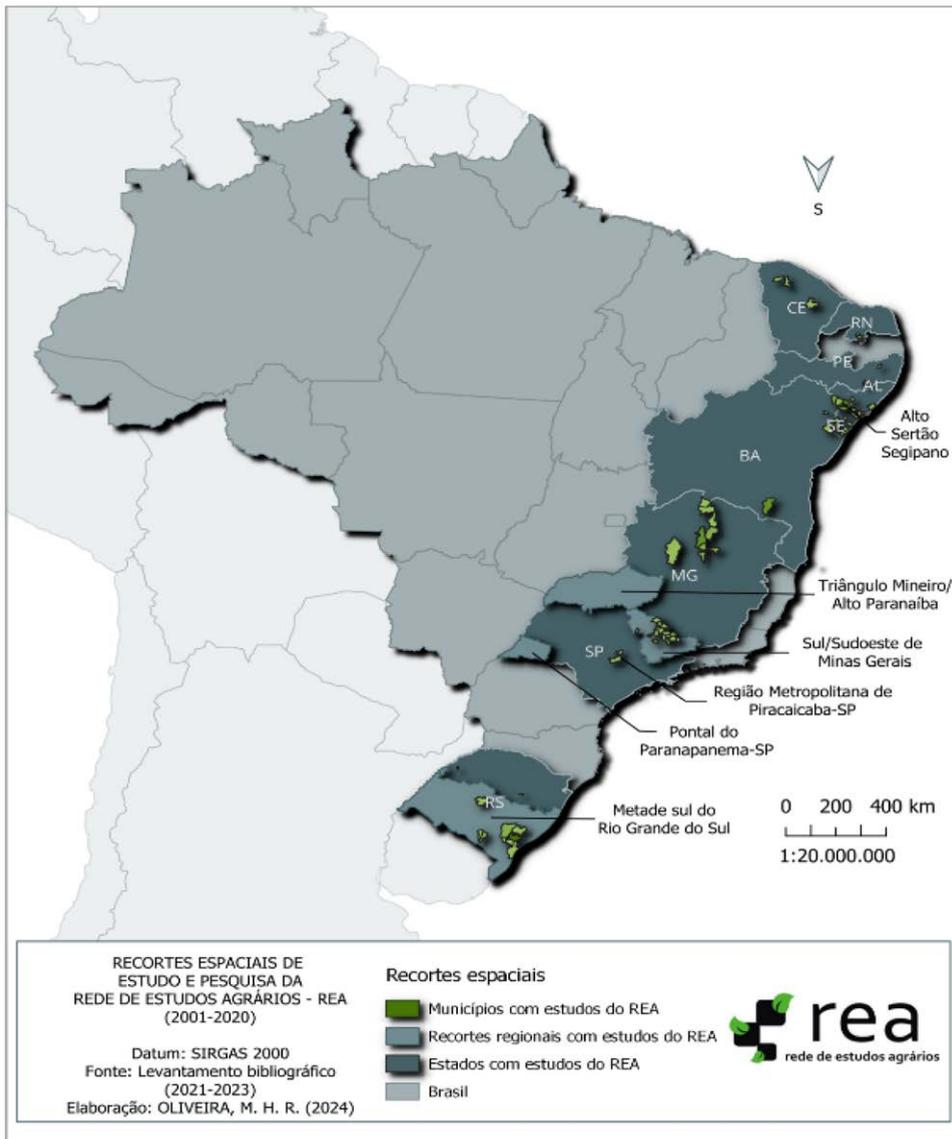


Organização: Núcleo de Estudos Agrários – NEA/UNESP Rio Claro, 2024.

São especificidades que se articulam conceitualmente e teoricamente através da leitura e debate de referenciais que dão à Rede de Estudos Agrários uma identidade, criando um espaço de reflexão e produção intelectual, análises e sistematização de tendências do que ocorre no campo brasileiro.

No contexto do território nacional, a figura 6 apresenta os recortes espaciais que são cobertos pelos estudos, até esse momento, desenvolvidos pelo REA.

Figura 6 - Recortes espaciais dos estudos do REA



Até aqui, ao apresentarmos a trajetória do REA, entendemos que se trata de uma sucessão de eventos, combinados no tempo e no espaço, que produziram conteúdos diversos e impregnados de pesquisa, debate, análises e, também, relações.

PRELÚDIO DO FUTURO DA REDE: PRINCÍPIOS DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO

Não cabe aqui refletirmos sobre o futuro do REA, mas a partir da experiência acumulada pensar no que vem pela frente. Sem a pretensão de estabelecer consensos, elencarei alguns princípios de orientação que já marcaram a institucionalização de outras redes de estudo e que, entendo, serem importantes para um trabalho posterior. Alguns deles já são atendidos, outros merecem reflexão.

Seguem os princípios:

- ter um caráter interinstitucional;
- envolver interessados com diferentes níveis de formação: estudantes em seus primeiros passos na pesquisa acadêmica e profissionais com experiência acadêmica;
- buscar associar as pesquisas e os pesquisadores da Rede na temática do mundo rural, sob o olhar geográfico, e organizar um grande projeto unificador. Nesse caso, avaliando se ainda permanecem os temas centrais aos estudos da Rede – agricultura familiar – multifuncionalidade – desenvolvimento rural;
- organizar e disponibilizar informações e dados levantados que resultaram das pesquisas desenvolvidas por cada grupo e no conjunto da rede de estudos. A criação de um banco de dados do REA que leve para as comunidades estudadas os resultados encontrados, que possam resultar em políticas públicas, permitiria a articulação pesquisa e extensão;
- efetivar a inserção institucional com universidades, centros de pesquisa, setores governamentais formuladores de políticas públicas, movimentos sociais, organizações não-governamentais, instituições sindicais, cooperativas e associações, novamente, articulando pesquisa e extensão;
- rastrear e pleitear formas de financiamento de projetos de pesquisas, bem como, para os encontros regulares, juntamente às instituições de fomento nacionais e internacionais;

- definir um formato metodológico para os Encontros que viabilize a discussão dos estudos desenvolvidos; adotar a combinação de reuniões presenciais e espaços virtuais, estimulando o debate no intervalo entre as reuniões, com salas virtuais de discussão, circulação de informações, produção de textos;
- fomentar a divulgação científica, considerando o papel que têm as redes sociais hoje.

Para finalizar gostaria de fazer alguns lembretes, conforme fez Roberto Lobato Corrêa no Radar Debates da RECIME - Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias:

- “é necessário elaborar um questionamento básico, a questão central que norteará a pesquisa” [o trabalho do grupo na Rede];
- “[] muita leitura, tanto teórica como de exemplos constituem elementos fundamentais”;
- “[] muito trabalho de campo, [] entrevistas com agentes sociais diversos, [] análise da ação do Estado”;
- “[] admite-se que o diálogo entre a base teórica e as informações obtidas devam sempre fazer parte do processo de pesquisa”;
- “nunca esquecer que a “imaginação geográfica [deve ser] posta em ação”;
- estudos e reflexões sobre o mundo rural são importantes para a Geografia.

“AO FINAL, UM BALANÇO E O FUTURO” (Ferreira, 2002, p. 335)

A Rede de Estudos Agrários trilhou um caminho muito promissor, colaborando no desenvolvimento dos estudos da Geografia sobre o mundo rural. Ao final, parece ter cumprido o papel a que se propôs.

No futuro, deve se lembrar que uma **rede de pesquisa** é um **espaço específico de intercâmbio e diálogo** para o estímulo à pesquisa e extensão, não perdendo de vista que fazer ciência é estar sempre se indagando, se questionando, sobre desafios impostos pela realidade socioespacial. É o exercício constante de perceber e internalizar o quão importante é pesquisar para o avanço do conhecimento, revigorando a prática social a que nos propomos como pesquisadores.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. L. Dimensões de Análise das Redes Geográficas. *In: _____. Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CORRÊA, R. L. O interesse do geógrafo pelo tempo. *In: _____. Caminhos Paralelos e Entrecruzados*. São Paulo: EDUNESP, 2018.

CORRÊA, R. L. O tema da Cidade Média. **Radar – RECIME**. Disponível em: <https://recime.com.br/2042-2/> Acessado em: 18 de out. de 2024.

FERREIRA, D. A. O. **Mundo rural e Geografia**. A Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GALVÃO, M. do C. C. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. **IX ENGA**. 1988. UFSC – Florianópolis/SC. (Mimeo).

REDE DE PESQUISA. *In: Glossário*. Brasília-DF: CNPq, 2024. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/web/dgp/glossario>. Acessado em: 18 de out. de 2024.

PARTE 02

A PRODUÇÃO E O RECONHECIMENTO DOS ALIMENTOS E DAS DEMANDAS NOS ESPAÇO URBANOS



QUALIDADE E VALORIZAÇÃO DE ALIMENTOS TRADICIONAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: UM DEBATE QUE SEGUE EM ABERTO¹

Fabiana Thomé da Cruz
Renata Menasche

1. INTRODUÇÃO

Desde as duas últimas décadas, o tema da qualidade dos alimentos tem se apresentado como particularmente relevante para pensar perspectivas distintas daquelas direcionadas pelo setor agroalimentar, seja em relação à produção local de alimentos e iniciativas de turismo rural, seja, em alguns contextos, vinculadas projetos associados a estratégias de desenvolvimento rural. Esse deslocamento, que pode ser associados a recorrentes escândalos alimentares ou a movimentos de consumidores que propõem eleger alimentos produzidos localmente, com atenção à sustentabilidade ambiental e/ou ao bem-estar animal, tem influenciado discussões acerca da qualidade dos alimentos e inspirando não apenas estudos agroalimentares, com foco na produção, aspectos estéticos e/ou politização do consumo de alimentos (Harvey; McMeekin; Warde, 2004; Maye; Holloway; Kneafsey, 2007), mas também aqueles que apontam para a valorização do rural (Eizner, 1995; Cristóvão, 2002; Menasche, 2003; 2010). Particularmente nos estudos que se debruçam sobre o setor agroalimentar, a noção de “virada da qualidade” (*quality turn*) (Goodman, 2003; Murdoch; Marsden; Banks, 2000) emergiu estreitamente associada a críticas e descontentamentos em relação a impactos do atual modelo de produção, processamento e distribuição de alimentos. Diante dessas críticas, vários autores sugeriram a ascensão de outras estratégias que, como argumentam autores como Ploeg (2008) e Belletti e Marescotti (2020), se estabelecem com base na constituição e

¹ Uma versão inicial deste capítulo compõe a tese de doutorado intitulada Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS (Cruz, 2012), defendida pela primeira autora, sob orientação da co-autora do texto no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

reprodução de circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção e o consumo de alimentos, preservando modos de produção locais e valorizando aspectos e características de cada comunidade ou região.

Também associadas ao debate acerca da qualidade dos alimentos, vale mencionar as temáticas relacionadas ao rural e ao setor agroalimentar que, como mencionado, têm estado presentes não apenas em ambientes acadêmicos e políticos, mas também em agendas de movimentos sociais. Na América do Norte, por exemplo, esse debate, que foi significativamente influenciado por movimentos sociais, perpassa questionamentos sobre o atual sistema de produção e distribuição de alimentos, apresentando um viés que aponta a necessidade de deslocar o controle das grandes corporações e criar um sistema alimentar mais justo e sustentável (Goodman, 2003). Já na Europa, discussões relacionadas ao rural, que receberam maior evidência após sucessivos casos de escândalos alimentares e em decorrência de preocupações com a reforma da política agrícola, emergiram a partir de mudanças institucionais e direcionam-se especialmente à ação de formuladores de políticas públicas (Goodman, 2003). Nesse sentido, cabe menção a trabalhos que identificaram as características de um modelo intensivo de produção e distribuição de alimentos, cabendo destaque à obra *Das lavouras à biotecnologia*, de Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), emblemática especialmente por ser uma das primeiras a explicitar e questionar o impacto das transformações e da industrialização da agricultura nas últimas décadas. Nos anos 2000, a caracterização de Ploeg (2008) em relação à dominação exercida pelas grandes corporações também contribuiu para reforçar questionamentos acerca do modelo hegemônico de produção de alimentos que, como argumenta o autor, é fortemente centralizado, formado por grandes empresas de processamento e comercialização que operam em escala mundial. Para o autor, essas corporações ou “impérios alimentares”² são construídos especialmente em torno de grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos e tecnologias.

No caso do Brasil, a situação vivenciada a partir da década de 1990 foi decisiva para o ressurgimento e consolidação de debates em torno do rural.

² A expressão *impérios alimentares* refere-se, para Ploeg (2008), à reorganização dos mundos social e natural, de modo a submetê-los a novas formas de controle centralizado (dos meios e recursos de produção) e de apropriação massiva. É o império que decide que produtos, que serviços e que pessoas podem circular pelas redes e sob que condições. Para poder funcionar dessa forma, os impérios transformam tanto o mundo social como o mundo natural (ou material) em espaços controláveis, o que torna necessária a formalização, padronização e planificação.

Entre os fatores que teriam influenciado esse contexto, Schneider (2010) considera como fundamentais quatro elementos: as discussões em torno da importância e potencial da agricultura familiar no país; a crescente influência e ação do Estado na área – por meio, por exemplo, de iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), políticas de segurança alimentar e seguridade social –; mudanças políticas e ideológicas e, ainda, discussões sobre sustentabilidade e meio ambiente.

As mudanças no setor agroalimentar, que aconteceram concomitantemente ao processo de modernização da agricultura, implicaram, particularmente ao longo do século XX, em rápidas e profundas transformações no sistema de produção e distribuição de alimentos. Apesar de intensidades e velocidades distintas, esse processo, ainda em curso, foi promovido por indústrias do setor do agronegócio e facilitado por políticas governamentais desenvolvimentistas (Leite, 2001; Silva, 1996; Goodman, Sorj e Wilkinson, 1990; Kageyama, 1990). As consequências do modelo de modernização da agricultura, seja no que se refere a impactos ambientais, desigualdades sociais desencadeadas, ou consequências na saúde da população do consumo de alimentos ultraprocessados, têm gerado discussões capazes de contrapor características do modelo intensivo de produção e distribuição de alimentos.

As críticas ao modelo hegemônico de produção, processamento e distribuição de alimentos, pautadas especialmente em questões como desigualdades e injustiças sociais, insegurança alimentar (tanto pela indisponibilidade de alimentos como pela qualidade dos alimentos ofertados) e crise ambiental, contribuíram para ampliar discussões em torno de alternativas capazes de superar limites ambientais, sociais e relacionados à saúde da população. Em decorrência desse contexto, marcado por proposições de movimentos sociais e contribuições de pesquisas e discussões acadêmicas, na transição entre as décadas de 1990 e 2000, emergiu, em meio a outras vertentes, a noção de Redes Alimentares Alternativas (RAAs) – *alternative food networks, no termo original* –, noção associada a um amplo conjunto de questões ou, como consideraram Goodman, DuPuis e Goodman (2012), contradições relacionadas ao sistema alimentar hegemônico.

Entre as questões ou contradições desse sistema, argumentos associados à qualidade dos alimentos e às RAAs tornaram-se centrais na discussão de alternativas à produção hegemônica de alimentos. Paralelamente a esses debates, também é importante mencionar a perspectiva da realocação dos alimentos que, à luz de pesquisas como a de Fonte (2010), trouxe

perspectiva relevante para compreender os processos de reconexão ou de valorização da origem dos alimentos.

Nesse contexto, o objetivo do presente ensaio é retomar este debate, discutindo questões pertinentes ao atual sistema agroalimentar, problematizando-as à luz do contexto brasileiro. Para tanto, além desta introdução, o ensaio conceitua as noções de qualidade dos alimentos e RAAs para, em seguida, problematizar os significados do termo “alternativo”. O item subsequente discute o processo de realocização dos alimentos, evidenciando dois movimentos: um de reconexão e outro de valorização da origem dos alimentos. Por fim, busca-se vincular essa discussão, que converge para a valorização de alimentos tradicionais, ao debate acerca do desenvolvimento rural. Nesse caso, argumentamos que, em contextos como o do Brasil, em que, em maior ou menor grau, parte significativa dos conhecimentos e técnicas necessários à produção de alimentos tradicionais está conservada, não se trata de processos de reconexão, mas sim de reconhecer modos tradicionais de produção e, assim, valorizar suas origens.

2. A “VIRADA DA QUALIDADE” E AS REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS

Vários(as) autores(as) apontaram para a emergência de modelos de produção e distribuição de alimentos distintos daqueles organizados pelas corporações do setor agroalimentar. Entre esses autores, Goodman, especialmente em artigo publicado em 2003, considerava que aquele momento histórico indicava um movimento de padronização e lógica de produção de mercadorias em massa em direção à qualidade alicerçada em confiança, tradição, com base no local, em produtos ecológicos e novas formas de organização econômica. Para esse autor, as RAAs, por meio de revalorização de práticas alimentares vinculadas a espaços rurais, poderiam criar “novos espaços econômicos” capazes de superar as forças globalizantes, mercados não controlados, divisão do trabalho e poder de grandes empresas. Esse movimento, denominado por Goodman (2003) de “virada da qualidade” (*quality turn*), está fortemente associado à proliferação de RAAs, constituindo-se em resposta aos circuitos hegemônicos industriais de produção e distribuição de alimentos.

Para apreender esse movimento no sentido da qualidade, é preciso primeiramente refletir sobre a noção de qualidade dos alimentos, que, por si só, é complexa e polissêmica (Harvey; Mcmeekin; Warde, 2004).

Muchnick (2006) argumenta que qualidade é um termo que pode assumir múltiplas dimensões e, por essa razão, requer um referencial, o que significa ser necessário explicitar o critério em avaliação. Por isso, esse autor defende que qualidade é constituída por muitas qualidades: qualidade higiênico-sanitária; qualidade nutricional; qualidade organoléptica; qualidade simbólica; qualidade relacionada ao impacto do produto sobre o meio ambiente e, em certos casos, qualidade de uso, atributo associado à facilidade e praticidade. Essa perspectiva foi também defendida por Prezotto (2005) que, a partir de múltiplas qualidades, propôs a noção de qualidade ampla. Além dos critérios que compõem a qualidade dos alimentos, poderiam ainda ser acrescentadas questões relacionadas à justiça social e econômica e bem-estar animal, também conformadoras da agenda de pesquisa referente à alimentação em geral e à qualidade dos alimentos em específico.

No entanto, referindo-se especialmente ao contexto de países latino-americanos, Muchnick (2006) enfatizou que o principal problema da qualidade está relacionado à quantidade, ou seja, ao modo de garantir meios que permitam à população acesso à alimentação em quantidade suficiente e com recursos suficientes para, com base em múltiplas dimensões de qualidade, preço e disponibilidade, decidir que alimentos serão consumidos. Mas, diferentemente de países onde a escassez e a abundância convivem com a desigualdade social – como é o caso dos países latino-americanos, aos quais Muchnick se refere –, em contextos como os dos Estados Unidos e Europa, mais do que quantidade e acesso a alimentos, são colocadas em pauta questões qualitativas, ou seja, referentes às características dos alimentos disponíveis. Esse tema, embora presente tanto em pesquisas acadêmicas como em discussões políticas, atrai particularmente o interesse público, o que, para Harvey, McMeekin e Warde (2004), seria decorrente, entre outros fatores, de crises de confiança no sistema de produção, processamento e abastecimento de alimentos.

No que se refere ao contexto europeu, Sonnino e Marsden (2006) apontaram que a qualidade dos alimentos envolve um processo social de qualificação, sendo, por essa razão, construída e negociada entre os atores envolvidos, de tal modo que contextos específicos de produção-consumo correspondem à construção e configuração da qualidade a partir de diferentes padrões e locais de poder econômico. Para esses autores, isso se reflete no modo como diferentes RAAs são construídas em diferentes tradições culturais, estruturas organizacionais, percepções

dos consumidores e suporte político e institucional. Os autores reforçam ainda que, por trás dos distintos entendimentos de qualidade, há diferentes métodos e sistemas de produção, responsáveis pela reforma e reorganização da rede de abastecimento de alimentos, revelando disputa política que reflete interesses, agendas e valores diversos.

Também referente a esse contexto, Goodman (2002; 2004) assinalara que, na Europa, a discussão sobre circuitos curtos de produção e abastecimento de alimentos emergiu a partir de escândalos alimentares e do gradual redirecionamento da política agrícola, que deslocou objetivos estritamente produtivistas e setoriais em relação ao rural em direção a políticas multidimensionais e endógenas de desenvolvimento rural. É nesse contexto – e associado a uma maior reflexão crítica por parte dos consumidores – que o autor propôs a discussão sobre a “virada da qualidade” (*quality turn*) que, em linhas gerais, diz respeito à produção de orgânicos, RAAs, temas relacionados à garantia da qualidade e estratégias territoriais para valorizar alimentos locais. Nessa perspectiva, atributos como proximidade, reputação de produtores, modos de produção tradicionais e vínculo entre produtos, história e cultura regionais envolveriam, de alguma forma, características que superam a qualidade dos alimentos oriundos da produção em larga escala, balizada pela busca de padronização, abordagem explorada no contexto brasileiro também a partir da noção de cesta de bens e serviços ambientais (Cazella et al., 2020).

Tregear (2011) argumentou que, quando empregada pela primeira vez, a expressão “virada da qualidade” se apresentava como correspondente a uma nova tendência, contrária às forças globalizantes do sistema alimentar contemporâneo, por meio da qual consumidores, estimulados por sucessivos casos de escândalos alimentares, demandavam alimentos mais *naturais*. Embora considerando que houve aumento de consumo de alimentos locais e regionais nas últimas décadas, a autora questionou a importância atribuída aos escândalos alimentares no que se refere à mudança de comportamento dos consumidores. Para ela, essa busca por qualidade esteve também associada à proliferação de livros de receitas³, *chefs*, campanhas e políticas de incentivo à produção e consumo de alimentos considerados mais *naturais*.

Harvey, McMeekin e Warde (2004), em acordo com essa perspectiva, indicaram que, ainda que os sucessivos casos de contaminação de alimentos

³ Em artigo em que abordam a culinária a partir de sua expressão escrita, Gomes e Barbosa (2004) assinalam a ocorrência, também no Brasil, de um boom culinário e gastronômico, ocorrido a partir do final do século XX.

tenham tido significativo impacto em atrair a atenção dos consumidores para o tema da alimentação, eles não foram a única causa a influenciar tal comportamento. Discussões sobre qualidade de alimentos e, em especial, sobre a “virada da qualidade” estabeleceram-se fortemente relacionadas a movimentos desenvolvidos a partir de descontentamentos diante de impactos do modelo hegemônico de produção, processamento e distribuição. A partir dessas críticas, vários autores apontaram para a emergência de alternativas que, como argumentou Ploeg (2008), se estabelecem com base na construção e reprodução de circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção e o consumo de alimentos, preservando modos de produção locais e valorizando aspectos e características de cada comunidade ou região.

Emergiu daí ampla literatura sobre redes alimentares alternativas. Contrariamente às redes convencionais – que têm a produção de alimentos baseada em baixo custo, conveniência, uniformidade, confiabilidade e previsibilidade –, RAAs estariam contribuindo para a promoção e valorização de alimentos considerados de qualidade, caracterizados por sabor e textura excepcionais, relações de confiança, centralidade do local e origem dos produtos, produção ecológica, justiça social, sistemas econômicos mais equitativos e, ainda, garantias em relação à segurança e valor nutricional. A análise de Darolt e Rover (2021) alinha-se com esses aspectos, voltando-se a circuitos curtos de comercialização, compreendidos como capazes de incorporar inovações sociais que valorizam práticas produtivas agroecológicas no contexto da agricultura familiar.

No entanto, ainda que a literatura tenha apontado e, em boa medida, continue reforçando o potencial das dinâmicas locais de produção e consumo de alimentos, uma das questões que permanece como fator crítico nesse debate diz respeito à escala do local. Enquanto Fonte (2010) considerou não evidente como definir qual seria a dimensão ótima referente à noção de *local*, Marsden (2004), refletindo sobre a noção de qualidade no contexto do desenvolvimento e regulação de cadeias de abastecimento de alimentos, ponderou, diante da aproximação entre produtores e consumidores finais e da forte relação com a noção de localidade, ser mais apropriado utilizar o termo “curto” – ao invés de “novo” ou “alternativo” – como denominador comum para designar os tipos de circuito de abastecimento de alimentos que afloraram no debate sobre desenvolvimento rural. Para esse autor, circuitos curtos poderiam se constituir em importante veículo para a criação de vínculos entre espaços agrícolas e sociedade urbana. Sonnino e Marsden

(2006) propuseram que circuitos curtos de abastecimento, ainda que inseridos em circuitos convencionais, poderiam proporcionar novas relações entre produtores e consumidores, sendo, assim, capazes de promover a ressocialização ou reespecialização dos alimentos. Nesse enfoque, *qualidade*, *transparência* e *localidade* caracterizariam os circuitos curtos, na medida em que relacionam qualidade e pequena produção, práticas tradicionais, paisagens, natureza e recursos locais. Nessa perspectiva, mudanças partindo do setor industrializado e convencional de produção e distribuição de alimentos em direção à pequena produção e à realocação de alimentos têm sido apontadas como potencialmente envolvidas na emergência de circuitos alimentares capazes de revitalizar áreas rurais.

Argumentos nesse sentido indicam que, ainda que coexistentes, há clara oposição entre o sistema de produção e distribuição convencional e o “alternativo”, mas, além disso, como sugerem Tregear (2011), Marsden (2004) e Goodman (2003), dependendo do contexto a que é referido, o termo “alternativo” implica diferentes significados. Nesse sentido, Kneafsey *et al.* (2008) apontaram que, enquanto autores norte-americanos se referem ao “alternativo” enfatizando questões ambientais e de justiça social, em explícita crítica ao sistema econômico e político vigente, autores europeus comumente empregam o termo “alternativo” em referência à produção em pequena escala, circuitos curtos de produção e consumo e valorização de mercados de nicho. Os diferentes significados e entendimentos evidenciam que, entre iniciativas consideradas “alternativas”, há diferenças fundamentais em relação a objetivos, caráter e práticas. Essas diferenças requerem, portanto, que sejam identificadas criticamente as motivações e práticas em curso, para que, então, o termo “alternativo” tenha sentido (Kneafsey *et al.*, 2008).

Nessamesma direção, a imprecisão em torno da definição de “alternativo” foi criticada por Tregear (2011), que sugeriu que as implicações do termo variam também de acordo com a perspectiva adotada por diferentes linhas de pesquisa sobre o tema⁴. A partir de aspectos positivos e problemas emergentes a partir de distintas perspectivas, a autora desenvolveu frutífera revisão crítica da literatura sobre o tema, procurando problematizar argumentos comumente empregados em defesa de RAAs.

⁴ Tregear (2011) indicou quais seriam as principais perspectivas teóricas produtoras de bibliografia sobre RAAs. Com relação a cada uma dessas perspectivas – economia política, sociologia rural e modos de governança e teoria das redes –, principais autores e contribuições em relação às RAAs foram apresentadas e discutidas pela autora.

É o caso, por exemplo, da centralidade do “local”, da origem dos alimentos, das cadeias curtas de produção e consumo, defendidas no que se refere a vantagens econômicas para os produtores, acesso a alimentos mais frescos e saudáveis para os consumidores e, ainda, no que concerne a sustentabilidade ambiental e justiça social. Embora Tregear (2011) tenha reconhecido que RAAs poderiam responder a essas vantagens, ela chamou a atenção para a necessidade de visão crítica em relação ao “local”, argumentando que ter origem local não necessariamente garante que a produção de alimentos não esteja vinculada a qualquer tipo de exploração, exclusão, ou ainda que os recursos sejam distribuídos de modo igualitário entre grupos locais ou regiões.

No mesmo sentido, Born e Purcell (2006) chamaram atenção para os riscos da “armadilha do local” (*the local trap*), referindo-se à tendência de ativistas e pesquisadores em assumir sumariamente o “local” como superior à produção de alimentos em larga escala, atribuindo-lhe, entre outras, características como sustentabilidade, justiça social, segurança e qualidade dos alimentos produzidos. Os autores não negam que sistemas locais de produção estejam potencialmente marcados por esses adjetivos, mas alertam que tais características dependeriam dos atores, agendas e metas envolvidas em cada caso, de modo que não necessariamente escalas locais de produção seriam intrinsecamente melhores.

Assumindo tais ressalvas, estimuladas pelos questionamentos de Tregear (2011), que alertou para os riscos de certo deslumbramento em relação à noção de “local”, é pertinente considerar que críticas nesse sentido sugerem que também outros aspectos constitutivos do que se tem caracterizado como RAAs possam estar sendo idealizados. Assim, se, por um lado, a noção de RAAS é facilmente empregável, flexível e adaptável a várias situações, por outro, a imprecisão e até mesmo certa romantização inerente ao que é tido como “alternativo” abrem precedentes para uma série de ponderações, requerendo discussões mais atentas para que a noção de RAAS seja eficaz para pensar modelos distintos do modelo convencional de produção e distribuição de alimentos. Entre várias questões, merecem reflexão mais aprofundada a apropriação de atributos alternativos por grandes empresas, a noção de “local” e as motivações dos consumidores. Essas ponderações encontram ressonância em argumentos de Misleh (2022) que, ao destacar a dificuldade de definir o que é “alternativo” em relação aos sistemas alimentares não hegemônicos ou convencionais, considera que os estudos e publicações sobre o tema estão estagnados em

um viés polarizado, em que ou as RAAs são consideradas como formas mais integradas de troca econômica ou, a partir de abordagem neoliberal, como caso de mercantilização. Para essa autora, é necessário avançar para uma compreensão mais matizada, que explore diferentes nuances relacionadas às alternativas, que não precisariam ser radicalmente distintas, mas tampouco cooptadas pela ordem neoliberal. Tais ressalvas podem ser analisadas à luz dos argumentos de Gonçalves (2005) que, referindo-se a ambiguidades da categoria patrimônio para se referir à cultura, discute o risco de objetificação de aspectos da cultura a fim de torná-la patrimônio. Dada a complexidade do tema, a próxima seção é dedicada a problematizar algumas das questões que afloram a partir da noção de “alternativo”.

2.1 Desdobrando o significado de “alternativo”

A noção de redes alimentares alternativas indica, *a priori*, oposição às redes convencionais de produção e distribuição de alimentos que, como já discutido, foram crescentemente criticadas no que diz respeito à dominação econômica e social, bem como aos danos ambientais e relacionados à saúde dos consumidores. A oposição que se coloca entre o convencional e o “alternativo” reforça de modo infrutífero a dualidade entre dois possíveis sistemas de produção, na medida em que tal dualidade, em termos práticos e teóricos, não permite esclarecer em que aspectos e em que medida estratégias “alternativas” diferem do que está em curso no sistema convencional de produção e distribuição de alimentos.

De fato, situações empíricas sugerem que a polarização alternativo/hegemônico ou alternativo/convencional é insuficiente para explicar casos como, por exemplo, os de empresas com foco em produção de alimentos padronizados, genéricos, que, diante de crescente demanda, procuram atender a especificidades de mercado ou, ao contrário, de agricultores que produzem em pequena escala e buscam inserir seus produtos em mercados convencionais. Situações como as mencionadas, discutidas já em 1999, por Murdoch e Miele (1999), não são exemplos isolados. Incluem-se na lista de casos que desafiam a dualidade entre os dois modelos produtos certificados como orgânicos e/ou *fair trade*, produzidos por comunidades rurais e exportados para vários países, como, não raro, acontece com café e açúcar, assim como no caso estudado por Nel, Binns e Bek (2007), referente ao *rooibos tea*, um chá nativo da África do Sul. Merecem também destaque

casos como os de produtos tradicionais comercializados para grandes redes de supermercados ou redes de *fast food*, a exemplo do renomado queijo Parmigiano Reggiano, comercializado, na Itália, para a rede McDonalds, para a produção do McParmigiano-Reggiano (Niederle; Cruz, 2010).

Esses exemplos confirmam como simplificador considerar “alternativo” e “convencional” como modelos antagônicos, pois, como argumentou Fonte (2010), ainda que “os dois modelos – convencional e alternativo – sejam frequentemente considerados autônomos, eles operam em espaços econômicos contíguos, interseccionando e sobrepondo-se um ao outro” (Fonte, 2010, p. 1, tradução nossa). Essa sobreposição ocorre, muitas vezes, como consequência da apropriação do “alternativo” pelo modelo convencional que, procurando responder a demandas e preocupações de consumidores, investe em iniciativas para promover-se por meio de argumentos que remetem a sustentabilidade, justiça social e/ou valorização de tradições alimentares locais. É o que ocorre, por exemplo, no caso de grandes empresas do setor agroalimentar, como a Coca-Cola, que tem em seu portfólio a bebida *Laranja Caseira*, que procura diferenciação remetendo à ideia de suco fresco, natural, com os “gominhos da laranja”. Mas não é apenas no setor de processamento de alimentos que essa apropriação está em curso, podendo também ser observada em grandes redes de distribuição, como é o caso do WalMart, corporação com mais de 10 mil lojas distribuídas em 18 países, que, por meio da bandeira da sustentabilidade, promove a valorização de “lojas ecoeficientes”, entre outras campanhas e iniciativas “sustentáveis”⁵.

Além do WalMart, outras grandes redes de supermercado abrem espaço em suas prateleiras para produtos “alternativos”, muitas vezes ofertados sob a marca própria do supermercado. Esses encontros, como sugerido por Goodman, DuPuis e Goodman (2012), revelam permeabilidade na interface entre o “alternativo” e o “convencional”, tornando ainda mais confusos os limites entre esses modos de produção e distribuição.

Iniciativas e tendências como as anteriormente comentadas evidenciam que, seja no âmbito do processamento ou no da distribuição, grandes empresas do setor agroalimentar, percebendo o crescente apelo de questões ambientais, sociais e referentes à valorização do natural e/ou do rural, têm procurado estratégias para atender a essa demanda, criando produtos e divulgando-os por meio de campanhas publicitárias que os associam a “novos” atributos da

⁵ Ver <<http://www.walmartbrasil.com.br/sustentabilidade/home/>>.

qualidade. Essa apropriação acaba por ofuscar limites entre produtos feitos em pequena escala, associados a aspectos históricos e culturais específicos, e produtos feitos em larga escala, sobrepondo distintos sistemas de produção e distribuição de alimentos (Sonnino; Marsden, 2006). Tais processos parecem confirmar a percepção de Wilkinson (2006), que indicou que as opções por alimentos de outro tipo, inicialmente interpretadas como oportunidades de nichos de mercado, cada vez mais passaram a constituir-se em tendência. Nesse sentido, Black et al. (2024), analisando como diferentes atores que integram o sistema alimentar no Reino Unido entendem o papel dos alimentos locais, apontam que, para alguns atores, o sistema alimentar do Reino Unido não é considerado resiliente e, nesse caso, alimentos locais seriam uma forma de aumentar a resiliência. Em contrapartida, outros atores percebem o sistema como já resiliente e, nessa perspectiva, consideram o papel dos alimentos locais como limitado a funções específicas dentro do sistema existente. Ainda que tenha alguns limites, o estudo evidencia, portanto, que há distintas leituras sobre a relevância de alimentos locais.

Cabe, ainda, ter presentes os argumentos de Tregear (2011) e de Kneafsey et al. (2008), que ponderaram que, além do risco que representa a sobreposição entre modelos considerados convencionais e alternativos de produção e distribuição de alimentos, é também necessário considerar os riscos de romantizar a ideia de “alternativo”. Tal romantização poderia levar a uma noção idealizada do local, negligenciando a possibilidade de que, como antes comentado, mesmo em produtos e redes locais possa haver relações de desigualdade social ou danos ambientais (Goodman, 2003; Tregear, 2011).

Nessa discussão, Fonte (2010) argumentou não haver consenso se alimentos locais são realmente alternativos ao sistema alimentar convencional ou se, por contraste, seriam meramente reação defensiva, não-reflexiva, à globalização. De todo modo, ainda que a proliferação de iniciativas e chamadas para a realocação da produção de alimentos tenha, nas últimas três décadas, levado muitos a imaginar que alimentos locais poderiam substituir totalmente o sistema dominante de abastecimento de alimentos, Fonte (2010) mostrou que o global e o local coexistem, o último sendo “alternativo” na medida em que é organizado em diferentes princípios, sem, com isso, representar ameaça ao global. Essa perspectiva foi defendida não apenas por outros autores dedicados aos estudos do setor agroalimentar (Goodman; Dupuis; Goodman, 2012) como também por aqueles dedicados aos estudos do consumo (Contreras, 2005).

Outra questão que emerge em relação às redes alimentares alternativas é sobre quem seriam os consumidores de alimentos “alternativos” e quais seriam suas principais motivações. Autores que discutem o tema argumentaram que, muitas vezes, consumidores que procuram comprar alimentos caracterizados como “alternativos” não seriam aqueles marginais ao sistema, mas sim consumidores afluentes que, por meio do consumo, estariam procurando não apenas manifestar contraposição ao sistema hegemônico mas principalmente buscar satisfação de interesses pessoais (Tregear, 2011).

Ainda no que diz respeito a algumas das motivações para consumo de alimentos “alternativos”, Barbosa (2009) apontou, entre outras tendências da alimentação contemporânea, o interesse de consumidores por saudabilidade e origem dos alimentos⁶.

Discutindo as pesquisas mencionadas e, em harmonia com as críticas de Tregear (2011), que indicou que a motivação dos consumidores seria, primeiramente, associada à satisfação de interesses pessoais, Cruz e Menasche (2011) sugeriram que, em relação ao contexto brasileiro, preocupações e motivações dos consumidores estariam, em muitos casos, associadas a questões individuais, enquanto motivações de ordem ambiental ou social estariam presentes apenas em uma parcela de consumidores sensíveis ao consumo de alimentos locais.

Contrariando, de certo modo, a interpretação que privilegia motivações predominantemente individualistas dos consumidores, Kneafsey *et al.* (2008) apresentaram abordagem interessante para pensar em redes alimentares alternativas: os autores procuraram explicar o “alternativo” e compreender o que motiva as ações daqueles envolvidos em redes alimentares alternativas por meio de quadro analítico da *ética do cuidado*, abordagem que enfatiza preocupações de consumidores e de agricultores em relação à natureza e ao bem estar e à saúde coletiva.

Essa abordagem pode, assim, contribuir para a compreensão das motivações de consumidores em relação ao consumo de alimentos

⁶ Em relação à saudabilidade, a autora explicou que essa tendência estaria intimamente ligada à medicalização da alimentação, porém, enquanto a medicalização centra as preocupações em torno de valor nutricional dos alimentos e na busca pela saúde e prevenção de doenças, a saudabilidade, para além dessas expectativas, incluiria a noção de bem-estar, envolvendo não apenas a saúde do corpo, mas também aspectos ambientais. Em relação à origem dos alimentos, Barbosa (2009) considerou que essa noção pode ser expressa por meio de três eixos: origem como fruição, origem como politização do mercado e origem como rastreabilidade.

produzidos ou distribuídos de modos outros que o convencional e, por isso, ainda que não seja objetivo aprofundar aqui tal perspectiva, é importante tê-la presente na discussão.

Para além de questionamentos acerca de processos de apropriação da noção de alternativo e das motivações dos consumidores, outras abordagens têm sido adotadas para discutir redes alimentares alternativas. É o caso do debate sobre relocalização e, mais especificamente, sobre reconexão e valorização da origem dos alimentos, perspectivas que discutiremos a seguir.

3. RECONEXÃO E VALORIZAÇÃO DA ORIGEM DOS ALIMENTOS

Vinculada à discussão sobre relocalização dos alimentos, também a perspectiva da reconexão mereceu destaque nas discussões sobre redes alimentares alternativas. Essa abordagem refere-se, especialmente, ao caso de alguns países europeus e Estados Unidos, onde o sistema agroalimentar é considerado por alguns autores como sem local de origem definido (*placeless in origin*) ou caracterizado como referente a “não-lugares” (*non-places*) (Murdoch; Miele, 2004; Ploeg, 2008). Nesses contextos, a partir de perda significativa de culturas alimentares locais, o abastecimento de alimentos se daria basicamente por grandes supermercados, não mais existindo pontos de venda de produtos agrícolas locais (Fonte, 2008). Em contextos marcados por essas características, reconexão implica em reestabelecimento de conexões perdidas ou prejudicadas, um retorno a prováveis relacionamentos e práticas outrora existentes. Essas conexões, segundo Kneafsey *et al.* (2008), para além de relações entre pessoas, como é o caso da relação entre produtores e consumidores, referem-se também a relações entre amigos, colegas, solo, animais, plantas, certificação, instituições, tecnologia e artefatos, enfim, uma ampla gama de ligações que facilitam o processo de reconexão. Nesse sentido, os autores citados apontaram que essa perspectiva envolveria reconexão de produtores com seus mercados; reconexão de consumidores com produtores, processos e lugares, com o intuito particular de informar os consumidores sobre a origem dos alimentos e a reconexão de pessoas com a natureza, o que estimularia atitudes no sentido de preservação ambiental, cuidados com a saúde e ênfase em benefícios socioeconômicos decorrentes de comprometimento com a natureza. Na prática, esse processo de reapropriação de alimentos em âmbito local ocorreria por meio de

iniciativas como, por exemplo, feiras de produtores, hortas comunitárias, entrega de cestas de alimentos e projetos por meio dos quais a comunidade apoia diretamente a agricultura⁷.

Já em contextos em que a produção de alimentos está enraizada em conhecimento local, o que comumente acontece em regiões onde o processo de modernização da agricultura não ocorreu de modo integral e homogêneo. As culturas agrícolas e alimentares, assim como as relações locais, não teriam sido extintas. Para compreender esses contextos, distintos daqueles aos quais Kneafsey *et al.* (2008) se referiam para discutir aspectos teóricos e práticos em torno da noção de reconexão, a perspectiva da “valorização da origem dos alimentos” parece ser mais promissora. Essa abordagem confere importância ao conhecimento local para a manutenção da produção e distribuição de alimentos e, como sugere Fonte (2008; 2010), emerge vinculada a contextos em que conhecimentos locais foram preservados. Nesses casos, a produção de alimentos e especialidades regionais foi mantida até quando, no caso da Europa, passou a ser protegida por processos de indicação de origem dos produtos.

No Brasil, desde os anos 2000 vêm sendo discutidos meios de valorização desses alimentos, cabendo mencionar que alguns produtos com características consideradas específicas tiveram sua origem reconhecida por meio de indicação geográfica⁸. No entanto, em relação a processos e estratégias voltados à valorização de alimentos tradicionais, é importante apreender que, diante da diversidade de alimentos produzidos a partir de conhecimentos e práticas transmitidos de geração em geração, o número de produtos certificados e, mais importante, o modo como esses processos vêm ocorrendo no Brasil, não contemplam a variedade de práticas e produtos tradicionais encontrados nas mais diversas regiões do país. A maior parte desses alimentos a que, grosso modo, podemos nos referir como tradicionais⁹, não é legalmente protegida por sua origem e sua produção e comercialização são, em boa medida, operadas de modo informal. Na lista desses produtos, podemos incluir queijos, farinhas, doces de frutas, embutidos, conservas, etc.

⁷ Para exemplos mais detalhados, ver Kneafsey *et al.* (2008), que apresentaram estudos de caso sobre iniciativas de reconexão em Inglaterra, Escócia e Itália.

⁸ Para lista de todos os pedidos depositados e de registros concedidos pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), conferir documento disponibilizado no *website* do Instituto, disponível em < <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil> >.

⁹ Para uma definição de alimentos tradicionais e artesanais, ver Cruz (2019).

No caso desses produtos e seus contextos de produção e consumo, parece-nos mais adequado, então, tomar a perspectiva que aponta para a “valorização da origem dos alimentos”.

A discussão acerca da realocização de alimentos, seja nos casos em que cabe falar em reconexão, seja nos casos em que a valorização da origem dos alimentos é perspectiva mais adequada, é também válida para repensar a noção de redes alimentares alternativas e, ainda, a valorização de alimentos tradicionais como elemento estratégico para o desenvolvimento rural. Nesse sentido, retomando as ponderações de Gonçalves (2005, p. 31) sobre patrimônios culturais, caber presente a noção de “cultura autêntica” que, como argumenta o autor, é importante instrumento conceitual para “interromper todo e qualquer processo de definição e objetificação de formas culturais”, como as que, em políticas e projetos de valorização de alimentos tradicionais, têm sido adotadas e endossadas por meio de discursos e intervenções. A “cultura autêntica” é, para Gonçalves (2005, p. 31), “precisamente o que escapa de toda e qualquer definição, classificação e identificação precisa e objetificadora, tal como ocorre nos discursos de patrimônio cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado”. Na contramão de dinâmicas como as criticadas por Gonçalves (2005, p. 32), a valorização da origem dos alimentos requer, em ressonância com expressões culturais constitutivas da singularidade de tais produtos, discursos e políticas “menos onipotentes, interrompendo-se o esforço obsessivo de objetificação ou naturalização dos patrimônios na medida mesma em que esses discursos são expostos ao reconhecimento da natureza necessariamente ambígua e precária dos objetos que simultaneamente representam e constituem”. Ainda que não seja o propósito deste capítulo avançar nessa direção, na próxima seção, que busca concluir as reflexões propostas, indicaremos algumas questões que merecem aprofundamento futuro.

4. PARA (NÃO) CONCLUIR: ALIMENTOS TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Neste capítulo, em que defendemos que a produção de alimentos e, em especial, de alimentos tradicionais, pode se constituir em estratégia para o desenvolvimento rural, problematizamos o debate sobre qualidade de alimentos e, em particular, a abordagem das redes alimentares alternativas e de estratégias para a realocização dos alimentos.

Como discutimos, há muito redes alimentares alternativas foram consideradas como capazes de alavancar sistemas de produção e distribuição de alimentos menos impactantes do ponto de vista ambiental, social e também em relação à saúde dos consumidores, seja por melhor distribuição dos alimentos, seja pela redução do consumo de alimentos intensamente processados pela indústria. Contudo, essas discussões se realizaram quase que exclusivamente em relação a contextos europeu e norte americano, como apontaram Nel, Binns e Bek (2007) e Goodman (2003) ou, ainda que voltadas ao contexto de países do Sul, nem sempre a abordagem e a discussão sobre o tema consideraram que há, entre os países, diferenças essenciais entre os sistemas de produção e abastecimento de alimentos, como é o caso das diferenças entre países europeus e latino-americanos, como o Brasil.

Como argumentou Fonte (2010), no contexto de vários países europeus, boa parte do conhecimento tradicional foi erodido. Daí as tentativas de construção de redes alimentares alternativas requererem, inicialmente, a reconexão entre produtores, consumidores e natureza. Contudo, diferentemente do que ocorre em muitos países europeus, no caso do Brasil é possível observar inúmeras iniciativas como feiras de produtores, que foram mantidas ao longo de décadas. Além disso, especialmente em regiões não metropolitanas, as relações entre produtores e consumidores são de proximidade. Em contextos com essas características, se tomamos o caso de alimentos tradicionais, a discussão sobre redes alimentares alternativas pode ser particularmente interessante, valendo ter presente o comentário de Keneafsey *et al.* (2008), que chamaram atenção para o fato de que, no contexto europeu por eles estudado, muitas práticas e iniciativas consideradas “alternativas” eram corriqueiras há pouco mais de um século ou há apenas algumas décadas. Os autores referem-se, provavelmente, a contextos semelhantes aos descritos por Fonte (2010), que mostrou que, em áreas rurais em que houve êxodo intenso, mercados locais declinaram, afetando, assim, a população local. Nesses locais, estratégias de desenvolvimento rural objetivaram, frequentemente, inverter essa tendência e revitalizar economias locais, por meio de incentivo à produção local de alimentos (Fonte, 2010).

No mesmo sentido, cabem as considerações de Tregear *et al.* (2007) que, a partir de processos de qualificação de alguns alimentos produzidos na Itália e no Reino Unido, discutiram o impacto da qualificação de alimentos regionais em relação ao desenvolvimento rural. Tais autores sugeriram que processos de qualificação podem ser empregados como parte de uma

estratégia territorial estendida, salientando que o sucesso desses processos de qualificação dependeria de motivações e ações locais conjuntas. A distinção feita por Fonte (2008; 2010) entre contextos caracterizados pela presença de conhecimento e práticas tradicionais daqueles em que esses elementos foram erodidos como decorrência de intensos processos de modernização agrícola, apresenta-se como relevante para pensar esses casos de qualificação. Nesse sentido, ainda que presente de modo diferenciado nos dois grupos de países indicados, a autora argumentou que conhecimento tradicional é importante tanto em contextos de reconexão quanto de valorização da origem dos alimentos. Assim, no que se refere à demanda por qualidade e diversificação de alimentos, seria necessário um passo atrás em relação ao processo de homogeneização promovido pela produção e processamento de alimentos em escala industrial

Nesse sentido, embora tenhamos presente que, como já discutido, não necessariamente redes alimentares alternativas seriam justas ou ambientalmente comprometidas, ainda assim mostra-se válido pensar que, no caso de contextos como o brasileiro, estratégias para valorizar práticas tradicionais de produção e processamento de alimentos não requerem, na maior parte das vezes, (re)conexão ou (re)construção, como frequentemente propôs a bibliografia sobre o tema. Iniciativas nesse sentido se referiam a contextos norte-americano e/ou europeu, em que estratégias de produção e distribuição foram, muitas vezes, (re)construídas em oposição ao modelo convencional.

Desse modo, diferentemente de contextos em que a modernização tecnológica da produção e processamento de alimentos foi intensa, no caso de muitas regiões e localidades do Brasil, redes alimentares distintas das convencionais, seja em relação a modos de produção e processamento, seja em relação à distribuição de alimentos, estão historicamente presentes. Nesses casos, estratégias de incentivo e valorização de modos de produção e distribuição tradicionais apresentam-se como potencialmente mais eficazes do que estratégias visando incentivar a adaptação e produção de alimentos às regras do sistema convencional. Ao considerar a tradição como característica “alternativa”, apresenta-se o caminho que propõe não apenas evitar a erosão de conhecimentos e práticas que mantêm a continuidade da produção de alimentos, mas também de toda rede de relações de proximidade, de conhecimento e modos de vida que se constituem em elementos centrais para a produção de alimentos com características diferenciadas.

Por fim, vale ainda salientar que a comercialização dos alimentos, fundamental para qualquer estratégia de desenvolvimento rural, precisa estar associada à noção de qualidade pautada pela manutenção da singularidade dos produtos tradicionais. Isso requer que o conhecimento e as práticas tradicionais associadas à produção e processamento desses alimentos sejam valorizados e legitimados, o que, em acordo com a proposição de Gonçalves (2005), sob risco de objetificação, merece estar em ressonância junto a grupos e famílias produtoras. Desse modo, especialmente em contextos em que os processos de modernização e industrialização da agricultura não foram intensos, estratégias de desenvolvimento rural tendem a ser mais exitosas se capazes de incluir reconhecimento, valorização e proteção de formas de conhecimentos locais, tradicionais, na perspectiva da “cultura autêntica”. Esse debate segue em aberto: repercuti-lo e aprofundá-lo é base para a geração de políticas públicas positivas para tais contextos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lívia. Tendências da alimentação contemporânea. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Jane K. (Org.). **Juventude, consumo e educação 2**. Porto Alegre: ESPM, 2009. p. 15-64.

BELLETTI, Giovanni; MARESCOTTI, Andrea. **Short food supply chains for promoting local food on local markets**. United Nations Industrial Development Organization, 2020. Disponível em <https://Flores.Unifi.It/Retrieve/780ee16d-3468-4801-A05b-C37cbe20cfde/BELLETTI%20MARESCOTTI%20-%20SHORT%20FOOD%20SUPPLY%20CHAINS%20-%20UNIDO%202020.Pdf>.

BLACK, Jasmine Elizabeth et al. What constitutes food system resilience? The importance of divergent framings between UK mainstream and local food system actors. **British Food Journal**, v.126, n. 13, p. 57-71 2024. Disponível em <<https://www.emerald.com/insight/publication/issn/0007-070X/vol/126/iss/13>>.

BORN, Branden; PURCELL, Mark. Avoiding the local trap: scale and food systems in planning research. **Journal of Planning Education and Research**, n.26, p.195-207, 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.1177/0739456X06291389>>.

CAZELLA, Ademir et al. O enfoque da cadeia de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 3, p. 193-206, set-dez/2020, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>><https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>>.

CONTRERAS H., Jesus. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (Org.). **Antropologia e Nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. p. 129-154.

CRISTÓVÃO, Artur. Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais). In: RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; BARBOSA, Andyara L. B. Viana (Org.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2002. p. 81-116.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/61937>>.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Relatório de consultoria. **Definição de Produto agroalimentar artesanal**. Brasília, 2019. Disponível em <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/producao-animal/selo-arte/publicacoes/produto-agroalimentar-artesanal-produto-4.pdf/view>>.

CRUZ, Fabiana Thomé da; MENASCHE, Renata. Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. **Revista IDEAS - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 91-114, 2011. Disponível em <<https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/99>>.

EIZNER, Nicole. Préface. In: EIZNER, Nicole (Org.). **Voyage en alimentation**. Paris: ARF, 1995. p.11-16.

FONTE, Maria. Knowledge, food and place: a way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, v. 48, n. 3, p. 200-222, 2008. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1467-9523.2008.00462.x>>.

FONTE, Maria. Food relocalisation and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. In: FONTE, Maria; PAPADOPOULOS, Apostolos G. (Ed.). **Naming food after places: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development**. Farnham: Ashgate, 2010. p. 1 35.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbzDBzSM33NZcG/?format=pdf>>.

GOODMAN, David. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, p. 271-277, 2002. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-9523.00216>>.

GOODMAN, David. The quality 'turn' and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2003. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016702000438>>.

GOODMAN, David. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, v. 44, n. 1, p. 3-16, 2004. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9523.2004.00258.x>>.

GOODMAN, David; DUPUIS, Melanie E., GOODMAN, Michael K. **Alternative food networks: knowledge, practice, and politics**. Abingdon: Routledge, 2012.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GOMES, Laura Graziela e BARBOSA, Lívia. Culinária de papel. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n. 33, p. 3-23, 2004. Disponível em <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2214>>.

KAGEYAMA, Angela A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos cais. In: Guilherme Costa Delgado. (Org.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília/DF: IPEA, 1990, p. 113-223.

KNEAFSEY, Moya *et al.* **Reconnecting consumers, producers and food: exploring alternatives**. New York: Berg, 2008.

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura familiar. In: LEITE, Sérgio Pereira (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 53-93.

HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. (Ed.). **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004.

MARSDEN, Terry. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. (Ed.). **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155.

MAYE, Damian; HOLLOWAY, Lewis; KNEAFSEY, Moya. Introducing alternative food geografies. In: MAYE, Damian; HOLLOWAY, Lewis; KNEAFSEY, Moya (Ed.). **Alternative food geographies: representation and practice**. Oxford: Elsevier, 2007. p. 1-20.

MENASCHE, Renata. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/3647>>.

MENASCHE, Renata. Campo e cidade, comida e imaginário: percepções do rural à mesa. **Ruris**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 195-218, 2010. Disponível em <<https://doi.org/10.53000/rr.v3i2.700>>.

MISLEH, Denise. Moving beyond the impasse in geographies of ‘alternative’ food networks. **Progress in Human Geography**, v. 46, n. 4, p. 1028-1046. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03091325221095835>>.

MUCHNIK, José. Identidad territorial y calidad de los alimentos: os procesos de calificación y competencias de los consumidores. **Agroalimentaria**, Mérida, v. 11, n. 22, p. 89-98, 2006. Disponível em <https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1316-03542006000100008&lng=es>.

MURDOCH, Jonathan; MARSDEN Terry; BANKS, Jo. Quality, Nature, and Embeddedness: Some Theoretical Considerations in the Context of the Food Sector. **Economic Geography**, v. 76, n. 2, p. 107-125, 2000. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1944-8287.2000.tb00136.x>.

MURDOCH, Jonathan; MIELE, Mara. “Back to Nature”: Changing “Worlds of Production” in the Food Sector. **Sociologia Ruralis**, v. 39, n. 4, p. 465-483, 1999. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00119>.

MURDOCH, Jonathan; MIELE, Mara. A new aesthetic of food? Relational reflexivity in the ‘alternative’ food movement. In: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan (Ed.). **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 156-175.

NEL, Etienne; BINNS, Tony; BEK, David. “Alternative foods” and community-based development: rooibos tea production in South Africa’s West Coast Mountains. **Applied Geography**, v. 27, n. 2, p. 112-129, 2007. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0143622806000452>>.

NIEDERLE, Paulo A.; CRUZ, Fabiana Thomé da. O que muda quando a tradição se torna fast food? As reações dos consumidores italianos e franceses aos hamburgers “McParmegiano-Reggiano” e “Quick Hallal”. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAS, 5., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/947.pdf>>.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

PREZOTTO, Leomar Luiz. **Sustentabilidade da agricultura familiar: implicações da legislação sanitária**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Instituto de Assessoria para o desenvolvimento humano, 2005.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. IN: DAROLT, Moacir Roberto ; ROVER, Oscar José (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 19-43. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>>.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=pdf>>.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SONNINO, Roberta; MARSDEN, Terry. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, v. 6, n. 2, p. 181-199, 2006. Disponível em <<https://www.jstor.org/stable/26160993>>.

TREGGAR, Angela *et al.* Regional foods and rural development: the role of product qualification. **Journal of Rural Studies**, v. 23, n. 1, p. 12-22, 2007. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016706000532>>.

TREGGAR, Angela. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, p. 419-430, 2011. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016711000507>.

WILKINSON, John. *The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors*. In: INTERNATIONAL WORKSHOP SOCIAL AND CULTURAL DYNAMICS, 4., 2006, Rio de Janeiro. **Título...** Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/237222467_THE_MINGLING_OF_MARKETS_MOVEMENTS_AND_MENUS_the_renegotiation_of_rural_space_by_NGOs_social_movements_and_traditional_actors>.

A ALIMENTAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA/PR¹

Nathalie Vieira Lucion
Catia Grisa

INTRODUÇÃO

Tem sido crescente, tanto em nível internacional como nacional, o debate sobre a necessidade de incluir a alimentação no planejamento urbano. O aumento da população em áreas urbanas e a conseqüente pressão sobre os sistemas alimentares, são algumas das razões para a maior presença do tema no planejamento (FAO, 2020; Morgan, 2009). O reconhecimento de que a alimentação é uma questão complexa exige do poder público e de seus planejadores a produção e execução de soluções integradas e holísticas nas cidades (IPES-FOOD, 2023; Candel; Pereira, 2017).

Uma cidade que se destaca na inclusão de questões alimentares e de abastecimento no planejamento urbano é Curitiba, capital do estado do Paraná. O município, considerado 100% urbano, é lar de 1.773.718 habitantes (IBGE, 2022). Para além de projetos de infraestrutura urbana e de transporte coletivo, que conferem ao município destaque em relação a outras capitais, Curitiba apresenta uma grande oferta de equipamentos públicos voltados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Hortas urbanas, armazéns da família e sacolões são alguns exemplos de iniciativas que buscam garantir o abastecimento da população urbana (Zimmermann; Grisa; Aranha, 2024).

Cabe destacar que as ações, projetos e equipamentos de SAN existentes no município não foram arquitetadas recentemente, sendo pensadas desde os instrumentos de planejamento municipais. Os instrumentos empregados em Curitiba, essenciais para estruturar a ação pública (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021), tais como os planos urbanísticos, revelam como evoluiu o tratamento das temáticas alimentares na cidade.

¹ O presente texto é parte da dissertação em desenvolvimento, intitulada “Alimentação e planejamento urbano em Curitiba: Análise sobre a manifestação da intersetorialidade em planos municipais”, sob a orientação da prof. Dra. Catia Grisa.

Considerando esse panorama, este trabalho tem como objetivo compreender a incorporação da alimentação em instrumentos de planejamento urbano em Curitiba. Através de pesquisa documental, são analisados seis instrumentos de planejamento publicados entre 1943 e 2015, de modo a verificar como cada um destes aborda as problemáticas e soluções que envolvem questões alimentares. Grande parte dos instrumentos analisados possui caráter de plano diretor. Os planos analisados são: Plano Agache; Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba; Plano Municipal do Desenvolvimento Urbano; Plano de Abastecimento Alimentar; Adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade; e Revisão do Plano Diretor.

Inicialmente, são brevemente conceituados instrumentos da ação pública e as relações entre planejamento urbano e alimentação. Em seguida, é realizada a descrição dos planos analisados, destacando como cada um deles incorporou problemáticas alimentares. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

PLANOS COMO INSTRUMENTOS DA AÇÃO PÚBLICA

Os planos ou instrumentos de planejamento são considerados, neste trabalho, como instrumentos da ação pública. Estes são analisados a partir do viés da sociologia política da ação pública ou das tecnologias de governo (Lascoumes; Simard, 2011).

Até poucas décadas, os instrumentos eram estudados de forma secundária pela sociologia da ação pública, vistos de uma perspectiva funcionalista ou técnica (Lascoumes; Simard, 2011). Isso muda quando se reconhece que os instrumentos materializam e explicam a ação pública (Lascoumes; Simard, 2011). Os instrumentos possibilitam verificar as transformações do Estado, a relação entre governantes e governados (Lascoumes; Simard, 2011), as mudanças nas políticas públicas e os meios de ação coletiva (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021). Lascoumes e Le Galès (2012) explicam que investigar os instrumentos da ação pública é, em realidade, um trabalho de desconstrução, já que estes são portadores de valores e concepções, permeadas por interesses políticos, não sendo, portanto, neutros.

Os instrumentos têm o papel de estruturar a ação pública (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021), reorganizando a execução de políticas públicas que se encontram muitas vezes dispersas. Cada instrumento porta uma forma de

ver o mundo, pois seleciona problemáticas a serem abordadas em detrimento de outras (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021). Por isso, esses instrumentos também se revelam políticos, já que são permeados por interesses e conflitos de diferentes atores e organizações (Lascoumes; Le Galès, 2012).

Lascoumes e Le Galès (2012) também entendem os instrumentos como instituições. Neste caso, o conceito de instituição corresponde a conceitos compartilhados pelos seres humanos em situações repetitivas, tais como regras e normas (Ostrom, 2007). Os instrumentos reúnem, dessa forma, prescrições para executar determinada política pública, por exemplo. Eles determinam como os atores devem agir perante situações determinadas (North, 2018; Lascoumes; Le Galès, 2012), a fim de que sejam alcançados os efeitos desejados pelo Estado.

Halpern, Lascoumes e Le Galès (2021) explicam que os instrumentos podem ser enquadrados em tipologias, as quais estão relacionadas com os tipos de relações políticas e legitimidade. Há os instrumentos legislativos/regulamentação, econômicos/fiscais, convencionais/incentivo, informativos/comunicacionais e normas/padrões de boas práticas (Lascoumes; Le Galès, 2007 apud Halpern; Lascoumes; Le Galés, 2021). Os instrumentos de planejamento urbano, sejam eles planos diretores ou similares, são compreendidos como instrumentos legislativos/regulamentação.

Nos instrumentos legislativos/regulamentadores, a figura do Estado é de tutor do social, que gera imposições de interesse geral por representantes eleitos (como Prefeitos, Vereadores, Governadores, Deputados etc.) ou funcionários de alto escalão (Lascoumes; Le Galès, 2007 apud Halpern; Lascoumes; Le Galés, 2021). São exemplos de instrumentos legislativos/regulamentadores as leis, decretos e outros marcos legais instituídos. Planos diretores também podem estar incluídos nesta categoria, já que, em geral, estão vinculados a marcos legais de aprovação, além de determinarem regras urbanísticas e de organização da comida e alimentação nas cidades (através do zoneamento da cidade, por exemplo).

Há, atualmente, três linhas de estudos diferentes que trabalham a instrumentação da ação pública (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021). Neste trabalho, o instrumento é visto como central para a compreensão das mudanças e inovações nas políticas públicas (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021), em especial, no âmbito do planejamento urbano e da inserção das temáticas alimentares. Tais mudanças podem ser positivas ou negativas

– referindo-se ao desmantelamento de políticas públicas, por exemplo² (Bauer; Knill, 2012).

PLANEJAMENTO URBANO E ALIMENTAÇÃO

A construção de uma agenda política urbana voltada à alimentação era algo pouco debatido décadas atrás. Pothukuchi e Kaufman, em sua publicação de 1999, explicam que os sistemas alimentares eram menos visíveis do que outras questões urbanas, como habitação, transporte, emprego e meio ambiente. Para esses autores, o sistema alimentar tinha baixa visibilidade nas políticas urbanas, já que o acesso ao alimento era dado como garantido e, portanto, algo não problematizado (Ponthukuchi; Kaufman, 1999).

Dessa forma, o imaginário sobre o planejamento urbano acabou definindo que a alimentação não era considerada um problema da cidade, tornando tal temática menos presente nos debates desse âmbito (Ponthukuchi; Kaufman, 1999). Tais argumentos, segundo os autores, justificam o porquê grande parte das políticas urbanas ignora a importância dos sistemas alimentares para a qualidade da vida urbana (ibidem).

No entanto, uma mudança de paradigma encontra-se em curso, principalmente devido às preocupações com o crescimento populacional em áreas urbanas, o que gera ainda mais pressão sobre os sistemas alimentares. Em 2020, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, em inglês) publicou o Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana com o objetivo de fornecer orientações para políticas alimentares nas zonas urbanas, impulsionando consumo e produção sustentável de alimentos (FAO, 2020)³. A FAO propõe que as cidades incluam em suas políticas urbanas a complexidade entre o rural e o urbano; a garantia de acesso à alimentação adequada e demais condições básicas de vida não acessadas pelas populações mais pobres; o incremento de resiliência e sustentabilidade na produção de alimentos e eliminação de dejetos; e uma perspectiva integrada com setores

² De acordo com Bauer e Knill (2012), o desmantelamento se refere às mudanças em políticas públicas que resultam em cortes, reduções, diminuição ou, até mesmo, extinção. No caso dos instrumentos, o desmantelamento se expressa pela diminuição ou completa abolição destes, podendo ser mensurado pela densidade (mudanças no número de instrumentos) ou intensidade (escopo dos instrumentos) (Bauer; Knill, 2012).

³ Essa publicação não foi a primeira da FAO sobre o tema. Desde 1989, com o relatório intitulado “Urbanização, modalidades de consumo de alimentos e nutrição” (FAO, 2020), a instituição deu início a uma regularidade de publicações. Mais sobre a trajetória do debate está disponível no marco citado.

diversos (saúde pública, agricultura, meio ambiente, moradia, emprego etc.) (FAO, 2020).

Morgan (2009) afirma que, cada vez mais, os planejadores vêm incluindo questões alimentares no planejamento, isso porque as problemáticas alimentares apresentam-se cada vez mais complexas e emergenciais. O reconhecimento de que as mudanças climáticas - em parte provocadas também pelos modos de produção e consumo nos sistemas alimentares - impactam a produção de alimentos, gerando insegurança alimentar (IPCC, 2023), reforça a necessidade de os Estados incluírem tais questões em suas políticas públicas e no planejamento urbano.

Além do aumento da urbanização mundial e das mudanças climáticas em curso, outros fatores que impulsionaram a inclusão das temáticas alimentares no planejamento urbano são o aumento dos preços dos alimentos (decorrentes de crises econômicas, como a dos anos de 2007 e 2008), a prioridade internacional dada ao combate à insegurança alimentar e o aumento de conflitos por terra (Morgan, 2009). No entanto, como demonstram Cabannes e Marocchino (2018), a inclusão das temáticas alimentares no planejamento urbano ocorre de forma gradual e não linear. Os autores explicam que levam décadas para que sejam atingidos determinados resultados definidos nos planos (Cabannes; Marocchino, 2018).

Ainda neste debate, Hawkes e Parsons (2019) defendem que a alimentação deve estar presentes em todas as políticas públicas (*Food in All Policies*). Para isso, é necessária a colaboração intersetorial (entre setores diversos da administração pública) (IPES-FOOD, 2023), a fim de que as questões alimentares sejam analisadas a partir de uma perspectiva de governança integrada (CANDEL; PEREIRA, 2017). Outro ponto importante é a convergência entre políticas e planos que envolvem questões alimentares em outras escalas - regional, nacional e, até mesmo, internacional (IPES-FOOD, 2017).

No Brasil, as políticas alimentares incorporam o aspecto nutricional. Um grande marco é a Lei nº 11.346/2006 (também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN), a qual torna o poder público responsável pela formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações de SAN. Isso se aplica tanto à esfera federal, como estadual e municipal. Nessa lei, é criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que conta com a adesão voluntária de estados e municípios. Ao aderirem ao SISAN, os entes federados devem produzir seus próprios planos de SAN, devendo ser implementados,

monitorados e avaliados (Brasil, 2010). Para os municípios urbanos que aderem ao SISAN, a elaboração de planos de SAN é uma oportunidade para incluir a alimentação no planejamento urbano. Até o momento, 20 das 27 capitais brasileiras aderiram ao Sistema (MDS, 2024), levando-as a refletir e a introduzir instrumentos de planejamento sobre SAN baseadas em suas realidades urbanas.

Recentemente, foi instituída a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades, que tem como prioridade os territórios periféricos urbanos e populações em situação de vulnerabilidade e risco social⁴ (Brasil, 2023). Os municípios participantes da Estratégia (tal como Curitiba, incluído por ser uma capital) devem realizar um diagnóstico situacional do seu território a partir de um mapeamento das realidades locais necessárias à implementação das ações de SAN, que terão o apoio de seus respectivos estados e União. Os diagnósticos exigidos pelos municípios – relacionados com ambientes alimentares⁵, equipamentos de SAN e outros – têm o potencial de subsidiar a construção de instrumentos de planejamento urbanos que considerem múltiplas questões relacionadas à SAN⁶. Para além da construção de planos locais de SAN, os municípios podem se beneficiar de tais dados para repensar o planejamento urbano como um todo.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO URBANO EM CURITIBA E A INSERÇÃO DE QUESTÕES ALIMENTARES

São descritos nesta seção alguns dos instrumentos de planejamento urbano elaborados e implementados pelo poder público municipal de Curitiba.

⁴ Os eixos da Estratégia tratam da oferta e disponibilidade de alimentos saudáveis; promoção de ambientes alimentares urbanos saudáveis; produção de alimentos saudáveis e sustentáveis nas cidades; redução do desperdício de alimentos; articulação intersetorial para promover ações de segurança alimentar e nutricional etc. (Brasil, 2023).

⁵ Segundo Araújo (2023), o conceito de ambientes alimentares envolve a disponibilidade dos alimentos e seu acesso pelos consumidores, avaliado pela proximidade dos estabelecimentos alimentícios e as características dos alimentos ofertados. Ressalta a autora que os ambientes alimentares podem ser caracterizados como desertos e pântanos alimentares (Araújo, 2023), por exemplo, refletindo as desigualdades socioespaciais no acesso ao alimento saudável. Desertos alimentares são compreendidos como áreas, marcadas por desigualdades socioeconômicas, que possuem baixo acesso a alimentos saudáveis e pântanos alimentares são localidades em que há alta presença de estabelecimentos alimentares com presença de alimentos não saudáveis, como ultraprocessados (Araújo, 2023).

⁶ Os diagnósticos podem ser acessados na Plataforma Alimenta Cidades, disponível em: <[NATHALIE VIEIRA LUCION; CATIA GRISA](https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNzQxYzYzM5ZDctYjMwMy00ZTQ0LWl0OTItZGQ4YWY0YTZjExliwidCI6IjIxODA4YmQwLTVjNmEtNDlkZi05M2RmLWZiNmE3NDNmNTk0ZCIsImMiOjIj9>>.</p></div><div data-bbox=)

A partir dos planos analisados, encarados como instrumentos da ação pública, buscou-se compreender como cada um deles incorpora preocupações relacionadas com a alimentação e temas correlatos, como abastecimento. Por meio de tal investigação, é possível observar o entendimento e o tratamento dado à SAN e as mudanças e inovações em políticas públicas (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021) urbanas e alimentares.

O recorte temporal contempla desde a publicação do primeiro instrumento de planejamento do município – em 1943 – até o último plano diretor em vigência, instituído em 2015. Os planos analisados são: 1) Plano Agache, de 1943; 2) Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, de 1965; 3) Plano Municipal do Desenvolvimento Urbano, de 1985; 4) Plano de Abastecimento Alimentar, de 1984; 5) Adequação do Plano Diretor ao Estatuto da Cidade – 2004; e 6) Revisão do Plano Diretor – 2015. Dos planos analisados, não são considerados planos diretores o Plano Municipal do Desenvolvimento Urbano e o Plano de Abastecimento Alimentar. No entanto, estes são incorporados à análise porque apresentam proposições inovadoras e incluem a temática alimentar no planejamento urbano.

PLANO AGACHE

Em 1943, foi publicado no Boletim da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) o primeiro instrumento de planejamento do município. O Plano, produzido pelo urbanista francês Donat Alfred Agache, foi considerado uma inovação para o período. Antes de estruturar um plano para Curitiba, Agache havia atuado no planejamento urbano do Rio de Janeiro, no qual incluiu elementos característicos das cidades europeias que passaram por uma reconstrução após a Primeira Guerra Mundial (Carmo, 2011). Para Carmo (2011, p. 73), o então denominado Plano Agache “contribuiu na criação de um ambiente e tradição de Urbanismo e Planejamento Urbano junto aos técnicos na cidade de Curitiba”, dando à cidade o aspecto de moderna.

Um traço marcante do instrumento é o estabelecimento de áreas com funções específicas. O Plano identifica o saneamento, o descongestionamento (referindo-se ao tráfego urbano, circulação de produção, de abastecimento urbano e vias que possibilitam acesso externo) e a necessidade de criação de órgãos funcionais que irradiem vida comercial e social como problemas urbanos prioritários (Curitiba, 1943). Além de setorizar a cidade, Agache também definiu métricas para as vias e tamanho dos edifícios

em determinadas áreas, demonstrando que o instrumento estudado tem características de imposição, sendo enquadrado como legislativo/regulamentação (Lascoumes; Le Galès, 2007 apud Halpern; Lascoumes; Le Galés, 2021).

Nessa ideia de funções urbanísticas, o Plano de 1943 também estabeleceu centros de abastecimento. Os produtos comercializados nos centros urbanos tinham origem em áreas mais distantes, transportados por imigrantes de origem europeia (citados no Plano como “colonos” poloneses, italianos e alemães)⁷: “Trazem eles seus produtos em toscas carroças de tração animal com as quais percorrem ainda as principais ruas de cidade. Esse hábito (...) necessita ser substituído.” (Curitiba, 1943, p. 39).

A solução para esse problema estava na criação de um grande mercado central, coberto, que deveria ser construído ao lado da Estação Rodoviária, conectado com a linha férrea. Propôs-se também a criação de uma rede de pequenos centros de abastecimento para as populações que viviam nos bairros (Curitiba, 1943, p. 39), de modo que não precisassem realizar longos deslocamentos para se abastecer. Segundo a Prefeitura de Curitiba (1943), a criação do mercado central e dos entrepostos iria facilitar a reposição de alimentos nos estabelecimentos pelos “colonos” e possibilitar que a população se abastecesse em qualquer dia e horário.

Cabe ainda mencionar que foi definido um zoneamento para a cidade, incluindo uma zona agrícola (ZA) (Curitiba, 1943), o que demonstra a relevância dessa área no período para o abastecimento alimentar da população e para a economia. Em suma, na década de 1940, a compreensão do poder público sobre a alimentação estava centrada na produção de alimentos e nos problemas que sua comercialização nas áreas centrais da cidade, de forma desordenada, gerava ao tráfego. Isso trouxe consequências do ponto de vista da organização da cidade, como o incentivo à instalação de comércios e demais equipamentos destinados ao abastecimento alimentar em áreas mais distantes do centro.

⁷ Ribas (2005) explica que, durante o século XIX, a instalação de imigrantes europeus no interior da então província do Paraná foi considerada uma experiência frustrante, especialmente porque havia grande distância entre os centros urbanos, dificultando a comercialização da produção agropecuária. Esses imigrantes se deslocaram para Curitiba através de incentivos de um programa governamental do período, que tinha como objetivo facilitar o acesso dos produtores aos mercados consumidores (RIBAS, 2005). Os primeiros “colonos” de Curitiba tinham suas chácaras em bairros próximos à estrada de Ferro que ligava Curitiba a Paranaguá, dedicadas principalmente à atividade pecuária, mas que contavam com a produção de hortigranjeiros (Ribas, 2005).

PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO DE CURITIBA

Em 1965, após uma revisão de ideias do Plano Agache, surgiu o Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, aprovado via Lei municipal nº 2.828/1966. Segundo Carmo (2011), há um abandono da concepção de centros com funções específicas e a adoção de requisitos demográficos (densidade populacional) para estabelecer um novo zoneamento da cidade. Como será possível perceber a seguir, o instrumento condiciona atividades autorizadas para cada um deles. Além disso, está ancorado em uma lei, votada por representantes eleitos no período, fato que revela ser um instrumento legislativo/regulamentação (Lascoumes; Le Galès, 2007 apud Halpern; Lascoumes; Le Galés, 2021).

Nesse período, a cidade foi governada pelo urbanista Jaime Lerner, o que resultou na criação do Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) (Carmo, 2011). Curitiba passou a carregar a imagem de cidade modelo, reconhecida tanto em nível nacional como internacional pela sua trajetória no planejamento urbano (Carmo, 2011; García, 1997).

Nesse plano foi afirmado que 70% da população curitibana em idade ativa (neste período dos 10 a 59 anos de idade) estava ocupada no setor terciário (Curitiba; IPPUC; 1965). A agricultura, atividade essencial para o abastecimento alimentar, correspondia à atividade com menos população empregada. Por outro lado, a indústria de alimentos era responsável por empregar 14,3% das ocupações na indústria, ficando atrás apenas da indústria madeireira (22,8%) e mobiliária (21,1%) (Curitiba; IPPUC; 1965).

Também havia um diagnóstico sobre a distribuição do abastecimento urbano alimentar: a) destacava-se o crescimento espontâneo de redes de abastecimento alimentar, como mercados, feiras livres e centros vicinais de compra; b) o posicionamento geográfico do mercado central, matadouros e frigoríficos era considerado ineficaz para as necessidades do período, aspecto relacionado com um sistema viário urbano visto como deficiente; e c) a distribuição de mercados e feiras pela cidade atendiam razoavelmente à demanda, mas havia uma deficiência em sua distribuição e precariedade em sua instalação (Curitiba; IPPUC; 1965). Em um mapa sobre a distribuição do abastecimento urbano, é mostrado que havia localidades do município, como o bairro Boqueirão – ao sul da cidade, que não contavam com feiras livres e mercados. O Plano então salientava a necessidade de ampliar a presença de mercados pela cidade, cada um deles atendendo a um raio de 800 metros (Curitiba; IPPUC; 1965).

A proposta para o zoneamento da cidade não incluiu uma zona agrícola, como anteriormente. Foi estabelecida uma zona residencial de baixa densidade, área em que seria estimulada a criação de sítios, chácaras e áreas recreativas, sendo permitida a implantação de agroindústrias (Curitiba; IPPUC; 1965). Ao tratar do “setor de abastecimento”, uma zona especial, espacialmente delimitada em uma área mais distante do centro da cidade, o Plano sinalizou que Curitiba passava a depender de alimentos produzidos em outras localidades.

O setor de abastecimento será destinado à localização de silos, depósitos e locais de triagem e recepção dos produtos hortigranjeiros, perecíveis ou não; será incentivada a construção de frigoríficos, mercados atacadistas, usinas de pasteurização e agroindústrias ligadas ao abastecimento direto da população. Sua localização, tangente às Estradas do Café e de Campo Limpo com ligações com a estrada que vai a Santa Felicidade e com a do sudoeste, absorve a maior direção das fontes de abastecimento. Uma situação deste setor ao longo da estrada de ferro parece-nos menos importante, face ao longo prazo com que o novo leito será executado. O matadouro não foi localizado no setor de abastecimento e sim isolado ao lado da zona industrial, pois aquela localização, ideal do ponto de vista viário, utilizaria as águas do rio Iguaçu a montante de possíveis e grandes reservas florestas e de parque. (Curitiba; IPPUC; 1965, p. 169).

Comparado com o Plano Agache, o Plano Preliminar de Urbanismo já tratava do abastecimento alimentar de maneira mais ampliada. A partir da leitura do fragmento, é possível perceber que Curitiba se associa a uma cidade preparada para atender às demandas alimentares da população em crescimento e receber novas empresas. No contexto de globalização e crescente competitividade, García (1999) ressalta que as cidades empregam esforços para gerar políticas promocionais, valorizando o local para atrair investimentos.

Por isso, a menção à localização do setor de abastecimento, privilegiada do ponto de vista logístico (devido à proximidade com rodovias que ligam a capital ao interior), não é feita ao acaso. Incluir esse aspecto no planejamento de Curitiba demonstra a figura do planejador como a de um promotor do crescimento, responsável em aliar os setores públicos e privados na busca

pela contemplação de interesses comuns (García, 1999). Essa descoberta é condizente com a argumentação de que os instrumentos não são neutros, sendo suas decisões permeadas por valores e negociações políticas (Lascoumes; Le Galès, 2012).

A presença de silos, mercados atacadistas e outros estabelecimentos também já demonstra a tentativa de criar um aglomerado nos termos de Porter (1999), entendido como a concentração de empresas em uma mesma localidade que acabam cooperando entre si e usufruindo das facilidades de proximidade e inovação. Para Porter (1999), os governos tendem a exercer impacto positivo sobre os aglomerados através da melhoria na infraestrutura de transporte e comunicação, e na criação de políticas econômicas que favoreçam as empresas.

Nesse Plano, a ação estatal em relação à alimentação versa sobre a recepção, armazenamento e distribuição de alimentos para o abastecimento da cidade. As preocupações sinalizadas no instrumento estão vinculadas ao aumento populacional de Curitiba e às suas possíveis dificuldades no acesso aos gêneros alimentícios. A produção deixa de ser uma dimensão problematizada e passa a ser mencionada de forma indireta.

PLANO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO E PLANO DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR

O Plano de Abastecimento Alimentar e o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), publicados na década de 1980, apresentam as temáticas alimentares de forma mais central e diversificada quando comparada aos instrumentos de planejamento anteriores. Pela primeira vez, os planos mencionavam a fome, até então nunca abordada nos planos anteriores.

A alimentação torna-se um tema essencial no planejamento urbano, principalmente porque o Brasil havia passado por um contexto de alta inflação, resultado dos processos ocorridos durante a ditadura militar (Vasconcelos, 2005). Aos poucos, a população viu seu poder de compra diminuir, impactando no seu acesso aos alimentos. Vasconcelos (2005) afirma que, nesse período, aumentou o número de desnutridos no país. Em outros países, a fome também se tornou mais prevalente, forçando organismos internacionais (como a Organização Mundial da Saúde, FAO e outros) a defenderem que os países latino-americanos incorporassem em seu planejamento econômico um planejamento

nutricional (Vasconcelos, 2005). A emergência da fome também impulsionou a realização da 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (1986) (Burlandy, 2009), marcada pelas reivindicações populares e movimentos sociais associados ao tema.

Ainda nesse contexto, Maurício Fruet assumiu a Prefeitura Municipal de Curitiba e propôs a reorientação das pesquisas e planejamento urbano desenvolvidos no IPPUC (Nazareno, 2005). Nazareno (2005) explica que Fruet assumiu o poder em um contexto de transição entre regime autoritário e abertura democrática, sendo indicado pelo então governador do Paraná, José Richa. Ao longo de seu mandato, Fruet foi responsável por liderar a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU), que acabou não sendo regulamentado por Lei e, por isso, não se configurou formalmente em um plano diretor (Nazareno, 2005).

O Plano de Abastecimento Alimentar, publicado em 1984, tinha como objetivo nortear e organizar a produção e canais de comercialização de alimentos no município, de maneira a aumentar a quantidade e qualidade dos alimentos, tornando-os mais acessíveis para a população (IPPUC, 1984). García (1999) afirma que a elaboração de um plano com viés estratégico conferia à Curitiba o título de “Capital da qualidade de vida”.

No plano constam diagnósticos da produção agrícola, considerando a região metropolitana de Curitiba (RMC), da comercialização de hortigranjeiros e do consumo de alimentos básicos (IPPUC, 1984). O plano apresentou também proposições e prioridades em nível de produção, comercialização, consumo de alimentos básicos e de normalização e regulamentação.

Dentre a gama de informações apresentadas pelo diagnóstico da produção agrícola, destaca-se que os municípios da RMC apresentam número de produtores e produção anual mais elevada do que na capital (IPPUC, 1984). No entanto, os agricultores da RMC tinham dificuldades de comercializar seus produtos, mesmo na Central de Abastecimento S/A (CEASA), e possuíam baixo acesso ao crédito agrícola e à tecnificação, além de enfrentarem forte intermediação (IPPUC, 1984).

Existia uma preocupação com a forma como esses alimentos hortigranjeiros eram comercializados, tanto no varejo como no atacado. A venda para o varejo acontecia nas feiras livres e supermercados, mais presentes em bairros nobres, não atendendo as populações periféricas. Foi salientado que a população com baixa renda também não conseguia

acessar a esses alimentos devido ao seu preço, antecipando preocupações relacionadas aos ambientes alimentares.

Neste ponto, é possível observar uma mudança expressiva no tratamento da alimentação no instrumento de planejamento urbano, já que são reconhecidas problemáticas não abordadas nos planos anteriores. Os diagnósticos realizados servem como base para explicitar as ações propostas pelo plano. Por isso, esse instrumento de planejamento pode ser considerado, além de legislativo, regulamentador (Lascoumes; Le Galès, 2007 apud Halpern; Lascoumes; Le Galés, 2021).

Tendo em vista o panorama de abastecimento alimentar em Curitiba, foram realizadas proposições e elencadas prioridades em nível de produção agrícola e meio ambiente; comercialização; consumo de alimentos básicos; e normatização e regulamentação. Sobre a categoria “consumo de alimentos básicos”, uma das proposições destacava a criação de um programa de alimentos básicos para a população de baixa renda, possibilitando a ingestão mínima de proteínas, calorias e vitaminas (IPPUC, 1984). Sobre “normatização e regulamentação”, uma das ações previstas era a criação de uma comissão de abastecimento alimentar da RMC, a fim de convergir esforços para a execução de planos, programas e projetos destinados ao desenvolvimento rural e abastecimento alimentar de Curitiba e da RMC (ibidem).

Em 1985, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) publicou o Plano Municipal do Desenvolvimento Urbano (PMDU), cuja proposta era ser um instrumento que orientaria o atendimento de necessidades de equipamentos, infraestrutura e serviços em Curitiba nos próximos 15 anos (IPPUC, 1985). A “Capital da qualidade de vida” passou a incorporar valores da cultura urbana global a partir do desenvolvimento local, apresentando no planejamento urbano um misto entre novas e antigas ideias já consolidadas (García, 1999).

Seus objetivos estavam centrados na distribuição de renda e instalação de equipamentos que atendessem a população que vivia em áreas periféricas, possibilitando maior oferta de emprego; democratização do uso da cidade e dos equipamentos, a fim de corrigir os desequilíbrios entre a ocupação do espaço e a implantação de infraestrutura e equipamentos urbanos; e favorecimento da participação da população na gestão (IPPUC, 1985). Ademais, o Plano Municipal do Desenvolvimento Urbano tinha a missão de avaliar o plano diretor anterior e estabelecer estratégias futuras (ibidem).

O abastecimento alimentar no PMDU foi explicitado na parte que tratava de “serviços de consumo coletivo”, acompanhado de educação, saúde, atendimento infantil, cultura e habitação. A seção que abordava o abastecimento alimentar inicia com a exposição da perda do poder aquisitivo da população nos últimos anos, o que dificultou o acesso da população ao mercado consumidor e gerou impactos sobre os padrões nutricionais, assim como a prioridade dada à produção de culturas voltadas à exportação em detrimento de ofertas de alimentos para consumo interno (IPPUC, 1985). Aspectos como a concentração fundiária no campo e a especulação de áreas produtivas foram mencionados nessa contextualização. A região metropolitana de Curitiba foi apontada como esse conjunto de municípios com capacidade de produção de alimentos, o que assegurava o abastecimento alimentar (ibidem). As proposições incluíam o olhar para as vulnerabilidades sociais e a participação da população nesse processo, característico da retomada democrática no país.

Dentre as proposições do PMDU sobre abastecimento alimentar, destacavam-se: a) melhoria e ampliação de serviços prestados pela Prefeitura, como o mercado municipal, feira do produtor, feiras livres, ambulantes, central de compras do comércio varejista, com o objetivo de reduzir os preços na periferia; b) elaboração de estudos diversos que verificassem a distribuição das “alternativas de abastecimento”, de modo a planejar a distribuição de feiras livres, principalmente em áreas periféricas e carentes; c) estímulo e promoção da produção agrícola em áreas consideradas rurais no município por meio de assistência técnica; e d) implantação de hortas comunitárias, escolares, quintais verdes, criação de animais de pequeno porte para consumo, “visando recuperar hábitos alimentares e aumentar as alternativas nutricionais” (IPPUC, 1985, p. 136).

As ações previstas em ambos os planos demonstram uma nova compreensão sobre a alimentação e o abastecimento, proporcionando, até mesmo, uma reorganização e ressignificação de certos espaços da cidade, exemplificados principalmente pela ampliação de equipamentos alimentares em áreas periféricas e pelo estímulo à agricultura urbana. Mesmo sem o rótulo de planos diretores, o PMDU e o Plano de Abastecimento Alimentar retomam alguns debates anteriormente abandonados e têm como pilares ideias fortes do período de redemocratização.

Em 1986, após a publicação dos planos, foi criada, durante o governo de Roberto Requião de Mello e Silva (1986-1989), a Secretaria Municipal

do Abastecimento (SMAB) no município, inicialmente formada por funcionários contratados de outras instituições públicas que faziam forte ativismo institucional na temática (Zimmermann; Grisa; Aranha, 2024). Além disso, nos anos iniciais, a SMAB tinha como secretário Jorge Samek, engenheiro agrônomo que também ocupou o cargo de presidente no CEASA-PR (Nazareno, 2005), o que demonstrava o fortalecimento da pauta da produção agrícola e abastecimento pelo poder público.

Quando aprovada pela Lei Ordinária nº 6.817/1986, a SMAB tinha entre as suas atividades disciplinares a distribuição de alimentos; o fomento à produção rural na RMC (através de convênios com o estado do Paraná e municípios); a criação de equipamentos que facilitassem a comercialização de alimentos para o consumidor; a administração de mercados municipais e feiras livres; a colaboração em atividades de orientação e defesa do consumidor etc. (Curitiba, 1986). A criação da secretaria vai ao encontro das ideias contidas nos planos, demonstrando interesse do poder público municipal em executar as ações e programas previstos. Esse movimento, somado às outras inovações em políticas públicas, conferem à Curitiba, a partir dos anos 1990, a denominação de “Capital Ecológica” (García, 1999).

Nos dois planos publicados na década de 1980, há uma mudança significativa no tratamento das temáticas alimentares pelo poder público. Um dos principais pontos é a preocupação com o acesso à alimentação saudável pelas populações vulneráveis socialmente. Os planos publicados na década de 1940 e 1960 mencionavam a necessidade de melhor distribuir estabelecimentos alimentares, mas jamais mencionando as razões sociais relacionadas, sendo, até então, realidades ignoradas nos planos. A novidade nesses planos é a preocupação com a qualidade nutricional e a saudabilidade da população, em parte relacionada com a emergência da fome, pauta presente até mesmo na agenda internacional.

Outro ponto importante observado é a preocupação do poder público com a dimensão da produção de alimentos, ressaltando a importância da atividade agrícola da RMC, bem como as dificuldades encontradas pelos agricultores. A inquietação com esse tema da produção exigiu o reconhecimento da interdependência da capital com as cidades adjacentes. A agricultura urbana, não pontuada em outros planos, também ganhou notoriedade, sendo uma alternativa para proporcionar à população acesso à alimentação saudável.

ADEQUAÇÃO DO PLANO DIRETOR AO ESTATUTO DA CIDADE

A Lei nº 11.266/2004 adequou o Plano Diretor do município a partir do Estatuto da Cidade. Segundo a Lei Federal nº 10.257/2001, o planejamento municipal deve elaborar instrumentos da política urbana, como: plano diretor; parcelamento, uso e ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais; e planos de desenvolvimento econômico e social (Brasil, 2001).

A Lei municipal nº 11.266/2004 prevê a adequação das diretrizes estabelecidas no Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba (1985), adicionando aspectos do Estatuto da Cidade, como a elaboração de uma política social e econômica, e tratando em uma seção o abastecimento alimentar. O objetivo da política municipal de abastecimento alimentar, considerada inovadora na trajetória do planejamento urbano do município, era promover a segurança alimentar da população, priorizando os grupos em situação de vulnerabilidade social (Curitiba, 2004). Esse objetivo estava relacionado com a melhoria do padrão nutricional da população através da eliminação de barreiras ao acesso a alimentos de qualidade e acessíveis financeiramente (Curitiba, 2004). Tais fatos indicam, mais uma vez, mudanças na forma de compreender a alimentação.

As diretrizes dessa política diziam respeito à ampliação da rede social de abastecimento; oferta de alimentos baratos e com qualidade; promoção da educação alimentar; ampliação e apoio em iniciativas de produção, distribuição e comercialização de alimentos; incentivo à produção de hortaliças, grãos e plantas medicinais em imóveis públicos e privados; promoção de ações que visam combater à fome e garantir alimentação em situações emergenciais e de calamidade (Curitiba, 2004).

Na política municipal de abastecimento foram retomados alguns aspectos destacados nos planos da década de 1980, como a preocupação com a fome e a qualidade nutricional da alimentação da população em situação de vulnerabilidade social. Também é mencionado o termo “segurança alimentar” e há a continuidade na defesa da produção de alimentos na cidade. Um ano antes foi criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) em Curitiba (Curitiba, 2003), o que também sinaliza o peso das pautas da sociedade civil sobre alimentação no planejamento urbano, principalmente por ser um órgão de assessoramento imediato do

poder executivo. No mesmo marco legal de criação do COMSEA foi criado o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Curitiba, 2003).

Cabe salientar que a criação da política municipal de abastecimento é pensada em um contexto de fortalecimento de políticas alimentares em âmbito nacional – marcadas pelo lançamento do Programa Fome Zero e pela reinstalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Takagi, 2010; Moraes, 2019), o que poderia ter impulsionado a inclusão do tema nesse instrumento de planejamento.

Nesse plano são formalizadas ideias sobre o abastecimento alimentar, expostas nos planos da década de 1980. A criação de uma política e de um fundo municipal específicos para a questão, bem como a constituição de um mecanismo de participação social, representam um grande salto nas políticas alimentares do município.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Em 2015, o Plano Diretor do município foi revisado. A Lei nº 14.771/2015 explica que integram o Plano Diretor os planos setoriais, planos estratégicos, planos de administrações regionais e outros planos, programas e projetos relacionados. Os planos setoriais contemplam ações a serem implementadas pelo poder público municipal, considerando os princípios, diretrizes e objetivos do Plano Diretor; e os planos estratégicos tratam de ações e projetos que abrangem temas específicos (Curitiba, 2015).

A alimentação surge em diversos pontos do plano. Ao discorrer sobre a política municipal de meio ambiente, é citada a agricultura urbana e, no capítulo que trata do desenvolvimento social, é garantido o acesso da população ao atendimento na área de segurança alimentar e nutricional (Curitiba, 2015). A SAN, assim como as áreas de assistência social, cultura, educação, esporte e lazer e saúde, são consideradas no plano como políticas indutoras do desenvolvimento social, devendo ser implementadas de forma intersetorial (Curitiba, 2015). Dessa forma, a alimentação se faz presente em diversas políticas públicas (Hawkes; Parsons, 2019), sendo o Plano Diretor instrumento responsável por conectá-las, estruturando a ação pública (Halpern; Lascoumes; Le Galès, 2021). Como já discorrido, a intersetorialidade é central para as políticas de SAN, tanto em âmbito nacional como internacional, possibilitando tratar da temática de maneira integrada (Candel; Pereira, 2017).

Também é nesse plano que se menciona pela primeira vez nos instrumentos de planejamento do município o termo “segurança alimentar e nutricional” (SAN), já que, no plano anterior, a palavra “nutricional” não constava. No entanto, a política que trata desse aspecto é ainda denominada como de abastecimento. No Plano Setorial de Desenvolvimento Social, que também compõe o Plano Diretor (Curitiba, 2015), é explicado que a política de abastecimento foi renomeada como “política municipal de segurança alimentar e nutricional” (Curitiba; IPPUC, 2020).

A política municipal de abastecimento define como seu objetivo promover a SAN na cidade, tendo 12 diretrizes sobre o tema. As diretrizes versam sobre temas como o combate à insegurança alimentar e nutricional; promoção do acesso à alimentação adequada e segura para a população, priorizando alimentos in natura e minimamente processados, regionais e com baixo custo; promoção de educação alimentar e nutricional; ampliação e apoio à produção de alimentos, priorizando aqueles produzidos pela agricultura familiar e através de sistemas produtivos sustentáveis; incentivo à agricultura urbana; feiras com alimentos da agricultura familiar e gastronomia regional; valorização da produtor rural, hortas comunitárias e produtos orgânicos; reaproveitamento de alimentos etc. (Curitiba, 2015).

Há de se mencionar que, quando esse plano foi elaborado, já estavam em vigor marcos legais em nível federal importantes para as questões de segurança alimentar e nutricional (SAN) - como a LOSAN. Além disso, em 2010, a alimentação também passou a integrar o rol de direitos sociais garantidos constitucionalmente (Brasil, 1988). Esses instrumentos legislativos fortaleceram ainda mais a inclusão do tema na agenda municipal.

Em 2013, dois anos antes da aprovação do Plano Diretor, foi instituída a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), composta por representantes de secretarias da administração pública municipal que têm a responsabilidade de elaborar, executar, monitorar e avaliar a política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) (Curitiba, 2013). Alguns meses antes da aprovação do Plano Diretor por lei, Curitiba também havia aderido ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan; Curitiba, 2023), reforçando o comprometimento do poder público com as questões alimentares na cidade. Zimmermann, Grisa e Aranha (2024) evidenciam que o discurso intersetorial em SAN é forte no município, característica que se reflete na elaboração do Plano Diretor de

2015, visto que as temáticas alimentares se fazem presentes em diversas políticas setoriais.

O plano também delinea para os próximos 10 anos a sua responsabilidade em promover a SAN em Curitiba, demonstrando que a alimentação é uma prioridade que vai além de governos isolados. Reafirmar esse compromisso em um instrumento de planejamento demonstra que a questão é assumida politicamente, comprovando que os planos não são neutros, indo além de ferramentas técnicas (Lascoumes; Le Galès, 2012). A presença de uma política de SAN no Plano Diretor sinaliza uma potencial reorganização das cidades que consideram a temática e que buscam contemplar os interesses em torno de atores e organizações (Lascoumes; Le Galès, 2012), expressos pelo modelo de gestão público-privado (García, 1999).

A maneira como a alimentação é tratada no atual Plano Diretor resulta de um acúmulo de experiências sobre o tema, obtidas ao longo das décadas pelo poder público municipal. A inclusão do termo “nutricional” é considerada uma mudança significativa, pois amplia os sentidos da política pública municipal. Ainda, a intersetorialidade é adicionada ao rol de compromissos municipais, vistos como imprescindíveis à elaboração, execução, monitoramento e avaliação de políticas de SAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi compreender a evolução das políticas alimentares urbanas em Curitiba, capital do estado do Paraná. Para isso, foram analisados planos diretores e demais instrumentos de planejamento urbano publicados de 1943 a 2015.

Os planos foram escolhidos porque são considerados instrumentos da ação pública, sendo, dessa forma, meios para organizar e operacionalizar as ações governamentais (Lascoumes; Le Galès, 2012). Os planos, assim como outros instrumentos da ação pública, não são neutros (Lascoumes; Le Galès, 2012), pois apresentam diferentes concepções sobre alimentação, priorizando temas em detrimento de outros. Isso pôde ser observado nos seis planos analisados: cada um deles expõe múltiplos pontos de vista sobre a cidade e sobre a alimentação, selecionando questões que serão alvo de problematização e ação.

A partir dos planos ou instrumentos de planejamento analisados, percebe-se o amadurecimento e a consolidação das políticas alimentares urbanas em Curitiba. Em concordância com Cabbanes e Marocchino (2018),

a inclusão da alimentação no planejamento urbano de Curitiba ocorreu de forma gradual ao longo de mais de 70 anos, assumindo diferentes formas em cada instrumento. Diferente do apontado por Ponthukuchi e Kaufman (1999), a temática da alimentação esteve presente em toda a trajetória do planejamento urbano em Curitiba – com mais ou menos intensidade.

No início, os planos abordavam a questão alimentar mais do ponto de vista da produção, armazenamento e distribuição dos alimentos. A preocupação com o abastecimento da população em crescimento na capital levou o poder público a repensar a distribuição de equipamentos de abastecimento alimentar. A partir da década de 1980, outras problemáticas alimentares tornaram-se alvo dos planos, tal como o baixo acesso a alimentos saudáveis pelas populações periféricas. A produção de alimentos ao redor da cidade, nos municípios da RMC, também passou a ser um ponto importante e com destaque nas políticas alimentares, contribuindo para a criação de uma secretaria focada em tal questão. A criação de mecanismos de participação e coordenação intersetorial, bem como a política municipal de abastecimento (ou de SAN), demonstram que o poder público enxerga as questões alimentares desde a sua complexidade.

Em cada plano publicado, o poder público renova para o mundo a imagem da cidade, da alimentação e da segurança alimentar que pretende passar. Como aponta García (1999), o poder público de Curitiba apostou em políticas promocionais, atribuindo à cidade adjetivos relacionados à modernidade, qualidade de vida, sustentabilidade e inovação. A preferência às inovações locais em termos de políticas alimentares (ZIMMERMANN; GRISA; ARANHA, 2024) garante à cidade a manutenção de tal *status*.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Coordenação Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC) e ao CNPQ por meio do Projeto de Pesquisa “Construção de capacidades estatais para transformação dos sistemas agroalimentares: uma análise das políticas alimentares nas capitais brasileiras” (processo 403508/2021-5).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Melissa Luciana de. **Sistema alimentar, ambiente alimentar e desfechos para a segurança alimentar e nutricional**: um modelo conceitual para o Brasil. 2023. 216 f. Tese (Doutorado em Saúde e Nutrição) – Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Nutrição, Ouro Preto, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufop.br/items/25f6580a-2458-45db-a677-08c32c2f3490>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BAUER, Michael; KNILL, Christoph. Understanding policy dismantling: an analytical framework. In: BAUER, Michael et al. **Dismantling public policy**: preferences, strategies and effects. London: Oxford University Press, 2012, p. 30-51.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1998.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010. Seção 1, p. 6.

BRASIL. Decreto nº 11.822, de 12 de dezembro de 2023. Institui a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2023. Edição Extra.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 set. 2006.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 14, n. 3, 2009, p. 851-860. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300020>>. Acesso em: 25 jun. 2024.

CABANNES, Yves; MAROCCHINO, Cecilia. Food and urban planning: The missing link. In: CABANNES, Yves; MAROCCHINO, Cecilia (Eds). **Integrating food into urban planning**. UCL Press; FAO: London; Rome, 2018. p.18-59. Disponível em: <<https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10061454/1/Integrating-Food-into-Urban-Planning.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CANDEL, Jeroen J. L.; PEREIRA, Laura. Towards integrated food policy: main challenges and steps ahead. **Environmental Science and Policy**, [S.l.], v. 73, 2017, p. 89-92. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.envsci.2017.04.010>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CARMO, Julio Cesar Botega do. **A permanência de estruturas urbanas e a construção do conceito de cidade na abordagem geográfica**. 2011. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/26438>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CURITIBA. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (PLAMSAN/Curitiba)**: 2024-2027. 2023. Disponível em: <<https://segurancaalimentar.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/457>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

CURITIBA. Decreto Municipal nº 1.821, de 20 de dezembro de 2013. Institui a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Curitiba. **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 20 dez. 2013.

CURITIBA. Lei nº 6.817, de 02 de janeiro de 1986. Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração municipal. **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 02 jan. 1986.

CURITIBA. Lei nº 10.698, de 12 de junho de 2003. Cria o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Fundo Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 12 jun. 2003.

CURITIBA. Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 16 dez. 2004.

CURITIBA. Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. **Diário Oficial do Município**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 17 dez. 2015.

CURITIBA. Plano de Urbanização. In: Boletim PMC. Empresa Gráfica Paranaense LTDA: Curitiba, 1943. Disponível em: <https://ippuc.org.br/storage/uploads/4f3c27ad-ed95-4940-a80b-2c51856ad31b/D11_001_BR.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CURITIBA; IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Curitiba, 1965.

CURITIBA; IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Planos Setoriais: Desenvolvimento Social. Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://ippuc.org.br/planos-setoriais?backTo=to%25Bname%25D%3DPagina%26to%25Bparams%25D%25Bslug%25D%3Dplano-diretor%26page%3D%25C3%25A0%2520Vis%25C3%25A3o%2520Geral%2520do%2520Plano%2520Diretor>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

FAO. **Marco da FAO para a Agenda Alimentar Urbana**. Roma, 2020. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/ca3151pt/CA3151PT.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

GARCÍA, Fernanda Sánchez. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], n. 1, p. 115-132, 1999. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

GARCÍA, Fernanda Sánchez. Reorganização do espaço metropolitano e marketing territorial: o caso da Grande Curitiba. **GeoUsp**, v. 1, n.1, p. 41-55, 1997. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/geousp/article/view/123224>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

HALPERN, Charlotte; LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. As abordagens a partir dos instrumentos da ação pública. In: PORTO DE OLIVEIRA, Osmany; HASSENTEUFEL, Patrick (Orgs.). **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**. Brasília: ENAP, 2021, p. 31-59.

HAWKES, Corinna; PARSONS, Kelly. Brief 1: tackling food systems challenges: the role of Food Policy. In: PARSONS, Kelly; HAWKES, Corinna. **Rethinking Food Policy: A Fresh Approach to Policy and Practice**. London: Centre for Food Policy, 2019. Disponível em: <https://www.city.ac.uk/_data/assets/pdf_file/0005/570443/7643_Brief-1_Tackling-food-systems-challenges_the-role-of-food-policy_WEB_SP.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2024.

IBGE. **Panorama Censo 2022**: Curitiba. 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=4106902>>. Acesso em: 19 jan. 2024.

IPPC (Intergovernmental Panel on Climate Change). **Climate Change 2023: synthesis report**. Genebra: IPPC, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf> Acesso em: 15 nov. 2024.

IPES-FOOD. **From plate to planet: How local governments are driving action on climate change through food**. 2023. Disponível em: <<https://ipes-food.org/report/from-plate-to-planet/>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

IPES-FOOD. **What makes urban food policy happen? Insights from five case studies**. 2017. Disponível em: <https://www.ipes-food.org/_img/upload/files/Cities_full.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). **Abastecimento Alimentar**. Curitiba, 1984. Disponível em: <https://ippuc.org.br/storage/uploads/d098965a-2e9d-4a22-bfdf-890731fa0d03/D14_002_BR.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano 1983-1985**. Curitiba, 1985. Disponível em: <https://ippuc.org.br/storage/uploads/15d6afdf-c3f4-40c1-a1da-202f0638b50e/D14_001_BR.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LASCOUMES, Pierre; SIMARD, Louis. L'action publique au prisme de ses instruments – Introduction. **Revue Française de Science Politique**, [S.l.], n. 61, v. 1, p. 5-22, 2011. Disponível em: <<https://sciencespo.hal.science/hal-02186613v1/file/2011-l-action-publique-au-prisme-de-ses-instruments.pdf>>. Acesso em: nov.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. A ação pública abordada pelos seus instrumentos. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S.l.], n. 18, v. 9, p. 19- 44, 2012. Disponível em: < <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1331>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Co. mbate à Fome (MDS). **Sisan ultrapassam marca de mil municípios e chega a 19 das 26 capitais brasileiras**. 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/sisan-ultrapassa-marca-de-mil-municipios-e-chega-a-19-das-26-capitais-brasileiras>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MORAES, Verena Duarte de. **Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: as instâncias de coordenação intersetorial e de participação social. 2019. 261 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/49726>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MORGAN, Kevin. Feeding the City: The Challenge of Urban Food Planning. **International Planning Studies**, [S.l.], n. 14, v. 4, p. 341-348, 2009. Disponível em: < <https://doi.org/10.1080/13563471003642852>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NAZARENO, Louise Ronconi de. **Redes sociais e coalização de governo em Curitiba 1985-2004**. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24092008-110511/es.php>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

NORTH, Douglass C.. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

OSTROM, Elinor. Institutional Rational Choice: an assessment of the Institutional Analysis and Development Framework. In: SABATIER, Paul A. **Theories of the policy process**. Boulder: Westview Press, 2007. p. 21-64.

PORTER, Michael E. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POTHUKUCHI, Kameshwari; KAUFMAN, Jerome L. Placing the food system on the urban agenda: The role of municipal institutions in food systems planning. **Agriculture and Human Values**, [S.l.], n. 16, 1999. p. 213-224. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1007558805953>>. Acesso em: 04 mar. 2024.

RIBAS, Maria Teresa Gomes de Oliveira. **A segurança alimentar e nutricional na produção da cidade**: reflexões a partir do bairro Capão da Imbuia (Curitiba/PR). 2005. 340 F. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curitiba, 2005. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/4686?show=full>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

em: 14 nov. 2024.

TAKAGI, Maya. **A implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: seus limites e desafios**. 2006. 214 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada, Campinas, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/363168>>. Acesso em; 14 nov. 2024.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista Nutrição**, Campinas, nº 18, v. 4, p. 439-457, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400001>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida; GRISA, Catia; ARANHA, Adriana. Políticas alimentares e capacidades estatais em capitais metropolitanas brasileiras. **Confins**, [S.l.], nº 63, p. 1-16, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/11wvv>>. Acesso em: 04 set. 2024.

A AGRICULTURA FAMILIAR CAMPONESA E OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: A EXPERIÊNCIA DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS¹

**Sandi Xavier Mancilia
Giancarla Salamoni**

INTRODUÇÃO

O fenômeno global das mudanças climáticas tem suas manifestações distintas no espaço físico natural, trazendo consequências para as práticas agrícolas e interferências na paisagem rural. Verifica-se que os fenômenos climáticos contribuem para a complexidade do desenvolvimento da agricultura familiar camponesa² e, sobretudo, nos períodos de eventos extremos como secas e enchentes, se observam os reflexos deletérios sobre a produção desse tipo de agricultura.

As anomalias climáticas e o aquecimento global, por sua natureza, interferem nas realidades físicas, econômicas e socioculturais presentes nos espaços urbanos e rurais, alterando suas formas e funções. Em outras palavras, as distintas formas de ocupação do solo no meio urbano e rural sofrerão efeitos no que se refere à relação sociedade-natureza, a partir dos condicionantes do meio natural. Um exemplo disso, são as mudanças promovidas pelo modelo agroexportador na configuração do rural

¹ O presente trabalho faz parte do relatório de pesquisa do projeto intitulado “DIAGNÓSTICO SOBRE AS REPERCUSSÕES DO PAA E PNAE SOBRE OS SISTEMAS AGRÁRIOS FAMILIARES NO RS: estudos sobre as relações entre a agricultura familiar, políticas públicas e o desenvolvimento rural na escala local”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais-LEAA, da Universidade Federal de Pelotas.

² Camponês e agricultor familiar são termos utilizados neste trabalho de forma similar e indissociável, a fim de enfatizar a existência de um campesinato na contemporaneidade da sociedade brasileira. Nesse sentido, a categoria analítica adotada – agricultura familiar camponesa- expressa o reconhecimento da permanência de “lógicas camponesas” que estão combinadas a uma diversidade de estratégias socioprodutivas de caráter familiar na agricultura. Lógicas de resistência e estratégias de reprodução social que combinam produção mercantil com produção para o auto-consumo, e cujos resultados estão voltados para a construção/reprodução do patrimônio familiar (Ribeiro e Salamoni, 2011, p.215).

brasileiro e de toda a América Latina. Esses fenômenos foram abordados por Eduardo Galeano (1974) e Milton Santos (1995) ao apontar que ao longo de mais meio século (de meados dos anos 1950 até os dias atuais) o modo de produção capitalista e sua materialidade no rural, representada pelas formas e funções da agricultura patronal³, não tem dado respostas ao abastecimento alimentar e ao combate à fome, como era preconizado pelo advento da revolução verde, no pós-Segunda Guerra Mundial.

Diante desse processo histórico, o agronegócio ou agricultura patronal, responsável pela produção de *commodities* agrícolas, é apresentado à sociedade como parte crucial do desenvolvimento do país devido à sua participação no PIB brasileiro. Porém, esse cálculo desconsidera os incentivos diretos e indiretos concedidos pelo Estado, além dos impactos negativos, de natureza social e ambiental. Em outras palavras, “ninguém come PIB, come alimentos”⁴ (CEBES, 2014).

Frente a esse cenário controverso, de um país com recordes na produção para exportação, o estado do Rio Grande do Sul teve recentemente, mais de 80% de seu território afetado pelas anomalias climáticas que interferem nas dinâmicas e desafios da agricultura, sobretudo a agricultura familiar e camponesa, que, historicamente, dispõe de pouco aporte financeiro para sua reprodução social e econômica⁵.

Por outro lado, o modelo agrícola hegemônico do agronegócio é responsável por doenças relacionadas diretamente e indiretamente ao uso de agrotóxicos. Ambos contaminam o meio ambiente, aceleram o aquecimento global e não produzem alimentos saudáveis. É preciso ressaltar que o modelo agroalimentar hegemônico é incapaz de acabar com a fome mundial, uma vez que sua principal vocação é produzir *commodities*. Além disso, a fome não é uma falha técnica, mas sim resultado desigual da distribuição de alimentos entre países, classes, regiões, raças e gêneros. No Brasil, a fome derivada da extrema pobreza afeta especialmente as populações negras e indígenas e, em larga medida, também está presente nos espaços rurais.

³ De acordo com o Relatório FAO-INCRA (1994), na agricultura patronal existe uma completa separação entre gestão e trabalho; trata-se de uma organização centralizada, com destaque para a especialização e práticas agrícolas padronizáveis. O trabalho assalariado é predominante.

⁴ Entrevista da professora e economista Maria Conceição Tavares, em 25 de março de 2014, em Cebes mídia. Acesso em: <https://cebes.org.br/maria-da-conceicao-tavares-ninguem-come-pib-come-alimentos/3390/>

⁵ Sobre a assimetria dos recursos públicos destinados para a agricultura patronal e familiar, ver os dados do Plano Safra para a agricultura brasileira. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2024-2025>.

Cabe destacar que a experiência das cozinhas solidárias, como forma de circulação dos alimentos no meio urbano, garantindo o acesso aos alimentos pelas populações em algum estado de vulnerabilidade social e econômica, se materializaram no contexto de emergências climáticas, primeiramente, na seca registrada nos anos de 2019 a 2022, mediante a atuação do fenômeno La Niña, e, de forma conjunta, com a pandemia sanitária da COVID-19. E, posteriormente, no evento climático mais recente das enchentes no Rio Grande do Sul, a dinâmica das cozinhas solidárias se mostrou uma prática política importante dos movimentos sociais, sobretudo camponeses, especialmente, diante das crises climáticas e de insegurança alimentar no meio urbano. Esses contextos têm demonstrado a importância de assegurar a manutenção da produção de alimentos sob a responsabilidade da agricultura familiar brasileira.

ESTIAGENS, ENCHENTES E OS IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

As mudanças climáticas, que são alterações permanentes e/ou duradouras nos padrões climáticos, têm sido representadas pelo aquecimento global, cuja ação antrópica para seu estabelecimento e intensificação é irrefutável (IPCC, 2021), devendo, certamente, acentuar os efeitos da La Niña.

No Rio Grande do Sul são frequentes as ocorrências de secas e estiagens, entretanto, os registros entre 2020 e 2022 foram muito drásticos, verificando-se, nos primeiros cinco meses de 2022 a publicação de decretos de emergência em 426 municípios gaúchos, correspondendo a 83% do Estado, conforme dados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul (Defesa Civil RS, 2022).

O Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA, 2020) realizou levantamentos no ano de 2020 e comunicou ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e ao seguro rural 6.719 casos de perdas pela seca, dos quais 54,5% foram associados a plantações de milho (MAPA, 2020). Estes percentuais dispararam um alerta para a sociedade civil e para os órgãos públicos que desenvolvem políticas estruturantes para a agricultura.

Segundo Hipólito e Vaz (2007), a redução da umidade do solo, que leva a uma menor produção de biomassa e queda no rendimento das culturas, está relacionada com episódios de secas agrícolas e/ou hidrológicas, ambas resultantes da seca meteorológica, associada a La Niña. Esses

autores apresentam várias definições de seca e apresentam um compilado da Organização Meteorológica Mundial (OMM) que oferece os seguintes exemplos de definições: um período de 15 dias sem precipitação; um ano com precipitação anual inferior a 75% da média anual; ou um mês com 60% da precipitação média mensal; e um mês com precipitação mensal (em mm) inferior ao dobro da temperatura média mensal (em °C).

Por outro lado, em um intervalo de dois anos, as altas precipitações registradas no estado do Rio Grande do Sul ocorreram durante a atuação do fenômeno climático do El Niño, decorrente do aquecimento das águas do Oceano Equatorial. Essas precipitações, com índices acima dos 400 mm registradas na região norte e nordeste do estado, devem-se, sobretudo, ao agravamento do aquecimento global e às consequentes alterações climáticas. Na figura 1 pode-se visualizar os efeitos desses dois eventos na agricultura familiar camponesa no Rio Grande do Sul. A primeira fotografia corresponde a uma propriedade rural localizada no município de Arroio do Tigre, no ano de 2020. Já a segunda é registrada no município de Paraíso do Sul, no mês de maio de 2024, sob os efeitos das precipitações anômalas.

Figura 1- Registros dos impactos das secas e enchentes na agricultura familiar no RS



Fonte: Acervo das autoras, 2024.

Segundo dados atualizados pela Defesa Civil do Estado no mês de julho de 2024, o Rio Grande do Sul contabilizou 471 municípios afetados pelas enchentes, com 2.398.255 pessoas atingidas, 800 feridos, 33 desaparecidos e 170 óbitos (Defesa Civil RS, 2024). As enchentes, decorrentes do transbordamento dos rios são processos naturais que têm interferências de

fatores como capacidade de absorção do solo, condições e nível do lençol freático, bem como, da área de vazão nas áreas adjacentes (Canholi, 2015). Os processos decorrentes das cheias dos rios em maio de 2024 ocasionaram inúmeras perdas culturais, produtivas e humanas. As áreas mais afetadas diretamente ficam localizadas próximas a essas margens, uma característica da ocupação do território no estado, seja na dinâmica de ocupação urbana ou no uso agrícola.

A intensidade, duração e imprevisibilidade das secas ocorridas entre os anos de 2020 a 2022, bem como, os elevados volumes pluviométricos registrados durante o mês de maio de 2024 no RS trouxeram aos agricultores impasses, como dificuldades financeiras, déficits no abastecimento de água, elemento essencial para consumo humano, animal e produção agrícola e, no caso das enchentes a perda direta da produção agrícola, da fertilidade dos solos, entre outros impactos nas áreas rurais. Nessas duas situações o abastecimento alimentar ficou severamente comprometido, agravando os problemas já constatados anteriormente, em escala mundial. Assim, diante da sindemia mundial, formada por três pandemias simultâneas: a obesidade, a desnutrição e mudanças climáticas, torna-se mister refletir sobre a produção, a distribuição e o consumo de alimentos tanto no urbano quanto no rural (Jaime,2019).

Nesses últimos anos, o Brasil registrou recordes na produção de grãos, com cerca de 322,08 milhões de toneladas (CONAB, 2024). Por outro lado, foram registrados 33 milhões de pessoas famintas nas áreas rurais e urbanas (Rede PENSSAN, 2022). No RS, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) informou uma nova atualização da previsão de grãos para a próxima safra, estimada em 312,04 milhões de toneladas. Paralelamente, os dados sobre o número de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional apresentaram uma queda percentual de 11,4 (IBGE,2024). A melhoria do cenário da segurança alimentar e nutricional pode estar associada ao reestabelecimento de políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e de combate à fome.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS -PAA EM CONTEXTO DE CRISE CLIMÁTICA E ALIMENTAR

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído em 2003, com o intuito de assegurar o provimento de alimentos em quantidade, qualidade e

constância adequadas às necessidades de grupos em condição de insegurança alimentar e nutricional, proporcionando, destarte, a inclusão social nos espaços rurais dessas populações, além de estimular o fortalecimento da agricultura. O escopo do programa caracteriza-se por uma vasta amplitude, abarcando medidas voltadas para a produção, comercialização e para o consumo. O PAA surge, inicialmente, como um subsidiário do Programa Fome Zero e passa a ganhar maior dimensão por sua proposta inovadora de promover de forma articulada o desenvolvimento da agricultura familiar e a redução da situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitos contingentes populacionais (Becker; Sacco dos Anjos, 2010).

Para Grisa (2012), a articulação da agricultura familiar com os mercados institucionais, como é o caso do PAA, pode assegurar o acesso à alimentação saudável para a população com baixo poder aquisitivo, garantindo a segurança alimentar e nutricional-SAN.

Trata-se da interseção entre elementos da política agrícola e elementos da política de SAN. O governo federal compra os alimentos de agricultores familiares e distribui para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, para a rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos), para instituições socioassistenciais, escolas da rede pública de ensino ou destina à formação de estoques reguladores (Grisa, 2012, p. 20).

Com isso, o PAA tem como objetivo central garantir a alimentação saudável, principalmente através da produção e consumo de alimentos agroecológicos. Esse tipo de estímulo estatal promove a adesão dos agricultores familiares que conseguem estabilidade na comercialização da produção via programas do governo federal.

Para Darolt (2013),

As políticas públicas podem também ser direcionadas para a criação de campanhas informativas permanentes que enfatizem as qualidades intrínsecas do alimento ecológico, valores éticos e processos produtivos envolvidos, bem como os impactos positivos de sua produção para o meio ambiente e para a saúde dos consumidores, o que pode ajudar a influenciar atitudes e percepções dos consumidores (Darolt, 2013, p. 12).

Operacionalmente, o PAA estrutura-se em diferentes modalidades⁶ voltadas, sobretudo, para a compra pública de produtos da agricultura familiar (tanto *in natura* quanto processados) a preços garantidos, contemplando preferencialmente os agricultores menos capitalizados. Os alimentos adquiridos aprovacionam abrigos, hospitais, creches, entidades filantrópicas, restaurantes populares e são doados para populações em situação de insegurança alimentar, cadastradas em programas de assistência estatal ou beneficente, podendo ainda ser utilizados para a formação de estoques públicos.

O PAA tem se destacado com iniciativas abrangentes que buscam promover a agricultura familiar local e diversificada, principalmente através da modalidade Compra Doação Simultânea. Mesmo que todas as modalidades do programa tenham a finalidade de fornecer os alimentos da agricultura familiar nos mercados locais, é importante ressaltar que essa modalidade é destacada pelos tipos de produtos que podem ser comercializados sendo eles os mais distintos (alimentos *in natura* ou processados, vegetais ou origem animal), fazendo com que o agricultor familiar diversifique sua produção, garantindo autonomia sobre o que produzir em seu estabelecimento. Ainda, favorece a entrega de seus produtos diretamente às instituições que procuram atender a população que se encontra em situação de insegurança alimentar.

Sendo assim, observam-se diversas formas em que o agricultor familiar contribui com a economia regional e local, assim como, busca estratégias de inserção no mercado através do contato direto com o consumidor final,

⁶ **Compra da agricultura familiar para doação simultânea:** é operacionalizada pela CONAB e executada pelo Ministério de Desenvolvimento Social-MDS e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, responsável pela doação de produtos provenientes da agricultura familiar para pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, destinando a demandas locais de escolas, creches, hospitais públicos, assim como restaurantes populares; **Formação de estoques pela agricultura familiar:** operacionalizada pela CONAB com recursos do MDS e MDA, através da participação de organizações locais (cooperativas e associações) da agricultura familiar, para obtenção de estoques de produtos para futura comercialização; **Compra direta da agricultura familiar:** possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, é administrada para aquisição de produtos em situação de baixa de preço de produtores informais, ou seja, cooperativas e associações, organizando e inserindo agricultores familiares de forma justa no mercado adquirindo os produtos diretamente com o produtor. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA; **PAA Leite:** essa modalidade é voltada para distribuição gratuita de leite no combate à fome de pessoas que estão em situação de baixa renda, essa modalidade compreende somente os estados do Nordeste; **Aquisição de Sementes:** possibilita a compra de sementes, mudas e materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou fornecedores. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. (CONAB,2024)

demonstrando o compromisso e a confiabilidade gerada entre produtores e consumidores. O PAA, sob as formas de venda direta e indireta, promovem o estreitamento entre a valorização do agricultor familiar e dos alimentos locais e a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais.

Durante os períodos de emergências climáticas, a agricultura familiar camponesa tem proporcionado respostas significativas no uso e ocupação das terras, na diversidade produtiva e na participação em políticas públicas de enfrentamento e combate à fome, como o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA, além de outros canais curtos diretos de comercialização como feiras agroecológicas, entregas a domicílio e, especialmente os entrepostos de comercialização, como o Armazém do Campo⁷, distribuído por várias cidades do Brasil.

A fim de elucidar o protagonismo da agricultura familiar camponesa nas ações de solidariedade, mediante as políticas públicas para abastecimento das cozinhas solidárias através do Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de doação simultânea, cabe destacar que a experiência das cozinhas solidárias, como forma de circulação dos alimentos no meio urbano, garantindo o acesso aos alimentos pelas populações em algum estado de vulnerabilidade social e econômica, se materializaram no contexto de interferências climáticas, primeiramente, na seca registrada nos anos de 2019 a 2022, mediante a atuação do fenômeno La Niña, e, de forma conjunta, com a pandemia sanitária da COVID-19. Posteriormente, durante o evento climático mais recente, das enchentes no Rio Grande do Sul, a dinâmica das cozinhas solidárias se mostrou uma prática política importante dos movimentos sociais, sobretudo camponeses, especialmente, diante das crises climáticas e de insegurança alimentar no meio urbano.

Mesmo sob os efeitos deletérios do clima, pode-se observar a agricultura familiar cumprindo seu papel histórico, ou seja, a produção de alimentos e a solidariedade na relação campo e cidade. A experiência das cozinhas solidárias, instaladas desde a pandemia do Covid 19 e retomadas nas enchentes de 2024, representa parte das ações de enfrentamento da fome e da exclusão social nas populações em vulnerabilidade social

⁷ O Armazém do Campo pertence a uma rede de lojas organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a fim de levar alimentos da agricultura familiar e dos assentamentos para os espaços urbanos. Além de possibilitar o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis, organiza o debate sobre cultura popular e democratização do acesso à arte. Ver mais em: <https://www.brasildetatores.com.br/2024/06/21/armazem-do-campo-em-pelotas-e-espaco-para-debate-e-promocao-da-cultura-popular>

e econômica. Cabe mencionar que o excesso de burocratização no acesso ao auxílio emergencial governamental no período de 2020 a 2022, foi minimizado pelas ações mediadas pelas forças populares, pois, sabe-se que o governo desse período direcionava as políticas públicas para a agricultura de produção de commodities.

Durante o período da pandemia de Covid-19, as medidas de isolamento social levaram ao fechamento de empórios, armazéns e feiras agroecológicas, gerando impactos tanto no campo quanto na cidade. A solução pensada para o problema de circulação de alimentos, com viés agroecológico, nos grandes centros urbanos foi a parceria entre trabalhadores urbanos e rurais, mediada por movimentos sociais, que coordenaram a comercialização e doação desses alimentos. Seja nas vendas de cestas básicas ou nos mutirões contra a fome, as ações são sempre fruto de uma articulação com organizações locais parceiras, como associações de moradores, coletivos e ONGs com a intenção de criar pontes entre territórios marcados pela pobreza e violência, como afirma Silva et al. (2024).

A novidade, portanto, como afirmam os autores é trazer a agroecologia como bandeira de luta para esses territórios, utilizando-a como exemplo de economia solidária e social, além de um novo paradigma ecossocial. Além dos movimentos realizados pelas ONGs, destaca-se o trabalho exercido pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra- MST na campanha Mãos Solidárias. Esta ação teve início no contexto da Covid-19 em Recife (PE), com o objetivo de realizar múltiplas ações diante do cenário pandêmico. Entre as funções estavam inclusas entregas de marmitas solidárias, doação de alimentos, roçados solidários, bancos populares de alimentos, cozinhas solidárias, entre outras iniciativas.

O aporte do PAA no contexto das enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, contou com três modalidades: (1) Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade compra com doação simultânea; (2) Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade compra com doação simultânea - modalidade piloto experimental - Cozinhas Solidárias; (3) Programa de Aquisição de Alimentos de gestão compartilhada (Estado do Rio Grande do Sul - Prefeitura de Pelotas), executado pela Secretaria de Assistência Social do município de Pelotas.

AGRICULTURA FAMILIAR E A EXPERIÊNCIA DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS NA SERRA DOS TAPES/RS

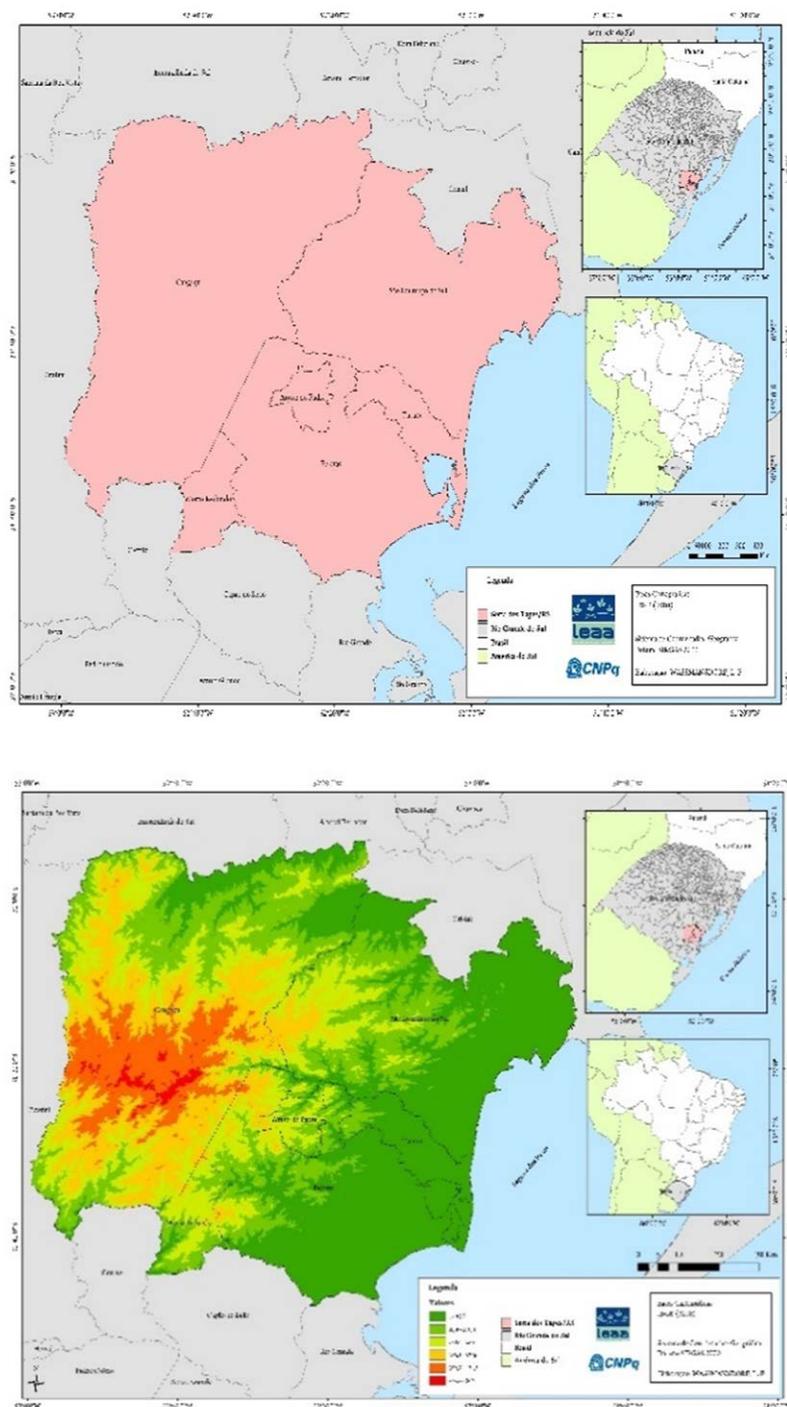
Essa última seção tem como propósito evidenciar o protagonismo da agricultura familiar no enfrentamento da crise climática relacionada às enchentes de 2024 no estado do Rio Grande do Sul, a partir do contexto empírico da Serra dos Tapes⁸ e, mais especificamente, no município de Pelotas. Na figura 2 está representada a distribuição espacial dos municípios pertencentes à Serra dos Tapes, e do mapa altimétrico, demonstrando a variação nas formas de relevo, característica marcante que determina as formas de uso e ocupação desse território.

O resultado dos processos histórico-geográficos na Serra dos Tapes foi a formação de comunidades rurais com determinadas características socioculturais, compartilhadas por camponeses de distintas origens étnicas. Dentre as práticas sociais comuns a esses agricultores familiares pode ser identificada a organização econômica, baseada na produção diversificada de gêneros agrícolas em associação com a pecuária para o autoconsumo, e, por vezes, especializada em produtos para o mercado.

Os usos atuais desse espaço são bastante diversos, com destaque para a presença característica da agricultura familiar. Assim, observa-se o predomínio de atividades de pecuária familiar, como a criação de gado leiteiro e aves, assim como plantações de milho e tabaco, as quais são fundamentais para a geração de trabalho e renda para as famílias rurais.

⁸ A Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, cabendo ressaltar que Pelotas e São Lourenço do Sul assentam parte de seus territórios sobre Planícies ou Terras Baixas Costeiras. A geografia desse recorte espacial está nas interações dos grupos sociais com o meio físico-natural, o que possibilitou a formação de sistemas agrários dotados de características socioculturais e econômicas que refletem o passado da apropriação da terra em pequenas propriedades de dimensões variadas, organizadas com base no trabalho familiar e na atividade policultora. A diversidade étnica encontra-se marcada pela presença de comunidades quilombolas, descendentes de escravizados, camponeses nacionais ou caboclos e por descendentes de colonos-imigrantes alemães, pomeranos, italianos e franceses. (Salamoni et al., 2021)

Figura 2- Representação dos municípios da Serra dos Tapes/RS



Fonte: Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Pode-se afirmar que o processo de modernização interferiu nas formas de produzir nos sistemas agrários familiares e, conseqüentemente, nos hábitos de consumo alimentar das famílias rurais, estabelecendo estratégias de reprodução socioeconômica influenciadas pelo mercado, relegando inclusive, em algumas situações, a produção para o autoconsumo a um segundo plano na organização interna das propriedades. Nesse caso, ressalta-se especialmente a produção de fumo e soja: no primeiro caso, pelo uso intensivo da mão de obra familiar, limitando o tempo de trabalho para outras atividades; no caso da soja, pelo uso da terra, provocando a retração das áreas de outros cultivos.

Por outro lado, a aproximação com o espaço urbano também influencia os modos de vida dos agricultores, combinando a alimentação das famílias rurais, produzidas artesanalmente, com os alimentos industrializados. Ainda assim, não se pode dizer que a produção para o autoconsumo foi suprimida da organização socioprodutiva na Serra dos Tapes, pois os agricultores familiares, mesmo inseridos na sociedade moderna, buscam cotidianamente estratégias de reprodução social e territorial no espaço rural e, entre essas estratégias, destaca-se a produção para o consumo familiar e para os mercados locais.

As iniciativas das cozinhas solidárias contaram com o aporte do PAA, modalidade doação simultânea, com a doação de milhares de toneladas de alimentos oriundos da agricultura familiar camponesa da região da Serra dos Tapes e, especialmente, de duas comunidades quilombolas⁹. Em Pelotas, um dos seis municípios da Serra dos Tapes, foram instaladas duas cozinhas solidárias, através do movimento Rede de solidariedade Pelotas, principal responsável pela entrega de marmitas durante o mês de maio de 2024.

Cabe destacar que o processo de reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional- CONSEA, em nível nacional, no ano de 2023, teve seus desdobramentos nos municípios, sobretudo em Pelotas, garantindo a efetiva participação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- COMSEA Municipal, criado no ano de

⁹ Atualmente, existem vinte e oito comunidades quilombolas distribuídas pelos seis municípios que fazem parte da Serra dos Tapes, essas comunidades já receberam as certidões de autodefinição emitidas pela Fundação Cultural Palmares (Salamoni et al. 2021). Este processo de reconhecimento, na região sul do estado, ocorreu a partir do mapeamento realizado pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), ligada ao extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a fim de identificar as comunidades negras rurais do Território Zona Sul (Gois, 2019, p. 14 apud Salamoni et al., 2021).

2018, sob a Lei nº. 6.623 (Prefeitura Municipal de Pelotas). Com a participação das organizações sociais e entidades civis, foi garantida a execução das modalidades do PAA para o fornecimento de alimentos, mediante a execução da política pública, nos sinistros das enchentes de 2024.

Nesse processo, foi possível a inclusão de agricultoras quilombolas, por meio de projeto iniciado em abril e finalizado em julho de 2024, que foram cadastradas no município de Pelotas, junto ao Programa de Aquisição de Alimentos de gestão compartilhada (Estado do RS e Prefeitura Municipal), executado pela Secretaria de Assistência Social do município de Pelotas.

Na modalidade doação simultânea - piloto experimental- Cozinhas Solidárias, os alimentos não são entregues diretamente para as famílias cadastradas, mas sim, nas cozinhas solidárias instaladas para atender as demandas dos abrigos da população desalojada pelas enchentes.

Na modalidade do PAA doação simultânea, as doações foram realizadas diretamente para as 2700 famílias cadastradas em situação de insegurança alimentar. As distribuições dos alimentos foram realizadas nos locais denominados centros populares. Na figura 3 está representada a distribuição dos alimentos na área urbana de Pelotas.

Figura 3: Entrega dos alimentos nos centros populares na cidade de Pelotas/RS



Fonte: COMSEA Municipal, 2024.

Nos distintos momentos de crise climática (secas e enchentes) que afetaram o território do Rio Grande do Sul, ressaltam-se as ações de protagonismo da agricultura familiar camponesa, mediadas pela organização dos movimentos sociais, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, demonstrando o papel desses nas ações de solidariedade no enfrentamento do combate à fome.

A articulação das cozinhas solidárias já tinha cumprido um papel importante, pois, no ano de 2023, a região do Vale do Taquari no RS, havia sofrido com as enchentes, em menor escala de impacto do que em 2024, mas, demandando ações dos movimentos camponeses, como a cozinha instalada no município de Canudos do Vale, por iniciativa do MST na campanha “Mãos Solidárias”. Por sua vez, o Movimento dos Pequenos Agricultores- MPA, mediante a ação do projeto “Sementes de Solidariedade”, trabalhou na reestruturação das áreas rurais degradadas com atuação de recuperação dessas áreas por meio da distribuição de sementes e mudas aos agricultores familiares camponeses, contribuindo para a reposição da biodiversidade.

A ação iniciada com a campanha “Mãos Solidárias”, se tornou projeto dos movimentos sociais visando dar continuidade as atividades desenvolvidas com as comunidades atingidas pelas enchentes. Ainda, foi responsável por angariar fundos para as cozinhas solidárias instaladas na capital do estado e na Serra dos Tapes. No total foram instaladas 12 cozinhas solidárias.

A mais recente iniciativa foi a instalação de duas cozinhas solidárias em Pelotas, uma situada na sede do Sindicato Municipal da Alimentação e a outra no Armazém do Campo¹⁰. Na figura 4 estão representados o preparo e distribuição dos alimentos na área urbana de Pelotas.

¹⁰ Em Pelotas, o espaço, localizado na Rua Padre Anchieta, número 1212, foi inaugurado em 25 de novembro de 2023, sendo destinado para a realização de eventos culturais com artistas locais e comercialização de produtos da agricultura familiar e de assentamentos da reforma agrária. <https://www.brasildefatores.com.br/2024/06/21/armazem-do-campo-em-pelotas-e-espaco-para-debate-e-promocao-da-cultura-popular>

Figura 4 - Cozinha solidária instalada no Armazém do Campo de Pelotas



Fonte:Acervo das autoras, 2024.

Uma questão importante nessa análise é a de que há uma correlação positiva entre o acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e os impactos significativos na agricultura familiar local. No entanto, essa dinamização não pode ocorrer apenas por um curto lapso de tempo, fortalecendo parte da produção local, mas deve permitir uma estruturação mais consistente, que, de fato, garanta uma autonomia comercial para os agricultores fornecedores dos programas institucionais de alimentos.

Nos diferentes contextos socioculturais, econômicos e físico-naturais, ao longo dos anos de 2020 a 2024, ficou demonstrada a relação estabelecida entre o papel da agricultura familiar camponesa e as suas organizações sociais. Mediante os eventos climáticos extremos, a luta dos movimentos sociais em busca de alternativas às secas e enchentes enfrentadas pela agricultura, demonstra o protagonismo da agricultura familiar diante das crises ambientais e alimentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas ambientais e socioeconômicas dos últimos quatro anos têm demonstrado a relevância de se pensar estratégias e políticas de convivência frente às mudanças climáticas, sobretudo, na área rural, onde o modelo hegemônico agroexportador não combate a fome, mas contribui

para desmatamentos, queimadas e concentração de terras. Por outro lado, a articulação dos movimentos sociais do campo demonstram força política na formulações de ações para mitigação dos dilemas socioprodutivos, bem como, pressionam o Estado em dar respostas e soluções a curto, médio e longo prazo, a fim de diminuir as assimetrias no acesso aos recursos públicos direcionados aos segmentos da agricultura familiar e patronal, com desvantagens para a primeira. Somente com políticas públicas efetivas de promoção da produção de alimentos para abastecer o mercado interno será possível diminuir o número de famintos no Brasil.

Com isso, o debate sobre o protagonismo da agricultura familiar camponesa, na sua relação entre campo e cidade, pode ser identificado no fornecimento de alimentos, via políticas públicas como os mercados institucionais, para atender as populações em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar.

No caso das cozinhas solidárias, apresentado como experiência de circularidade dos alimentos na Serra dos Tapes, em contexto de crise climática, como as secas e enchentes, constatou-se que os agricultores familiares adotam diversas estratégias de reprodução social e econômica e são dotados de capacidade de resistência diante de contextos de crise, como no atual cenário de desastres ambientais e de insegurança econômica em escala planetária. Esses agricultores familiares continuam sendo responsáveis pela produção de alimentos e pela geração de trabalho para a população que vive no rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

BECKER, C.; SACCO DOS ANJOS, F. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios do Sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 61-72, 2010.

CANHOLI, Aluísio. **Drenagem urbana e controle de enchentes**. Oficina de textos, 2015.

CEBES. Entrevista com Maria da Conceição Tavares. acesso julho de 2024 em: <https://cebes.org.br/maria-da-conceicao-tavares-ninguem-come-pib-come-alimentos/3390/>

CONAB. ORG. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Acesso julho de 2024 em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/monitoramento-agricola>

CONAB.ORG. Companhia Nacional de Abastecimento. Acesso em outubro de 2024 em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/legislacao-e-regulamentos-do-paa>

DAROLT, M. R. Circuitos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIERDLE, P. A.; ALMEIDA, L. de.; VEZZANI, F. M. (orgs). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170.

FAO/INCRA. Projeto UTF/BRA/036/BRA - **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília: FAO/INCRA, 1994.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre:LPM, 1974.

GRIMM, A. M. Variabilidade Interanual do clima no Brasil. In: CAVALCANTI, I. FA. (Org.) **Tempo e clima no Brasil**. Oficina de textos, 2009.

GRISA, C. **Políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HIPÓLITO, J. R.; VAZ, A. C. **Hidrologia e Recursos Hídricos**. IST Press Lisboa: IST Press, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimento_s.html

JAIME P. A **Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas, relatório da comissão The Lancet. São Paulo: Alimentando Políticas (Idec); 2019**. [Acesso em 2024 julho 4]. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf.

PENSSAN, Rede. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 do Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, abril. 2022. Acessado em 8 de julho de 2024. Online. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>

RIBEIRO, V.S; SALAMONI, G. A TERRITORIALIZAÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO 24 DE NOVEMBRO – CAPÃO DO LEÃO – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev., 2011.

SALAMONI, Giancarla, et al. **A Geografia da Serra dos Tapes: natureza, sociedade e paisagem**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2021.

SILVA, C. V. P. et al. **Agentes populares no contexto da pandemia de Covid-19: educação popular em saúde na construção de territórios saudáveis e sustentáveis**. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. v. 28 [acessado 12 julho 2024], e230142. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.230142>>. ISSN 1807-5762. <https://doi.org/10.1590/interface.230142>.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. **Anales de Geografía de La Universidad Complutense**, n.º 15, p.695-705, Madrid, 1995.

LA CALIDAD EN LA PRODUCCIÓN DE CAFÉ UNA OPORTUNIDAD PARA LA AGRICULTURA FAMILIAR EN COSTA RICA¹

Lilliam Quirós Arias

INTRODUCCIÓN

La caficultura representa un legado histórico, cultural, económico y político para Costa Rica. Desde la instauración de esta actividad, miles de familias se dedicaron a la producción de café, dependiendo directamente. La vinculación temprana de la economía costarricense a los mercados internacionales posibilitó a la caficultura posicionarse como la actividad económica máspreciada. Esta tuvo la fuerza para reconfigurar la mayoría de los ámbitos que conforman la vida nacional; la transformación del paisaje rural y fortalecimiento de las ciudades, y a conformar una identidad nacional articulada al producto.

Las constantes crisis de la actividad conllevaron rupturas y continuidades que se manifestaron espacial y socialmente; que en los últimos años se reivindica y mantiene activo a un sector de la economía altamente vulnerabilizado como la agricultura familiar, a través de la producción de cafés especiales. El objetivo de este capítulo es dimensionar la relevancia de la calidad como elemento de diferenciación para competir en los mercados internacionales y nacionales, los elementos de cambio y continuidad; así como la sostenibilidad como factor de calidad.

Las tendencias recientes, concibe la sostenibilidad como articulación de acciones en la dimensión ambiental, social y económica; esto conlleva a que las familias asuman nuevos desafíos que se articulan a las estrategias para mantenerse activo en la actividad. A pesar de las crisis históricamente recurrentes, la actividad cafetalera, con un fuerte legado histórico-cultural, pervive como actividad importante, realizada en pequeña escala.

¹ Este Trabajo forma parte de la Tesis (Doctorado en Geografía) - Instituto de Geografía. Universidad de Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2023. Linha de Pesquisa: Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial. Profesor orientador Dr. Glaucio José Marafon.

Como producto agrícola, el café está expuesto a condiciones agroclimáticas adversas; Vignola, et al, (2018); Valenciano, J. (2010); Montenegro, J. (2018), plagas y enfermedades; y una dinámica territorial marcada por fuertes presiones ante el avance de otras actividades productivas y usos alternativos del suelo como crecimiento urbano y los servicios asociados al mismo; afectado por la fluctuación en los precios del mercado internacional, comercializado en su mayoría como un “*commodity*”. La implementación de medidas de ajuste estructural de corte neoliberal a partir de los años 80’s, condujo al debilitamiento y vulnerabilización de un sector de pequeños productores en favor de políticas orientadas a estimular la producción de productos no tradicionales para el mercado exterior, profundizando la exclusión de productores familiares.

Al respecto, según el Instituto del Café de Costa Rica (Icafé, 2023), se registra una disminución constante en el número de productores, entre el período 1995-1996 al 2022-2023, pasó de 76,819 a 26,725 productores, por lo que se dio una disminución de 50,094 productores (65.21%); disminución que ha sido compensada con una producción de café diferenciado en la calidad para comercializarse en el segmento de cafés finos.

Para una cantidad significativa de productores, no se justifica mantener la actividad del café, en muchas áreas se abandona la producción, cambian por cultivos de mayor valor de exportación, o las áreas son incorporadas al mercado inmobiliario, cediendo a la presión del crecimiento urbano; y en algunos casos los esfuerzos se enfocan en innovar en el aprovechamiento de las áreas existentes con nuevas estrategias diferenciadas para la producción, proceso y comercialización mediante la producción de cafés especiales; incidiendo en la cadena agroalimentaria orientando la producción a mercados alternativos principalmente a escala global. La calidad del café se convierte en la estrategia para que los agricultores familiares se mantengan en la actividad.

DIFERENCIACIÓN ESPACIAL DE LA CALIDAD DEL CAFÉ EN COSTA RICA

Las referencias históricas relacionadas con la producción del café son extensas, algunos aportes de autores destacados, Cardoso, C (1975), Hall, C, (1976, 1983); Cardoso, C, (1975); Acuña, V, (1991); Pérez, H; Samper, M, (1994); Samper, M; Roseberry, W y Gudmundson, L (2001); Peters, G. y Samper, M. (2001); Peters, G, (2004), Gudmundson, L, (2018); Viales, R;

Mora, A (2010); León, J, (2012); Rodríguez, A, (2014). Referencias en las que se señala la importancia histórica, económica y cultural en Costa Rica, contribuyendo a la construcción de la identidad nacional y territorial².

Costa Rica fue el primer país de América Central en cultivar el café, con las primeras exportaciones hacia Europa en 1840. Según Hall, Carolyn (1983), “el café arábigo³, nativo de Etiopía fue introducido a Costa Rica desde las Antillas, a finales del siglo dieciocho”. (Hall, C, 1983, p.127). Como producto agrícola vinculado a las condiciones del territorio, una gran parte del territorio costarricense reúne condiciones propicias para la producción de café.

La actividad cafetalera se inicia en el área central del país, en suelos de alta productividad debido a su condición de los suelos de origen volcánico, un clima privilegiado y una adecuada disponibilidad hídrica. Posteriormente la expansión cafetalera se dio hacia la periferia sobre territorios de la frontera agrícola; muchos de ellos con condiciones para producir café de calidad y lograr rendimientos adecuados.

La vinculación de variables territoriales para la diferenciación del café estuvo presente desde el inicio de la actividad cafetalera, reconocidas de manera formal con la creación del Instituto de Defensa del Café creado en 1933 (IDC). Según Viales, Ronny; Mora, Andrea (2010), “La expansión del cultivo del café impulsó un proyecto de zonificación cafetalera, que da cuenta de las diferencias regionales, sociales, agroecológicas y técnicas de la producción del grano en Costa Rica.

El Instituto de Defensa del Café (I.D.C.), estuvo a cargo de establecer las liquidaciones que los beneficiadores debían pagar al productor, para lo cual se basaba en la altitud de las distintas regiones. En 1936, el I.D.C. publicó el promedio de precios de café por zonas cafetaleras, correspondiente a las cosechas de 1933-1934 a 1935-1936. A partir de esta publicación, surgió una diferencia relativamente marcada entre las distintas regiones productoras.

La identificación espacial de regiones cafetaleras incorpora desde su génesis ese reconocimiento diferencial del café en términos de calidad. Reconocimiento que actualmente se amplía con mecanismos de divulgación y promoción, brindando una identidad territorial al café de diversas zonas

² En enero del año 2020 el café fue declarado símbolo nacional, este reconocimiento se otorgó por su importancia en el desarrollo económico, social y cultural de Costa Rica.

³ El cultivo del arábica es más delicado, menos productivo y está reservado a tierras altas de montaña, entre 700 y 2.000 msnm. (Icafe, 2008, p.121).

cafetaleras. Sobresale por su buena reputación y reconocimiento la región de Los Santos⁴.

La precipitación y la humedad relativa, al igual que la temperatura tienden a disminuir con la elevación; la altitud está relacionada con factores climáticos y, en conjunto, afecta el tamaño y la dureza de la semilla e influye, además, en ciertos componentes de la calidad de la bebida, especialmente con la acidez. El Icafé (2020), dispone de una guía técnica para el cultivo del café; en la cual define las condiciones óptimas para el cultivo. A nivel general se definen como determinantes las siguientes características: a) Altitud: óptima para el cultivo de café se localiza entre los 500 y 1800 msnm; b) La precipitación: al menos 1000 a 3000 mm anuales; c) Temperatura: la temperatura promedio anual favorable se ubica entre los 17 a 23 grados centígrados; d) Humedad relativa: niveles superiores al 85% promedio mensual y; e) Viento: terrenos protegidos del viento, o bien establecer rompevientos para evitar sus daños.

A estos elementos se unen las características de café clase Arábica, que ofrece una bebida aromática, delicada y de buen sabor. Las variedades caturra y catuai, son las que se adaptaron en la segunda mitad del siglo XX, y aun predominan. mientras que las otras variedades son mejoradas y se introducen en las últimas décadas. Se implementó con fuerza la variedad Cultivar Obata (IAC 1669-20), Cultivar Obata Amarillo (IAC Obata 4739) y la línea Líneas derivadas del cultivar Sarchimor T-5296.

A partir de la prevalencia de estos elementos el Icafé, divide el país en siete regiones de productividad, distribuidas entre las zonas bajas –a menos de mil metros de altitud, donde el café es más liviano–, y las zonas altas, arriba de 1.200 metros sobre el nivel del mar (msnm), de origen volcánico, donde el café es más fuerte o ácido y también más aromático, que según la World Coffee Research, (2019), es clasificado como un café de buena calidad en el mercado internacional.

En la figura 1, se muestra la última cobertura de café documentada por el Icafé. Las áreas más significativas del café están asociadas a la parte central del país, en las regiones del Valle Central, Valle Occidental y la región de Los

⁴ El café Tarrazú de Costa Rica, producido en la zona de Los Santos, recibió en el año 2019 la Denominación de Origen Café Tarrazú, y en el año 2021 protección por los países firmantes de la Organización Mundial de la Propiedad intelectual. El 85,28 % de las hectáreas sembradas de café en la Zona de los Santos corresponde a café tipo “*Strictly Hard Bean*”, el cual se cultiva entre los 1.200 y 1.650 metros de altitud.

Santos. Las variedades tradicionales se han ido reemplazando, por variedades de mejor calidad de taza, más resistentes a las plagas y enfermedades, así como variedades que se adapten a condiciones ambientales que contribuyen con una visión integral del territorio, como variedades que toleran el uso de la sombra, la disminución en el uso de agroquímicos y que comercialmente sean reconocidas por su calidad.

Figura 1. Costa Rica. Cobertura regional de café, 2017-2018.



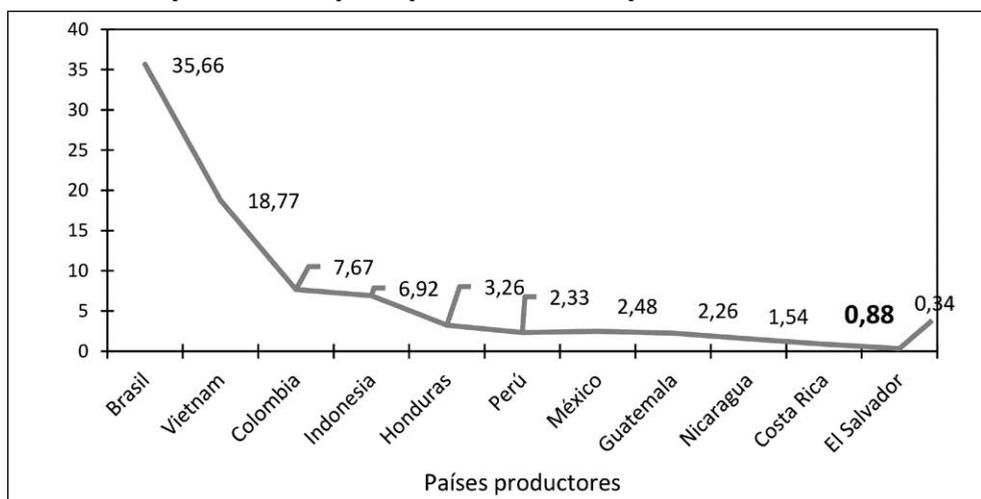
Fuente: La Autora, 2023, con base en fuentes secundarias SNIT, Atlas ITCR (2014), diseño cartográfico Samira Jalet Quesada.

LA CALIDAD ELEMENTO DIFERENCIADOR EN LA PRODUCCIÓN DE CAFÉ

Estudios realizados en países productores de café, especialmente Colombia y Brasil, muestran la importancia que adquiere los cafés especiales, que impacta el manejo de las fincas, la identidad territorial y los sobrepuestos de mercado. Evidenciando que los cafés especiales resaltan la procedencia, y los factores naturales y humanos de la biodiversidad, cultivo, proceso y tradición con la que los productores producen el café. Entre estos estudios destacan; Farfán, 2007; Correa, J; Ospina, C, 2020; Velásquez, Trávez, 2019; Monteiro, Caires, et al.,2018; Puerta, Obed, et al., 2016; Puerta-Quintero, 2003; Banegas, 2009; Fúnez, 2011; Ossani, Cirillo, 2017; Sevilla, 2013; Montero, 2018.

Para Costa Rica sobresalen los aportes realizados Hall, C, 1976-1983; Waibel, L, 1978; Acuña, V, y Molina, I, 1991; Pérez, H, y Samper, M, 1994; Samper, M (2001), Gertrud (2004); Viales, Ronny; Mora, Andrea, 2010; León, J, 2012; Rodríguez, A, 2014; Gudmundson, L, 2018; que dimensiona la importancia para la caficultura de Costa Rica el reconocimiento de la calidad y la incorporación en el sistema productivo, elemento fundamental para insertarse en el mercado mundial de café y mantenerse en la actividad pese a las recurrentes crisis y a la reducida cantidad de café producido comparada con otros países.

Gráfico 2. Comparación entre países productores de café período 2021-2022.



Fuente: Icafe (2022, p.76). Elaborado por Quirós, 2022.

En el caso costarricense, a pesar de la constante disminución, el café sigue siendo un producto que aporta a la economía costarricense y genera empleo especialmente en las áreas rurales; siendo el tercer producto de exportación de mayor importancia. Según (Icafe, 2022, p.31), dentro de las exportaciones de productos agrícolas de Costa Rica, el café es el tercer producto de exportación, en el 2020-2021 (Oct-Set) aportó el valor de USD 337 775 miles de dólares estadounidenses, superado por el banano que en 2021-22 generó divisas al país por USD 1,048,027 millones y la piña con USD 1,035,696 millones.

Al respecto, Viales, Ronny; Mora, Andrea (2010), señalan que “La calidad, como construcción sociohistórica, es relativa al espacio y al tiempo; su carácter complejo y multidimensional exige el análisis de una serie de factores para su comprensión”. (Viales, Ronny; Mora, Andrea, 2010, p.17). Estos autores indican que la “construcción sociohistórica de la calidad” de los productos de la tierra, se relaciona con elementos como las condiciones agroecológicas, las prácticas culturales, el procesamiento y el mercadeo.

De acuerdo con Peters, Gertrud (2004) “la competitividad histórica del café de Costa Rica se ha explicado por el acceso, mantenimiento y ampliación de su participación en los mercados internacionales gracias a la exportación de un grano arábigo de beneficiado húmedo⁵ y de calidad superior, la organización de la cadena de comercialización nacional, y el apoyo estatal”. (Peters, G, 2004, p.61). Esta autora señala que en el siglo XIX el café costarricense aprovechó las ventajas de la demanda europea por un café de calidad superior, y así definió su estrategia sobre la calidad de su café en comparación con granos de otras procedencias. La mayor parte de tecnología para el procesamiento de la fruta fue importada de Inglaterra, Alemania y Estados Unidos.

Igual postura mantiene Hall, C (1983), al mencionar que “La alta calidad del café de Costa Rica está asegurada por el beneficiado húmedo, que incluye la fermentación controlada de los granos”. (Hall, Carolyn, 1983, p.226). Samper, M, (2001, p.53); Viales, Ronny; Mora, Andrea (2010), señalan que los beneficios húmedos fueron el componente clave de la cadena costarricense del café.

De acuerdo con Rodríguez, Alonso (2014), la calidad como un *plus*, fue una característica propia del producto que fue aprovechada, para ofertarlo

⁵ Beneficiado Húmedo: es el tratamiento del fruto del café para remover la pulpa en presencia del agua, la eliminación del mucílago por fermentación u otros métodos y lavado posterior.

de mejor manera, en los períodos más críticos. La calidad es concebida históricamente como una estrategia importante para el mercado del café costarricense.

El cuadro 1 resume las variables consideradas en la definición de la calidad de 1890 a 1950⁶ y en las últimas décadas la gestación de un mercado *gourmet*⁷ con reconocidas cadenas de café como Starbucks quizás la más icónica y con la cual arranca una nueva era de café y de su promoción y en el caso de Costa Rica Café Britt, quien inicia la promoción de *tours de café*, combinado con turismo ecológico.

Cuadro 1. Costa Rica. La calidad del café, variables consideradas en la percepción histórica. (continua)

Variable	Características
<i>Siglo XIX - Principios XX</i>	
Definición de calidad: La calidad se percibía tanto por la apariencia del grano, su forma, su tamaño, su dureza y su color; como por las características organolépticas (sabor) de la taza.	
<i>a. Agroecológico:</i> - Suelo - La variedad - Altitud - Precipitaciones y la temperatura	Influencia directa en la percepción histórica El elemento al que se daba mayor importancia Typica o criollo de la especie Arabica Café de zonas bajas se desestimaba- menor calidad
<i>b. Prácticas asociadas a su producción</i> - Sistemas de siembra- - La sombra en el cafeto - La poda en el cafeto	Abrigo mejoraba calidad Árboles frutales y plantas/ consumo familiar y comercialización local Incidía en la calidad
<i>c. El procesamiento del café</i> - El beneficiado húmedo - Prohibición beneficios rústicos/ artesanales	Más importante en la calidad del café. Grano secado a tiempo/ la fermentación anaerobia-que daña sabor y olor. Redujo contaminación - Importancia de la tecnología Amenaza a la calidad solo se obtenía cafés ordinarios
<i>d. En términos comerciales</i> - Producción de cafés suaves (<i>Mild</i>) – no duros	La fermentación y el secado centrales. Limpieza del café/evitar contaminación Cualidades de gusto y aroma. Mejor cuerpo (<i>body</i>), acidez (<i>acidity</i>), sabor (<i>flavour</i>) y aroma (<i>smell</i>).

6 VIALES, Ronny; MORA, Andrea. La construcción sociohistórica de la calidad del café y del banano de Costa Rica. Un análisis comparado 1890-1950. 1a edición - San José, Costa Rica; Alma Máter, 2010, 208 p.

7 GUDMUNDSON, Lowell. Costa Rica después del café. La era cooperativa en la historia y la memoria. Editorial EUNED, Costa Rica. 2018, 208 p.

Variable	Características
<i>Segunda Guerra Mundial</i>	
La calidad pierde relevancia. El cierre mercado europeo (Inglaterra fue el mercado por excelencia para el café costarricense) y advenimiento de mercado EU, las buenas clases de café no se apreciaron. En período Acuerdos Internacionales del Café (AIC) de 1962 a 1989, el mercado americano compraba con base en cuotas y los precios de los cafés de distintas procedencias no eran muy distintos unos de otros. Predominando las mezclas de café de diversas calidades.	
Calidad levemente presente cafetos colombianos en AIC de 1942 a 1989. - Lema de <i>mountain grown</i>	Utilizando altitud como garantía de calidad - época fordista- preparación cuasi industriales/ ingesta masiva de bebidas y comidas, huérfanas de noción de calidad.
Federación Nacional de Cafeteros Colombianos - Privilegió el <i>taste</i> o sabor,	La imagen de Juan Valdez – “100% Colombian Coffee”- estimuló ventas, no criterios de calidad.
-Década 70-80-desindustrialización	Surgimiento de la época del gourmet Atribuible a la fórmula del tostador más que al origen o calidad del grano. Estrategia mezclar granos de distinta calidad.
Nuevos espacios de consumo	Cadenas, <i>Starbucks</i> - Primer establecimiento en Seattle en 1971.
<i>Años 90 hacia adelante</i>	
La palabra “calidad” en si resulta algo subjetiva. Es equívoco usar la palabra en singular, ya que lo que distingue a la era globalizada más bien es la cuasi infinita proliferación de calidades y precios, mucho más abundantes y visibles que en épocas anteriores.	
- Diferenciación de los nichos o segmentos de mercado, hacia los consumidores de ingresos medios y superiores.	Innovación - Desarrollo modelos más sofisticados de análisis geográfico – Sistemas de Posicionamiento Global.
-Estrategia para ganar a la generación más joven.	Consumo gourmet (<i>specialty coffees</i>) en centros comerciales y las cafeterías. Emergencia del mercado del buen gusto. Éxito práctico neofordista, de replicar innumerables locales de ellos mismos.
En Costa Rica presencia: - Starbucks - Café Britt - Denominación de Origen - Los certámenes o competencias anuales - Reorganización de la producción cafetalera en la era <i>gourmet</i> .	Starbucks a principios de XXI se convirtió en el mayor comprador de café costarricense. Inició con una finca demostrativa y experimental en las faldas del volcán Poás y en 2017 estableció un <i>tour</i> de café. <i>Café Britt</i> , es su contraparte pionero en el país. Se estableció 1985. Desarrollo primer <i>tours</i> de beneficiado de café en Heredia. - Combinó el café <i>gourmet</i> con el turismo ecológico. Primera tienda en Aeropuerto Juan Santamaría. Uso de nombres geográficos como Tarrazú. Microbeneficios para procesar y tostar la café in situ. Proliferación de marcas gourmet en el mercado nacional.

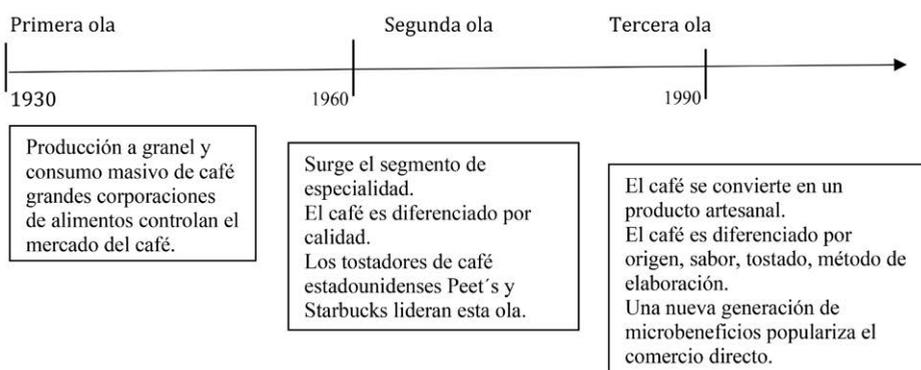
Fuente: Viales, Ronny; Mora, Andrea (2010); Gudmundson, Lowell, (2018). Elaborado por Quirós, 2022.

Como lo demuestran Viales, Ronny; Mora, Andrea (2010); la calidad fue una estrategia relevante para el café de Costa Rica mantenerse en el mercado durante el siglo XIX y primera mitad del siglo XX; importancia queda relegada según Gudmundson, Lowell (2018), señalando que el discurso de la calidad tuvo menor impacto visible en la fijación de precios y las estrategias de mercadeo de parte de los productores, tostadores y comerciantes bajo los Acuerdo Internacional del Café (AIC) de 1962 a 1989.

Los efectos de la Segunda Guerra Mundial, provocó cierre de los mercados tradicionales y el advenimiento de Estados Unidos como el principal país importador de café, que, Según Samper, M (2001), la reorientación de las exportaciones costarricenses hacia el mercado estadounidense conllevó una disminución de la calidad, por cuanto éste no reconocía ni remuneraba los cafés más finos. Desde entonces, se ha diferenciado entre dos procesos conducentes a distintas calidades de exportación: el “chorro americano” y el “chorro europeo”. (Samper, M, 2001, p.41).

La periodización propuesta por Borella, I, Mataix, C; Carrasco-Gallego, R. (2015), muestra como la industria del café evoluciona de un concepto de consumo de masas hacia un consumo segmentado, lo que estos autores denominan la primera, segunda y tercera ola del café. Los cafés especiales se ubican en esta última fase, que se viene articulando con mayor claridad a partir de los años 90. En la figura 2 se muestra esta tendencia en la industrialización del café, la artesanidad sobresale como tendencia. La producción en pequeña escala, de mayor calidad adquiere importancia, lo que representa una oportunidad para que la agricultura familiar se insertarse en estos procesos.

Figura 2. Fases de la industria del café respecto a la calidad



Fuente: Borella, I, Mataix, C; Carrasco-Gallego, R. (2015, p. 32). Adaptado por Quirós, 2022.

Al respecto Canet, G; Soto, C, (2017), señala que la diferenciación permite obtener precios de venta superiores en los nichos de mercado que se han abierto desde la década de los ochenta cuando aparece la promoción de cafés de calidad especial y cuyo estandarte es liderado por la Asociación de Cafés Especiales de los Estados Unidos (SCAA); paralelamente y bajo el mismo signo de diferenciación se han desarrollado otros tipos de cafés especiales como el café orgánico y otros reconocidos por su protección al medio ambiente forestal o por la defensa de los derechos sociales de los agricultores (Fairtrade). (Canet, Guillermo; Soto, Carlos, 2017, p.73).

Asimismo, de acuerdo con Medaglia, Cindy (2018), el mercado de café ha evolucionado hacia una mayor sofisticación, en la cual se priorizan elementos como la calidad, el origen, experiencia y la historia en la decisión de compra. La tercera ola se caracterizó por un consumidor que no solo quiere un café de calidad, sino que se enfoca en la experiencia. Para la agricultura familiar caracterizada como la forma en que las personas cultivan y viven, y una forma de vida; esta diferenciación se convierte en oportunidades por las características implícitas en sus tres ejes que según Van Der Ploeg, J (2014), caracterizan la agricultura familiar; equilibrio entre el establecimiento y la familia, el enlace entre pasado, presente y futuro y la conexión con su entorno. Las familias se convierten en los espacios para ofrecer esa diferenciación en la producción de cafés especiales basados en transparencia, calidad y conocimiento,

ELEMENTOS DE CAMBIO O CONTINUIDAD EN LA CALIDAD DEL CAFÉ

La cantidad de café producido por Costa Rica no le permitió desde su establecimiento competir con otros países exportadores de café y, en vista de lo anterior, se apostó por la calidad y por la conquista de nichos especializados de mercado. Desde temprano se identifica la existencia de un vínculo entre mercadeo y calidad, que se consolida en coyunturas posteriores.

La incidencia de la política pública ha sido determinante en la definición de líneas estratégicas en la producción de café, así como lo señala Peters, G (2004). Una institucionalidad creada para mediar y resolver conflictos entre los diferentes actores y promover la exportación y un mejor precio del café en el ámbito internacional, la creación del Instituto de Defensa del Café en 1933. (Peters, G, 2004, p. 61). Actualmente Icafé, institución que mantiene un alto liderazgo en la actividad cafetalera.

Sin embargo, la fuerte crisis del café a finales de los noventa y principios del dos mil, ocasionaron el abandono de muchas fincas cafetaleras, que debieron cambiar de actividad productiva. La diferenciación por calidad es una de las estrategias que permite a los productores y sus familias que aún persisten, mantenerse en la actividad cafetalera. Proceso en que además se reestructura el mercado tradicional del café.

Como lo señalan Sandí, J, Zúñiga, C y Montero, A (2007), la liberalización del mercado provocó reestructuraciones en la cadena del café, la cadena local de comercialización experimentó cambios, la integración vertical hacia arriba y hacia abajo, surgen los microbeneficios . Es así, como ofrecen cafés certificados, aseguran al cliente trazabilidad, entablan relaciones personales directas, y en general, buscan la especialización para obtener buenos precios en el mercado internacional". (Sandí, José, Zúñiga, Carolina, Montero, Andrea. (2007, p.11). La transparencia y las relaciones personales han garantizado un mayor contacto de los compradores con las zonas de producción y la seguridad de contar con un producto original.

Se visualiza un marcado interés por la sostenibilidad ambiental mediante prácticas productivas sostenible, una tendencia por la consolidación de microbeneficios para procesar y tostar el café in situ, la proliferación de marcas gourmet en el mercado nacional, la "Denominación de Origen" como elementos diferenciadores, la participación en los certámenes como taza de la excelencia u otras competencias anuales, así como el surgimiento de nuevas actividades no agrícolas como los tours de café, que generan pluriactividad, según la definición de Schneider, S (2009) la pluriactividad de base agraria. Resaltando la característica implícita en el manejo de la actividad como un patrimonio territorial y su contribución histórica en la construcción de un espacio rural marcado por un paisaje cafetalero, en la cual la agricultura familiar recupera su espacio.

LA SOSTENIBILIDAD PILAR EN LA DIFERENCIACIÓN DE LA CALIDAD DEL CAFÉ

Desde los años cincuenta, la implementación del modelo tecnológico que se basó en la adopción de paquetes tecnológicos contribuyó entre otras modificaciones a los agro sistemas implementados en décadas anteriores; al cultivo de variedades genéticamente mejoradas, la aplicación de fertilizantes

y fungicidas químicos, mayores densidades de siembra, la eliminación parcial o total de la sombra del café, significando un ciclo de tecnificación del café, que alcanzó su máximo desarrollo entre los años 1980 y 1990.

Modelo que a partir de los años 90 mostró signos de agotamiento dado la desencadenante crisis ambiental y social. Al respecto Montero, Andrea (2018), señala que los efectos de la caída de los precios (asociados a ruptura ICA como a la sobreproducción cafetalera mundial) fueron profundos. Para enfrentar la crisis se recomendaron una serie de medidas. Las más inmediata fue no expandir y en la medida de lo posible disminuir el área cultivada, incentivar la diversificación agrícola en regiones cafetaleras, reducir los costos de producción, promover la producción y el consumo de calidad en los países productores en los mercados tradicionales y otros mercados con potencial. (Montero, Andrea, 2018, p.196).

La política de estado como lo señala Picado, W, Ledezma, R y Granados, R (2009), incentiva programas y proyectos con el objetivo de buscar prácticas sostenibles, recuperando técnicas como la conservación de suelos, que imperaban en las plantaciones de café arábigo medio siglo atrás. (Picado, Wilson, Ledezma, Rafael y Granados, Roberto, 2009, 145).

Según Mora, Norman (2008), Hartley, Marjorie (2010), el Icafe cambió durante los años noventa su enfoque anterior de maximizar la productividad por hectárea hacia el de mejorar la calidad; con el fin de mejorar la imagen con respecto a la conservación del medio ambiente y la eficiencia a nivel de los beneficios.

Como medidas adoptadas, en el año 2002 se aprueba el Reglamento para la producción industrialización y comercialización del café sostenible. Asimismo, en el año 2020 el Icafe, presenta la propuesta de Política Nacional Cafetalera, considerado compromisos de carácter internacional en los que ha incurrido Costa Rica como por ejemplo el Acuerdo Internacional del Café, Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), Acción de Mitigación Nacionalmente Aceptada (NAMA), entre otros.

Entre los proyectos relacionados con la sostenibilidad del café en Costa Rica se registran:

- a. *NAMA café*: EL “Proyecto NAMA CAFÉ”, se implementa a partir del 2013, busca generar acciones para enfrentar el cambio climático en el sector cafetalero. Su objetivo es reducir las emisiones de Gases efecto invernadero (GEI) y mejorar la eficiencia en el uso de los recursos tanto a nivel de plantaciones como de beneficios de café.

Es el primero agropecuario y cafetalero en entrar al proceso de registro internacional.

En marzo del 2023, el Icafé lanza el distintivo «Café Bajo en Emisiones» **para visibilizar** esfuerzos ambientales; para café tostado que pertenecen al proyecto NAMA CAFE (Acciones de Mitigación Nacionalmente Apropiadas) que cumplen con los requisitos de trazabilidad tanto en la finca como en el beneficio y que ofrecen un producto bajo en emisiones de gases de efecto invernadero y que implementan prácticas sostenibles en la producción de café. Con este distintivo se espera que los consumidores identifiquen fácilmente el café tostado nacional que contribuyen a la lucha contra el cambio climático y que los productores y beneficios puedan ser reconocidos por sus esfuerzos en temas ambientales.

b. Programa Pagos por Servicios Ambientales (PPSA): Otro de los programas que aporta en esta visión de sostenibilidad es el Pagos por Servicios Ambientales (PSA). A los productores se les ayuda a ingresar en el (PSA) para sistemas agroforestales, de tal manera que obtengan un ingreso económico complementario por sus esfuerzos en la protección de los ecosistemas y la biodiversidad asociada. El incentivo a la agroforestería, los **árboles** en los cultivos de café tienen varios efectos positivos: aumentar la biodiversidad, diversificar los ingresos de los productores, capturar carbono, así como proteger y conservar el suelo y los recursos hídricos. El PSA, es administrado por Fonafifo (2022).

c. Programa de Bandera Azul Ecológica: El Programa de Bandera Azul Ecológica, nació como respuesta al fortalecimiento de la salud **pública y de** la actividad turística. Cuenta con diez categorías; en la categoría Cambio Climático – Mitigación, tiene como objetivo incentivar la organización de los sectores industriales, agropecuarios, salud, recursos hídricos y a las entidades públicas y privadas para maximizar la competitividad y minimizar el riesgo provocado por los efectos del cambio climático en el país.

En los últimos años se han generado políticas orientadas hacia la sostenibilidad social en la actividad cafetalera, entre estas se mencionan:

a. Convenio de aseguramiento para recolectores de café: en el año 2019, la Caja Costarricense del Seguro Social, el Instituto de Café de

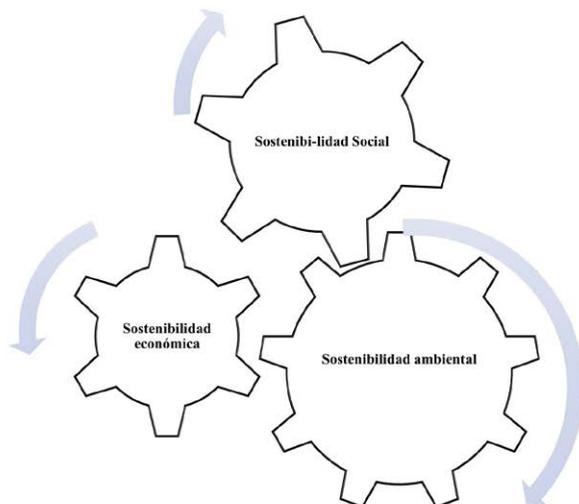
Costa Rica y el Ministerio de Trabajo y Seguridad Social firmaron un convenio que permite asegurar a las personas que trabajan en la recolección del café y sus familias y con ello dar acceso a estas personas a los servicios de salud del Estado, por la temporalidad de la cosecha. Integra nacionales y extranjeros entre ellos migrantes panameños Nögbé Buglé y ciudadanos nicaragüenses.

- b. *Programa “Casa de la Alegría”*: un esfuerzo por mejorar las condiciones de vida de la población recolectora de café; ejecutado entre la Organización Internacional para las Migraciones (OIM) en colaboración con la UNICEF, instituciones **públicas Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS)**, Patronato Nacional de la Infancia (PANI) y el sector privado, inician con un programa de cuidado de niños y niñas indígenas Ngäbe y Buglé, población transfronteriza Costa Rica-Panamá). Este programa luego se extiende hacia otras zonas del país. UNICEF – IMAS (2019: 9). Actualmente hay 39 Casas de la Alegría.
- c. *Política de Género enfocada en la mujer rural para el Sector Cafetalero de Costa Rica*: promovida por el Icafe (2022); esta política se basa en los principios de universalidad, equidad, resiliencia. La incorporación de este enfoque constituye un elemento indispensable para el cumplimiento de los derechos humanos, y para el desarrollo de acciones tendientes a derribar las distintas formas de discriminación hacia las mujeres. Tiene como objetivo “Impulsar la participación igualitaria de las mujeres del sector cafetalero en las diferentes actividades de la cadena de valor por medio del acceso a recursos estratégicos, y acompañamiento en temas fiscales y adaptación al cambio climático”. Se aprobó en el año 2022.
- d. *El Proyecto «Café joven»*: **Está conformando una** red de jóvenes rurales que trabajan en el Sector Cafetalero, con el objetivo de visibilizar las necesidades de los jóvenes rurales en el sector cafetalero de Costa Rica. Se pretende que esta iniciativa anteceda a una política dirigida a la juventud cafetalera, y con ello se beneficie a esta población, en su integración generacional.

En el **ámbito** de sostenibilidad económica, en el año 2018, se da la Creación del Fondo Nacional de Sostenibilidad Cafetalera (FONASCAFÉ), promueve la sostenibilidad de la actividad cafetalera, mediante un programa permanente de financiamiento directo e indirecto para los productores de

café, dirigido con especial **énfasis** al pequeño productor, en proyectos viables y sostenibles dentro de las fases de renovación y mantenimiento de las plantaciones de café, así como para la adquisición de nuevas tecnologías, para aumentar la productividad y la competitividad de las plantaciones. Se espera que este programa permita a los productores mantener la actividad. En la figura 3 se sintetizan los principales programas.

Figura 3. Costa Rica. Programas relacionados con la sostenibilidad de la caficultura.



Fuente: Elaborado por Quirós, 2023.

El enfoque hacia la sostenibilidad como eje en la caficultura, contribuye a la visión de retorno a la actividad, que integra la agricultura familiar como un eje para su reactivación. Con miras a lograr una mejor inserción ambiental, social y económica en el medio rural; un rejuvenecimiento del campo, con una actividad tradicional como el café; otras formas de abordaje, y desde una visión territorial.

Otros elementos como la indicación Geográfica⁸, las Denominación de Origen, certificaciones de café en Costa Rica, concursos taza de la excelencia como motivadores de la calidad. Que como elementos distintivos del terri-

⁸ La Indicación Geográfica (IG) es una figura jurídica establecida legalmente en Costa Rica por la Ley de Marcas y Otros Signos Distintivos No. 7978, así como por el Reglamento de las Disposiciones Relativas a Indicaciones Geográficas y Denominaciones de Origen No.33743, que designa un bien como originario del territorio de un país, región o localidad que se utilice en la presentación de un bien para indicar su lugar de origen, procedencia, elaboración, recolección o extracción. (Según el art. 2 la Ley de Marcas No. 7978). (Icafe, 2008, p.4).

torio contribuyen con la identidad y la comercialización de los productos. Actualmente una región geográfica de Costa Rica cuenta con este distintivo, región de Los Santos, que recibió en el año 2019 la Denominación de Origen Café Tarrazú, marca de gran reconocimiento mundial.

En los últimos años distintas asociaciones de productores y familias individuales han visto en el turismo una entrada de divisas prometedora. A nivel de Costa Rica los *tours de café* son un complemento a la actividad cafetalera que es desarrollada por la familia, atrayendo a un segmento del mercado alternativo de turismo, diferenciado del turismo de masas. Costa Rica, reconocida en los años ochenta por el desarrollo del ecoturismo, misma que se convierte en una alternativa para el turismo de intereses especiales como el café.

De acuerdo con Alvarado, M (2020), la última etapa del turismo desarrollado en Costa Rica es el turismo para experimentar, que permite a quien lo práctica participar de la vida local. La experiencia y el bienestar fortalecen un turismo vivencial, que integra los elementos de la cultura y de la naturaleza, integrando el café, como un patrimonio histórico y cultural para generar recursos que a través de la agricultura familiar incorpora recursos alternativos para la economía y sustento de las familias.

Según Quirós, Lilliam; Mora, Karla (2020), los “*tours de café*”; permiten integrar varios aspectos; los recursos del entorno (locales y regionales) y la organización productiva, elementos innovadores (manejo integrado de la finca, programas educativos, microbeneficios), la vinculación con la comunidad e instituciones del Estado, fomenta la capacitación y formación en temáticas relacionadas a actividad turística (barismo, catación, formación en un segundo idioma) y promueve la sostenibilidad como eje del turismo en fincas cafetaleras, contribuyendo a dimensionar la calidad del café.

CONSIDERACIONES FINALES

La sostenibilidad en la actividad cafetalera, tanto en tiempo como en espacio, proporciona, estabilidad a la producción familiar. La actividad cafetalera, con un fuerte legado histórico-cultural, pervive como actividad importante, realizada en pequeña escala. Las tendencias recientes, enfocadas hacia la sostenibilidad mediante la articulación de acciones en la dimensión ambiental, social y económica; afectan diferencialmente las regiones cafetaleras. Las familias asumen nuevos desafíos que se articulan a las estrategias para mantenerse activo en la actividad.

En el desarrollo histórico de la caficultura en Costa Rica hay un factor que ha jugado un papel esencial - la calidad- una tradición de cultivo y procesamiento del grano de casi dos siglos. Costa Rica reúne las condiciones agroecológicas para la producción de una buena calidad de café; aunado a ello las prácticas productivas y los sistemas de procesamiento, han sido determinantes para colocar el producto en mejores condiciones en el mercado internacional.

Las crisis recurrentes del café demanda dimensionar la calidad como una estrategia para sobrevivir a los bajos precios cotizados y las fluctuaciones constantes en el mercado mundial. La agricultura familiar, por sus condiciones, integra el elemento de calidad en la producción de cafés especiales, permitiendo a las familias que aun sobreviven a las recurrentes crisis a lograr precios diferenciales y a mantener la cultura cafetalera y la apropiación de sus territorios.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Víctor Hugo, y MOLINA, Iván. **Historia económica y social de Costa Rica: de la colonia a la guerra civil de 1948**. 1. ed. San José: Porvenir, 1991. 214 p.

ALVARADO, Meylin. **Análisis Territorial del Turismo Rural en el Sector Guanacaste Sur, Península de Nicoya, Costa Rica: Una propuesta de Planificación a Partir de Unidades Turísticas Territoriales**. Tesis. (Doctorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

ARCILA, Jaime; FARFÁN, Fernando; MORENO, Argemiro, A; SALAZAR, Luis; HINCAPIÉ, Edgar. **Sistemas de producción de café en Colombia**. Federación Nacional de Cafeteros de Colombia; CENICAFÉ. 2007, 309 p.

BANEGAS, Karen. **Identificación de las fuentes de variación que tienen efecto sobre la calidad de café (Coffea arabica) en los municipios de El Paraíso y Alauca, Honduras**. Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza. Magister Scientiae en Agroforestería Tropical. (2009).

BORELLA, Inma; MATAIX, Carlos and CARRASCO-GALLEGO, Ruth. **Smallholder farmers in the speciality coffee industry: opportunities, constraints and businesses that are making it possible**. IDS bulletin. Volume 46, Number 3, 2015, p.29-42.

CANET, Guillermo; SOTO, Carlos. **Caficultura. Panorama actual en América Latina**. Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, Fundación Colegio de Posgraduados en Ciencias Agrícolas. San José, C.R.: IICA, 2017, 152 p.

CARDOSO, Ciro. **Historia económica del café en Centroamericana (siglo XIX): estudio comparativo**". Estudios Sociales Centroamericanos, no.10, 1975, pp.9-55.

CORREA, Jaime. y OSPINA, César. **Asociación de mujeres productoras de café especial, zona cordillera Quindío**. Sinapsis 12 (1), 2020, p.122 - 135.

DESCAMPS, Philippe. **Técnicas para la producción sostenible de café frente al cambio climático**. San José, C.R.: INTA, 2017, 35. p.

FARFÁN, Fernando. **Cafés especiales. En Sistemas de producción de café en Colombia**. Arcila, J., Farfán, F., Moreno, A., Salazar, L., Hincapié, E. Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. Chinchiná, Cenicafe, 2007, 309 p.

FÚNEZ, Nelson. **El programa regional de calidad del café, iniciativa de apoyo en Centroamérica y el Caribe**. Perspectivas Rurales. Nueva época Año 10, N° 19. 2011, p.155-164.

GUDMUNDSON, Lowell. **Costa Rica después del café: la era cooperativa en la historia y la memoria**. EUNED, San José, Costa Rica, 2018. 208 p.

HALL, Carolyn. **Costa Rica una interpretación geográfica con perspectiva histórica**. Editorial Costa Rica, San José, Costa Rica. 1983.

HALL, Carolyn. **El café y el desarrollo histórico-geográfico de Costa Rica**. Editorial Costa Rica y Universidad Nacional, San José, 1976, p.208.

Instituto del Café de Costa Rica (Icafe). **Informe sobre la actividad cafetalera de Costa Rica. Preparado en el Instituto del Café de Costa Rica para los delegados al LII Congreso Nacional Cafetalero Ordinario**. Heredia, Costa Rica, noviembre 2023.

____. **Informe sobre la actividad cafetalera de Costa Rica. Preparado en el Instituto del Café de Costa Rica para los delegados a la 51 Edición del Congreso Nacional Cafetalero Ordinario**. Heredia, Costa Rica, noviembre 2022.

____. **Informe sobre la actividad cafetalera de Costa Rica. Preparado en el Instituto del Café de Costa Rica para los delegados a la 50 Edición del Congreso Nacional Cafetalero Ordinario**. Heredia, Costa Rica, noviembre 2021.

____. **Informe sobre la actividad cafetalera de Costa Rica. Preparado en el Instituto del Café de Costa Rica para los delegados al XLIX Congreso Nacional Cafetalero Ordinario**. Heredia, Costa Rica, 2020.

LEÓN Sáenz, Jorge. **Historia económica de Costa Rica en el Siglo XX**. San José, C.R: Universidad de Costa Rica, IICE, CIHAC, 2012.

MEDAGLIA, Cindy. **El mercado de café tostado en EE. UU**. PROCOMER, Dirección de Inteligencia Comercial. (2018). Presentación PowerPoint.

MONTERO, Andrea. **Café, Revolución Verde, regulación y liberalización del mercado: Costa Rica (1950-2017)**. Tesis para obtener el grado de doctorado en Historia Económica. Universitat de Barcelona, España. (junio del 2018).

MONTENEGRO, Johnny. **La variabilidad climática y su influencia en la producción de café: Estudio de caso**. *Tópicos meteorológicos y oceanográficos*, 17(1),2018, p.5-13.

MONTEIRO, Patricia, CAIRES, Carla, LOBO, Cecilia, SARKIS, José. **Cocriação de valor na cadeia do café especial: o movimento da terceira onda do café.** Revista de Administração de Empresas. Sao Paulo. V.58, no. 3- maio-jun. 2018, p.254-266.

MORA, Norman. **Agrocadena de Café.** Ministerio de Agricultura y Ganadería Dirección Regional Huetar Norte. 2008.

OSSANI, César; CIRILLO, Marcelo; MEIRA, Flávio; RIBEIRO, Diego; y CORTEZ, Ricardo. **Qualidade de cafés especiais: uma avaliação sensorial feita com consumidores utilizando a técnica MFACT.** Revista Ciência Agronômica, v. 48, n. 1, 2017, p. 92-100. DOI: 10.5935/1806-6690.20170010

PANOS, Varangis, SIEGEL, Paul, GIOVANNUCCI, Daniele, LEWIN, Bryan. **Dealing with the Coffee Crisis in Central America Impacts and Strategies.** The World Bank, Development Research Group Rural Development. Policy research working paper, 2003, 88 p.

PETERS, Gertrud. **Costarricense a finales del siglo XIX: Exportadores y consignatarios del café.** Revista Historia N.º 49-50, enero-diciembre 2004, pp. 59-109.

PÉREZ, Héctor, SAMPER, Mario. **Tierra, café y sociedad.** Facultad latinoamericana de Ciencias Sociales. FLACSO. Costa Rica, 1994. 597 p.

PICADO, Wilson, LEDEZMA, Rafael y GRANADOS, Roberto. **Territorio de coyotes, Agroecosistemas y cambio tecnológico en una región Cafetalera de Costa Rica.** Revista Historia, No. 59-60, enero-diciembre 2009. / pp. 119-165.

PUERTA, Gloria; OBED, Freddy; CORREA, Arturo; ÁLVAREZ, Iván; ARDILA, José; GIRÓN, Olga; RAMÍREZ, Carlos; BAUTE, José; SÁNCHEZ, Pedro; SANTAMARÍA, Melsar; MONTOYA, Diego. **Diagnóstico de la calidad del café según su altitud, suelos y beneficio en varias regiones de Colombia.** Cenicafé, 67 (2), 2016, p.15-51.

_____. **Especificaciones de origen y buena calidad del café de Colombia.** Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. Avances técnicos 316. 2003.

QUIRÓS, Lilliam; MORA, Karla. **Fincas cafetaleras como recursos para el turismo de intereses especiales en Costa Rica.** En Arreglo territorial del turismo en América Latina, casos de México, Costa Rica y Paraguay. Coordinadores Valente Vásquez Solís, Álvaro Sánchez Crispín, 2020, p.135-163).

RODRÍGUEZ, Alonso. **Costa Rica, historia de crisis con aroma y sabor a café.** Tiempo y sociedad. Núm. 14, 2014, pp. 5-33.

SANDÍ, José, ZÚÑIGA, Carolina, MONTERO, Andrea. **Tarrazú y Orosi: cambios en la cadena de Comercialización del café y estrategias ante la Liberalización del mercado, 1989-2006.** Revista Historia, No. 55-56, enero-diciembre 2007/ pp. 99-117.

SEVILLA, Joel. **Análisis de la Agroindustria de Exportación de Centroamérica: Evaluación Económica y Sostenible de la Producción de Café de Honduras).** Tesis para obtener el grado de doctorado en Ciencias de la Comunicación. Universidad Rey Juan Carlos. Madrid. 2013.

UMAÑA, Gabriel. **Guía para el establecimiento de módulos para microbeneficiado de café.** -- San José, C.R.: MAG/ Agencia de Servicios Agropecuarios de León Cortés/ SUNII/FITTACORI, 2014. 118 p.

VAN DER PLOEG, Jan Douve. **Dez qualidades da agricultura familiar.** Revista Agrícoltas: experiências em agroecologia. AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia integrado à AgriCultures Network. n. 1 • Fevereiro de 2014.

VALENCIANO, Jorge; SÁENZ, Fernando; LE COQ, Jean; ZÁRATE, Diego. **Costa Rica: Desafíos y políticas públicas para la agricultura familiar.** En: Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: Nuevas perspectivas. Eric Sabourin, Mario Samper y Octavio Sotomayor (Editores). San José, Costa Rica, 2015. p.163-188

VELÁSQUEZ, Camilo, y TRÁVEZ, Mateo. (2019). **Café especial, una alternativa para el sector cafetero en Colombia.** Universidad EAFIT Escuela de Economía y Finanzas Medellín, Colombia.

VIALES, Ronny; MORA, Andrea. **La construcción sociohistórica de la calidad del café y del banano de Costa Rica. Un análisis comparado 1890-1950.** 1a edición - San José, Costa Rica; Alma Máter, 2010, 208 p.

VIGNOLA, Raffaele; WATLER, William; POVEDA, Karina; Vargas, Armando; Mora, Miguel; Rivera, Pavel; y Morales, Mariela. **Prácticas efectivas para la reducción de impactos por eventos climáticos en el cultivo de café en Costa Rica.** “Como parte del estudio de prácticas efectivas para adaptación de cultivos prioritarios para seguros, en Costa Rica”. San José, Costa Rica, 2018. 115 p.

WAIBEL, Leo. **Fajas económicas en la Meseta Central de Costa Rica.** Revista Geográfica de América Central, N. 9-10. Segundo semestre de 1978 y primer semestre de 1979. pp. 137-160.

WORLD COFFEE RESEARCH. **Las variedades de café arábica.** Portland. (2019). <https://varieties.worldcoffeeresearch.org/es/varieties>.

ALEGRIA SE ESCREVE COM “T”: A TRADIÇÃO DO PREPARO E CONSUMO DA ALETRIA NA ILHA DOS MARINHEIROS/RS¹

**Aline Bastos Mendes
Juliana Cristina Franz**

INTRODUÇÃO

Gostaria de começar esse texto com uma narrativa pessoal, sou filha do Antônio e da Maria, sobrinha de 2 tios e 7 tias o que deixa explícito o protagonismo das mulheres na minha vida e nessa pesquisa. Desde muito jovem tive o hábito de atribuir sabores às minhas tias e percebo que elas gostam de ser lembradas pelos alimentos que me preparam. Minha tia Dinamara, com quem convivi grande parte da infância, faz um espetacular arroz com ervas no inverno. Quando lembro desse prato, consigo sentir o ar frio e o sabor levemente ardente das folhas de mostarda. Minha tia Ana é fabulosa em passar café e preparar pão feito em casa, impossível dizer não ao seu convite para o café da tarde.

Minha tia Iara, como boa produtora de morangos, faz um suco de morangos delicioso, por serem doces, não precisam de adição de açúcar (o que alegra a ela e ao seu esposo, pois são extremamente saudáveis). A Luci, minha madrinha, faz um pudim de pão irresistível. Ela fez um para comemorar meu aniversário em 2022, porque sabe que eu sempre elogio essa sobremesa. A Jussara, boleira de mão cheia, faz nossas tortas de aniversário. Sempre na medida certa do doce para comer dois pedaços. Minha tia Sandra é quem todos afirmam que “perdeu os livros de receitas”, dificilmente acerta na cozinha, mas em contrapartida, temos histórias hilariantes sobre suas desventuras gastronômicas.

E, é claro, minha mãe; tudo que minha mãe faz é melhor. Toda comida que ela cria tem um gosto só dela, que invade meu sistema nervoso central e faz com que minhas papilas gustativas sejam verdadeiros portais para o

¹ O presente texto é parte das atividades de pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto Vida, voz e cor dos sujeitos(as) da pesca artesanal na Lagoa dos Patos/RS que é financiado pela agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS, sob a orientação da profa. Dra. Juliana Cristina Franz.

passado. Não há como destacar uma favorita, mas eu diria que tenho um carinho especial pela aletria. Normalmente meu corretor ortográfico corrige essa palavra para “alegria” - ele está correto. É uma comida feliz pra mim, pois evoca todas as festas de família, principalmente as sobremesas de Natal. Minha avó fazia a receita com água e minha mãe faz com leite. Eu prefiro com leite, mas minhas tias preferem com água. Eu acredito firmemente que elas preferem com água porque essa era a receita perfeita: a receita que a mãe delas fazia, minha avó, Dona Demeríce.

Podemos perceber que a alimentação é entendida nesse trabalho para além da sua capacidade nutritiva mas enquanto “um conjunto de relações que evidenciam práticas, saberes, fazeres e significações desenvolvidas pelos sujeitos durante os processos de aquisição, preparação e ingestão de alimentos” (Silva; Menezes, 2021, p.23). Essa forma de compreender a alimentação não se preocupa apenas com preparo e as preferências alimentares, mas também se interessa pelos desdobramentos históricos, territoriais e ambientais, que podem ser obtidos através das histórias contadas na cozinha.

O estudo sobre alimentação, enquanto uma prática cultural e voltada também para a tradicionalidade no âmbito de comunidades do interior do município do Rio Grande, surge de um projeto maior, o Projeto Vida, voz e cor dos sujeitos(as) da pesca artesanal na Lagoa dos Patos/RS, financiado pelo Fundo de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul – FAPERGS. O projeto objetiva: “tomar o pescador artesanal do estuário da Lagoa dos Patos como sujeito de análise, no intuito de evidenciar as identidades culturais que são construídas no cotidiano no entorno do ofício de ser pescador(a)” (Franz, 2022, p. 1). Para interpretar os marcos culturais presentes em tais identidades e relacioná-las com as formas de viver dos indivíduos, o projeto utiliza a

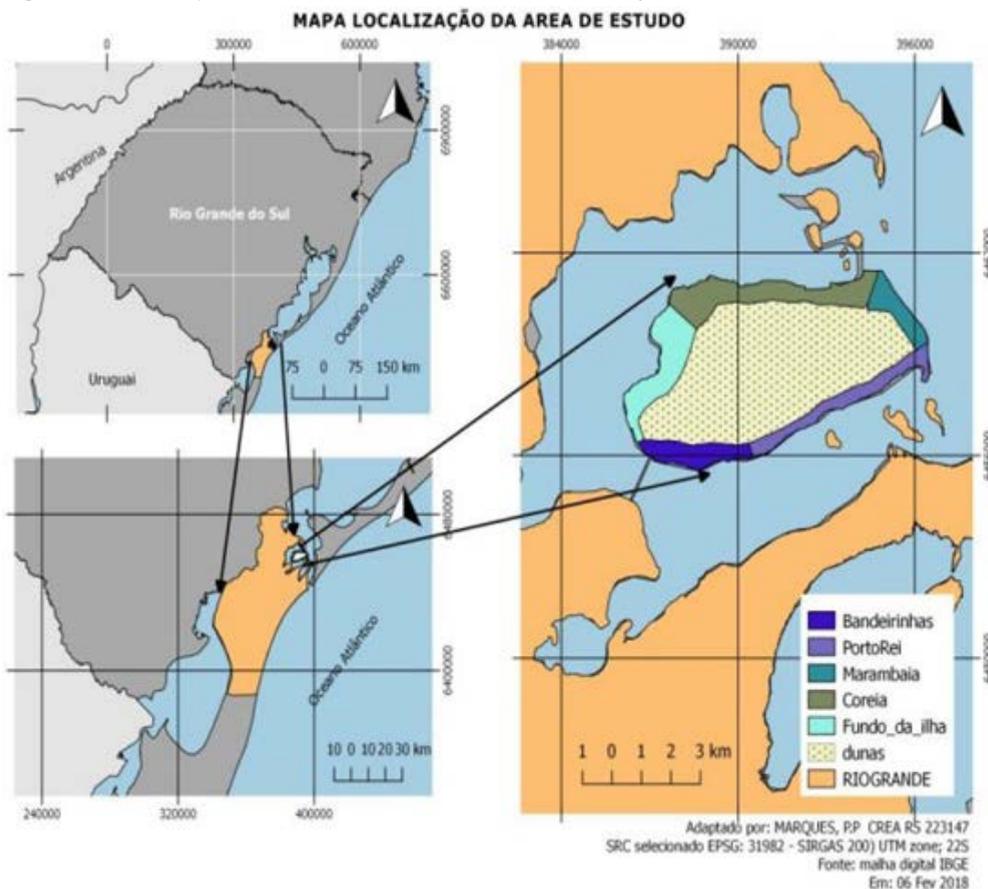
[...] perspectiva dos códigos culturais que podem ser entendidos neste contexto como particularidades acionadas como marcadores da diferença cultural, apesar da vida cotidiana dos pescadores artesanais apresentar indicadores de práticas compartilhadas (Franz, 2022, p. 11).

Nesse sentido, a Ilha dos Marinheiros é uma das comunidades que fazem parte do projeto, ressaltando que em sua composição dividem-se pescadores artesanais e agricultores familiares, o que faz a comunidade ter particularidades e características específicas, que se refletem nos hábitos alimentares, através do trânsito de alimentos, ocasionado pela compra

ou troca de produtos oriundos do trabalho desses indivíduos, uns com os outros. Nesse trabalho, a entrevistada Maria identifica-se como moradora da Ilha dos Marinheiros, praticante da pesca ocasional e do beneficiamento de pescado. Ela relata que é comum, mesmo entre pescadores, a presença de uma horta em casa, para consumo próprio.

Para conhecer melhor a Ilha dos Marinheiros, faremos um breve apanhado histórico e de formação territorial. Ela é o segundo distrito do município do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. O município encontra-se cercado pelas águas da Lagoa dos Patos e do Oceano Atlântico, garantindo uma geografia lagunar que atribui ao município características físicas e sociais específicas. A Ilha, por sua vez, está localizada dentro do estuário da Lagoa dos Patos, o que favorece a prática da pesca artesanal e da agricultura familiar, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 1. Localização da Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS.



Fonte: Elaborado por Marques, 2018.

A paisagem da Ilha² é marcada, portanto, pelos barcos de pesca ancorados nos trapiches³ e pelas plantações advindas da agricultura familiar que, normalmente, são implementadas na parte mais próxima à Lagoa, uma vez que o interior da Ilha é composto por dunas. Na figura 2, temos uma dimensão de como se estruturam as plantações na ilha com relação à Lagoa dos Patos, da faixa circundante por onde transitam os carros e o seu interior, composto por dunas e lagoas.

Figura 2. Vista aérea da Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS.



Fonte: <https://www.youtube.com/@LuisSilva934>.

De acordo com Torres (2008), a Ilha era visitada pelos primeiros habitantes do município de Rio Grande já em sua gênese, no ano de 1737. No local eram extraídos madeira e água potável para atender a demanda da cidade que iniciava seu povoamento. Nos escritos de viajantes da época em questão, a Ilha dos Marinheiros é mencionada como uma “Bahia de tal abundância de variados peixes que ao cruzá-la a hora tardia da noite, os cardumes saltavam à frente de nossa canoa em todas as direções, havendo alguns caído dentro dela” (Luccock, 1935, apud Ruivo, 1994, p. 155). De acordo com Mendes (2019) dentre os acontecimentos históricos destacam-se a presença do Quilombo do Negro Lucas, anterior a data de 1883 e o “intenso plantio de milho, feijão, uva e a produção do vinho colonial a partir do ano de 1830” (Mendes, 2019, p. 38).

² Quando for utilizada a palavra Ilha, em maiúscula, estamos nos referindo sempre a Ilha dos Marinheiros.

³ Estrutura de madeira que serve como ancoradouro, embarque e desembarque dos barcos.

A produção de vinho intensificou-se no ano de 1875, quando os primeiros colonos da Itália chegaram em Rio Grande, das regiões de Lombardia, Vêneto e Tirol, mas o grande contingente populacional que ocupou a Ilha foram os açorianos, das regiões de Águeda, Aveiro e Barrada (Azevedo, 2003). Também há relatos da relação dos primeiros colonizadores com indígenas que transitavam ocasionalmente no local, realizando trocas comerciais, principalmente pelo interesse no gado selvagem que havia nas adjacências (Queiroz, 1987, p. 55)

É evidente que há uma heterogeneidade étnica, ainda pouco explorada na Ilha dos Marinheiros. No que diz respeito à gastronomia, o traço mais marcante é a culinária portuguesa, evidenciada pelo consumo de peixe, carne e também de vegetais, sopas, ovos, crustáceos e de moluscos (Guerreiro, 2018, p. 226). No caso dos doces, Guerreiro (2018) aponta uma abundância no consumo de doces, principalmente a base de ovos.

Quando fazemos um breve resgate das histórias da alimentação na Ilha dos Marinheiros nos deparamos com alguns tipos alimentares encontrados na tradição gastronômica portuguesa, sendo eles: a morcilha⁴, o bilharaco⁵, a Jurupiga⁶ e a rabanada⁷. Esses alimentos podem ser reconhecidos como alimentos artesanais com origens na colonização que, em sua maioria, descendem de precursores europeus e apresentam uma narrativa que relaciona o saber-fazer com uma memória familiar e identiária (Rieth; Silva; Kosby, 2015.).

Com o desenrolar dos processos históricos e o cultivo de produtos específicos na Ilha dos Marinheiros, algumas receitas passaram a ter características locais como é o caso da aletria, o pudim de pão, o arroz doce e o licor de butiá. Essas receitas estão relacionadas à construção de identidades sociais/culturais, como contextualiza Maciel (2005)

A construção da cozinha de qualquer unidade de pertencimento (seja um país, seja uma região, um grupo étnico ou outro conjunto) segue caminhos diferentes, dadas as suas condições históricas. Assim, ao se focalizar essas cozinhas deve-se, necessariamente, levar em consideração o processo histórico-cultural, contextualizando e particularizando sua existência (Maciel, 2005, p. 50).

⁴ Tipo de linguiça obtida através do sangue de suíno com temperos.

⁵ Doce frito feito com abóbora.

⁶ A Jurupiga é reconhecida como patrimônio imaterial do município, através da lei 6.972 de 2010.

⁷ Receita feita com pão, ovos, leite e canela.

Há uma tradição ancorada na colonização, e adaptações e ressignificações dão características específicas a cada um desses itens, seja pela disponibilidade de ingredientes ou devido a hábitos que vão se delineando ao longo do tempo, já que as interações desses povos com o meio ambiente permitem o desenvolvimento de laços existenciais caracterizados pelas vivências, dependências e convivências dos indivíduos com os elementos naturais (Silva; Menezes, 2021).

Nosso objetivo nesse trabalho é apresentar os modos de preparo e de consumo de alguns doces, em especial a aletria, sua importância na formação identitária e cultural na Ilha dos Marinheiros, bem como o compartilhamento dessas receitas entre grupos de mulheres, salientando a questão do gênero na preparação de alimentos.

CAMINHOS DOCES: METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO.

Metodologicamente, os processos que levaram a explorar o código cultural da alimentação tiveram início com o desenvolvimento do projeto Vida, voz e cor dos sujeitos(as) da pesca artesanal da Lagoa dos Patos, já mencionado anteriormente. À nível pessoal, participar do projeto me fez perceber, ao visitar as comunidades pesqueiras, que minha família era, em uma certa medida, detentora de conhecimentos tradicionais sobre alimentação.

Através do recurso da História Oral, podemos recorrer a essas memórias, que narram muito mais do que receitas, mas histórias de afetividade, cultura e tradição. Por eles vistas com ingenuidade, narram diversas receitas feitas “com muita simplicidade” ou “com as coisas que têm”, nas palavras dos indivíduos. Contudo, sempre procuramos destacar que todos os grupos alimentares são importantes e que são justamente os alimentos do cotidiano e da trivialidade que merecem reconhecimento, pois são eles que guardam a essência da identidade cultural ao se relacionarem diretamente com o que está disponível.

Portanto, foi necessário iniciar esse texto com algumas particularidades familiares e isso deve-se ao fato da alimentação ser entendida aqui para além da sua capacidade nutritiva e restauradora da saúde. De acordo com Katz (2016)

Em cada grupo social existem pessoas detentoras de saberes alimentares próprios, que legitima a identidade do grupo, quer se

trate de prática cotidiana da culinária familiar (geralmente, nas mãos das mães de família) ou da elaboração de produtos agropecuários específicos, como bebidas alcoólicas, doces, laticínios, carnes, etc. (Katz, 2016, p. 16).

Em uma sociedade que ainda lida com o trabalho doméstico como função exclusiva das mulheres, é importante dar o devido reconhecimento a elas enquanto guardiãs dos saberes tradicionais da gastronomia local, ferramenta de suma importância para a salvaguarda e manutenção dos códigos culturais, sendo a alimentação um deles. De acordo com Brum Neto (2007),

Os códigos constituem-se na simbologia responsável pela visualização da cultura e, também, pela sua transmissão. Encontram-se impressos nas diferentes paisagens, através do estilo das casas, vestuário típico, arte, gastronomia, música, religiosidade e festividades. Além desses, existem outros códigos que, embora não sejam visíveis, também são responsáveis pela materialização da cultura no espaço, como aportes culturais, com destaque para os valores, ideologias e convenções (Brum Neto, 2007, p. 38).

Na Ilha dos Marinheiros em Rio Grande, comunidade foco desse trabalho, outros códigos culturais se fazem presentes. Enquanto uma comunidade que se divide entre agricultores e pescadores, temos algumas práticas culturais muito específicas do lugar, como a réstia de cebola⁸, a confecção das redes de pesca, as réplicas de barcos, as festas típicas (como as festas de Nossa Senhora da Saúde, Santa Cruz e São João) além do Terno de Reis, que particularmente, possui uma relação íntima com a alimentação⁹. Tais códigos culturais podem ser também entendidos enquanto patrimônio (material e imaterial) da comunidade.

A alimentação faz parte desse patrimônio e se apresenta na materialidade dos ingredientes e na imaterialidade do saber-fazer, sendo assim, o patrimônio cultural de uma sociedade também está inscrito no cotidiano; nesta perspectiva que a culinária regional se legitima como objeto de análise e como bem cultural (Morais, 2011). Para atingirmos esse saber-fazer e, mais ainda, as relações de afeto, transgeracionalidade, cultura

⁸ Trançado feito com cebolas, comumente colocado nas paredes dos galpões ou varandas.

⁹ É tradição na Ilha que, ao receber o Terno de Reis em casa, o anfitrião ofereça alimentos variados, normalmente amendoim torrado, bolo, pipoca e vinho.

e tradição recorreremos à História Oral, por meio da entrevista narrativa, uma técnica capaz de absorver as diversas expressões e manifestações do conhecimento e que compreende os indivíduos dentro de sua complexidade social e histórica e sua multidimensionalidade (Silva, 2023).

Na entrevista narrativa damos ao entrevistado o assunto que vamos abordar, conduzindo a conversa de maneira aberta, sem perguntas estruturadas, tendo em mente que diversos assuntos podem transcorrer durante a entrevista, tendo relação direta ou não, com o foco da pesquisa. Tal liberdade narrativa exige também critérios, como conforto no local da entrevista, preocupação quanto à privacidade do entrevistado, pouca circulação de pessoas e é um excelente instrumento quando se objetiva ter um entrevistado que assuma um papel ativo no processo de construção da narrativa (Silva, 2023).

Segundo Wagner, Predebon e Falcke (2005), cada família tem um legado, semelhante a uma cápsula do tempo, onde são colocados elementos que podem preservar a essência da família para gerações futuras. Constatamos essa essência nas histórias de vida e, assim, percebemos o quanto a memória é o motor pelo qual a História Oral da família é narrada, criando possibilidades de interpretações, sendo essa a razão da escolha pela entrevista narrativa. De forma a conduzir este trabalho, realizamos uma entrevista narrativa com Maria, moradora da Ilha dos Marinheiros, enquanto ela preparava a aletria. Ela mostrou detalhadamente como fazer a receita e suas particularidades de consumo, como veremos a seguir.

OS DOCES SABORES DA ILHA

Entre a ampla variedade de produtos alimentícios, escolhemos pesquisar os doces porque ao considerar a alimentação além da nutrição, é interessante observar as adaptações feitas entre os alimentos disponíveis no passado e a contínua execução dessas sobremesas nos dias atuais, mesmo com a ampla disponibilidade de novos produtos processados. No passado, os doces ilhéus eram uma maneira de garantir um sabor doce durante as dificuldades socioeconômicas, podendo ser entendido como uma forma de resistência e resiliência dos indivíduos; hoje, podemos entendê-los como uma tradição familiar e identitária que se perpetua através das gerações.

Absorver as narrativas sobre a confecção de doces é mais do que coletar dados sobre receitas. Para nós interessa saber, também, quando

essas receitas eram feitas, em quais ocasiões eram inseridos esses doces e quem os preparava. Essa relação do cotidiano, do afeto e da memória é interessante para essa pesquisa, uma vez que “[...] na alimentação humana, natureza e cultura se encontram, pois se comer é uma necessidade vital, o quê, quando e com quem comer são aspectos que fazem parte de um sistema que implica atribuição de significados ao ato de alimentar” (Maciel, 2005, p. 49).

A história do doce no Brasil é marcada por uma diversidade cultural que remonta ao contato dos primeiros colonizadores com os grupos indígenas que aqui viviam. Os portugueses já traziam consigo diversas receitas de doces e bolos, adquiridas principalmente no seu contato com o mundo árabe (Lesnau, 2004). De acordo com Gomes (2023)

A construção histórica dos doces tradicionais se deu principalmente pelos conhecimentos de cada povo constituinte da brasilidade. A mistura entre técnicas portuguesas e ingredientes indígenas e africanos – e na força de preparo – acabou por criar uma cultura doceira única (Gomes, 2023, p. 5).

A exemplo disso, no extremo sul do Brasil, Rio Grande e Pelotas, dois municípios vizinhos, apresentam características distintas na produção doceira, explicadas através do seu processo de formação territorial. Enquanto exploramos os doces como alimentos do cotidiano no município do Rio Grande, em Pelotas os doces finos se desenvolveram entre núcleos de famílias ricas, impulsionados pela economia da produção de charque. Trabalhadoras, em sua maioria negras escravizadas, preparavam os doces que, após a crise do charque, saíram das casas da elite e passaram a ser comercializados nas portas de igrejas e praças da cidade (Freire, *et al.*, s.d). Hoje, o saber-fazer dos doces finos de Pelotas, é reconhecido como patrimônio imaterial.

Já em Rio Grande, a Ilha dos Marinheiros, por sua vez, foi utilizada primeiramente como local de extração de madeira e água para o município. Somente em 1799 a primeira casa foi construída, como moradia para os finais de semana, pelo comerciante José de Souza Rey (Torres, 2020) dando início à ocupação da Ilha, que era majoritariamente de origem portuguesa. Seleccionamos, portanto, três doces ilhéus, de origem portuguesa: o pudim de pão, o arroz doce e a aletria. Obtivemos o passo-a-passo da receita de

aletria. Nossa escolha se baseou no fato de que os três doces apresentam em comum a presença de carboidratos de consumo trivial no dia-a-dia: o pão, o arroz e o macarrão.

O pudim de pão é feito a partir do pão, preferencialmente o pão francês, mas também era feito com pão caseiro antigamente¹⁰. Deve-se “deixar o pão de molho no leite, ou na água. Se for com água... tem gente que faz com água, aí tu temperas a água com cravo ou canela” (Maria) desse modo, se obtém a massa do pudim, na qual pode se adicionar o leite condensado.

O arroz doce, por sua vez, é feito a partir do cozimento do arroz com leite, uma receita que também teve o açúcar substituído pelo leite condensado, pois “fica mais cremoso com leite condensado ou gemada” (Maria). Ambas as sobremesas são comuns no calendário anual de festas. O pudim de pão é servido durante os cafés e consumido de forma mais usual ou “quando sobra pão” (Maria), evitando o desperdício, enquanto o arroz doce é mais apreciado em sobremesas.

Outro alimento que se destaca é a aletria¹¹, sobremesa feita à base de leite e massa do tipo cabelo de anjo,¹² polvilhada com canela. Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, a palavra “aletria” deriva do árabe “al-itriâ” ou “al itriyaa”, que significa “os fios”. A aletria se concentrou na Ilha dos Marinheiros e não se tornou um doce comum no município do Rio Grande, estando presente na Ilha até os dias atuais, especialmente durante festividades como o Natal ou festas de aniversário que ocorrem durante o dia, sendo consumida como sobremesa entre os grupos familiares.

É interessante ressaltar que durante a execução do projeto Vida, voz e cor, visitamos outras comunidades, como a Ilha da Torotama e comunidades no interior do município de São José do Norte e perguntamos sobre a aletria para alguns indivíduos. Somente pessoas que possuem alguma relação com a Ilha dos Marinheiros conhecem ou já ouviram falar dessa sobremesa.

¹⁰ Entre os anos 1970 e 1990.

¹¹ Em outros lugares a massa de aletria doce ganhou nomes como a Kanufa na Palestina e Líbano ou o genérico Knafe na península arábica (Shihab, 2013) e ainda Kadaif, na Grécia. Incorporou elementos diferentes de acordo com as regiões, como o queijo, nozes ou gengibre (Kadaif). Em Portugal ganhou força como um doce natalino.

¹² Massa excepcionalmente mais fina que as demais, do tipo espaguete.

Figura 3. Preparo da aletria.



Fonte. Autoria própria.

Figura 4. Aletria.



Fonte. Autoria própria.

A receita da aletria é passada através da oralidade e também apresenta diferenças no preparo – entre algumas famílias é feita com água e em outras, com leite. Maria prepara a aletria com leite “pois fica mais saborosa e cremosa” (Maria). O cozimento da massa é feito com leite. Primeiro o leite deve “levantar fervura”, nesse momento adiciona-se a massa e após o cozimento são adicionadas as gemas de ovos batidas já com o açúcar ou o leite condensado, até que fiquem cozidas. É possível adicionar um pouco de raspas de limão durante o cozimento, atribuindo um sabor levemente amargo ou “quebrando o açúcar”. Depois de obter uma massa encorpada, coloca-se em uma travessa e na geladeira, para endurecer. É servida polvilhada com canela e sua consistência depende do gosto pessoal de cada um, conforme o tempo na geladeira. Normalmente é “servida um pouco mais firme, para que possa ser cortada em pedaços, nas assadeiras e fica mais fácil de servir, mas eu não gosto tanto, prefiro com um pouco mais de caldo” (Maria).

O arroz do arroz doce e o macarrão da aletria são ingredientes ecléticos que, em versões salgadas, combinam com várias proteínas. O pão, um carboidrato comum nos cafés da manhã e da tarde, serve como base para o pudim de pão. Esses doces ajudavam a reduzir o desperdício, pois podem ser feitos com leite ou água e especiarias como canela e cravo, se adaptando à disponibilidade alimentar do momento. Também eram uma forma de criar sabores doces, com os produtos disponíveis em casa.

Contudo, sua reprodução atual não se justifica através da preocupação com o desperdício, mas pelo gosto do doce, que se transformou em uma receita familiar. Quando perguntada “por que consumir aletria ainda hoje?” a resposta é muito breve “porque praticamente toda família gosta... eu cresci comendo aletria”. Entre as sobremesas apresentadas, a aletria é a que mais se caracteriza como um doce típico da Ilha, não sendo encontrada

em restaurantes locais de Rio Grande, como acontece com o pudim (na sua versão mais tradicional, com leite) e o arroz doce.

As mulheres através da oralidade, são as responsáveis por difundir as receitas para suas filhas e criar laços com a comunidade através da culinária. Há uma divisão de gênero marcante nas trocas que acontecem na cozinha. Ferreira (2021) resgata muito bem a origem da cozinha, quando investiga os primórdios das residências e salienta a importância que o fogo teve no desenvolvimento dos grupos humanos, já sedentarizados. O estabelecimento de cômodos, porém, só aconteceu mais tarde “após o surgimento de noções de comodidade e privacidade” (Ferreira, 2021, p. 77).

Portanto, a cozinha permanece como um local central, de onde surge a vitalidade familiar, associada à capacidade nutricional dos alimentos, mas também aos sentimentos de afetividade que o ato de alimentar-se, principalmente em grupos, é capaz de reproduzir, uma vez que, a cozinha

Local de abrigo familiar e espaço de socialização, pode ser entendida não apenas como lugar de preparo de alimentos, mas, principalmente, como espaço de relações sociais, no qual o cotidiano ocorre e as relações entre seus moradores e seus visitantes são estabelecidas e solidificadas. (Ferreira, 2021, p. 81)

Quando falamos sobre a relação entre a estrutura doméstica e gênero, há um recorte delimitado, principalmente em comunidades rurais, até os dias de hoje. De acordo com Ferreira (2021) no século XVI, alguns fatores colaboraram para disparar a dicotomia entre homens e mulheres na estrutura social, entre elas: a diferença entre o público e o privado e a ascensão da burguesia no mundo capitalista.

Até os dias de hoje, principalmente em áreas rurais, podemos perceber essa distinção de gênero e a jornada exaustiva de trabalho que desenvolvem as mulheres, sendo responsáveis pela casa, pelo cuidado com os filhos e pelo trabalho no campo – visto muitas vezes como “ajuda”. É nesse sentido que procuramos ressaltar o trabalho doméstico das mulheres, essencial não somente para a reprodução social, mas também para a salvaguarda cultural dos patrimônios alimentares locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar ao longo do texto que a alimentação está diretamente relacionada à memória familiar e à tradição cultural dos lugares, sendo uma forma de afetividade entre pessoas da mesma família e uma forma de coesão social através do seu compartilhamento em festas e confraternizações, como o Terno de Reis. Na Ilha dos Marinheiros, o reconhecimento dos doces enquanto um patrimônio cultural é um processo novo, ainda não possuindo uma bibliografia voltada para essa temática, sendo necessário um aprofundamento nesse tema.

Dessa maneira, a pesquisa nos trouxe até aqui, através da entrevista narrativa, cientes que se trata apenas de um fragmento do que podemos explorar do universo da alimentação, seja ela a produção de doces ou salgados na Ilha dos Marinheiros, destacando sua importância para a formação social, cultural e econômica.

Os próximos passos da pesquisa estão relacionados à exploração das materialidades dos livros de receita, peças-chave no entendimento dos processos de confecção e, mais ainda, como marcos de perseverança do registro material das receitas para a posteridade. Funcionando como álbuns de fotos, os livros de receita são um legado familiar, que possui um marcante recorte de gênero. Também é importante reunir através de um inventário de bens culturais, as receitas típicas da Ilha, transformando-as em uma espécie de cartilha dos códigos culturais alimentares. A circulação desses materiais poderá colaborar para manter vivas as tradições culturais e despertar o interesse para conhecer a história local.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Ana Lucia Morison. **A Ilha dos três Antônios**. Rio Grande: FURG, 2003.
- BRUM NETO, Helena. **Região cultural: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. “aletria”, 2008-2023, disponível em: <https://dicionario.priberam.org/aletria>. Acesso em: junho 2024.
- FALCKE, Denise; PREDEBON, Juliana; WAGNER, Adriana. Transgeracionalidade e educação: como se perpetua a família. In: WAGNER, Adriana (Org.). **Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

FERREIRA, Marina Rossi. **“Lar doce Lar” – a cozinha como centro afetivo da casa.** Geograficidade | v.11, n.2, Inverno 2021.

FRANZ, Juliana Cristina. **Projeto vida, voz e cor dos sujeitos(as) da pesca artesanal da Lagoa dos Patos/RS.** Edital FAPERGS FAPERGS 14/2022 auxílio recém- doutor ou recém-contratado. Rio Grande, 2022.

FREIRE, Beatriz Muniz, *et al.* **Dossiê de Registro da Região Doceira de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu)/RS.** IPHAN, S/D. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_%20tradicoes_doceiras_de_pelotas_antiga_pelotas.pdf. Acesso em: julho de 2024.

GOMES, Ewerton Lemos. **Quando a comida se torna afeto: sobre lugares, memórias e doces.** XV Encontro Nacional de pós-graduação e pesquisa em Geografia. 2023. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2023/TRABALHO_COMPLETO_EV187_MD6_ID680_TB71_18102023144911.pdf, acesso em julho 2024.

GUERREIRO, Fábio José Banza. Uma Cozinha Portuguesa, com certeza: A ‘Culinária Portuguesa’ de Antônio Maria de Oliveira Bello. **Revista Trilhas da História.** Três Lagoas, v. 8, n. 15, p. 221-236, jul./dez. 2018. ISSN 2238-1651.

KATZ, Esther. Introdução. In: WOORTMANN, Ellen; CAVIGNAC, Julie A. (orgs). **Ensaios sobre a Antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios.** Brasília: Editora Edufrn, 2016.

LESNAU, Marcilene Carmen da Silva. **Influência portuguesa na doçaria brasileira.** Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, 2004.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In: Canesqui, Ana Maria; Garcia, Rosa Wanda (orgs). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, p. 49-56.

MENDES, Aline Bastos. **Diversificação de renda na pesca artesanal: um estudo na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS.** Dissertação de Mestrado. Rio Grande, 2019.

MORAIS, Luciana Patrícia de. **Comida, identidade e patrimônio: articulações possíveis.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 54, p. 227-254, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/viewFile/25749/17200>. Acesso em: julho 2024.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. **A vila do Rio Grande de São Pedro (1731-1822).** Rio Grande: FURG, 1987.

RIETH, Flávia Maria Silva; SILVA, Tiago Lemões da; KOSBY, Marília Floôr. Linhagens da produção, disseminação e atualização do saber-fazer doceiro: a tradição dos doces coloniais na zona rural de Pelotas. In: MENASCHE, Renata (org). **Saberes e sabores da colônia: alimentação e cultura como abordagem para o estudo do rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

RUIVO, José Carlos Vieira. 1994. Contribuição para a História da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande-RS. In: F.N. Alves & L.H. Torres (org.). **Temas de História do Rio Grande do Sul.** Editora da FURG. Rio Grande/RS.

SHIHAB, Sana Nimer Abu. **Mediterranean Cuisine**. 2013. Disponível em: <Mediterranean Cuisine - Sana Nimer Abu Shihab - Google Livros>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SILVA, Hebert Ruan da Conceição; MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **Geograficidade dos alimentos nas comunidades tradicionais pesqueiras de Brejo Grande/SE**. Geograficidade. V.11, n. 1, Niterói, 2021.

SILVA, Ueliton André dos Santos. **Entrevista narrativa: entrelaçando subjetividades na produção de conhecimento**. Cadernos da Fucamp, v.22, n.59, p. 151-164, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/Aline/Downloads/3172-Texto%20do%20Artigo-12194-1-10-20231119.pdf. Acesso em: julho de 2024.

TORRES, Luiz Henrique. **Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947)**. BIBLOS - Revista Do Instituto De Ciências Humanas E Da Informação, v. 22, n. 2, p. 9 - 18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/957/424>. Acesso em: outubro de 2024.

“DE MÃE PARA FILHA”: SABERES, RESSIGNIFICAÇÕES E PROTAGONISMO FEMININO NA ELABORAÇÃO DO QUEIJO COALHO EM ALAGOAS¹

José Natan Gonçalves da Silva

INTRODUÇÃO

A produção e o consumo do queijo coalho artesanal consistem em atividades agroalimentares amplamente difundidas no semiárido nordestino (Muchnik; Biénebe; Cerdan, 2005; Menezes, 2009; Silva, 2021). Em Alagoas, essa prática cultural e economicamente territorializada é legitimada pelo trabalho de mulheres que integram a agricultura familiar. O protagonismo feminino na manutenção das atividades queijeiras denota, ainda, o estreitamento das abordagens em torno das práticas agroalimentares, trabalho e relações de gênero no semiárido.

O encadeamento produtivo desse alimento é marcado pela conservação de um saber-fazer artesanal, mas também, pela incorporação de novas técnicas, fato que presume a emergência de processos de reinvenção das atividades de manipulação do queijo. Diante do exposto, as discussões realizadas neste texto têm como objetivos averiguar as dimensões artesanais intrínsecas à elaboração do queijo coalho caseiro em Alagoas e compreender o papel exercido pelas mulheres na manutenção das práticas queijeiras.

Para a efetuação da pesquisa, foi utilizado como recorte empírico o Território da Bacia Leiteira – TBL, situado no semiárido alagoano. Esse espaço apropriado e conformado em território (Raffestin, 1993), possui uma relação histórica, econômica, social e cultural alicerçada na expansão da pecuária e da produção agroalimentar dos derivados de leite no estado de Alagoas.

¹ O presente texto é parte revisada da tese de doutorado, intitulada “Territórios queijeiros: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas”, defendida em 2021, sob a orientação da profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes.

A metodologia apresenta perfil qualitativo e baseou-se em pesquisas bibliográficas e de campo. A amostragem foi definida mediante o uso da técnica *snowball* (Vinuto, 2014) e entrevistas semiestruturadas (Gil, 1999) aplicadas junto a 50 produtoras do queijo coalho caseiro. Na construção do texto, foram apresentadas algumas narrativas das produtoras obtidas durante a realização das entrevistas. Todavia, para evitar a exposição das informantes, suas falas são identificadas com nomes fictícios.

Durante os anos de 2019 e 2020, a metodologia esteve centrada nas pesquisas de campo. Essa etapa possibilitou o confronto entre a teoria e a empiria, bem como a interpretação dos conceitos mediante a inter-relação com a dimensão prática. Em consonância com essa abordagem, Gil (1999) assevera a importância dos estudos de campo em função das oportunidades de aprofundamento sobre o fenômeno investigado.

No ano de 2020, o planejamento incluía a realização de atividades de campo a partir do mês de março. Todavia, em função da emergência e avanço da pandemia da covid-19, estas foram temporariamente suspensas. Na interrupção das pesquisas, consideraram-se as publicações legais de âmbito federal e do estado de Alagoas sobre as medidas de enfrentamento da covid-19², bem como a Portaria n.º 241, de 17 de março de 2020, da Universidade Federal de Sergipe, que suspendeu as atividades acadêmicas presenciais diante do cenário de emergência da saúde pública (UFS, 2020). As tomadas de decisões tiveram ainda como observância as declarações da Organização Mundial da Saúde (OMS) que em 11 de março de 2020 classificou como pandemia a disseminação da covid-19 (ONU, 2020).

As pesquisas de campo foram retomadas entre os meses de setembro e dezembro de 2020, após a publicação do Decreto Estadual n.º. 71.467, de 29 de setembro de 2020, que flexibilizou o funcionamento das atividades essenciais e não essenciais em todo o estado de Alagoas, diante do cenário de redução do número de novos casos e mortes pela covid-19. Seguindo as orientações sanitárias de enfrentamento ao novo coronavírus, foram realizadas as seguintes medidas preventivas: uso de máscara, higienização das mãos e das ferramentas de pesquisa com álcool-gel 70, e distanciamento de 1,5 metros em relação aos entrevistados.

² A priori considerou-se a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, e o Decreto Estadual n.º 69.501, de 13 de março de 2020.

As análises realizadas denotam que as mulheres são protagonistas na conservação dos saberes em torno da elaboração do queijo coalho artesanal. As práticas transmitidas nas redes intergerações das produtoras evidenciam a manutenção da arte de fazer o queijo, mas também, a emergência de processos de ressignificação decorrentes da introdução de novas técnicas, da pressão exercida pelos órgãos de inspeção sanitária e do aumento da demanda pelo produto.

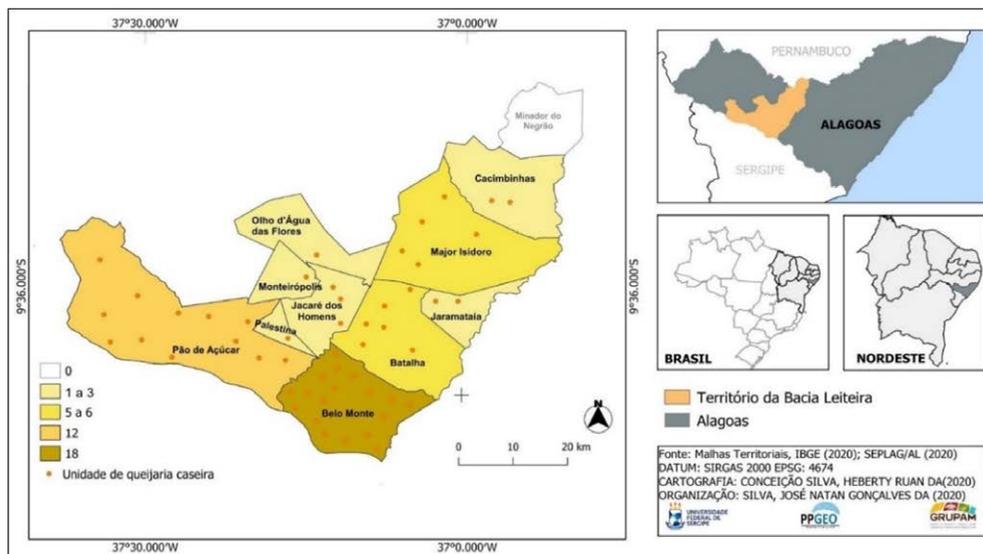
As abordagens antecipadas nesta introdução seguem estruturadas em dois subcapítulos: o primeiro, discute as dimensões produtivas dos estabelecimentos rurais que mantêm as queijarias caseiras; e o segundo, aborda sobre o protagonismo feminino no processo de manutenção das atividades artesanais de elaboração do queijo coalho. Por fim, são tecidas as considerações finais do texto.

DO LEITE AO QUEIJO: DIMENSÕES PRODUTIVAS NAS QUEIJARIAS CASEIRAS

As unidades de produção do queijo coalho caseiro foram localizadas em 10 dos 11 municípios que formam o TBL (Figura 1). A exceção foi o município de Minador do Negrão que, apesar da não identificação de queijarias caseiras no período das pesquisas, exerce importante atuação no sistema agroalimentar do queijo mediante a demanda e o consumo do produto. Em contraposição, constatou-se que o predomínio das unidades em Belo Monte e Pão de Açúcar deve-se à presença de comunidades rurais dedicadas, em diferentes temporalidades, à produção de derivados de leite.

As queijarias integram espaços domésticos e produtivos da agricultura familiar. Em conformidade com as abordagens de Menezes (2009), que analisou a produção dos queijos em Sergipe, observa-se que nos municípios alvos dessa pesquisa o queijo coalho consiste no principal alimento elaborado nessas unidades de produção.

Figura 1 – Queijarias caseiras, Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.



Fonte: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

A elaboração do queijo coalho é realizada em pequenos estabelecimentos fundiários, pertencentes a segmentos da agricultura familiar que são responsáveis pela produção média diária de 60 litros de leite e 6 quilogramas de queijo (Tabela 1). O leite é oriundo, predominantemente, da unidade produtiva, fato que caracteriza as queijarias caseiras pela produção de alimentos em pequena escala. Essa particularidade também foi observada por Mergarejo Netto (2011) na elaboração do queijo minas artesanal, especialmente quando a atividade é realizada pelos agricultores familiares. Assim como observado pelo autor, em Alagoas, as diversidades de condições na coleta, produção, transporte e armazenamento dos alimentos inviabilizam o beneficiamento de grandes volumes de leite.

O valor monetário do alimento varia em decorrência da sazonalidade. Durante o período da estiagem, diante da elevação dos custos com a suplementação alimentar, e da redução da oferta, em função da diminuição do volume de leite, observa-se a elevação do preço do quilograma do alimento, que corresponde, em média, a R\$ 22³. Em contrapartida, no período chuvoso, verifica-se a redução dos custos no processo produtivo e o aumento da oferta devido ao fator inversamente proporcional ao que acontece na estação seca: no inverno é o aumento do volume do leite que apresenta rebatimento na

³ Valor atualizado em pesquisa realizada em 2024.

elevação da produção do queijo. Nessas circunstâncias, o preço é reduzido aproximadamente em R\$ 2, quando comparado ao valor médio de mercado na estação seca.

Tabela 1 – Unidades de produção do queijo coalho caseiro (valores em média), Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.

Municípios	Nº de unid. de produção	Área dos estab. agrop. (ha)	Vol. diário de leite (l)	Produção diária de queijo* (kg)
Belo Monte	18	21,24	60	6,0
Pão de Açúcar	12	17,81	42	4,2
Batalha	6	23,03	60	6,0
Major Isidoro	5	27,87	73	7,3
Jaramataia	2	24,24	74	7,4
Jacaré dos Homens	2	31,81	43	4,3
Cacimbinhas	2	28,78	50	5,0
Monteirópolis	1	18,18	57	5,7
Palestina	1	21,21	100	10
Olho d'Água das Flores	1	24,24	41	4,1
Total	50	23,84	60	6,0

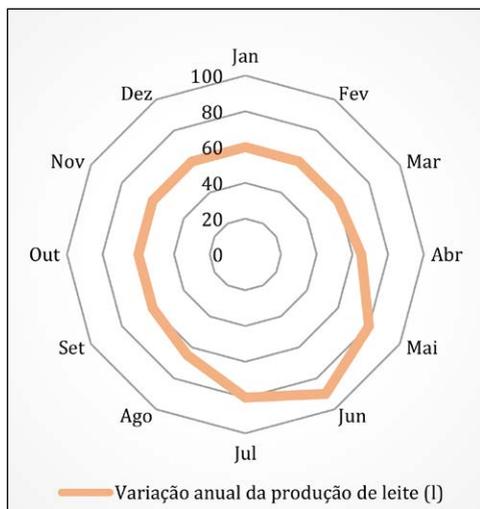
Fonte: SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

*Considerar a produção do queijo coalho caseiro nos sete dias da semana.

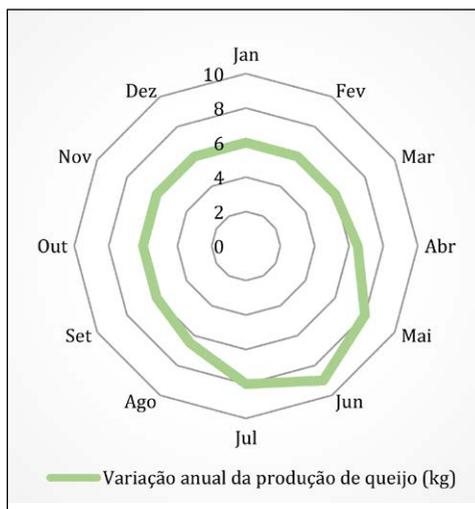
A mudança entre o período chuvoso e seco, característicos do clima semiárido, também apresenta influência na variabilidade produtiva anual do leite e do queijo. Apesar da inserção de suplementos alimentares na dieta dos bovinos atenuar os impactos das estiagens na produção leiteira, deve-se ressaltar que, em situações de déficit pluvial, a redução das pastagens e o estresse calórico dos animais, provocado pela elevada temperatura, a alta radiação solar e a baixa umidade, implicam a redução do fornecimento de leite pelos animais.

No TBL, a produção média da matéria-prima por queijaria corresponde a 60 litros diários no período da estiagem, que se prolonga de agosto a março. Considerando que um quilograma de queijo coalho é produzido com dez litros de leite, durante a estação seca são produzidos, aproximadamente, seis quilogramas do alimento ao dia por queijaria (Gráficos 1 e 2). Esses dados sofrem variação entre abril e julho, durante o período chuvoso. Nas narrativas das produtoras, se o inverno for bom, a produção do leite aumenta em até 50% no mês de junho, que resulta na produção de nove quilogramas de queijos.

Gráficos 1 e 2 - Variação anual da produção de leite (média/litros) e queijo coalho (média/kg) nas queijarias caseiras, Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Na percepção das agricultoras familiares, a retirada da vegetação, que cedeu espaço às pastagens, e o uso de maquinários e agroquímicos, que degradam os solos e intensificam o manejo dos cultivos, constituem elementos que retiraram a vitalidade das terras, alteraram a dinâmica do clima e tornaram as chuvas mais incertas e insuficientes. Trata-se da mudança na relação entre homem e natureza, semelhante ao processo previamente identificado por Brandão (1981) de transmutação da natureza controlada e aliada do homem para a natureza destruída. Na prática, os saberes e as experiências tradicionais dos homens e mulheres do campo sobre o comportamento do tempo e do clima tornaram-se imprecisas.

O desequilíbrio dos recursos naturais também interfere na estrutura social e econômica da unidade de produção. Com a terra mais “desgastada” e as chuvas mais escassas, as pastagens também se tornam mais “fracas”, e os cultivos, menos produtivos. Mesmo diante dessas alterações, a chuva continua sendo o evento natural mais esperado pelo sertanejo. É no inverno que os barreiros e barragens, fornecedores de água aos animais, têm seu nível de água elevado, bem como é nesse período que a pastagem enverdece, e o gado é criado solto no pasto. O volume do leite aumenta porque se tem água em abundância, a temperatura é mais agradável ao rebanho bovino, e o “verde chama o leite”. Embora o aumento da oferta durante o período chuvoso

implique a redução do valor monetário do queijo, as produtoras consideram que no inverno as relações de produção e troca são mais vantajosas, haja vista a redução de custos com a suplementação alimentar dos bovinos.

A variação de preço do queijo também é alterada devido à relação entre os atores que realizam sua compra: na ocasião de venda de toda produção a intermediários, o preço do alimento tem abatimento, quando comparado ao valor do produto repassado pelo queijeiro diretamente ao consumidor. Essa dimensão da comercialização dos queijos remete às discussões do circuito inferior realizadas por Santos (2018), segundo quem, nesse caso, a margem de lucro com a produção é maior na transação comercial da unidade do produto. Embora o intermediário seja considerado pelas produtoras um comprador assíduo e com capital seguro, a compra do queijo por esse ator dá-se pelo volume total, que resulta na margem de lucro menor para o queijeiro. Tomando como base as abordagens do referido autor, verifica-se que o lucro subtraído do produtor rural é absorvido pelo atravessador/comerciante, que assume a intermediação entre o produtor/fornecedor e o consumidor final.

Assim como reportado por Cruz (2012) sobre o queijo serrano no Rio Grande do Sul, os intermediários são referidos como o “mal necessário” (idem, p.219), tendo em vista que, embora subtraiam parte do lucro do produtor, viabilizam a expansão do mercado consumidor e a distribuição do queijo em outros territórios. No contexto observado no TBL, o escoamento da produção do alimento diretamente pelo queijeiro é inviabilizado pela inexistência de organização cooperativa e pela fragilidade no acesso a infraestrutura logística.

Os rendimentos semanais com o queijo sofrem abatimentos nos valores reais em decorrência das despesas na aquisição de insumos utilizados na manutenção do estabelecimento rural e no manejo dos bovinos. Conforme mencionado por produtoras no ano de 2024, os principais custos resultam da compra da ração animal, especialmente a soja e o farelo de milho. Em um estabelecimento com 14 bovinos e seis vacas ordenhadas, os investimentos médios semanais com a compra de ração animal correspondem a R\$ 590. A unidade de produção com essas características produz uma média diária de 60 litros de leite e 6,0 quilogramas de queijo coalho, que resultam no rendimento semanal de R\$ 924 com a comercialização do alimento⁴. Esses

⁴ Considerar a produção do queijo durante os sete dias da semana.

valores, quando subtraídas as despesas com a compra de suplementos alimentares para os bovinos, resultam em um rendimento real semanal de R\$ 334, valores que são revertidos na reprodução social da família.

A respeito do manejo empregado na manutenção dos rebanhos bovinos, observa-se que são contempladas atividades tradicionais, repassadas pelas gerações familiares, e novas práticas que foram recentemente incorporadas no território. Woortmann e Woortmann (1997), ao reportarem sobre vivências em unidades de produção familiar do campo, já haviam mencionado que a introdução de inovações nos estabelecimentos rurais, por vezes, complementa e/ou coexiste com espaços e relações produtivas internalizadas nas dimensões dos saberes simbólicos e das experiências locais.

Nos estabelecimentos agropecuários que possuem queijarias caseiras, as novas práticas estão relacionadas à capacidade de especialização e à abertura da unidade de produção às inovações produtivas: 1) alimentação balanceada à base de soja e silagem de milho, 2) introdução de matrizes do gado holandês e gir, que apresentam maior potencial de produção leiteira, 3) realização de duas ordenhas diárias, em função do aumento da demanda pelo leite e queijo, 4) adesão a experiências com inseminação artificial e 5) administração de medicamentos e cuidados veterinários com a sanidade dos animais.

No tocante à proeminência das atividades tradicionais, a sua manutenção reforça a importância da transmissão do saber-fazer entre as diferentes gerações familiares. Dentre as práticas, destacam-se 1) a criação extensiva nas pastagens e capoeiras⁵ durante o período chuvoso, 2) o incremento alimentar com a palma forrageira e 3) o uso irrestrito da ordenha manual, que dispensa a aplicação injetável do hormônio ocitocina nas vacas, evita o compartilhamento de seringas entre os animais e previne a ocorrência da mastite⁶.

As atividades agropecuárias dos estabelecimentos rurais denotam a reprodução de experiências e conhecimentos imersos em processos

⁵ Vegetação secundária esparsa composta por espécies de gramíneas e arbustos do bioma Caatinga, que cresce após a derrubada da vegetação original ou se forma em áreas em desuso ou dispensadas ao manejo da agropecuária.

⁶ Na ordenha manual, a obtenção do leite é estimulada pelo instituto biológico mediante a amamentação prévia do bezerro (filhote) com os primeiros jatos de leite da vaca. Essa prática possibilita a limpeza das tetas e a liberação do leite. A disponibilidade contínua do alimento é garantida pela presença da cria junto à mãe. No final da ordenha, os animais são soltos, e o bezerro é amamentado com o resto do leite. Cruz (2012) retrata que o esgotamento das tetas após a ordenha previne a ocorrência da mastite em função da liberação completa do resíduo da mama.

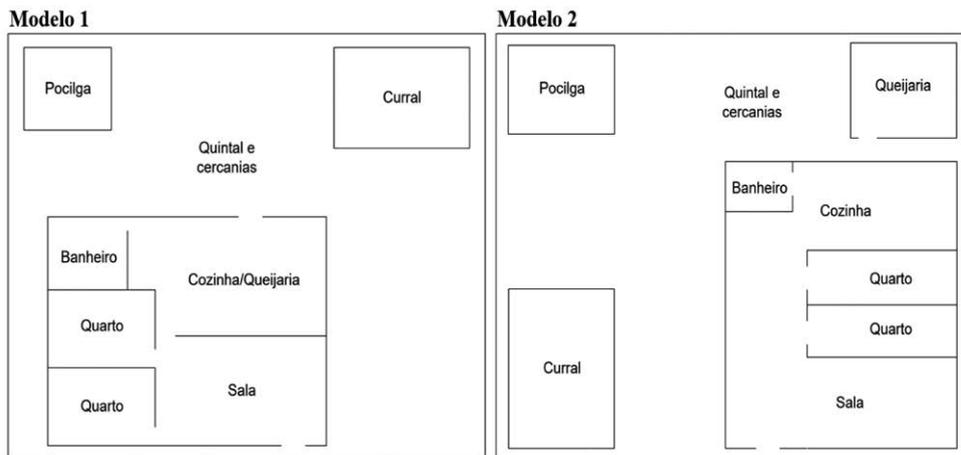
dinâmicos, que permitem a modificação de alguns elementos sem necessariamente anulá-los. Embora exista a emergência de novas tecnologias que alteram a dinâmica das atividades agroalimentares e de manejo das unidades de produção, considera-se ainda a relevância de práticas fundamentadas nos saberes tradicionais. A manutenção de práticas tradicionais, por vezes, ressignificadas, também perfazem o repertório cultural e agroalimentar da elaboração do queijo coalho. Nas queijarias caseiras, essa dinâmica adquire uma tessitura particular devido a divisão de tarefas e atividades de trabalho alicerçadas nas relações de gênero.

“É FAZENDO QUE SE APRENDE”: TRABALHO FEMININO E O SABER-FAZER DO QUEIJO COALHO

Andrade (2011, p.201) ao reportar sobre o desenvolvimento da pecuária no sertão, já mencionava que a família do vaqueiro se encarregava da fabricação, por processos rotineiros, do queijo e da coalhada. O autor não deixa explícito estritamente quais membros da família do vaqueiro eram responsáveis pela elaboração do queijo. Provavelmente, por consistir em uma atividade às margens do domínio da pecuária e por ser incorporada no discurso patriarcal como um “afazer” doméstico, era geralmente executado pelas mulheres.

A Figura 2, que ilustra dois modelos de queijarias (anexa ao domicílio e deslocada do espaço residencial), retrata que os espaços onde ocorre a elaboração do queijo coalho caseiro (interior da residência, quintal e cercanias) confundem-se com os ambientes de manipulação e cozimento dos alimentos, território não controlado pelo homem. Diante dessa conjuntura, o trabalho nas queijarias historicamente consistiu em uma incumbência das mulheres. Esse cenário reporta para as discussões que Poulain e Proença (2003, p.252) realizam sobre a dimensão social da cozinha, considerada um espaço formado de “ações técnicas, de operações simbólicas e de rituais”, onde se projetam relações estruturadas e formais, mas que também denotam a repartição sexual das atividades.

Figura 2 – Croquis de queijarias caseiras, Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Cruz (2020) ressalta que o processamento de alimentos realizado pelas mulheres por muito tempo foi interpretado como um afazer intrínseco às atividades da cozinha e voltado ao consumo doméstico. Para a autora, no Brasil foram identificados movimentos de formalização desses setores nos territórios rurais que desencadearam o deslocamento da produção do espaço doméstico para a agroindústria. Todavia, ela adverte que muitas famílias rurais continuam processando os alimentos nas cozinhas ou em espaços que configuram uma extensão destas. Apesar de invisíveis ante a supremacia do mercado formal, essas atividades agregaram ao longo do tempo valor de uso e valor de troca aos seus produtos, passando a desempenhar relevância econômica e social para os grupos familiares.

De fato, são as mulheres as precursoras e mantenedoras desse saber-fazer ao longo de diferentes gerações. Durante as pesquisas de campo, era recorrente entre os informantes das unidades de produção explicar que, no que tange à criação do gado, o assunto é dominado pelo homem, mas se a fala é sobre o queijo, quem tem autoridade é a mulher.

Ao se restringir ao ambiente imediato da casa, a produção do queijo coalho caseiro está entremeada aos espaços domésticos, cotidianos e das primeiras experiências do indivíduo com o seu entorno. Nesse ínterim, deve-se ressaltar que “el espacio doméstico es, a la vez, un lugar privilegiado de la reproducción social, y también de la producción y la invención social” (Collignon, 2010, p.207). Os saberes na produção do queijo são preservados,

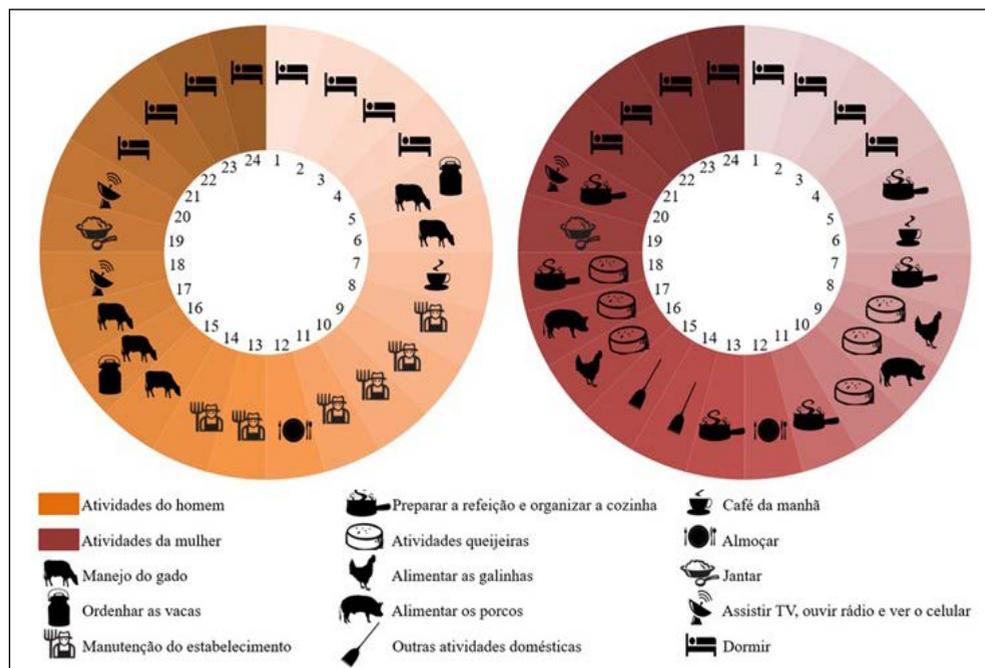
reinventados e transmitidos mediante regras sociais e culturais difundidas nos espaços cotidianos e funcionais da casa.

As informações coletadas nas unidades de produção reforçam o domínio das mulheres na elaboração do queijo coalho caseiro. As referências à esposa/companheira, filhas, mãe, irmã e sogra no processo produtivo do alimento sobressai em relação à participação do proprietário do estabelecimento rural e dos filhos. Também são relevantes os discursos sobre quem lhes ensinou a fazer o queijo, destacando-se novamente figuras femininas, como as mães, avós e sogras.

Há relatos das produtoras que condizem com a associação da produção do queijo a memórias da infância: “enquanto minha mãe fazia o queijo, eu brincava de fazer queijo na caixinha de fósforo”, mencionou a produtora Helena, de Pão de Açúcar/AL. Essa é uma narrativa que se repete entre essas mulheres do TBL e, inclusive, em relação às produtoras identificadas por Menezes (2020) no sertão de Sergipe. Para a autora, o repertório imaginário da elaboração do queijo integrava as brincadeiras das meninas sertanejas durante a infância. Em meio às atividades queijeiras, as tarefas domésticas e os cuidados com as crianças, as mães transmitiam para suas filhas os saberes atrelados à elaboração do queijo.

Em Alagoas, embora sejam encontrados homens que participam da produção do queijo coalho caseiro, esse cenário é uma exceção à regra. Do mesmo modo, raramente são identificadas mulheres que conduzem atividades atreladas ao manejo do gado: recolhimento dos animais no pasto, alimentação dos bovinos e ordenha das vacas leiteiras. Na Figura 3 é apresentado o encadeamento cronológico diário das práticas desempenhadas pela mulher e pelo homem no estabelecimento rural. Considerar-se-á nesse modelo uma unidade de produção, que realiza duas vezes ao dia a ordenha e a produção do queijo coalho caseiro.

Figura 3 – Distribuição diária das atividades dos criadores de gado e das produtoras de queijo, Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2020.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2020.

A apropriação de espaços e de atividades associadas ao trabalho pelas mulheres no ambiente doméstico já havia sido identificada por Woortmann e Woortmann (1997) em comunidades do semiárido nordestino, conjuntura que antevê a consolidação de relações de gênero ancoradas nas dimensões do cotidiano e do trabalho. Para os autores, nesses espaços dominados pelas atividades criatórias, é designado ao homem o trabalho nos espaços fora da casa (lida com o gado, com a lavoura e manutenção do estabelecimento rural). Em contrapartida, são destinados às mulheres os trabalhos do interior da residência e suas cercanias. Para tanto, percebe-se que “o processo de trabalho possui dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também, espaços sociais e de gênero” (Woortmann; Woortmann, 1997, p.07). Na dinâmica produtiva agroalimentar do leite no semiárido alagoano, o trabalho da mulher sobressai na elaboração artesanal do queijo coalho caseiro, realizada nos espaços de dentro.

A despeito das atividades queijeiras no sertão de Sergipe, Menezes (2009; 2015) reporta que, durante diferentes temporalidades, a produção

do queijo artesanal restringiu-se ao interior da residência ou ao pequeno cômodo situado no quintal da casa, espaço que, frequentemente, constitui uma extensão da cozinha.

O trabalho feminino nas queijarias está alicerçado na transmissão intergeracional de saberes e técnicas em torno da manipulação do alimento. Tomando como base as concepções de Muchnik (2010) e Champredonde (2016) sobre o processamento de alimentos, é possível definir o queijo coalho como um bem artesanal. A sua artesanidade é influenciada pela manutenção de características organolépticas específicas e pela singularidade do saber-fazer imerso no território e pertencente às produtoras. Muchnik (2010) conceitua o saber-fazer como o conjunto de conhecimentos empregados na mobilidade das técnicas e responsáveis pela produção de bens. Embora sofra alterações, que também implicam o seu aperfeiçoamento, o saber-fazer possui uma dinâmica de transmissibilidade capaz de perpassar por diferentes gerações. Trata-se de um patrimônio transmitido nas redes de sociabilidade, cuja origem vincula-se à ancestralidade daqueles que pertencem ao grupo social.

Na dinâmica de produção artesanal do queijo, os consumidores reconhecem os atributos de reputação do alimento diante da especificidade do produto e da confiança em torno do trabalho realizado pelas mulheres. Logo, evidencia-se a manutenção de dimensões subjetivas de qualidades atreladas à origem do produto. É possível vincular a valorização desse alimento ao processo denominado por Marsden (2004) de realocização das práticas agroalimentares. Tal contexto remonta ao valor de origem conferido a bens alimentícios que mantêm determinados atributos, sobressaindo os elementos culturais, identitários, artesanais, históricos e ecológicos. Esse reconhecimento decorre, principalmente, do estreitamento das relações de sociabilidade e proximidade entre consumidores e agricultores familiares.

O processamento do queijo remonta a saberes-fazer e práticas agroalimentares construídas e preservadas em diferentes temporalidades, embora, sejam identificados, também, processos de resignificação no modo de fazer artesanal. Dentre os instrumentos artesanais, destacam-se aqueles elaborados mediante a transformação da madeira (vara de corte da coalhada, tábua base, prensa, forma e mesa de madeira). Essas ferramentas são demandadas em serrarias e marcenarias situadas no território. Os utensílios de tecidos (saco de dessoragem, panos de enformagem e filtro do leite), embora sejam elaborados com um produto da indústria têxtil,

resultam de processos artesanais executados pelas produtoras de queijo ou por costureiras locais. Existe ainda a produção de ferramentas de trabalho por meio do uso de objetos naturais, a exemplo de pequenos fragmentos de rocha, que são polidos e aproveitados na modelagem do queijo (Figura 4).

Figura 4 – Principais utensílios empregados na produção do queijo coalho caseiro, Território da Bacia Leiteira/AL, 2021.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019-2021.
Org. SILVA, José Natan Gonçalves da. 2021.

Considerando que essas queijarias são uma extensão do estabelecimento rural e domiciliar, alguns utensílios ganharam novas funcionalidades mediante readaptações de objetos de uso doméstico. A arupemba, utilizada para coar substâncias líquidas, o escorredor, empregado para lavar cereais, e o saco de *nylon*, de uso direcionado à estocagem de ração e mantimentos, passam a desempenhar a função de dessoragem (separação do soro da coalhada); a caixa plástica, originalmente utilizada na organização de materiais, é direcionada à armazenagem do queijo; e na ausência do freezer, faz uso do refrigerador (geladeira) para conservar os derivados de leite.

Na produção do queijo coalho, é perceptível a preservação de técnicas de produção artesanais arraigadas à dinâmica produtiva desempenhada pelos antepassados das produtoras. Todavia, há também a incorporação de utensílios e equipamentos industrializados, que refletem uma organização doméstica e produtiva formada pela ampliação de objetos técnicos (Baudrillard, 1995), implicando processos de ressignificação das atividades queijeiras.

Conforme apresentado em discussões anteriores, na elaboração do queijo, os utensílios industrializados compartilham espaços com

ferramentas artesanais, a exemplo das fôrmas e prensas de madeira, consideradas fundamentais na preservação singular do sabor do queijo. Cruz (2020) ressalva que, embora essas mudanças sejam influenciadas pelo consumo intensivo de produtos industrializados, essas readaptações nas unidades familiares de processamento alimentar decorrem das pressões exercidas pelos órgãos de inspeção sanitária a respeito da adequação da produção e da manipulação dos alimentos à luz da legislação. Na ausência de recursos que atendam às exigências legais, as mulheres mantenedoras dessas atividades utilizam-se da criatividade e das experiências adquiridas no trabalho doméstico.

No tocante à manipulação produtiva do queijo, algumas práticas apresentaram ressignificações: o coalho natural, produzido artesanalmente com a vesícula do boi e do mocó (*Kerodon rupestris*), foi substituído pelo coalho industrializado; a maturação associada às condições edafoclimáticas do semiárido e que agrega sabor singular ao alimento, gradativamente é trocada pela técnica da refrigeração.

Sobre a utilização do coalho natural, as produtoras declaram que a formação da coalhada se dava por meio da adição no leite do soro no qual estava submersa a vesícula de origem animal. Esse processo de fermentação é rememorado como uma prática sem higiene, fato que estimulou o uso do coalho industrializado e comercializado nos estabelecimentos de insumos agropecuários. Nas narrativas das informantes, é notório que essa concepção foi construída por influência das normas técnicas difundidas pelos órgãos de vigilância sanitária e extensão rural, que não consideram tal procedimento como uma prática adequada.

Para atender o aumento da procura do alimento pelos consumidores e atravessadores, também se observa uma redução no tempo de maturação, que antes se realizava no período de 5 a 7 dias e, na atualidade, efetua-se entre 24 e 48 horas. Ultrapassado esse processo, o queijo geralmente é conservado na geladeira e está disponível à comercialização. Em função dessas mudanças, consolidam-se segmentos de consumidores que valorizam o queijo “cru”, fresco e branco, em detrimento do maturado e amarelo.

Essas alterações adéquam-se ao entendimento de mudança postulado por Woortmann (1992) sobre os espaços sociais, culturais e produtivos. Na concepção da autora, é “a introdução de novas modalidades de uso de espaço que alteram o ambiente, em função de novos agentes sociais e de uma outra lógica econômica. Isto é, o trânsito de uma lógica dada pelo valor

de uso para outra, dada pelo valor de troca” (idem, p.32). Ao interpretar a discussão levantada pela autora sobre a dinâmica da produção do queijo coalho caseiro em Alagoas, verifica-se que o aumento da sua demanda nos circuitos curtos e regionais, bem como, a sua conversão em valor de troca imprimiu ressignificações no processo produtivo e nos hábitos alimentares.

Em meio a essas modificações, consolidam-se consumidores que valorizam a qualidade do queijo coalho maturado. Na percepção desses atores, existe uma analogia que relaciona o queijo maturado ao fato de ser saudável e com sabor específico. A confiabilidade entre produtoras e consumidores sobre esse alimento possibilitou a manutenção de técnicas de maturação entre determinadas famílias, sobretudo referente à prática da “cura do queijo”. Nos municípios de Pão de Açúcar e Belo Monte, a preservação dessa forma de produção foi identificada em nove estabelecimentos.

É perceptível no processo de produção do queijo curado a manutenção da técnica de apurar o sabor do alimento na salmoura, liberada gradualmente por este. Tal procedimento consiste na salga e conserva do queijo no próprio resíduo (soro) eliminado durante a maturação. O processo de apuração do sal transcorre por uma semana em estruturas de armazenamento denominadas cubas (caixas plásticas ou de cerâmica). A prática dispensa a refrigeração em geladeira, procedimento utilizado na conserva do queijo fresco. A conservação por refrigeração é apontada pelas produtoras e consumidores como uma condição que altera o sabor do queijo. As características singulares desse queijo conferiram-lhe uma reputação que possibilitou o aumento da demanda pelos consumidores.

As modificações no processo produtivo do queijo curado/maturado em relação à elaboração que se dava no passado são reduzidas, restringindo-se ao uso do coalho industrial, além de caixas (as cubas) e peneira de plástico. Na perspectiva de Giddens (1991; 2002), é imprescindível afirmar que mesmo os grupos alicerçados em bases tradicionais rígidas apresentam elementos e parâmetros sociais e culturais passíveis de reformulação e reinvenção.

Logo, essas alterações, aparentemente adequadas aos imperativos da especialização produtiva e imprimidas pelo aumento do consumo de utensílios domésticos industrializados, alteram algumas práticas, mas não corrompem os conteúdos culturais sólidos e a valoração identitária atribuída ao queijo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração artesanal do queijo coalho em Alagoas consiste em uma atividade protagonizada pelas mulheres. Mediante relações intergeracionais, elas transmitiram, em diferentes temporalidades, códigos sociais, técnicos, simbólicos e culturais que compõem os saberes associados à manipulação do queijo.

Na sua produção, sobressai o protagonismo exercido por sertanejas na preservação de práticas fundamentais na reprodução social, cultural e econômica da agricultura familiar do semiárido alagoano. As práticas queijeiras denotam, portanto, a repartição histórica de formas de trabalho, cuja apropriação ocorreu por meio de lógicas simbólicas e sociais que perpassam pelas relações de gênero.

A respeito dos processos de resignificação, constata-se que as alterações das dinâmicas produtivas resultaram da agregação do valor de troca pelo queijo. O aumento da demanda implicou a necessidade de ampliação da escala de produção, bem como, a adaptação dos procedimentos de manipulação do alimento a orientações provenientes dos órgãos de inspeção sanitária.

Deve-se ponderar, todavia, que persistiu uma preocupação em torno da manutenção do saber-fazer tradicional. Tal condição é observada na manipulação praticamente isenta de aditivos químicos, no uso de utensílios de madeira, considerados imprescindíveis na caracterização palativa do alimento, e na preservação da prática de elaboração do queijo coalho curado, avaliado pela qualidade de procedência e pelo aporte artesanal de maturação.

Por conseguinte, a manutenção da arte de fazer o queijo perpassa pela resistência do trabalho feminino nas queijarias caseiras, tendo em vista, que são as mulheres as responsáveis pela transmissão intergeracional dos saberes queijeiros. A conservação desse processo produtivo, também é uma estratégia de difusão do alimento nos circuitos curtos e regionais de mercado, cuja relação entre consumidores e produtoras está alicerçada na valorização e confiabilidade em torno bens alimentícios artesanais, com referenciais identitários e relação de origem.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Decreto nº 69.501, de 13 de março de 2020**: dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Covid-19 (coronavírus), e dá outras providências. Disponível: <<http://www.procuradoria.al.gov.br/centro-de-estudos/boletim-informativo/legislacao-estadual/DECRETO%20N-a6%2069.501-%20DE%2013%20DE%20MAR-cO%20DE%202020.pdf/view?searchterm=>>>. Acesso: 29 mar. 2020.

ALAGOAS. **Decreto nº 71.467, de 29 de setembro de 2020**: Determina a classificação do estado de Alagoas conforme o Plano de Distanciamento Social Controlado, e dá outras providências. Disponível: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=402130>>. Acesso: 29 set. 2020.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher e comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRASIL. **Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**: Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>>. Acesso: 29 mar. 2020.

CHAMPREDONDE, Marcelo. A Qualidade vinculada à origem: da imersão à tipicidade. *In*: WILKINSON, John; NIEDERLE, Paulo Andre; MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. **O sabor da origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre/RS: Escritos, 2016. p.21-50.

COLLIGNON, Béatrice. De las virtudes de los espacios domésticos para la geografía humana. *In*: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel. **Los giros de la geografía humana**: desafíos y horizontes. México: Anthropos, 2010. p.201-240.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais**: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do Queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, n.2, e190965, p.1-21, 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARSDEN, Terry. Theorising food quality: some key issues in understanding its competitive production and regulation. *In*: HARVEY, Mark; MCMEEKIN, Andrew; WARDE, Alan. **Qualities of food**. New York: Palgrave, 2004. p. 129-155.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. **A força dos laços de proximidade na tradição e inovação no/do Território Sergipano das Fabriquetas de Queijo**. 2009. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. Mulheres sertanejas e o queijo caseiro: comida diária e alimento essencial na reprodução familiar. *In*: MOTA, Dalva Maria da; SILIPRANDI, Emma Cademartori; PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. p.131-152.

MERGAREJO NETTO, Marcos. **A Geografia do queijo minas artesanal**. 2011. 421 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2011. Disponível: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104382/000695435_20161222.pdf?sequence=1>. Acesso: 14 jul. 2018.

MUCHNICK, José. ¿Qué elementos definen a un producto como artesanal? *In*: **Conferencia del Proyecto SIAL**. Buenos Aires: INTA, 2010.

MUCHNIK, José; BIÉNEBE, Estelle; CERDAN, Claire. Food identity/food quality: insights from the “coalho” cheese in the Northeast of Brazil. **Anthropology of food**, 4, may. 2005, Online. Disponível: <<https://journals.openedition.org/aof/110>>. Acesso: abr. 2020.

OLIVEIRA, Aline Marangon; KURIHARA, Ricardo Yudi; SILVA, Francine Fernandes; SILVA, Fernando de Godoi; RIBEIRO JÚNIOR, José Carlos; BELOTI, Vanerli. Condições higiênic-sanitárias da produção de queijos tipo mussarela e minas frescal comercializados no norte do Paraná. **Rev. Inst. Laticínios Cândido Tostes**, Juiz de Fora, v. 72, n. 1, p. 40-47, jan./mar. 2017. Disponível: <<file:///C:/Users/Natan/Downloads/556-2423-1-PB.pdf>>. Acesso: 29 out. 2020.

ONU. **Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia**. 2020. Disponível: <<https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>>. Acesso: 11 mar. 2020.

POULAIN, Jean-Pierre; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. **Revista de Nutrição**, v. 16, n.3, p. 245-256, jul./set., 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 11ª ed. São Paulo; Edusp, 2018.

SILVA, José Natan Gonçalves da. **Territórios queijeiros**: tradição e ressignificação no Sistema Agroalimentar Localizado do leite em Alagoas. 2021. 271f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2021. Disponível: <<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/14944>>. Acesso: 14 mai. 2022.

UFS. Portaria nº 241, de 17 de março de 2020: Suspende as atividades acadêmicas presenciais e dá outras providências. Disponível: <<https://coronavirus.ufs.br/pagina/22176-legislacao>>. Acesso: 29 mar. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O ambiente e a mulher: o caso do litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. **Latin American Studies**, v.12, p.30-53, 1992.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

PARTE 03

O AVANÇO DO AGRONEGÓCIO NO ESPAÇO RURAL



DO CAFÉ A TANGERINA: A INFLUÊNCIA DA AGRICULTURA MODERNA E DO AGRONEGÓCIO EM PEQUENAS CIDADES DO SUL DE MINAS¹

Deilson Alves Dias
Guilherme Guiari Silva Correia
Flamarion Dutra Alves

INTRODUÇÃO

As transformações profundas ocorridas na hierarquia urbana, impostas pelo período globalizado atual, impactaram e impactam tanto os aspectos materiais quanto imateriais do espaço, reorganizando os meios de produção, trabalho, consumo e economia. No Brasil, o agronegócio e a agricultura moderna têm emergido como uma força de transformação avassaladora no espaço agrário, introduzindo novas culturas, atores e formas de produção que alteram não apenas a paisagem, mas também as interações entre campo e cidade.

Essas mudanças induzidas pela globalização e uma agricultura cada vez mais científica têm promovido o estabelecimento de relações mais diversificadas entre áreas urbanas e rurais, que agora se tornam interdependentes, mas sem perder suas especificidades (Hespanhol & Hespanhol, 2006). Nesse contexto de transformações, torna-se evidente a necessidade de compreender como essas dinâmicas afetam diferentes escalas urbanas, incluindo as pequenas cidades.

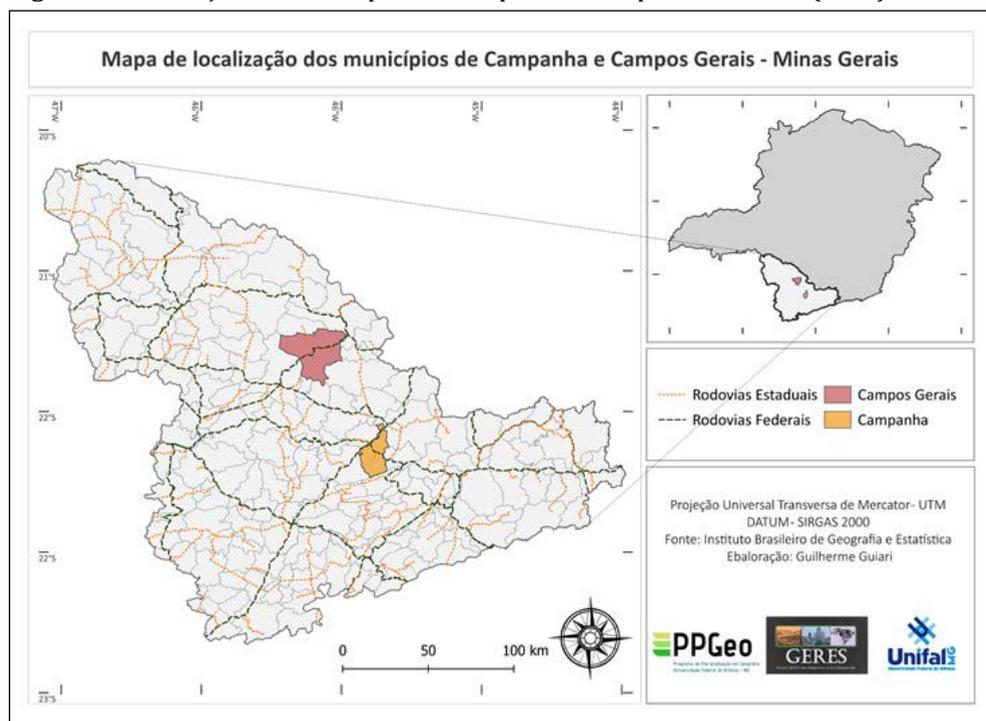
Mesmo com alguns avanços recentes, os estudos sobre as pequenas cidades ainda carecem de centralidade nas análises geográficas. Como já aludia Wanderley (2004), os estudos sobre esses espaços parecem estar à margem dos interesses dos pesquisadores, que buscam mais nas cidades

¹ Este trabalho faz parte de dissertações de mestrado desenvolvidas no PPG em Geografia da Universidade Federal de Alfenas e tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

médias e grandes metrópoles a significação da rede urbana brasileira. Assim, faltam reflexões sistemáticas sobre as pequenas cidades que são quantitativamente majoritárias no território brasileiro.

Conseqüentemente, o presente estudo foca sua análise em dois municípios de população pequena, Campanha e Campos Gerais, ambos localizados na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais (Figura 1) que se destacam no cenário nacional por suas culturas agrícolas características e uma forte especialização produtiva.

Figura 1: Localização dos municípios de Campanha e Campos Gerais - MG (2024)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024)

Elaboração: Guiari, 2024

Campanha que possui aproximadamente 15.935 habitantes (IBGE, 2023), com uma densidade demográfica de 47,5 habitantes por km², está situada próxima das principais capitais da região Sudeste do país, a saber, Belo Horizonte (314 km), São Paulo (285 km) e Rio de Janeiro (350 km). Tem uma economia mais diversificada, mas se destaca no cenário nacional pela produção de Tangerina, tendo sido o segundo maior produtor nacional em 2017 (IBGE, 2017). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas (SEBRAE) a produção citrícola foi responsável por 40% do PIB Agrícola do município em 2019, resultando em uma movimentação de 47 milhões de reais (PREFEITURA DE CAMPANHA, 2022).

Campos Gerais, por sua vez, conta com 26.105 habitantes (IBGE, 2023) e tem uma densidade demográfica de 47,5 habitantes por km², sendo cortado pela BR - 369 que liga o município a Alfenas, que é um Centro Sub-Regional A (IBGE, 2018). Com uma economia fortemente atrelada ao setor primário, 40% do PIB em 2021 provinha da agropecuária, sendo que a produção de café correspondia a 80% do valor total da produção agrícola do município. Essa expressiva produção conferiu ao município o 3º maior valor da produção de café em grão do país naquele ano (IBGE, 2023).

Nesse sentido, o surgimento e ascensão de setores econômicos específicos, visto como uma refuncionalização e tendência à especialização (Corrêa, 1999; Fresca; Veiga, 2011) principalmente em municípios de menor porte, como Campanha e Campos Gerais, é um fenômeno que não pode ser ignorado. Essas pequenas cidades desempenham um papel fundamental na dinâmica territorial do país e experimentam desafios e oportunidades únicas, muitas vezes distintas das metrópoles.

Assim, estudar a pequena cidade e a relação com a dinâmica do espaço agrário significa contribuição necessária a uma temática importante para lançar luz sobre as profundas transformações na rede urbana brasileira ocorridas no fim do século XX e início do século XXI (Fresca e Veiga, 2011). Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar continuidades e rupturas presentes em dois municípios com diferentes especializações produtivas, buscando entender como o agronegócio e a agricultura moderna influenciam na produção do espaço dessas pequenas cidades.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos deste trabalho, pautamo-nos, principalmente, na proposta sistêmica elaborada por Elias (2022) em como operacionalizar pesquisas sobre as cidades do agronegócio. A autora elenca alguns eixos temáticos para orientar tais pesquisas, incluindo: reestruturação da agropecuária; consumos produtivos do agronegócio; setor industrial; dinâmica demográfica e do mercado de trabalho; reestruturação da cidade; e desigualdades socioespaciais na escala interurbana. Como bem pontua, a escolha de dois ou mais destes eixos pode ser útil à análise desses espaços

e contribuir para a inteligibilidade de como o agronegócio e da agricultura moderna influi na produção do espaço e nas relações entre os atores que ele o produzem.

Essas cidades do agronegócio apresentam continuidades ao mesmo passo que rupturas dependendo de quais são suas especializações produtivas. São “[...] espaços urbanos não metropolitanos inseridos em amplas regiões produtivas de commodities agrícolas, nos quais ocorre a gestão local e regional do agronegócio” (Elias, 2022, p. 1009). Ainda, são capazes de suprir imediatamente as necessidades logísticas, financeiras, técnicas, científicas e de mão de obra para o agronegócio. Além de diferentes culturas agrícolas requerem distintas refuncionalizações espaciais. Fazendo-se isso verdade, escolhemos dois municípios com diferentes especializações produtivas agrícolas cada qual com a sua influência para o desenvolvimento desigual e combinado do agronegócio. Com o recorte espacial do espaço agrário e agrícola de ambos os espaços propostos, aplicamos os eixos de análise da reestruturação da agropecuária – através dos principais cultivos agrícolas –, os setores agroindustriais e as dinâmicas demográficas e de mercado de trabalho para buscar entender quais são as rupturas e continuidades dos espaços produzidos pelo agronegócio nas cidades pequenas.

Entretanto, entendendo a pouca centralidade e a baixa concentração de capital internacional agropecuário em ambos os municípios, tais cidades não devem ser vistas como cidades do agronegócio, seja pela capacidade de centralidade regional e de serviços na cidade. Ademais, a produção agrícola de tangerina não se enquadra no contexto do agronegócio, devido sua comercialização se dar no território nacional, visto que uma das premissas do agronegócio é sua relação e dependência do comércio exterior (Delgado, 2020). São cidades pequenas, altamente especializadas em determinada produção agrícola, uma voltada para o mercado externo e outra majoritariamente para os mercados locais e regionais. Porém, tais variáveis de análise propostas pela autora, mostram-se ferramentas úteis não apenas para a discussão sobre as cidades do agronegócio, mas também para cidades pequenas com forte vínculo agropecuário e que estão na confluência de tais cidades em regiões produtoras de *commodities* agrícolas ou de uma agricultura moderna especializada. Dessa forma, é proposto que tais eixos de análises sejam utilizados também nessas cidades e municípios.

Primeiramente foi realizado um levantamento bibliográfico buscando discutir o papel hodierno das pequenas cidades e a relação intrínseca com

o espaço rural, sua importância na rede urbana regional e nacional, assim como elencar as principais características e contradições de uma cidade do agronegócio. Para este momento foram utilizados autores como: Corrêa (1999; 2011), Carlos (2004); Wanderley (2004); Santos (2008); Sposito (2010); Moreira Junior (2010; 2013); Elias (2011; 2013; 2022); Castillo (2016); Alves e Lindner (2020) e Andrade e Alves (2021).

O segundo momento foi dedicado à análise de dados secundários relacionados às dinâmicas demográficas, análises produtivas e econômicas, dinâmica do trabalho, industriais e situação fundiária. Para entendermos as dinâmicas dessas cidades pequenas foram observados a evolução demográfica de ambos os municípios de 1970 até 2022, a participação dos setores da economia na divisão do Produto Interno Bruto, o percentual de pessoas ocupadas nos setores formais, a produção agrícola, as origens da orientação técnica recebida pelos agricultores, o número e o tamanho das propriedades rurais e as agroindústrias e seus principais produtos. Para toda esta etapa foram utilizados dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2022) e da Fundação João Pinheiro (FJP, 2021). Por fim, os dados foram analisados e discutidos auxiliando na discussão de como o espaço rural e urbano é reestruturado em detrimento do agronegócio e como diferentes especializações possibilitam diferenças e similitudes na produção do espaço das cidades pequenas e na sua importância na rede urbana regional.

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E A DINÂMICA DAS PEQUENAS CIDADES

As pequenas cidades da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas apresentam grande diversidade que são refletidas em suas variadas funções econômicas. Para uma melhor compreensão dessa heterogeneidade Andrade e Alves (2021) idealizaram algumas categorias de classificação para as múltiplas funções e dinâmicas dessas localidades. Seis categorias principais foram identificadas, cada uma com características específicas que evidenciam a complexidade socioeconômica da região, entre elas “Cidades Rurais de Agricultura Comercial e Agronegócio, caracterizadas pela mecanização, comoditização e maior produtividade voltada para o mercado”.

Ao analisarmos a proposta classificatória das pequenas cidades de Andrade e Alves (2021) e relacionarmos com os desafios impostos pela globalização, citado por Corrêa (1999), que tanto integra quanto

exclui espaços, vemos que, desde cidades rurais de agricultura familiar até cidades dormitório, todas as categorias refletem uma diversidade de estratégias de adaptação funcional que as populações e o poder público dessas cidades adotam para manter sua relevância na hierarquia urbana (Corrêa, 1999).

As territorialidades das pequenas cidades demonstram ainda mais a continuidade do espaço rural com o urbano em uma posição quase dialética entre as ambas espacialidades que confirmam o território. Frente ao movimento de globalização o papel das cidades tem se alterado, engendrando novas formas de divisão social e territorial do trabalho. Altera-se, junto ao papel das cidades, as funções e as interações espaciais entre os lugares, complexificando a rede urbana e dando novos contornos aos papéis e a importância das pequenas cidades.

Não mais, necessariamente, as cidades pequenas dependem exclusivamente da intermediação das cidades médias em suas relações com outros lugares (Sposito, 2010). O meio técnico-científico-informacional possibilitou o contato, a cooperação e a competição de lugares descontínuos e distantes, numa perspectiva local-global. Dessa forma, a importância dos lugares depende menos de seu tamanho demográfico do que de sua capacidade de promover o desenvolvimento do modo de produção vigente. Conquanto, como corrobora Sposito (2010), não se trata da simples substituição das relações hierárquicas entre as cidades, por outras, mas da complexa interação entre os lugares onde, hodiernamente, convivem relações verticais, horizontais e transversais, relacionadas em diferentes escalas a partir dos atores produtores do espaço. “Trata-se da sobreposição de redes organizadas por vetores de diferentes naturezas e intensidades, gerando o que já se denominou de rede de redes” (2010, p. 53).

Em regiões altamente integradas ao comando do capital, como no caso das Regiões Produtivas do Agronegócio (Elias, 2011), às relações entre as cidades dependem menos das continuidades territoriais do que das relações transversais entre os lugares. As cidades médias incorporadas nessas regiões tendem a manter relações econômicas mais intensas com grandes cidades e até mesmo com cidades globais (Sposito, 2010). As cidades pequenas existentes nessas redes urbanas raramente têm influência econômica e social significativa, tornando-se, muitas vezes, meros lugares do fazer do agronegócio globalizado, onde os interesses do capital agropecuário concentram-se nas cidades médias.

Esse cenário favoreceu e continua a favorecer a territorialização do agronegócio em alguns pontos luminosos da imensa rede global de agricultura, não se restringindo apenas ao espaço rural, estando presente também na cidade em múltiplas escalas. Ou seja: “Os processos de territorialização representam a imagem do poder construído e contraditoriamente, dos conflitos gerados na região entre os atores envolvidos” (Alves e Lindner, 2020, p. 439). Essa territorialização, leva em conta o fator localização, procurando as localidades conectadas a uma rede urbana mais densa, a fim de gerar fluxos materiais e imateriais maiores no menor tempo possível, processo que vem transformando o campo e a cidade em um espaço híbrido, onde hoje existem elementos rurais e urbanos coexistindo na paisagem.

Essa condição se manifesta de maneira mais marcante em pequenas cidades, como afirma Moreira Júnior (2010), é nessas cidades, que sempre tiveram forte ligação com o modo de vida e os valores rurais, agora com o agronegócio estão ganhando novas funções para lidar com as novas demandas do campo, esse fenômeno é chamado por alguns autores como refuncionalização ou alteração funcional (Corrêa, 1999, 2011). Nesse sentido, a pequena cidade irá se situar na convergência do agrário moderno com a cidade refuncionalizada, onde ocorrem a oferta de bens e serviços para as atividades agrárias, podendo ser inclusive, um reservatório de mão de obra. Força de trabalho que fora expulsa do campo em decorrência da concentração latifundiária e da mecanização do campo (Corrêa, 2011).

Nessa nova dinâmica o rural e o urbano se ligam, mas não se transformam na mesma categoria, preservando suas especificidades. Esse processo de conexão é facilitado pelas redes de transporte e comunicação, cada vez mais eficientes, onde o campo requer mais máquinas, implementos, insumos, serviços públicos e privados ao passo que a cidade requer mais produção para, além de suprir as demandas de consumo, expandir as trocas entre localidades (Santos, 2008). Sendo assim: “Outra característica marcante da difusão do agronegócio globalizado é seu funcionamento totalmente regulado pela economia de mercado, em razão das demandas urbanas e industriais, em grande parte voltado para à exportação” (Elias, 2013, p.15).

No cerne dessas transformações funcionais, as cidades, principalmente as pequenas, são chamadas a atender demandas imediatas da produção agropecuária, exercendo papéis de atendimento aos consumos produtivos do agronegócio, onde o comando organizacional de tais processos encontram-se alhures ao espaço de produção. Dessa forma, essas cidades

podem ser entendidas como espaços capazes de saciar as necessidades de produção, financeiras, de mão de obra, demandas técnicas e científicas e de movimento pelo espaço, seja para escoamento da produção ou de logística dos elementos pré-produtivos.

Essas “cidades especializadas no agronegócio” geralmente são pequenas ou médias, com diferentes níveis de urbanização, sua paisagem apresenta uma infraestrutura de consumos produtivos comuns ao agronegócio, localizados em lugares estratégicos e que correspondem a “Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos e máquinas”; “Tradings agrícolas”; “Feiras agropecuárias”; “Sistema financeiro”; “Ensino técnico, tecnológico e superior” e “Pesquisa agropecuária” (Elias, 2022). Entretanto, essa maior especialização produtiva, ao passo que cria novas dinâmicas sócio territoriais nas cidades, também criam situações de fragilidades socioeconômicas aos espaços. Quanto mais o setor secundário e terciário estiver ligado aos interesses do agronegócio e da agricultura moderna, maior será a subordinação a um único setor e conseqüentemente mais frágil as cidades se tornam frente às variações desse mercado volátil, cujo controle foge da escala local ou regional (Castillo, 2016; Elias, 2022).

AGRICULTURA MODERNA E AGRONEGÓCIO NO SUL DE MINAS

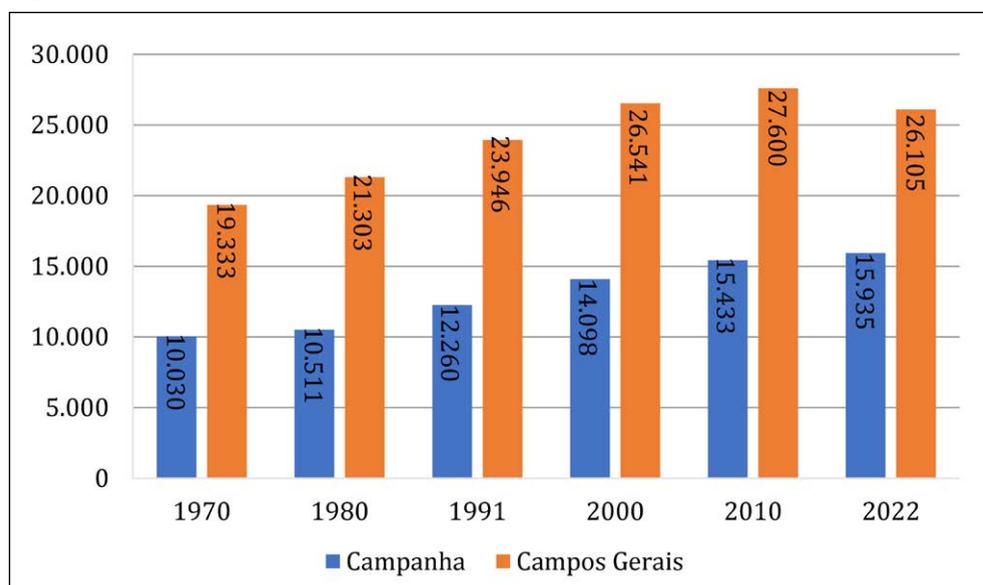
As pequenas cidades do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, desde sua origem, estão intrinsecamente ligadas às atividades agrícolas e ao modo de vida rural (Andrade, 2014; Andrade e Alves, 2021), o que pode ter influenciado sua configuração espacial dispersa e de baixa densidade (Deffontaines, 1944). Essa região é caracterizada pela ausência de grandes cidades, pela presença de algumas cidades médias que atuam como polos regionais e por inúmeras cidades pequenas, cuja dinâmica socioeconômica e ambiental está intimamente ligada ao campo (Andrade e Alves, 2021; Dias e Alves, 2022).

Entre essas pequenas cidades temos Campanha e Campos Gerais, nosso foco de análise, ambas classificadas como centros locais, segundo o REGIC, o que os caracteriza como municípios de pouca influência na hierarquia regional, por conta de seus setores de comércio, serviços e indústria não tão desenvolvidos. Para suprir necessidades específicas, os habitantes dos centros locais geralmente se deslocam para centros urbanos maiores, no caso de Campanha são influenciados por Varginha e no caso de Campos Gerais se remetem a Alfenas. Esses pequenos municípios exercem um papel

secundário na rede urbana, apesar de poderem atrair imigrantes de outras cidades para eventos específicos, como eventos relacionados às atividades agrícolas, como feiras técnicas e temporadas de colheita (REGIC, 2018).

Ao definirmos uma pequena cidade, é essencial considerar uma variedade de fatores, incluindo, mas não se limitando ao tamanho populacional (Corrêa, 2011). Nesse sentido, podemos observar na Figura 2 que a população de Campanha não ultrapassou os 16 mil habitantes em 2022 e a população de Campos Gerais ficou na casa dos 26 mil habitantes, apesar da diferença populacional entre os municípios, nota-se que a partir dos anos 2000 houve uma tendência de estagnação na população de ambos, e no caso de Campos Gerais houve uma retração da população entre 2010 e 2022.

Figura 2: População residente em Campanha e Campos Gerais, entre 1970 a 2022.



Fonte: Censos demográficos do IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010 e 2022), organizado pelos autores.

A predominância de atividades econômicas ligadas à agricultura e ao comércio local, muitas vezes de baixa escala, não proporciona o dinamismo necessário para atrair e reter a população. Conforme discutido por Corrêa (2011), às pequenas cidades frequentemente atuam como nós fundamentais na rede de relações econômicas entre o urbano e o rural, contudo, a centralidade dessas cidades está mais associada à prestação de serviços básicos e à comercialização de produtos agrícolas, atividades que têm um alcance espacial limitado e muitas vezes não despertam o interesse dos mais jovens.

Apesar disso, o processo de urbanização permeia esses municípios, já em 2010 Campanha apresentou uma elevada taxa de urbanização com 91,26% da população vivendo na zona urbana e uma baixa densidade demográfica 47,48 pessoas por km², enquanto Campos Gerais apresentou uma taxa de 75,59% da população vivendo na cidade e uma densidade demográfica de 33,92 pessoas por km², e isso significa que embora a maioria da população resida em áreas urbanas, essas cidades não são densamente povoadas.

Principalmente em Campos Gerais esse processo de êxodo rural foi mais abrupto, conforme aponta a tabela 1, no ano de 1980 a maior parte da população residia no campo. O agronegócio de *commodities* tem como característica marcante a concentração de terras e de renda na mão de poucos, o que causa, entre outros fatores, a expulsão daqueles agricultores que não conseguem competir e se manter na terra. O mesmo acontece no caso do café. Essa dinâmica marca as cidades pequenas e, principalmente, as cidades do agronegócio. O contingente excluído do campo pode ser absorvido de forma desigual pela cidade que o circunda. Entretanto, e muitas vezes, esses novos moradores da cidade vão continuar trabalhando no campo, como única estratégia de mantimento social em uma contradição entre lugar de residência e moradia. Morando na cidade, mas não participando da vida desta (Moreira Junior, 2013) são integrados a ela, mas não incluídos. Enquanto isso, as ruralidades na cidade se atenuam, (re)configurando dinâmicas socioespaciais dos lugares (tabela 1).

Tabela 1: População Urbana e Rural, em Campanha e Campos Gerais, 1980 a 2010.

Município	1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Campanha	7.267	3.244	9.654	2.606	11.735	2.363	13.326	2.107
Campos Gerais	9.415	11.888	12.326	11.620	17.739	8.802	19.156	8.444

Fonte: Censos demográficos do IBGE (1980, 1991, 2000 e 2010), organizado pelos autores.

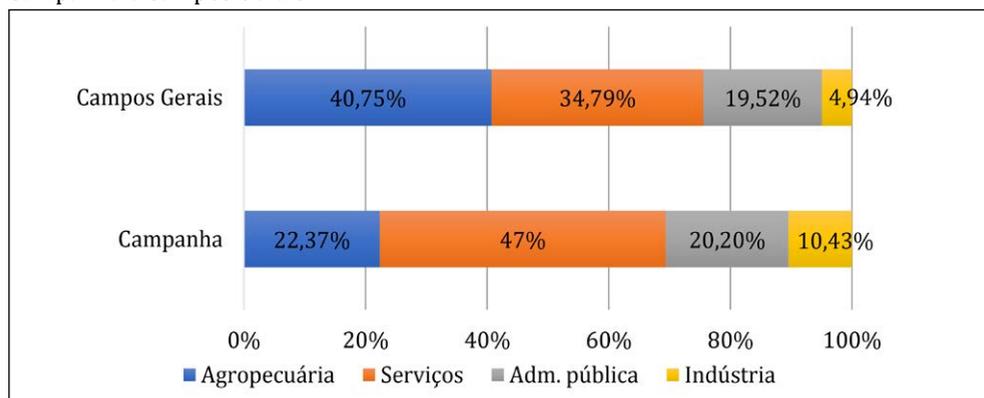
Esses pequenos contingentes populacionais e de baixa densidade, somadas a transformação das paisagens naturais no sul de Minas Gerais, especialmente durante o século XIX e início do século XX, provocaram significativa alteração ambiental e socioeconômica na região, com a substituição das áreas de floresta natural por extensas áreas de pastagem e cultivos de café (Martins, 2014), que marcam a ocupação e uso do solo desses municípios, majoritariamente pelas áreas de atividades agropecuárias.

Campanha apresenta 80,83% do território municipal destinado a atividades agropecuárias, como o cultivo de café, soja, citros, além das áreas de pastagem. Enquanto Campos Gerais apresenta percentual parecido 79,84% do território municipal destinados a essa atividade, principalmente o plantio de café que ocupa 33% da área total do município e também áreas de pastagem que ocupam 22% do território total e outros 21% de mosaicos de uso, podendo ser culturas temporárias como o milho e ou pastagem. (MapBiomas, 2022).

Outro importante indicador que podemos trazer para a análise comparativa desses municípios é o Produto Interno Bruto (PIB), principalmente quando analisamos a participação de cada setor econômico no valor agregado (Figura 3). Principalmente em Campos Gerais onde a participação majoritária vem da agropecuária, representando 40,75% do total adicionado, fator que pode estar relacionado a *commoditização* do território, evidenciada no percentual de área ocupada por essa cultura.

Já em Campanha o percentual é bem menor, representando 22,37% do valor total adicionado. Nota-se uma alta participação do setor de serviços e comércio no valor agregado, 47%, indicando um setor mais dinâmico e especializado para atender a população local, além disso também vemos um setor industrial mais robusto que o de Campos Gerais, indicando uma maior industrialização do município de Campanha. Vale destacar que estes indicadores do setor agropecuário, são muito superiores a média nacional, que varia entre 7% do PIB nacional, reforçando a ideia de especialização territorial produtiva nessas pequenas cidades.

Figura 3: Participação dos setores da economia no valor agregado do PIB 2021, em Campanha e Campos Gerais.



Fonte: Índice Mineiro de Responsabilidade Social da FJP (2023), organizado pelos autores.

Entretanto é importante ressaltar que devido às modificações ocorridas na agricultura nas últimas décadas, há uma aproximação entre os setores agropecuário, serviços e industrial. Essa convergência resultou em um cenário onde as cidades passaram a oferecer uma gama abrangente de serviços que subsidiam e impulsionam as atividades agrícolas (Queiroz, 1979; Souza, 2010; Hespanhol, 2013). Nesse sentido, podemos inferir que a modernização da agropecuária, marcada pela mecanização, uso de insumos avançados, agroquímicos, e a introdução de mão de obra especializada e assistência técnica, transformou o setor agrícola e também transformou o setor de comércio e serviços de pequenas cidades ligadas às atividades do campo (Elias, 2022).

Ou seja, mesmo em Campanha com a produção de citrus ou em Campos Gerais com a produção de café, essas cadeias produtivas estão associadas a uma rede complexa de atores e serviços, que abrangem agricultores, intermediários e consumidores finais, apresentando dinâmicas específicas tanto na produção quanto na comercialização. E conseqüentemente, exercem influência na dinâmica de outros setores, como o transporte, o comércio de insumos agrícolas e o setor crediário, que se desenvolvem para atender à demanda gerada pelo cultivo dessas frutas.

Essa especialização produtiva fica evidente através do percentual de destinação de área aos produtos agrícolas cultivados. Mesmo que a especialização não implique exclusividade, é observável que no município onde a produção se especializa em *commodities* agrícolas, como no caso de Campos Gerais, há uma diminuição da pluralidade de cultivares em detrimento da maior *commoditização* do território (Tabela 2).

Tabela 2: Produção agrícola nos municípios de Campanha e Campos Gerais em 2017.

Município	Café	Soja	Milho	Citrus	Feijão	Batata	Abacate	Outros
Campanha	29,18%	24,03%	14,42%	27,21%	0,29%	3,84%	0,19%	0,84%
Campos Gerais	65,69%	6,66%	17,39%	0,18%	7,64%	-	0,56%	1,77%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017), organizado pelos autores.

Em Campanha, observa-se uma melhor distribuição produtiva entre um número maior de cultivares agrícolas. Os principais cultivos na paisagem são representados pelo café (29,18%), citrus (27,21%), pela soja (24,03%) e pelo milho (14,42%). Mesmo em sua maioria sendo *commodities*, com exceção dos citros para mesa, a produção em Campanha é menos focada em um único cultivo e o espaço agrícola é mais diverso. Em Campos Gerais é observada uma relação diferente, onde o uso e ocupação do território é

representado por uma maior commoditização do território. Os principais produtos no município são o café que ocupa 65,69% de todo o território agrícola de Campos Gerais, seguido pelo milho, plantado em 17,39% do total de hectares no município.

Mesmo a soja sendo atualmente o principal produto de exportação agrícola brasileira, ela representa – ainda – pouco interesse no espaço agrícola de Campos Gerais, ao contrário vem tendo um crescimento da área plantada em Campanha nas últimas décadas, principalmente nas áreas de relevo mais aplainado. Isso pode tanto estar relacionado com os aspectos geomorfológicos de Campos Gerais que dificultam a mecanização, como também pela influência do café na região e no município, assim como – e por isso – o papel das multinacionais e cooperativas de café que monopolizam o território e a produção dos agricultores, inclusive familiares, principalmente em Campos Gerais.

Diferente de Campos Gerais, Campanha não vai contar com a presença de cooperativas, sendo a opção de alguns agricultores se associarem às cooperativas presentes em Varginha, Capital Regional C, segundo classificação do REGIC (2018). Assim os trâmites técnicos relacionados a cadeia produtiva estarão mais a cargo do próprio produtor, que tem de buscar sua assistência técnica (Tabela 3). Nestes casos é muito comum o produtor procurar ou ser procurado por vendedores associados a empresas especializadas na comercialização de insumos agrícolas, muitas vezes situadas nas cidades médias vizinhas, para a obtenção de seus insumos e agrotóxicos.

Nesse sentido, a orientação técnica recebida nos estabelecimentos é uma variável que corrobora com essas afirmações. Tanto em Campanha como em Campos Gerais, a maior parte dos estabelecimentos recebem orientação técnica no auxílio da produção – 70% e 71%, respectivamente (IBGE, 2017), entretanto, as origens dessa orientação não são as mesmas (Tabela 3).

Tabela 3: Origem da orientação Técnica nos municípios de Campanha e Campos Gerais, 2017.

Município	Recebe	Governo	Própria	Cooperativas	Não recebe
Campanha	70%	1%	46%	25%	30%
Campos Gerais	71%	2%	7%	58%	29%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017); organizado pelos autores.

Nas regiões produtoras de café do sul de Minas as cooperativas exercem papel fundamental para a reprodução e ampliação do agronegócio cafeeiro (Toledo, 2019; Alves e Lindner, 2020). Como uma forma de inserção no

mercado, os agricultores, principalmente familiares, utilizam a mediação das cooperativas para a comercialização da produção. Entretanto, o papel das cooperativas vai muito além da compra e venda dos produtos. O percentual de orientação técnica recebida pelos agricultores dos dois municípios é bastante próximo, conquanto, em Campos Gerais, devido à alta especialização cafeeira, as cooperativas tornaram-se a principal fonte de orientação técnica dos agricultores, o que remonta o interesse dessas organizações em ampliar a qualidade e a produtividade da *commodity* no território. Em Campanha, essa orientação parte principalmente dos próprios agricultores, tendo as cooperativas um papel técnico orientador secundário.

No que diz respeito à estrutura fundiária desses municípios, vemos a partir da tabela 4 que a estrutura fundiária dos dois municípios é muito similar. Apesar das diferenças produtivas, a maior parte dos estabelecimentos nos dois municípios estão entre 0 a 20 hectares, configurando pequenas propriedades. Além disso, no município de Campanha há, no total, 875 estabelecimentos agropecuários, onde 608 (69%), são consideradas unidades familiares. Em Campos Gerais, o número de estabelecimentos agropecuários é bastante superior, sendo 3.009 no total e 2.116 (70%), estabelecimentos de agricultura familiar. Mesmo quantitativamente diversos, o percentual de estabelecimentos familiares se assemelha em ambos os municípios, representando a maior parcela de atores sociais no campo. Mesmo em maior número, os agricultores familiares representam uma menor parcela sobre o espaço, detendo menos terras se comparadas à agricultura não familiar (IBGE, 2017).

Tabela 4: Número e tamanho dos estabelecimentos rurais nos municípios de Campanha e Campos Gerais, 2017.

Hectares	Campanha		Campos Gerais	
	Unidades	Percentual	Unidades	Percentual
De 0 a 10	425	68%	1906	79%
De 0 a 20	169	18%	478	12%
De 20 a 50	157	8%	370	5%
De 50 a 100	74	4%	141	2%
Acima de 100	50	2%	114	2%
Total	875	100%	3009	100%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017), organizado pelos autores.

Em Campanha, os 608 estabelecimentos familiares ocupam uma área de 7.949 hectares (30,3%) da área agrária total do município, enquanto as 2.116 unidades familiares de Campos Gerais estão espacializadas em 23.291

hectares (38%) da área agrária total (IBGE, 2017). É a contradição do modo de produção vigente representada na paisagem agrária das cidades pequenas – mas não apenas nelas. Neste caso, as diferentes especializações produtivas não influem diretamente na estrutura fundiária e espacial onde o agronegócio domina o território.

Outra questão que merece destaque é a existência ou não de agroindústrias. O processamento de alimentos pelas agroindústrias, principalmente familiares, são importantes ao cumprir ao menos duas agendas: geração de receita e renda para o país e para as famílias produtoras. Ademais, é um fator determinante para a subsistência dos agricultores familiares, para o abastecimento de alimentos de qualidade para a população local e regional e uma forma de gerar renda extra para os agricultores (Cruz, 2020). O que se observa nos municípios são fenômenos bastante distintos, em um caso com pouquíssima existência de agroindústrias rurais formais, em outro uma gama de agroindústrias rurais, distribuídas pelas diversas categorias de produtos (Tabela 5).

Tabela 5: Principais produtos da agroindústria rural nos municípios de Campanha e Campos Gerais, 2017.

Município	Café	Doces, bolos e geleias	Derivados do leite	Polpa e suco	Carne	Produtos de madeira	Outros produtos
Campanha	1	-	5	-	-	-	-
Campos Gerais	51	62	78	51	25	7	8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017), organizado pelos autores.

É válido ressaltar que em dados oficiais, como no caso do IBGE, constam apenas a catalogação de agroindústrias formais. Entretanto, na realidade familiar de processamento de produtos agrícolas a informalidade do setor é uma realidade que auxilia na produção tradicional e artesanal como uma forma de sustento e de preservação cultural (Cruz, 2020). Entretanto, são dados que servem como um indicador interessante ao analisarmos o perfil agroindustrial nas cidades e os padrões de reestruturação e refuncionalização do espaço rural. Campos Gerais nos mostra um setor agroindustrial mais consolidado em relação à Campanha. Mesmo com a majoritária produção de commodities, vemos uma variedade de agroindústrias no município, abrangendo uma gama de processamentos, inclusive o de frutas em polpa para sucos.

Enquanto Campanha, mesmo com um setor citrícola forte, o setor agroindustrial é pouco desenvolvido, não apresentando nenhum

estabelecimento formal da agroindústria das polpas e sucos. Fato é que a produção citrícola do município tem como destino a mesa dos consumidores finais, com o produto chegando *in natura*, sem processamento. Essa característica da produção em Campanha faz com que a relação entre o campo e a mesa do consumidor brasileiro seja mais direta, não requisitando de um aparato para armazenamento e ou transformação desenvolvido no município, ao contrário do que se vê com relação ao café em Campos Gerais.

Entretanto, nota-se que mesmo sem os aparatos destinados à agroindústria, Campanha, assim como Campos Gerais, apresenta aparatos destinados a produzir e comercializar essas produções. Esses aparatos irão se manifestar não só nos espaços rurais, mas também nos espaços urbanos, onde essa infraestrutura irá se reproduzir e desenvolver de acordo com as demandas da produção agrícola e os interesses do poder público e privado presente nessas localidades.

Assim, ao analisarmos a paisagem rural e urbana desses municípios, vemos uma tendência à especialização produtiva. A especialização se manifesta quando essas cidades concentram seus esforços e recursos em um determinado setor da economia, buscando otimizar a produção e alcançar vantagens competitivas no mercado (Fresca e Veiga, 2011). No contexto agrícola, entendemos que a especialização implica na priorização de determinadas culturas em detrimento de outras, moldando a paisagem rural e urbana e impactando a dinâmica socioeconômica local. Essa especialização funcional fortalece as ruralidades presentes nessas cidades ao direcionar recursos, infraestrutura e mão de obra para sustentar a cadeia produtiva agrícola, elevando a importância local dessa atividade e re-criando uma função para essas cidades na rede urbana regional.

Em Campos Gerais esse fenômeno é facilmente identificado com a presença das vastas plantações de café, e a presença das cooperativas e lojas de comércio e serviços destinados a essa cadeia produtiva. Já em Campanha, inserida no circuito dos citros, essa especialização se reflete na expansão dos pomares de tangerinas, no surgimento de empresas de beneficiamento e comercialização da fruta e na criação de eventos como a Mega Citrus, voltada para a difusão de tecnologias e conhecimentos relacionados à citricultura.

Nos municípios em questão, a especialização na produção agrícola transcende a simples definição de uma vocação econômica local, pois atrai um conjunto diversificado de serviços de apoio, como crédito rural, comércio de maquinários, fornecimento de insumos e assistência técnica,

além de consolidar uma infraestrutura logística que inclui empresas de beneficiamento e cooperativas estrategicamente localizadas próximas à rodovia, como nos mostram a Figura 4 e a Figura 5.

Figura 4: Mapa de localização dos comércios e serviços relacionados à cadeia de produção agrária de Campanha, em 2023.



Elaboração: Autores

No caso de Campanha (Figura 4) essa especialização implica uma adaptação estrutural e funcional também da cidade, cujo intuito é otimizar o atendimento à demanda específica do setor agrícola. O estabelecimento de instituições bancárias, serviços técnicos especializados, a presença de órgãos fiscalizadores, como o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e a realização de eventos e feiras técnicas anuais, representam transformações significativas, configurando Campanha como um centro especializado na produção citrícola. Tais adaptações reforçam a função econômica do município e consolidam sua função na rede urbana regional.

Fato que é corroborado pela prefeitura municipal que difunde a atividade como um atrativo turístico do município. Essa identidade se fortalece com a realização de eventos anuais como o “Rally Citros”, organizado pelos produtores e pela feira técnica Mega Citrus, realizada anualmente com apoio da EPAMIG, EMATER, IMA e o Sindicato Rural de Campanha, consolidando a posição de Campanha como um centro nacional na produção de citros. O evento reúne produtores, pesquisadores e empresas do setor, impulsionando a troca de conhecimentos, a difusão de tecnologias e a geração de negócios em torno da citricultura, reforçando a especialização produtiva do município.

Figura 5: Mapa de localização dos comércios e serviços relacionados à cadeia de produção agrária de Campos Gerais, em 2023.



Elaboração: Autores

Quanto a Campos Gerais a espacialidade desses fixos parece também obedecer a ordem de facilitar os fluxos entre os atores responsáveis pela produção, comercialização e distribuição do agronegócio cafeeiro regional. Tanto as cooperativas de café – COOPERCAM e COOXUPÉ –, quanto as lojas e os principais serviços estão localizados na BR-369, no eixo sul da cidade que

liga Campos Gerais ao município de Alfenas, além de ser uma das principais saídas para as áreas agricultáveis do município.

Em contrapartida, serviços como bancos de crédito agrícola, EMATER-MG e a instituição de ensino superior vinculada aos interesses do agronegócio, concentram-se mais ao centro da cidade. Essa configuração evidencia a centralização da administração financeira, onde o fluxo diário de pessoas é significativamente mais intenso do que em áreas periféricas. Em contraste, a gestão das atividades de comercialização e distribuição, além de estabelecimentos de atendimento rápido e prestadores de serviços agropecuários, tende a se concentrar em regiões próximas aos principais eixos de saída da cidade (Correia, Freire e Alves, 2023). Ademais, esses consumos produtivos do agronegócio, consequência da própria especialização produtiva, influem diretamente nas dinâmicas de trabalho e de vida, implicando também uma adaptação funcional e estrutural. Mais recentemente, há também ocorrido um evento anual realizado pela COOPERCAM, denominada de Feira do Café de Campos Gerais, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal; Sebrae Minas; Emater Minas; e o Sindicato dos Produtores Rurais de Campos Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor agropecuário é ao mesmo tempo participativo e parte fundante da economia de diversos municípios brasileiros. Nas cidades pequenas do Sul de Minas, como Campanha e Campos Gerais, a importância do setor repercute nas dinâmicas socioespaciais e em como os fixos do espaço são produzidos e pensados para atender diferentes fluxos e demandas do agronegócio. As tessituras dos espaços territoriais complementam-se em situações de tensões desiguais. A relação campo e cidade, nesses pequenos centros, se acentuam e se mesclam sob territorialidades específicas.

Em redes cada vez mais conectadas os lugares tendem a exprimir suas particularidades, como já aludia Milton Santos. A tangerina em Campanha, assim como o café de Campos Gerais, mesmo possuindo similaridades enquanto característica de produção agrícola, remontam continuidades e rupturas de um mesmo setor produtivo, produzindo diferentes espaços com distintas relações entre seus atores.

No caso do café, observa-se que a produção de *commodities* agrícolas destinadas ao comércio externo para circuitos longos, demanda uma maior

reestruturação urbana com o surgimento de armazéns, cooperativas e multinacionais que visam expandir o lucro através da monopolização dos territórios e dos meios e formas de produção. A agricultura familiar aí presente, pode tornar-se um ator do fazer para o agronegócio globalizado, limitando a própria produção enquanto subordinada ao controle externo da propriedade. A questão do controle é parecida em ambos recortes espaciais. Entretanto, o destino da produção de tangerina para Campanha visa alcançar, majoritariamente, circuitos curtos de comercialização, demandando uma menor reestruturação da cidade já que a produção sai diretamente das fazendas para os mercados locais e regionais. Dessa forma, um mesmo setor produtivo acaba produzindo diferentes fixos na paisagem, responsáveis por sanar as demandas de diferentes fluxos de produção, comercialização e escoamento.

A modernização da agricultura levou a uma mercantilização da produção dos agricultores, mas em níveis e dinâmicas diferentes. Os diferentes tipos de produção mercantilizada, por sua vez, influenciam em como e por quem o espaço será apropriado, assim como quais serão as tensões territoriais dos lugares. As cidades que circundam os campos produtores, se alteram em diferentes níveis para atender diversificadas demandas do agronegócio. Por isso, as variáveis anunciadas por Elias (2022) são elementos importantes para a construção do saber sobre tais espaços. Permitem observar os lugares, suas dinâmicas econômicas, demográficas e produtivas, abrindo um leque de possibilidades para pesquisas. Entretanto, para se entender a totalidade de tais relações far-se-á necessário trabalhos de campo. A proximidade com o objeto de análise possibilita um olhar para além dos dados oficiais, abrangendo a realidade enquanto tal, enquanto produzida espacialmente através de relações sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no Sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, n. 14, v. 2, p. 433-451, 2020. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-3878.2020v14n2.54246>
- ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. (Org.). **Geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. p. 62-92. http://dx.doi.org/10.35417/978-65-991247-7-8_62
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP, FFLCH/USP**. São Paulo, n. 30, p. 05-12, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.4, n.6, p.41-53, jan./jun. 1999.

CORREIA, G. G. S., FREIRE, M. R., ALVES, F. D. As cidades médias e os consumos produtivos do agronegócio: o caso de Alfenas e Campos Gerais. **Revista Territorium Terram**, v.6 (Edição Especial 1), p. 69-82, 2023.

CRUZ, F. T. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.58, n.2, p. 1-21, 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>

DEFFONTAINES, P. Como se constitui a rede de cidades no Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, pt. 1, p. 141-148, maio de 1944.

DELGADO, G. Questão agrária e capital financeiro na agricultura brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 286-305, 2020.

DIAS, D. A; ALVES, F. D.. Relação campo-cidade: uma análise socioeconômica da região imediata de Três Corações. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 206-230, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255762>

ELIAS, Denise. **Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio**. Ciência Geográfica - Bauru - XXVI - Vol. XXVI - (2): Janeiro/Dezembro - 2022.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Revista Acta Geográfica**, [S.L.] p. 13-32, 2013.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais: O caso de Santa Fé - PR. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 23, n.3, p. 387-396, 2011.

Fundação João Pinheiro (FJP). Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS. Disponível em: <https://imrs.fjp.mg.gov.br/Consultas/Resultado>. Acesso em: 25 out. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro, 2018. 194 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Produção Agrícola Municipal**. Consultado em 07.01.2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: janeiro 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Censo Agropecuário**. Consultado em 07.01.2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario>. Acesso em: janeiro 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - **Censo Demográfico**. Consultado em 07.01.2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico>. Acesso em: janeiro 2023.

MAPBIOMAS – **Coleção 8.0 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, 2021**. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/downloads> . Acesso em: 20/05/2023.

MOREIRA JUNIOR, O. As cidades pequenas na geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 17, n. 35, p. 19-33, 2013. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2013.75435>

PREFEITURA DE CAMPANHA. Portal do município. Prefeitura Municipal de Campanha, 2022. Disponível em: <https://www.campanha.mg.gov.br/index.php/component/content/article/74-secretaria-municipal-de-desenvolvimento-urbano-rural-e-meio-ambiente/329-campanha-sedia-a-mega-citrus-maior-evento-tecnico-de-citricultura-do-estado?Itemid=101> . Acesso em: 20 de mar. 2024.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

TOLEDO, E. FT. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v.29, Número Especial 2, P.264-280, 2019. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n2p264-280>.

ESPRAIA A MERCADORIA CANA-DE-AÇÚCAR E ARREFECE O CULTIVO DOS ALIMENTOS: DESAFIOS DA ESCASSEZ DE TERRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PATIOBA, JAPARATUBA/SE¹

Arlane Santos de Lima
Sônia de Souza Mendonça Menezes

INTRODUÇÃO

A literatura elaborada no tocante à soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) é contundente ao verificar que, por meio do acesso ao território, demais direitos básicos podem ser efetivados, assim como o de dignas condições de moradia, saúde e alimentação. No postremo aspecto, encontra-se o alcance ao território como possibilidade de cultivar, pescar e elaborar seus próprios alimentos. Da mesma maneira, instaura-se uma conjuntura na qual é exequível que agricultores e agricultoras familiares dediquem os espaços de roças e quintais aos pluricultivos, à criação de animais, os quais são autoconsumidos e/ou poderão ser direcionados ao abastecimento alimentar por meio das redes agroalimentares alternativas nos circuitos curtos (Rover e Darolt, 2021). Neste e em semelhantes casos, são vislumbradas estratégias capazes de garantir a SSAN das famílias rurais e da população urbana local.

Na dimensão do arcabouço legal da segurança alimentar e nutricional (SAN), são pautados os atributos precípuos à sua efetivação, sendo estes os de face econômica, ambiental, cultural, os democráticos, de seguridade social e aqueles atrelados às políticas agrícolas e agrárias. No âmbito do postimeiro, se instaura a primordialidade do acesso ao território, a consolidação e positivo alcance de políticas públicas para a agricultura familiar (Bem-

¹ Este texto resulta de uma pesquisa de mestrado intitulada *Interfaces da (in)segurança alimentar e nutricional em comunidades rurais do município de Japaratuba*, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS).

Lignani e Alexandre-Weiss, 2024). Por meio deste encaminhamento, é possível compreender que o território é, ao mesmo tempo, elemento exordial e mecanismo da engrenagem regente dos princípios da SAN.

Na contramão do que rege os preceitos da SSAN, o agronegócio apresenta-se como uma forma de produção que centraliza o território como um recurso para a ampliação do capital, fundamentado na exploração exacerbada da natureza. Fernandes (2004, p. 01) elucida que “agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista [...] sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação”. É ainda nas primeiras etapas dessa cadeia que se repara que os ideais apregoados pelo agronegócio concebem a produção por via contrária do que figura o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O quesito econômico é a referência ao estágio atual da utilização da natureza no tocante à produção de *commodity*. Essa lógica dominante fomenta a cadeia de mercadorias, e, nessa conjuntura, os grãos e outros cultivos são esmaecidos da sua primordial função: nutrir os seres humanos.

O acesso à terra e ao território é primordial para a manutenção da cultura alimentar de um determinado povo. No entanto, o *lócus* desta pesquisa é marcado por entraves socioterritoriais que reduzem as citadas possibilidades. A comunidade Patioba, localizada no município de Japaratuba/SE, embora tenha sido reconhecida como remanescente de quilombo, ainda não detém a titulação do seu território. Essa limitação de acesso torna as formas de reprodução da vida também diminutas defronte à escassez de terra para o desenvolvimento de atividades laborais.

Diante do contexto apresentado, este artigo se inscreve como um recorte das reflexões realizadas em uma pesquisa de mestrado que tem por elemento central analisar a (in)segurança alimentar e nutricional no espaço rural do município de Japaratuba/SE. No que concerne ao objetivo do artigo, o nosso propósito é discutir a produção alimentar, o agronegócio canavieiro e os entraves socioterritoriais no âmbito da comunidade quilombola Patioba no município de Japaratuba. Por meio da visita de campo à citada comunidade, foram realizados o reconhecimento da área e entrevistas com as lideranças locais. Ademais, foi imprescindível a consulta à literatura científica acerca do território, agronegócio, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar, quintais produtivos e SSAN.

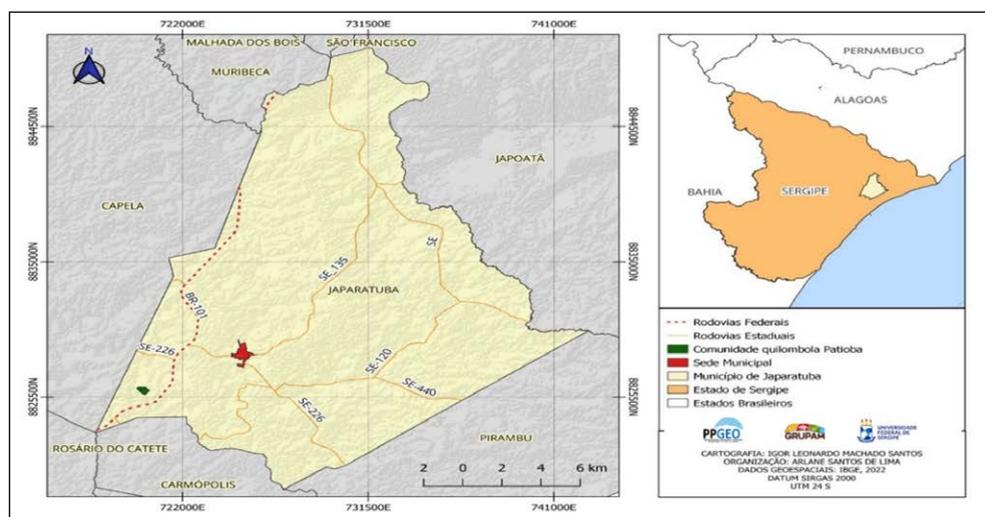
Em sua estrutura, o artigo apresenta-se organizado em três seções para além deste trecho introdutório. Na primeira, é realizada uma apresentação do

município de Japaratuba, com ênfase nos aspectos históricos e no seu atual panorama agrícola, o qual sinaliza um quadro de comprometimento à produção alimentar. Na análise da comunidade Patioba, é primeiramente apresentado um cenário acerca dos povos e comunidades quilombola, item que é seguido pela discussão dos entraves observados na referida comunidade. Por fim, são tecidas as considerações relativas às reflexões precedentemente sucedidas.

APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E ATIVIDADE CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO ALIMENTAR LOCAL

O município de Japaratuba (figura I) localiza-se no leste do estado de Sergipe e ocupa uma área de 365,677 km² (IBGE, 2022). A sua sede dista da capital do estado 51 km, e as principais vias de acesso ao seu território são a BR-101, a SE-449 e a SE-100. De acordo com o mais recente levantamento censitário, a população total é de 16.209 habitantes, estando estes distribuídos em 53,72% no espaço rural e 46,28% no urbano. Em contraposição à dinâmica populacional brasileira, dentre todos os levantamentos populacionais aferidos no município, o conjunto rural continuamente se manteve maior quando comparado à soma do urbano.

Figura I – Comunidade quilombola Patioba, Japaratuba/SE: localização



Como identificado em outros municípios brasileiros, a história de Japaratuba atrela-se à implementação da atividade canavieira e,

consequentemente, à presença de negros escravizados. No processo de consolidação territorial, o monocultivo da cana-de-açúcar, com a instalação de engenhos, passa a dominar a região a partir de meados do século XVII, quando a prática agrícola é iniciada nos territórios que compõem o estado de Sergipe.

Ao se destacar no cenário açucareiro no âmbito estadual, a localidade atraía novos interesses e, também, grupos abastados. Na contramão desse modelo econômico centrado nos núcleos influentes da época, a atividade também principiava um ciclo de consequências ambientais e se valia da mão de obra escravizada. Consoante às pesquisas do historiador sergipano Felisbello Freire, Cabral (2007) descreve que, em determinado momento da história, a quantidade de escravizados tornou-se superior à de pessoas livres em Japarutuba. Ademais, a necessidade de utilizar proeminentes parcelas de terra para a manutenção e medrança da capacidade produtiva fomentava a concentração fundiária.

Como demonstrado na tabela I, o *locus* se mantém atrelado a essa configuração, tendo em vista a inalteração do seu contexto agrícola, que se perpetua atendendo ao agronegócio da cana-de-açúcar.

Tabela I - Japarutuba/SE: Estrutura Fundiária (1995/1996, 2006 e 2017).

	ANOS					
	1995/1996		2006		2017	
Grupos de área	Nº de est. agrop. (unid - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (unid - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)	Nº de est. agrop. (unid - %)	Área dos est. agrop. (ha - %)
Total	531 100%	23.667,961 100%	643 100%	15.170 100%	859 100%	19.724 100%
Menos de 2 ha	203 38,23%	177.816 0,75%	241 37,48%	213 1,4%	282 32,83%	223 1,13%
2 - 5 ha	83 15,63%	254,674 1,08%	108 16,8%	364 2,39%	107 12,46%	361 1,83%
5 - 10 ha	57 10,73%	406,471 1,72%	87 13,53%	655 4,32%	124 14,44%	859 4,36%
10 - 20 ha	47 8,85%	721,289 3,05%	65 10,11%	953 6,28%	183 21,30%	2.340 11,86%
20 - 50 ha	55 10,36%	1.600,899 6,76%	56 8,71%	1.751 11,55%	68 7,92%	2.026 10,27%
50 - 100 ha	37 6,97%	2.687,025 11,35%	32 4,98%	2.240 14,77%	28 3,26%	1.975 10,01%
100 ha e mais	49 5,08%	17.819,787 75,3%	37 5,77%	8.995 58,28%	33 3,84%	5.686 60,54%
Produtor sem área	-	-	17 2,65	-	34 3,95%	-

Fonte: Censo Agropecuário (1995/1996, 2006 e 2017). Organização: LIMA, Arlane Santos de (2024).

O exercício estatístico registra que entre 2006 e 2017 houve aumento do quantitativo de estabelecimentos rurais, o que encontra explicações, sobretudo, na criação do Assentamento Caraíbas em 2008, que estabeleceu 115 novos lotes de terra que foram destinadas para esse quantitativo de famílias. Essa mudança, embora associada à desconcentração fundiária praticada em 1990 e 2004, não permitiu que Japaratuba passasse a ser considerado um território equitativo em sua distribuição de terras. Todavia, conforme o seu processo histórico de arranjo territorial, o município mantém a discrepância no percentual de terras ocupadas pelos pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais. À título de deslinde, em 2017, ao passo que 836 destes, com menos de 100 ha, ocupavam 39,46% da área total, 33 estabelecimentos de mais de 100 ha representavam 60,54% desta área.

Souza, Santos e Menezes (2019, p. 159) consideram que “o não acesso à terra por parte da classe trabalhadora, que em parte não possui alternativas de reprodução, além da venda da sua força de trabalho, promove a geração de mercadorias que não são, ao menos em sua maioria, apropriadas por eles”. Nesse cenário, reafirma-se a necessidade de analisar a realidade do campo brasileiro em uma totalidade em que seja considerada a formação econômica e social, pois só assim será possível não se incorrer no erro de explicações simplistas nos processos e contradições que o capitalismo fomenta (Souza; Santos; Menezes, 2019).

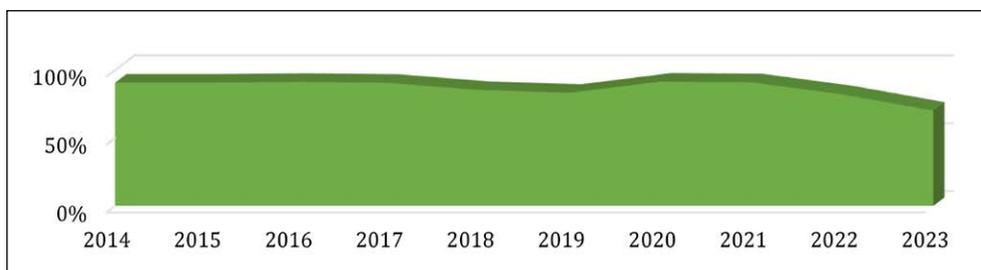
No que concerne à produção agrícola, visualizamos que em Japaratuba as usinas avançam suas propostas de compra e arrendamento de terra, assim como incita os agricultores a produzir a cana para o repasse a esses grupos empresariais. A adesão dos proprietários fundiários, inclusive agricultores familiares, a esses tipos de negociações tem ocorrido e se mostrado como um movimento em crescimento. Apesar de ser lida como uma das formas encontradas por alguns dos agricultores para gerar ganhos econômicos e/ou se manterem na terra, a dinâmica promove a manutenção e avanço do agronegócio no território. Por fim, a conjuntura tende a agravar os obstáculos socioterritoriais já concebidos pela desigualdade fundiária. Essa forma de garantir a produção da cana sintetiza como o capital utiliza-se de variadas estratégias para sua expansão. Em seu bojo, integra relações não capitalistas de produção e as contraditórias à sua lógica, desde que permitam a reprodução ampliada do capital. Nesses casos observa-se a apropriação da renda da terra que, conforme discutida por Oliveira (1997), com o processo de repasse da produção às indústrias sem que haja

de fato a territorialização do capital no espaço, promove a monopolização do território.

À medida que os agricultores familiares se afastam da produção de alimento, compromete-se a SSAN do próprio domicílio, como também afeta a garantia de alimentos de qualidade à população rural. Esses aspectos são indicados por Maluf (2003) como algumas das multifunções da agricultura familiar. Em contraposição ao uso do território para gerar trabalho, renda e adequadas condições alimentares, são crescentes os exemplos de espraiamento dos monocultivos em diversas regiões do Brasil e em Sergipe (Menezes, Silva e Silva 2019). Essa forma de produzir é despida de diversidade e de vida em igual proporção com que se vincula à monotonia das paisagens e à utilização de insumos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente.

No *locus* pesquisado, a atividade canavieira segue instalando-se em expressiva porcentagem da área total destinada às atividades agrícolas (gráfico I). Ao considerar uma série temporal que contempla os últimos dez anos, é ainda possível observar que, apesar das oscilações, a ocupação da área pela cana-de-açúcar se manteve superior aos 70%. Esse cenário delineia que na última década o cultivo de alimentos esteve alheio à produção de mercadorias no município.

Gráfico I – Japarutuba: Porcentagem de área em hectares ocupada pela cana-de-açúcar em relação ao percentual total (2014-2023).



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), (2024) Elaboração: Lima, Arlane Santos de, (2024).

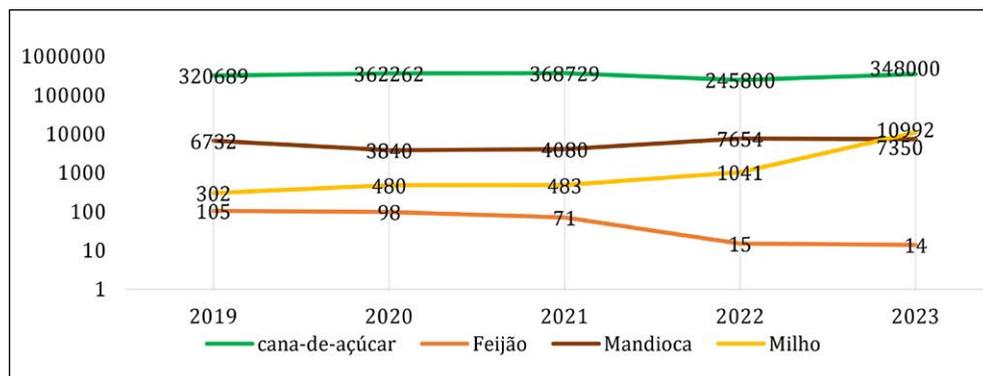
A evidência se atrela ao que fora observado no contexto da geografia alimentar de Sergipe como um todo. Como descrito por Silva, Alves e Sá (2016), apesar da pequena área territorial, o estado é marcado por altos índices de concentração fundiária. Paralelamente a esse quadro, Menezes, Silva e Silva (2019 p. 13) ainda inferem que

Atualmente, Sergipe produz *commodities*, em detrimento da produção de gêneros alimentícios essenciais aos sergipanos, como o arroz e o feijão. A substituição dos cultivos tradicionais por *commodities* contribuiu para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados (Menezes, Silva e Silva, 2019, p. 13).

Com a instalação desta conjuntura, sobressai-se uma coalizão de fatores geradores e, sincronicamente, agravantes de perda da soberania e de riscos à SAN. Uma problemática que dimensiona essa reflexão é a de que Sergipe, menor estado da federação, é aquele que apresenta os maiores índices de IA (Insegurança Alimentar) no país. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio contínua (PNADc) divulgados em 2024, cerca de 49,2% dos domicílios de Sergipe, o que representa 1,2 milhão de pessoas, estão acometidos por algum grau de insegurança alimentar: leve, moderado ou severo.

Os mecanismos que separam o desfrute do território para ampliação de capital e o seu uso no atendimento das demandas sociais, entre outros fatores, tem no agronegócio sua maneira de se manter operante. Diante dos aspectos evidenciados, compreende-se que o estado de Sergipe segue essa tendência. Logo, é impreterível analisar como o arranjo produtivo atual se especializa em sintonia com escala global. Com o objetivo de assim proceder, no gráfico II, põem-se sob avaliação os dados de produção agrícola de Japarutuba nos últimos cinco anos.

Gráfico II – Japarutuba: Quantidade produzida em toneladas (2019-2023).

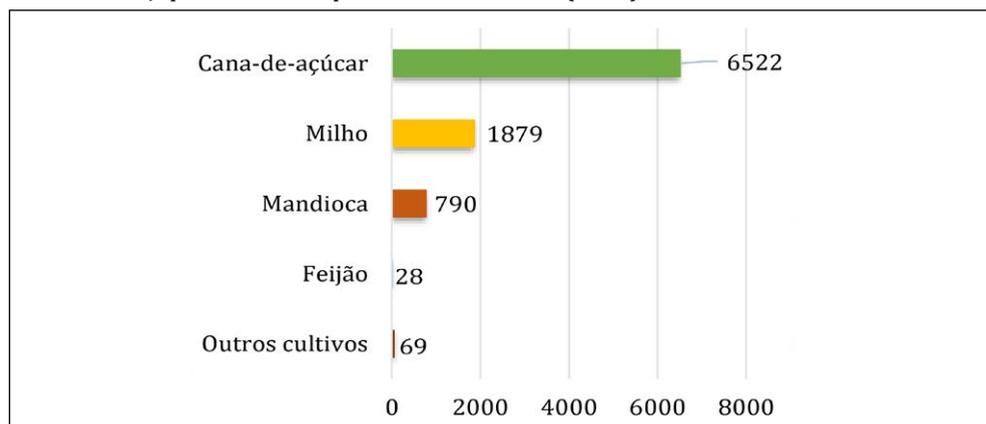


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), (2024). Elaboração: Lima, Arlane Santos de, (2024).

Como expresso no gráfico II, entre 2019 e 2023 a cana-de-açúcar se manteve com produções acima de 240 mil toneladas – apesar das variações anuais – o que assinala a relação com as porcentagens de área ocupada pela cana. A mandioca e o feijão mantiveram uma produção abaixo de 8 mil toneladas, o que representa uma ínfima porcentagem em relação ao montante da cana. Em específico, o feijão, alimento base da dieta da população local, seguiu uma tendência de decrescimento na série analisada e entre 2019-2023 apresentou múnua de 87%. No que concerne ao milho, teve sua produção acrescida, paulatinamente, em 3.540% entre os limiares da série temporal. Esse aumento sugere que se reflita sobre um novo rearranjo da dinâmica produtiva local. Os primeiros indícios da entrada do agronegócio do milho podem assim serem lidos, a exemplo da inversa proporcionalidade da curva de produção do milho e do feijão, sobretudo entre os anos de 2021 a 2023.

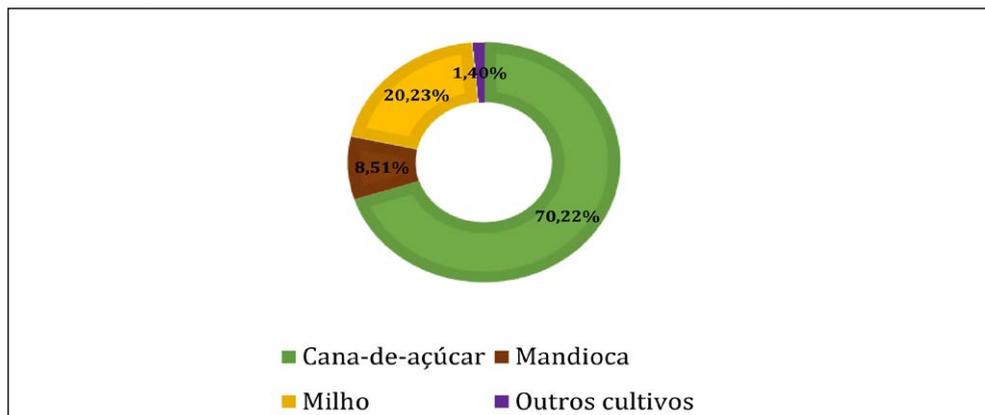
Em particular, os dados do último ano colocam em evidência a desigualdade no uso do território para a produção de mercadorias x cultivos de alimentos, o que resulta em uma baixa diversidade produtiva. Como interpretado no gráfico III, enquanto a cana ocupa 6.522 hectares, os demais cultivos, em conjunto, alcançam um total de 2.766. A porcentagem geral ocupada pelos cultivos alimentares é cerca de 50% menor que área de cana-de-açúcar (gráfico IV). Ainda é verificado que, para além do milho, da mandioca e do feijão, demais tipos de produções alimentares se fizeram presentes no território em 2023, a exemplo do abacaxi, amendoim, batata-doce e melancia. Contudo, ocuparam, em conjunto, cerca de 69 hectares, o que traduz menos de 2% da extensão das lavouras temporárias.

Gráfico III – Japarutuba: área plantada em hectares(2023).



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), (2024). Organização: LIMA, Arlane Santos de

Gráfico IV – Japarutuba: Percentual de área em hectares plantada (2023).



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), (2024). Organização: LIMA, Arlane Santos de

No bojo dessa discussão, centraliza-se os entraves que (re)produzem as desigualdades na conjuntura agrícola local. A desagregação e análise desses dados na escala municipal espelha os desafios a serem superados localmente para a promoção da soberania e da segurança alimentar. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos na agenda de 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), explicitam desafios a serem enfrentados para a garantia dos direitos sociais e ambientais. A leitura dos atuais índices de fome no Brasil, assim como no mundo, nos ajuda a compreender, sobretudo, a urgência de alcançar os dois primeiros objetivos da Agenda de 2030: erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares (ODS 1); fome zero; e agricultura sustentável (ODS 2) (ONU, 2016).

Apesar da noção de futuro transcórre sob um caminho que falseia a necessidade de ações no presente, é essencial ponderar que o “agora” já é parte do porvir. Assim, sob o prisma dos ODS, Okado e Quinelli (2016) indicam que o futuro deve ser concebido por meio da reflexão, contudo, que refletir não é diferente de agir. Nesse sentido, as políticas de acesso ao território e de incentivo à produção alimentar surgem como o caminho central a ser seguido. Essas ações devem contemplar as populações vulneráveis socioeconomicamente, a exemplo das comunidades quilombolas.

Estudos da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que é entre a população não branca que se mantém os maiores níveis de IA. Essa realidade espelha desigualdades estabelecidas no processo histórico do Brasil, país que aboliu a escravidão

de maneira tardia e que manteve, por longos períodos, a população negra à margem de um desenvolvimento social e econômico.

À vista disso, seguimos por elucidar a conjuntura de delimitações identificada na Patioba, considerando assim a luta pelo acesso ao território, pela soberania alimentar e pela efetivação do prospecto de tornar a comunidade uma referência de produção sustentável voltada ao abastecimento local.

OS POVOS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Os povos originários do Brasil e os negros escravizados trazidos da África às terras sul-americanas padeceram da violência com o domínio das terras pelos europeus e, posteriormente, pelos senhores proprietários de terras brasileiros. Aqueles que primeiramente habitavam o território e aos forçosamente trazidos foram expropriados e expulsos da terra, e, com isso, lhes foram negadas as condições dignas à reprodução social dos seus grupos. Assim, se mantém aberta uma cicatriz na história do Brasil. Entre avanços e esforços de grupos políticos e da sociedade civil organizada, parece ainda utópico ser curada a injustiça socioterritorial sobre os povos tradicionais do país.

Ao abordar especificamente neste trabalho uma comunidade remanescente de quilombo, surge como imprescindível salientar informações e dados gerais acerca destes povos em panorama nacional. Reis (1996) é incisivo ao asseverar que, apesar de não ter se revelado como exclusiva forma de resistência negra sobre o regime escravocrata, o estabelecimento de quilombos fora aquele de maior notabilidade. Atualmente, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, Decreto nº 4.887/2003, artigo 2º)

Outrossim, é mister um olhar atento sobre as injustiças socioterritoriais em curso, resultantes de processos históricos – imbuídos em configurações atuais – de desvalorização destes grupos. Leite (2000, p. 335) registrou

que “para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra”. Esta configuração não se encerrou: questões longínquas e hodiernas temporariamente surgem na arena de entraves enfrentados pelos povos quilombolas. Os desdobramentos deste fato seguem por conceber morosidade ou mesmo óbice a processos acerca do direito ao acesso ao território. Contudo, no significado de aquilombar-se e na configuração social do quilombo, emergem os moldes guias da luta pela manutenção e ampliação dos seus direitos.

Em Sergipe, assim como fora a realidade do nordeste brasileiro, a escravidão esteve intimamente ligada à atividade econômica da cana-de-açúcar. Amaral (2007, p. 255) indigita em seus estudos que no estado “o protesto negro contra a escravidão antecedeu o movimento abolicionista. Este veio somar-se à luta dos escravos, os quais por meio da fuga e do aquilombamento tentavam usufruir de espaços de liberdade”. Em documentos históricos, sobretudo que versam acerca da região da Cotinguiba, é constatada a transição conturbada entre o período escravista e de liberdade, defronte às formas de resistência e organização desenvolvida por este povo. Os negros, libertos e cativos, ao compreenderem a situação na qual estavam imersos, colocavam em prática estratégias para alçar sua libertação e/ou de seus semelhantes (Amaral, 2007).

A formação de quilombos em Sergipe, sobretudo na região da Cotinguiba, foi importante mecanismo na resistência negra contra o sistema então vigente. A ascensão da produção de açúcar em Sergipe, ao mesmo tempo em que impulsionou a instalação de engenhos, também fomentou a entrada de mão de obra negra escravizada (Amaral, 2007). Nesta configuração, conforme Oliveira Malaquias, Vieira e Pereira (2018), desenvolveu-se a miscigenação nos territórios do estado, a população negra se tornou crescente e os registros desta história é naturalmente notada, sobretudo, nos aspectos culturais e religiosos de Sergipe.

De acordo com o censo 2022, Sergipe conta com uma população de 28.124 quilombolas, representando 1,27% dos residentes totais. Quanto à espacialização dos quilombolas, de acordo com o IBGE em Sergipe, 45,2% residem em territórios delimitados, enquanto 54,8% estão fora destas áreas reconhecidas. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contabiliza 32 áreas reconhecidas como quilombola no estado. Todavia, apenas quatro tem territórios titulados: Lagoa dos Campinhos (São Francisco e Telha), Mocambo (Porto da Folha), Pirangi (Capela) e Serra da Guia (Poço Redondo).

Igualmente aos demais estados do país, outras comunidades de Sergipe aguardam a titulação, a qual é desenrolado de maneira morosa, tendo em vista a gama de processos necessários para sua efetivação. É evidenciado que, no estado de Sergipe, um elevado número de quilombolas ainda não detém, de maneira efetiva, o direito sobre o seu território. Ademais, faz-se necessário refletir sobre o panorama social e econômico que delinea as condições de vida nessas comunidades.

ENTRAVES SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PATIOBA: “AQUI NÃO POSSO PLANTAR, NEM SEQUER PRA TRABALHAR, O QUE É QUE EU VOU FAZER?”

Patioba é a única comunidade remanescente de quilombo do município de Japarutuba e, de acordo com os dados da operação censitária de 2022, possui uma população de 632 habitantes. Está localizada a cerca de 8 km da sede municipal, e a ligação se dá por meio da BR 101.

Igualmente a outras comunidades remanescentes de quilombos de Sergipe, Patioba aguarda a titulação de terras para garantir à sua população o direito sobre o território que pleiteiam. De acordo com as informações disponibilizadas pela Instituição Pró-Índio de São Paulo, o processo inicial para titulação foi aberto no INCRA em 2006. A área reivindicada é de 1.542,2879 (um mil, quinhentos e quarenta e dois hectares, vinte e oito ares e setenta e nove centiares), e atualmente o trâmite se encontra na fase de Relatório técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado no Diário Oficial da União em 2016, o qual é representativo das primeiras etapas para a titulação. De acordo o INCRA (2017, p. 12), o RTID “É o resultado dos trabalhos realizados para identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos”. O documento é constituído por dados cartográficos, fundiários, agrônômicos, ecológicos, assim como socioeconômicos, históricos e antropológicos.

Diante da atual urgência pelo território pretendido, ainda se faz registrada na memória popular o regime de “meia”, no qual era permitido aos moradores locais realizarem cultivos nos territórios próximos, hoje restritos às fazendas. No regime de “meia”, a produção era dividida entre quem produz e o proprietário da terra. Oliveira (1997) a descreve como um dos tipos de relação não capitalistas de produção, visto que esse formato de atividade “poupa ao capitalista investimentos com a mão-de-obra. Ao mesmo

tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro. Assim, realizam a metamorfose da renda da terra em dinheiro” (p.18). Com o remate deste tipo de relação no território, os moradores foram afastados das possibilidades de cultivar a terra, da qual obtinham feijão, milho, verduras e, sobretudo, a mandioca. A raiz é matéria-prima para a elaboração da farinha (um alimento-base da cultura alimentar local) e outros derivados, assim como a tapioca, o beiju e o pé-de-moleque.

Hodiernamente, o acesso a esse território é limitado. Apesar de adentrarem a área para realizar a colheita do ouricuri (*Syagrus coronata*), os moradores da comunidade compreendem que não lhes é permitido utilizar esse espaço à sua maneira, pois não são os detentores legais. O ouricuri é ingrediente basilar para o preparo das tradicionais cocadas elaboradas por mulheres da localidade, uma herança cultural transmitida mediante a prática oral e que atualmente gera renda a algumas famílias. A manutenção do saber-fazer está sob ameaça, tendo em vista que as áreas de matas onde se obtém os frutos tem sido paulatinamente ocupada com a cana-de-açúcar. A comunidade almeja a preservação da vegetação, que é elemento *sine qua non* para que a tradição seja perpetuada, tendo em vista a relevância para a reprodução social da vida.

Ainda, a impossibilidade do desfrute das fontes hídricas descortina um processo de enfraquecimento dos costumes locais, assim como o uso do curso fluvial como opção e lazer e para a realização da pesca. Essa postumeira atividade era, sobretudo, uma prática difundida de pais para filhos, a qual contribuía sobremaneira para a alimentação diária nos domicílios.

Na órbita do arranjo conjuntural preconizado, as áreas de matas e os cursos fluviais se mostram como imprescindíveis para o estabelecimento e a manutenção da comunidade naquele espaço. Todavia, na atualidade os moradores carecem buscar judicialmente o direito para dali garantirem as condições básicas de reprodução social. A luta travada por terra e território é, para além de uma questão simbólica, um empenho por reparação histórica, por condições dignas de trabalho, SSAN, e especialmente trata-se da reprodução social da vida. Ainda, liga-se ao processo de fortalecimento de uma comunidade pautada na (re)existência, conceito descrito por Pelá e Mendonça (2010) como

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar

para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo (Pelá; Mendonça, 2014, p. 54).

É identificado que o grupo Guerreiras Negras da Patioba adota em suas composições elementos da sua (re)existência, a exemplo das conquistas e dos obstáculos experienciados na localidade. As músicas autorais interpretadas pelas mulheres do grupo, sob o acompanhamento de instrumentos de percussão, conformam a trilha sonora para a performance corporal do grupo em eventos internos e externos à comunidade. Destacamos assim a composição *Da minha terra*, de autoria de Maria Normélia (Mel), como elemento cultural formulado para expressar a história, vicissitudes e anseios dos indivíduos que principiaram o grupo e daqueles que atualmente o compõe.

Patioba ainda é um refúgio de quilombo
Onde somos arruados pelas cercas de arame
Nessa terra que um dia,
meu povo na agonia aqui veio se esconder
E aqui não posso plantar, nem sequer pra trabalhar,
o que é que eu vou fazer?
Meus irmãos tão indo embora do quilombo
aonde mora pra tentar sobreviver

Na canção são enfatizados elementos como a formação do quilombo, a escassez de terra para a instalação de cultivos alimentares e a migração. Essa exiguidade de terra para o desenvolvimento da agricultura é um obstáculo para a SSAN. Além disso, observa-se o excessivo parcelamento das diminutas áreas de terra para a construção de novas moradias diante do crescimento da família. É nos espaços diminutos circunvizinhos das moradias existentes que são efetivadas as novas construções, com poucos cômodos e reduzidas dimensões.

A liderança comunitária considera que, apesar de ser uma das formas utilizadas para a permanência dos moradores, esse formato de ampliação acentua a impossibilidade de realizar cultivos de alimentos no *lôcus*. Dessa forma, mingua-se as possibilidades de tornar este local um espaço de produção de alimentos e de criação de animais para o consumo e geração de renda. O apagamento das práticas da agricultura familiar – que era referência da produção diversificada de mandioca, macaxeira, batata-doce, milho,

feijão, entre outros – marca o declínio da soberania e segurança alimentar e nutricional dessa população.

Diante da vulnerabilidade social existente na comunidade, a Associação Quilombola do Povoado Patioba (AQUIPP) é uma das entidades cadastradas como receptora no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município. Os alimentos recebidos são cultivados pelos agricultores familiares do Assentamento Caraíbas, em Japarutuba. Ademais, outras políticas sociais são identificadas no *locus*, como o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Aposentadoria Rural. Arrais (2019) considera que o PBF compõe um dos tripés da política protetiva do país. Esse surge como mecanismo capaz de contribuir com a SAN dos domicílios em situação de baixa renda/pobreza e, conseqüentemente, em condição de IA.

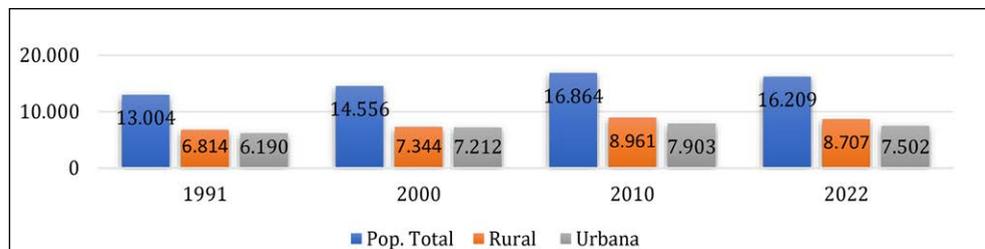
O anseio para a conquista da terra se reflete também na preocupação para com a míngua de espaços nos domicílios, nos quais ainda se mantém o hábito de cultivar plantas medicinais, tais como: Cidreira (*Melissa officinalis*), erva-doce (*Pimpinella anisum*), capim-santo (*Cymbopogon citratus*), arruda (*Ruta graveolens*), boldo (*Peumus boldus*), alecrim (*Rosmarinus officinalis*), além das plantas espirituais identificadas nos quintais das residências da Patioba. Esta atividade remete aos costumes mantidos na comunidade quilombola Sítio Alto em Simão Dias e que foram evidenciados pelas pesquisas de Menezes e Gomes (2016). Os cuidados com a saúde física e espiritual por intermédio desses elementos naturais reafirmam, sobretudo nas comunidades tradicionais, a herança ancestral que se desloca temporalmente com o auxílio das práticas orais.

A quase extinção das possibilidades do desenvolvimento da agricultura familiar também acentua outra problemática existente na localidade: o desemprego. A ausência de oportunidades de trabalho impulsiona a migração de jovens e adultos para a região do Sul do país. Não obstante, essa ocorrência não é específica do povoado Patioba. Nos últimos anos, tornou-se recorrente a migração de moradores do espaço rural e urbano do município, especialmente para Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, em busca de emprego e melhores condições de vida.

Reflexo deste movimento é a regressão populacional ocorrida em Japarutuba (gráfico VI). De acordo com o Observatório de Sergipe, os dados da operação censitária realizada em 2022 demonstram que, apesar do estado registrar aumento populacional de 6,9% (aproximadamente 142 mil pessoas) em comparação ao ano de 2010, houve redução de moradores

em 29 municípios. Entre esses, Japaratuba, ao passo que não registrou linearidade no crescimento observado nos censos anteriores, atingiu uma variação populacional de -3,88%, o que representou uma taxa de crescimento geométrico de -0,33%.

Gráfico VI – Japaratuba/SE: população total, rural e urbana (1991 – 2022).



Fonte de dados: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Organização: LIMA, Arlane Santos de, 2024.

A geração de postos de trabalho realizado nos canaviais não é capaz de absorver a mão de obra existente, tendo em vista o crescimento da mecanização. À medida que o território é arduamente explorado para a produção da cana, os proventos à população do município não surgem em igual efeito. Ao contrário disso, a aplicação de agrotóxicos e a queima da cana impactam a população, mormente aquela que reside nos perímetros da área de cana, como os moradores da Patioba.

Rigotto, Vasconcelos e Rocha (2014) indicam que a problemática dos agrotóxicos deve ser tratada como uma questão de saúde pública. Em vista disso, é necessário que as denúncias das populações impactadas sejam ouvidas, considerando-se que a dispersão dos agrotóxicos no ar, no solo e na água surge como riscos reais à saúde humana. Na Patioba, é narrado por alguns moradores casos de alergias de pele após a aplicação dos agrotóxicos nas lavouras próximas à comunidade. Na esteira desta discussão, é importante frisar que, de acordo com Pignati et al. (2017), a cana-de-açúcar é um dos cultivos que mais fomenta a utilização de agrotóxicos no país.

Quanto à queima da cana-de-açúcar, as consequências se dão mediante a dispersão da fumaça e da fuligem², sobretudo quando a lavoura é localizada em área circunvizinha às residências. Ribeiro (2008) destaca que, para além das problemáticas ambientais, a liberação de gases poluentes torna essa atividade problemática à saúde, tendo em vista suas consequências à

² Resíduo sólido derivado do processo da queima controlada da cana-de-açúcar e que é dispersado pelo ar em pequenas e médias distâncias em relação à área da lavoura.

população, as quais são ainda mais complexas em determinados grupos. Para além dos quadros de alergias respiratórias narrados, é também destacado que a fumaça e a fuligem procedentes do processo de queimada também alcança as áreas residenciais. De acordo com a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), para que seja autorizada a atividade de queimada, é necessário que a lavoura esteja, no mínimo, a 500 metros do perímetro urbano e que sejam respeitadas as condições de temperatura e vento adequadas. Contudo, de acordo com o órgão, em 2023 foram registradas denúncias de queima irregular no estado de Sergipe, o que ensejou o aumento das práticas de fiscalização³.

Para o enfrentamento de algumas das citadas problemáticas locais, a contribuição da Fundação Interamericana (IAF) tem se demonstrado como fundamental. A IAF é um órgão independente dos Estados Unidos criado pelo congresso desse país em 1969, visando a “canalizar a ajuda para o desenvolvimento diretamente às pessoas de baixa renda organizadas na América Latina e no Caribe”. Atualmente, com recursos disponibilizados pela instituição, a AQUIPP coordena a construção do prédio onde será instalada a agroindústria da Patioba.

Com a agroindústria, as lideranças almejam que a comunidade também inicie sua participação nos editais de venda do PAA, especialmente com o beneficiamento das frutas. Além disso, com a titulação da terra, esperam elaborar derivados da mandioca entre outros produtos, alcançando esse importante canal de escoamento. Ademais, é esperado destinar alimentos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assim como comercializar em Japarutuba e em demais localidades.

Diante dos entraves vivenciados pela comunidade, espera-se que a titulação da terra seja efetivada para que os agricultores recuperem suas práticas tradicionais, para que possibilite a geração de trabalho e renda, e para que garanta a SSAN, o que proporcionará maior coesão e preservação da herança cultural dessa comunidade.

³ F5 News. **Adema alerta para cuidados na queima-controlada da cana-de-açúcar**. Disponível em: <https://www.f5news.com.br/cotidiano/adema-alerta-para-cuidados-na-queima-controlada-da-cana-de-acucar.html>. Acesso em: 21 abr. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre a Insegurança Alimentar-IA no Brasil revelam que ainda é necessário o avançar do país em diferentes pautas para que o DHAA seja uma realidade nacional. A utilização do território do país para o desenvolvimento de agronegócio tem agravado a conjuntura da IA, haja vista a diminuição das áreas de cultivos alimentares à medida que a produção de mercadorias agrícolas avança. Em Japaratinga, o agronegócio da cana-de-açúcar auxilia-nos na compreensão da relação e da manutenção das desigualdades instauradas: fundiária, produtiva e, conseqüentemente, econômica.

O panorama da fome, sobretudo entre a população não branca do país, indica a urgência de desviar um olhar crítico sob a aplicação e efetividade das políticas sociais, econômicas e agrárias sobre essa parcela da sociedade. Para tanto, faz-se necessário enfatizar a relevância das políticas compensatórias direcionadas às populações em vulnerabilidade social, assim como a previdência social, para a reprodução das famílias nas comunidades rurais. Na Patioba, a urgência para a titulação das terras configura um importante passo para a garantia dos demais direitos sociais. É necessário garantir terra e território para o trabalho e a permanência, tendo em vista ainda que a geração de renda, por meio do fortalecimento à atividade de agricultura familiar, contribuirá sobremaneira para o alcance/manutenção da SSAN. Portanto, ficou constatado que a escassez de território para a expansão da comunidade e a produção de alimentos conforma um entrave que impede a fluidez no movimento de reprodução social da vida.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que permitiu as presentes análises; Aos moradores da comunidade Patioba pela acolhida e prontidão em participar desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotiguiba, 1860-1888. Tese de Doutorado.* Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 272 f. Salvador, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/10228>. Acesso em: 16 out. 2024.

ARRAIS, Tadeu A. Desigualdade de renda, emprego público e transferência de renda no Brasil contemporâneo. **Mercator**, Fortaleza, v. 18, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/Z9RVrkWF3H98Xc4hszckdfk>. Acesso em: 15 out. 2024.

BEM-LIGNANI, Juliana de; ALEXANDRE-WEISS, Veruska Prado. A complexidade da segurança alimentar e nutricional. In: HUNGRIA, Mariangela (org.). **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência no combate à fome**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2024/03/Seguranca-Alimentar-e-Nutricional-O-Papel-da-Ciencia-Brasileira-no-Combate-a-Fome-LIVRO-ABC-2024.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL, **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98186/decreto-4887-03#art-2>. Acesso em: 19 out. 2024.

CABRAL, Eduardo Carvalho. **Japaratuba: da origem ao século XIX**. Triunfo: Aracaju, 2007.

CARNEIRO, Maria Gerlandia Rabelo et al. Quintais produtivos: contribuição à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável local na perspectiva da agricultura familiar (O caso do assentamento Alegre, município de Quixeramobim/CE). **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 8, n. 2, p. 135-147, 2013. Disponível em: <https://orgprints.org/id/eprint/25585/>. Acesso em: 07 out. 2024.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Patioba**. Disponível em: <https://cpisp.org.br/patioba/>. Acesso em: 25 out. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O novo nome é agribusiness. **Publicações Nera**, 2004. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/Onomeeagribusiness.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

Fundação Palmares. **Portaria nº 8, de 10 de maio de 2006**. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=12/05/2006&jornal=1&pagina=10&totalArquivos=132>. Acesso em: 02 out. 2024.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/04/Políticas-Públicas-DR-livro-Grisa-Schneider-1.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

IBGE, **Censo Demográfico 2022 Quilombolas**: Primeiros resultados do universo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

IBGE, **Panorama Censo 2022**: Japaratuba/SE. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 02 out. 2024.

IBGE, **Pesquisa Agrícola Municipal**: Japaratuba/SE, 2023. Disponível em: <https://>

sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/documentos. Acesso em: 02 out. 2024.

IBGE, **Pesquisa de Amostra de Domicílio contínua**, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102084>. Acesso em: 05 out. 2024.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola Perguntas & Respostas**, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf. Acesso em: 26 out. 2024.

INTER-AMERICAN FOUNDATION. **Brasil**. Disponível em: <https://www.iaf.gov/pt/country/brasil/>. Acesso em: 25 out. 2024.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/2769>. Acesso em: 19 out. 2024.

MALUF, Renato Sergio. A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. *In: CARNEIRO, Maria Jose; MALUF, Renato Sergio (Orgs.). Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 135-152.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; DE ALMEIDA, Maria Geralda. O cultivo de alimentos nos quintais e a comercialização nos circuitos curtos. **Revista GeoNordeste**, v. 33, n. 2 (2022), p. 77-94, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/geonordeste/article/view/18293>. Acesso em: 30 out. 2024.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; GOMES, Robertta de Jesus. Tradições, saberes e fazeres do coração-de-negro Sítio Alto – Simão Dias Sergipe. FAGUNDES, Anghressa; FAGUNDES, Rita; MENEZES, Sônia (org.). **Cultura, tradições e segurança alimentar da comunidade de Sítio Alto, Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 2016.

MENEZES, Sonia de. Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Hebert Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins** [online], v. 40, 2019.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nações Unidas-Brasil, 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 02 out. 2024.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. População de Sergipe chegou a 2,2 milhões em 2022. Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br/populacao-de-sergipe-chegou-a-22-milhoes-em-2022/>. Acesso em: 07 out. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. 3 ed. São Paulo: contexto. 1997.

OLIVEIRA MALAQUIAS, Carlos de; VIEIRA, Éden Filipe Santos; PEREIRA, Ana Cláudia. Açúcar, farinha e escravidão: o Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na

ascensão da lavoura canavieira. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 12, n. 23, p. 13-42, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/pontadelanca/article/view/9449>. Acesso em: 18 out. 2024.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia; QUINELLI, Larissa. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266/2892>. Acesso em: 19 out. 2024.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/DenisCastilho/publication/343725850_Cerrados_perspectivas_e_olhares/links/5f3c3c08299bf13404cecdcd/Cerrados-perspectivas-e-olhares.pdf#page=52. Acesso 30 out. 2024.

PIGNATI, Wanderlei Antonio et al. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/grnnBRDjmtcBhm6CLprQvN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 07 out. 2024.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 14-39, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/28362/30220>. Acesso em: 18 out. 2024.

RIGOTTO, Raquel Maria; VASCONCELOS, Dayse Paixão; ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, p. 1360-1362, 2014. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2014.v30n7/1360-1362/pt>. Acesso em: 30 out. 2024.

ROVER, José Oscar; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar e agroecológica. In: ROVER, José Oscar; DAROLT, Moacir Roberto (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social** [Livro digital]. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 9 out. 2024.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira. Renda da terra: conceito central para os estudos em geografia agrária. **PEGADA**, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5817>. Acesso em: 21 out. 2024.

A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DA PRODUÇÃO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL: O AVANÇO DA SOJA EM RIO GRANDE/RS E SANTA VITÓRIA DO PALMAR/RS

Vagner Eslabão Bandeira¹
Maiara Tavares Sodré²

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a expansão do território da soja sobre as áreas tradicionais, na produção de arroz, nos municípios de Rio Grande/RS e Santa Vitória do Palmar/RS, ambos situados no sul do estado do Rio Grande do Sul. A região ocupa um lugar de destaque na produção de arroz no estado e no Brasil, chegando a uma área plantada de 137.583 hectares e a uma produção de 1.326.924 toneladas na safra 2022/2023, conforme dados disponibilizados pelo Instituto Riograndense de Arroz (IRGA, 2023).

Para alcançar o propósito referido, a metodologia empregada se baseia na revisão de literatura e na análise de dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Rio Grandense de Arroz (IRGA), Departamento de Economia e Estatística (DEE) do Estado do Rio Grande do Sul, Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

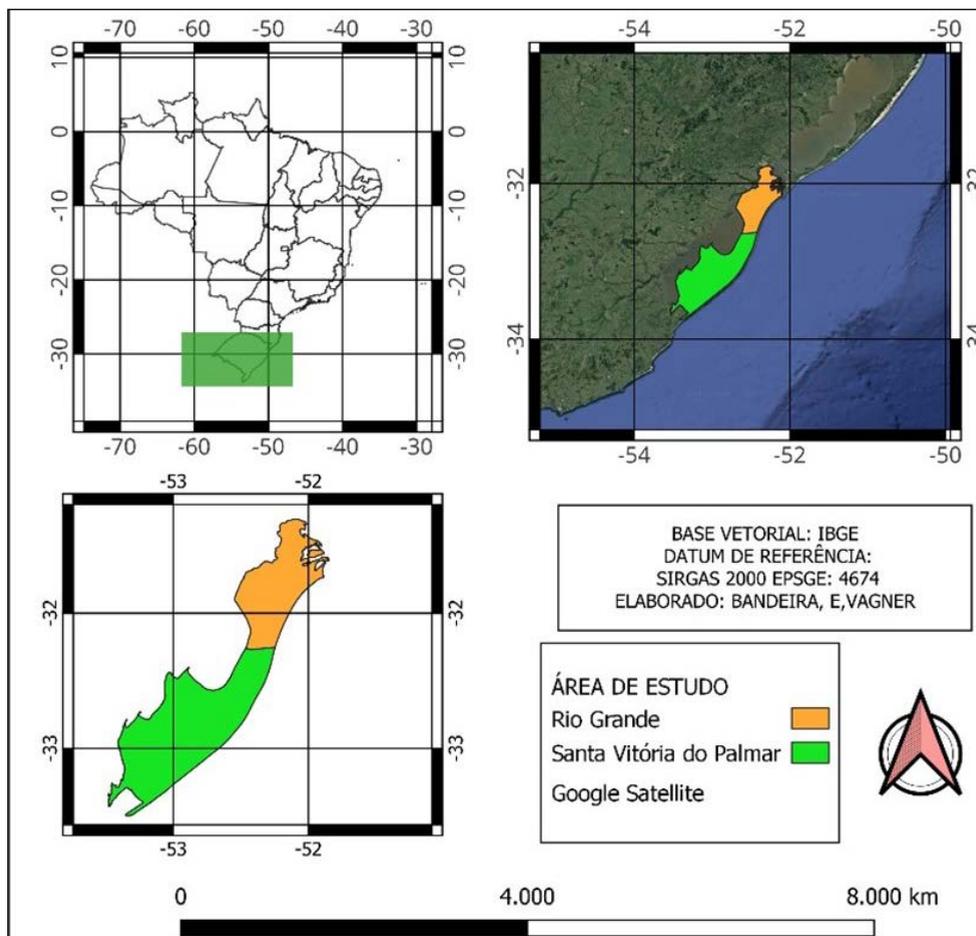
Após a coleta de informações disponíveis nos bancos de dados dessas instituições, foi possível refinar e analisar as informações obtidas, a fim de melhor interpretar a realidade investigada. Já a revisão de literatura tencionou embasar a análise dos dados levantados, dialogando com a proposta de enfoque do artigo, isto é, a compreensão do avanço produtivo da soja sobre territórios antes característicos por sua produção significativa de arroz.

¹ Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo/FURG). E-mail: vagner.bandeira@furg.br.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente, Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Docente Permanente do PPGGeo/FURG. E-mail: maiara.sodre@uerj.br.

Santa Vitória do Palmar (Mapa 1) possui uma área de 5606.98 km² e uma população de 30.983 habitantes (IBGE 2022). A economia vitoriense é baseada na pecuária bovina de corte, na pecuária ovina de lã e no plantio de arroz, tendo se tornado, na safra 2022/2023, o maior produtor de arroz do Rio Grande do Sul e do Brasil (IBGE, 2024; IRGA, 2024).

Mapa 1 – Localização dos municípios de Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar, no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil



Fonte: elaborado pelo autor, com base em IBGE (2000).

De acordo com dados do IBGE (2022), o município apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1.755.621.806 (2021). Por este motivo, ocupa a 65^ª posição no *ranking* das cidades com maiores PIBs do estado do Rio Grande do Sul, e apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,712 (2010).

Já o município de Rio Grande (Mapa 1), segundo o Censo 2022, possui uma área de 2682.87 km², com um total populacional de 191.900 pessoas. Rio Grande possui uma economia diversificada, abrangendo agricultura, indústrias, setor portuário e comercial. De acordo com o IBGE (2022), o IDHM de Rio Grande é de 0,744 (2010), já seu PIB é de R\$ 13.282.153.798 (2021), ocupando a quarta colocação entre as maiores economias do estado.

Além disso, Rio Grande e Santa Vitoria do Palmar apresentam, respectivamente, um PIB *per capita* de R\$ 62.392,39 e R\$ 59.922,92. Porém esse indicador não repercute no desenvolvimento dos municípios em questão, que apresentam significativos problemas socioeconômicos e um quadro de distanciamento, em termos de dinamismo produtivo, em relação à porção norte do estado, ao longo do século XX (Rio Grande do Sul, 2015, 2022).

No que se refere ao cultivo da soja, propriamente, a dinâmica expansiva do grão, no território nacional, começou ainda na década de 1940, quando o cultivo passa a ganhar terreno, como uma produção de caráter comercial na região Sul do Brasil. Assim, uma crescente demanda pela soja, tanto interna quanto externa, faz com que o cultivo se expanda para o Centro-Oeste, principalmente ao longo da década de 1970, momento em que passam a ser testadas novas variedades do grão, buscando uma melhor adaptação às condições físico-naturais da região central do país. Por volta da metade da década de 1990, uma nova onda expansiva se dirige para o Norte e Nordeste do Brasil, com particular foco nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, cujas combinações das siglas iniciais resultou na nomenclatura: MATOPIBA (Barrozo; Rosa, 2018).

Conforme destacam Lemos e Rizzi (2020), nos últimos anos, a valorização da soja no mercado internacional e o preço atrativo das terras na região impulsionaram o cultivo do grão na metade Sul do estado, ocupando, muitas vezes, áreas anteriormente destinadas ao pousio entre duas ou três safras. Tendo por base esse panorama, o presente capítulo busca analisar como essa tendência geral tem operado nos últimos cinco anos (2019 a 2023), nos municípios de Santa Vitória do Palmar e de Rio Grande.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O primeiro passo referente à metodologia do presente capítulo foi a pesquisa bibliográfica, que rendeu os referenciais utilizados como base teórica para a escrita. Dessa forma, foi possível conhecer melhor as

características da agricultura familiar brasileira e do agronegócio, suas produções, seus objetivos e seu público alvo. Além disso, verificou-se que as políticas públicas, em sua maioria, são pensadas para beneficiar os produtores do agronegócio, cuja produção de monoculturas, como a soja, está voltada para atender os interesses do mercado internacional e o acúmulo de capital por parte de uma minoria de grandes latifundiários. Este grupo seletivo, muitas vezes, interfere na concepção e no direcionamento da política agrícola e econômica, em seu próprio benefício (Mattei, 2014).

Em seguida, foram analisados dados de relatórios disponibilizados por instituições como o IRGA, o IBGE e o DEE, por meio dos quais foi possível comparar informações relativas à produção das safras de arroz e soja nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, ambos localizadas no extremo sul do Rio Grande do Sul, considerando um período de 5 anos (2019 a 2023). A delimitação desse recorte temporal tem por base a identificação de que tal intervalo de tempo corresponde ao período de intensificação mais significativa – e também regular – na tendência de ampliação da quantidade produzida e da área plantada de soja nos dois municípios.

As informações coletadas nos bancos de dados pesquisados foram organizadas em planilhas, de forma a priorizar a quantidade produzida de soja e de arroz nos municípios estudados, bem como as áreas cultivadas, a fim de demonstrar uma tendência de queda na produção de arroz e um consequente aumento da área plantada de soja. Uma vez constatado esse processo, a pesquisa tem avançado no sentido da análise das causas e consequências dessa expansão.

O CULTIVO DA SOJA EM ROTAÇÃO COM O ARROZ

A soja chega ao Brasil em 1882, inicialmente na Bahia, mas a oleaginosa se desenvolveu melhor no Rio Grande do Sul, alcançando, em 1914, o município de Santa Rosa, noroeste do estado, tendo como finalidade o autoconsumo familiar e a alimentação do gado, de porcos e de galinhas. A partir de 1960, com o processo de modernização da agricultura, o grão passa a ser cultivado enquanto mercadoria. Já na década de 1970, com a adoção de tecnologias e políticas governamentais, seu cultivo começa a expandir-se para outros estados brasileiros, atingindo o Centro-Oeste e tornando o Brasil, atualmente, o maior produtor e exportador mundial de soja (Mello; Brum, 2020).

Conforme Bernardes (2010), o baixo custo da terra, nos anos 1970, facilitou os investimentos, enquanto os incentivos concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) aos empresários experientes da região Sul do país estimularam a ocupação de grandes áreas de fronteira agrícola, atraindo investidores. A autora explica que

nos anos 80 o esteio da economia no Mato Grosso era a soja, transformando outras atividades, seduzindo os tradicionais pecuaristas da região, arrastando-os para as inovações da agricultura. Ou seja, os agentes produtivos chegam, competem e vencem (Bernardes, 2010, p. 331).

Nesse sentido, para alcançar esse lugar de destaque, os produtores de soja demandaram (e ainda demandam) a expansão da área plantada, para manter sua produção numa escala crescente. E, conseqüentemente, obtêm-se lucros cada vez maiores, alavancados pela valorização da oleaginosa no mercado financeiro internacional, que regula seus preços.

Historicamente, os cultivos de arroz e soja ocupam territórios diferentes no Rio Grande do Sul. Apesar do caráter precursor do estado na produção de soja, a área de abrangência do cultivo apresentava um caráter localizado, restrito às porções norte e nordeste do estado, regiões que favoreciam a produção de soja em razão de fatores agronômicos e climáticos (Silva; Sacco dos Anjos, 2020). Por outro lado, a produção de arroz no Rio Grande do Sul é tipicamente associada à metade sul do estado, onde as terras baixas e planas se mostram favoráveis à prática da orizicultura irrigada. Além do mais, tem-se a disponibilidade, em termos de logística e infraestrutura, da presença do maior polo beneficiador de arroz de América Latina, em Pelotas/RS, também no sul do estado (Massaú; Silva, 2017).

Ocorre que, nos últimos anos, é possível observar o crescimento de uma dinâmica de expansão da soja sobre áreas tradicionais de produção de outros cultivos, caso do arroz no sul do estado do Rio Grande Do Sul. Reflexo da tendência de preços mais favoráveis da soja em relação ao arroz, além dos menores custos de produção da primeira. É necessário pontuar que essa dilatação das áreas produtoras de soja não ocorre apenas no sul do estado, abarcando o Rio Grande do Sul como um todo e ameaçando inclusive a reprodução da agricultura familiar, como já identificado por Sodré (2021) para o caso de Pelotas/RS.

Silva e Sacco dos Anjos (2020) alertam que essa mecânica produtiva já se apresentava declarada na primeira metade da década de 2010:

em 2010 a área cultivada de soja no Rio Grande do Sul correspondia a 4.021.778 hectares. Todavia, apenas quatro anos depois constata-se uma expansão equivalente a 24%, alcançando 4.990.042 hectares (Silva; Sacco dos Anjos, 2020, p. 3).

No que se refere ao contexto dos municípios estudados, a soja vem apresentando um crescimento continuado nos últimos anos, como apontam os dados do Instituto Rio Grandense do Arroz, conforme as tabelas 1 e 2, que seguem.

Tabela 1 – Arroz - produtividades municipais - safras 2019-2023

	2019/2020		2020/2021		2021/2022		2022/2023	
	Área (ha)	Produção (ton)						
Rio Grande	17.423	174.335	18.292	184.658	18.451	180.211	14.922	149.221
Santa Vitória do Palmar	63.251	535.546	68.618	629.776	68.186	589.203	62.870	603.049
Total	80.674	709.881	86.910	814.434	86.637	769.414	77.792	752.270

Fonte: elaborado pelos autores com base em IRGA, NATes/DATER (2023).

Tabela 2 - Soja em rotação com o arroz - produtividades municipais - safras 2019-2023

	2019/2020		2020/2021		2021/2022		2022/2023	
	Área (ha)	Produção (ton)						
Rio Grande	11.260	31.753	12.907	44.800	14.557	49.785	19.419	56.123
Santa Vitória do Palmar	30.325	67.625	37.050	107.476	39.921	127.308	56.100	170.049
Total	41.585	99.378	49.957	152.276	54.478	177.093	75.519	226.172

Fonte: elaborado pelos autores com base em IRGA, NATes/DATER (2023).

De acordo com os dados das tabelas 1 e 2, pode-se verificar uma diminuição tanto na área plantada quanto na produção de arroz, em Rio Grande, ao passo que em Santa Vitória do Palmar a contração se restringe à área cultivada. Por outro lado, observa-se um expressivo aumento na área plantada e na produção de soja em rotação com o arroz, constatando-se, dessa forma, a expansão da produção de soja nos territórios tradicionalmente produtores de arroz.

Assim como ocorre em outras regiões do país, em especial no Cerrado, onde, de acordo com Bernardes (2010, p. 331), empresários do agronegócio chegam timidamente, “aplicando um nível tecnológico elevado, empenhados na construção de uma nova ordem econômica e social, não tardando em deslizar a fronteira da soja um pouco mais”. Dessa forma, a soja vai suplantando pouco a pouco outros cultivos e, no sul do Rio Grande do Sul, o arroz é a vítima da vez.

Cabe destacar, aqui, a importância da produção de arroz para a economia gaúcha, assim como para o abastecimento do mercado interno, visto que o arroz constitui um alimento de grande importância para a dieta da população brasileira. Segundo dados do Atlas Econômico do Rio Grande do Sul (2022), o estado gaúcho é o maior produtor de arroz do Brasil, com uma produção média do grão no período 2020 a 2022 de 7.906.860 toneladas, o que corresponde a 70% do montante total da produção nacional.

Por outro lado, é prudente explicitar que a opção por converter lavouras orizícolas em áreas de produção de soja não se explica apenas por conta da valorização e rentabilidade da oleaginosa. Como explicam Quevedo et al. (2022), apesar da importância econômica do arroz para o Rio Grande do Sul, o grão vem enfrentando problemas nos últimos anos. Embora sua produtividade tenha apresentado significativo incremento nos últimos vinte anos, sua rentabilidade manifesta o movimento inverso, ameaçando a viabilidade do cultivo para muitos produtores. Um cenário agudizado pelo fato de que mais de 70% das terras ocupadas com a rizicultura no estado são arrendadas, o que implica em um custo adicional para os produtores (Quevedo et al., 2022).

Logo, diante desse quadro e dos dados da tabela 1 e 2, é possível concluir que a diminuição da área plantada de arroz, com a consequente redução da produção nos municípios estudados, poderá contribuir para um desequilíbrio na sua oferta e demanda do arroz no país, pois a queda da produção do cereal pode afetar os preços do produto.

Nesse sentido, é válido pontuar a importância do arroz para a dieta alimentar dos brasileiros, principalmente dos mais vulneráveis socialmente, que não possuem grande margem em seu orçamento para substituir o item. Merece nota o fato de que o cereal apresenta um relevante balanço nutricional, sendo capaz de fornecer 20% da energia e 15% da proteína diária necessária a um indivíduo adulto (Embrapa, 2023). Por esses motivos, o arroz demanda políticas e ações governamentais de incentivo ao

seu cultivo, já que, juntamente com o feijão, constitui um dos componentes fundamentais da dieta da população brasileira. Além disso, diferentemente de grande parte dos cereais consumidos essencialmente como ingrediente para o preparo industrial de alimentos processados ou ultraprocessados – como é o caso da soja, por exemplo –, os grãos de arroz são consumidos na sua forma íntegra, descascada e polida (Embrapa, 2023).

Destaca-se, ainda, que o arroz, quando consumido juntamente com o feijão, contribui para a prevenção de várias doenças, conforme Domene, Ghedini e Stelutti (2021):

Arroz e feijão são alimentos que, quando ingeridos como parte de dieta rica em outros alimentos de origem vegetal e com participação moderada de alimentos de origem animal, contribuem para a prevenção de várias doenças crônicas, como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares. Consta que as fabáceas como o feijão, o amendoim e a lentilha, são complementos nutricionais de preparações à base de arroz e outros cereais, fornecendo tal mistura de grãos um melhor perfil de aminoácidos. Muitas preparações culinárias tradicionais no mundo combinam esses ingredientes para alcançar um melhor equilíbrio nutricional (Domene; Ghedini; Stelutti, 2021, p. 147).

Dessa forma, pode-se destacar que o arroz é um alimento essencial e saudável na dieta dos brasileiros, e que a diminuição ou substituição de seu cultivo pode reverter em impactos ao equilíbrio nutricional da dieta da população. Logo, a redução da produção de arroz, em consequência do aumento da produção de soja, pode acarretar numa ampliação da insegurança alimentar no país, dada a possibilidade de elevação do preço médio do grão.

Para exemplificar a importância do Rio Grande do Sul para o abastecimento interno de arroz do país, é possível mencionar os eventos extremos ocorridos no estado, em maio de 2024. Nesse período, grande parte das áreas de cultivo de arroz ficaram debaixo d'água, causando grande preocupação no mercado interno, diante da possível diminuição da oferta do grão e da consequente elevação dos preços. Porém, segundo dados do relatório divulgado pelo IRGA, a estimativa não se confirmou. De acordo com o relatório, a safra 2023/2024 colheu 7.162.674,9 toneladas de arroz no Rio Grande do Sul e semeou 900.203 hectares de arroz irrigado, sendo colhidos 851.664,22 hectares, que correspondem a 94,61% da área semeada, com uma média de produtividade de 8.410,21 quilos por hectare IRGA (2024).

Diante dos resultados obtidos, o presidente do IRGA, Rodrigo Machado, destacou que

o Rio Grande do Sul responde por 70% da produção nacional do grão e que a safra gaúcha de arroz, dentro da sua fatia de produção no mercado brasileiro, garante o abastecimento do país e não há, tecnicamente, justificativa para a importação de arroz no Brasil (IRGA, 2024, *s.p.*).

De fato, conforme os dados divulgados, pode-se observar o quanto a produção do arroz gaúcho é importante para o abastecimento do mercado doméstico. No entanto, a ocorrência de eventos extremos, como transcorrido em maio de 2024, no Rio Grande do Sul, demonstra que a mera possibilidade de redução na oferta do produto, por parte do estado, carrega o potencial de acarretar a elevação dos preços e a dependência do mercado externo. Isso geraria grande prejuízo à população como um todo, devido à redução de seu poder de compra do produto.

Cenário semelhante ocorreria igualmente, caso a produção de arroz permanecesse diminuindo, em decorrência do aumento da produção de soja, em áreas de cultivo orizícola. Isso impactaria no consumo interno e geraria insegurança alimentar na população brasileira. Nesse sentido, deve-se salientar que o Brasil consiste no maior consumidor e produtor de arroz fora da Ásia (Wander, 2023), o que demonstra o peso da dieta alimentar do brasileiro do consumo interno do país.

Como exposto, a Embrapa (2023) reforça que o arroz é um alimento com bom balanceamento nutricional, apresentando um grande potencial para o combate à fome no mundo. Logo, a redução na produção do cultivo poderá acarretar certos problemas, como a diminuição da diversidade de culturas, a insegurança alimentar, além de potencializar diversas doenças causadas pela falta de nutrientes e proteínas na dieta básica dos brasileiros.

É importante destacar que, embora ocorra, majoritariamente, por parte da agricultura empresarial, a produção de arroz também é realizada pelo segmento familiar:

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar reúne o maior número de produtores das propriedades que exercem a atividade orizícola, 89%, os quais são responsáveis por 34% do total da produção nacional. A maior parte da produção é obtida por

agricultores não familiares ou empresariais, os quais representam 11% do total dos orizicultores que também tendem a adotar mais tecnologias e são responsáveis pelo equivalente a 66% da produção nacional (Embrapa, 2023).

Há uma motivação para a exposição de dados do Censo Agropecuário de 2006, quando o Censo 2017 já se encontra disponível há alguns anos: demonstrar a significativa redução desse cultivo, especificamente no âmbito da agricultura familiar. De acordo com o último censo, a agricultura familiar reduziu levemente sua representatividade em termos de estabelecimentos envolvidos com atividade do arroz, passando a compor 84,81% do total das unidades produtivas. No entanto, no que se refere à quantidade produzida, hoje, a produção familiar de alimentos responde por apenas 10,92% do total (IBGE, 2017).

Assim, fica clara a preponderância do setor patronal na produção de arroz, pois este é um segmento que apresenta maiores possibilidades de investimentos e forte tendência a seguir os rumos produtivos que lhes garantam uma maior lucratividade. Portanto, é mais suscetível a engajar-se em conversões produtivas mais atraentes, do ponto de vista financeiro. Ainda que seja prudente relembrar o argumento de Mattei (2014) acerca da fragilidade de dados que apontem a superioridade da agricultura patronal, visto que estes analisam apenas valores brutos de produção, desconsiderando o consumo intermediário, extremamente diferenciado entre o segmento empresarial e familiar.

Por outro lado, a expressiva redução na participação da agricultura familiar sobre o total da produção de arroz no país é sintomática, no que tange ao estrangulamento estrutural desses produtores que, diante dos aludidos percalços recentes da orizicultura, são forçados a abandonar o cultivo. Como seria presumível, o panorama traçado para o Brasil, no que se refere à relação entre agricultura familiar e produção de arroz, também ecoa no Rio Grande do Sul. Sobre o contexto da produção familiar de arroz no estado, a CONAB (2021) ressalta que:

Os problemas recentes levaram a uma gradativa redução na área cultivada, mas, principalmente, a uma redução no número de produtores envolvidos na atividade. Como em muitas outras atividades, muitas vezes, os menores produtores, com reduzida capacidade financeira, acabam sendo os mais prejudicados pelas

crises que eventualmente ocorrem. [...] No primeiro momento (2006), agricultores familiares eram 60% do total [de produtores de arroz], reduzindo para 52% em 2017. No total, 2.696 produtores deixaram de plantar arroz no período entre os dois levantamentos, sendo 86% deles, agricultores familiares (CONAB, 2021, p. 15).

A análise da CONAB (2021) dos dados do último censo, no que concerne ao caso do Rio Grande do Sul, é ainda mais alarmante. Segundo a companhia, a agricultura familiar deixa de se responsabilizar por 11,4% da área plantada de arroz no estado, em 2006, para passar a abarcar apenas 6,7%, em 2017, uma contração de 27 mil hectares. No entanto, em sentido divergente, a área total da lavoura orizícola, no Rio Grande do Sul apresentou uma expansão de 24,2% no mesmo período. Esse dado sinaliza para o aumento da concentração fundiária em um estado onde a agricultura de caráter patronal já abarca, aproximadamente, 75% das terras agricultáveis (IBGE, 2017).

Ocorre que, a despeito dessa preocupante conjuntura, programas voltados para a segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)³, têm sido importantes para a reprodução territorial de famílias produtoras de arroz convencional e orgânico no Rio Grande do Sul. Segundo a CONAB (2021), entre 2010 e 2020, a modalidade Compra com Doação Simultânea, do PAA, foi responsável pela aquisição de 2.516,9 toneladas de arroz beneficiado, em grande parte orgânico. Tais aquisições permitiram um repasse de R\$ 4.973.062,69 à agricultura familiar e o abastecimento de diversos grupos em situação de insegurança alimentar, no estado. É válido assinalar que a área ocupada com a produção de arroz orgânico, por parte da agricultura familiar no estado, é estimada em 4,5 mil hectares, com uma produção de 444.621 sacas, em 2020 (CONAB, 2021).

Em uma perspectiva mais ampla da questão da segurança alimentar, Lima et al. (2019) apontam que a Via Campesina⁴, a partir de 1996,

³ “É um programa por meio do qual o Governo Federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e os destina gratuitamente para pessoas que não têm acesso à alimentação adequada e saudável e àquelas atendidas pela rede da assistência social (Exemplos: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS), por meio dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (Exemplos: como Cozinhas comunitárias e restaurantes populares), pela rede pública e filantrópica de ensino e pelas redes públicas de saúde e justiça” (MDS, s.d., s.p.).

⁴ “A Via Campesina, fundada em 1993, é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses sem terra, trabalhadores indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo. Construída sobre um sólido sentido de unidade e solidariedade, a Via Campesina defende a agricultura camponesa para a Soberania Alimentar” (La Vía Campesina, s.d., s.p.).

protagonizou a pauta que se contrapunha ao conceito de segurança alimentar estabelecido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A Via Campesina compreende que um povo, para ser livre, precisa ser soberano e essa soberania passa pela alimentação. Por esta razão, é necessário pensar não apenas na produção de alimentos, mas também no enfrentamento ao problema da insegurança alimentar, que requer o reconhecimento de que o atual sistema agroalimentar não tem garantido acesso, disponibilidade e qualidade de alimentos a todos, de forma democrática. Isso foi possível observar com relação à lógica da produção empresarial financeirizada de arroz irrigado e de soja, no Rio Grande do Sul e no Brasil, de forma geral.

Lima et al. (2019) complementam, argumentando que, enquanto categoria de análise, a soberania alimentar consiste no direito dos povos a farnéis nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, além do direito das populações tradicionais de decidirem o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Dessa forma, a agricultura familiar se faz vital para a efetivação da soberania alimentar e sua implementação vem sendo efetivada por meio de estratégias independentes ou incentivadas por organizações da sociedade civil, redes de agricultores, universidades, institutos federais e por instituições de pesquisa, gerando demandas para a elaboração de políticas públicas. De acordo com a edição de 2024 do Anuário Estatístico da Agricultura Familiar:

Com apenas 23% das terras, os 3,9 milhões de estabelecimentos familiares geram 10,1 milhões de ocupações no campo (67% das ocupações), respondem por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira e pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (68% do total), segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 do IBGE. Desta forma, a agricultura exerce um papel crucial no desenvolvimento rural, fortalecendo a segurança alimentar, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental. Reconhecer e valorizar o trabalho dos agricultores e agricultoras familiares é essencial para promover comunidades rurais prósperas e sustentáveis (CONTAG, 2023, p. 5).

Diante dos dados apresentados, pode-se verificar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar da população brasileira, garantindo refeições diversificadas e de qualidade nutricional, indispensáveis

para uma dieta equilibrada. Lima et al. (2019), sinalizam alguns exemplos de iniciativas voltadas para a soberania alimentar, como o **já referido** Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as sementes crioulas⁵, os quintais produtivos, as feiras agroecológicas e a identificação de alimentos tradicionais. Segundo os autores, essas experiências têm contribuído para a autonomia do pequeno agricultor familiar, possibilitando a manutenção de variedades tradicionais adaptadas às suas regiões de origem. Além disso, incentiva a soberania territorial das comunidades e estimula a diversidade de cultivos, diferenciando o cardápio desses grupos e levando ao fortalecimento da organização dos sujeitos envolvidos.

A produção de arroz nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, assim como o peso determinante que a produção estadual do grão desempenha para a garantia da segurança alimentar nacional são marcados pela preponderância do segmento patronal. Não obstante, a agricultura familiar, ainda que cercada por uma série de problemas estruturais, apresenta significativa importância produtiva, sobretudo para a segurança alimentar, além de apontar para um horizonte mais emancipador, o da soberania alimentar. Para ambos os modelos de produção (patronal e familiar), no entanto, o avanço da soja representa uma nítida ameaça, que carrega o duplo perigo da perpetuação da dependência externa e da ameaça ao abastecimento interno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dados coletados e consultando as bibliografias sobre o tema aqui apresentadas, pode-se concluir que a expansão da soja sobre territórios de culturas tradicionais e de fundamental importância para a alimentação brasileira gera grandes impactos econômicos e sociais. Essas

⁵ “As sementes crioulas são aquelas sementes cultivadas desde os pais e os avós e que nunca passaram por modificações feitas por empresas ou outras instituições. Elas são a base da nossa alimentação. Existe no mundo toda uma grande diversidade de sementes crioulas. Podemos pensar que semente é tudo aquilo que nasce e se multiplica. Aí incluímos entre as sementes crioulas as raças nativas, as mudas, as plantas medicinais, os temperos e as flores. Muitos falam que as sementes melhoradas ou comerciais são melhores e mais produtivas, como também falam que plantar sementes crioulas é ficar no atraso. Com isso tentam desanimar as famílias agricultoras de plantarem as suas próprias sementes. O interesse por trás dessa fala é vender sementes caras das empresas. Mas o que a gente sabe é que as sementes crioulas são sementes do povo e para o povo, são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade, e se estão até hoje presentes nas roças é porque apresentam qualidades que as sementes compradas não têm” (CTAZM, 2021, p.1).

consequências são verificadas, sobretudo, entre os mais socialmente vulneráveis, para quem não é possível substituir o arroz por algum outro alimento da cesta básica, implicando uma vulnerabilidade alimentar, com sequelas energéticas e nutricionais e, mais amplamente, com impactos na própria saúde pública.

Diante do exposto, cabe destacar a importância das políticas públicas voltadas à segurança alimentar, que assegurem à sociedade uma alimentação saudável, de qualidade e acessível a toda a população. Da mesma forma, reafirma-se a necessidade de valorizar e incentivar os produtores de alimentos, principalmente os agricultores familiares, através de políticas de reconhecimento de seu papel social, valorização do direito universal a uma alimentação de qualidade e acessível a todos. Para isso, é essencial incentivar e priorizar o mercado interno, com alimentos de qualidade e sem agrotóxicos, caminhando no sentido da ideia de soberania alimentar. O alimento não pode ser tratado como uma mercadoria, mas, sim, como um bem natural, essencial para vida humana e um direito de todos.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos; ROSA, Juliana Cristina da. A expansão do cultivo da soja no Brasil através dos dados oficiais. **Pampa**, Santa Fe, n. 18, p. 79-98, dez. 2018.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.325-366.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS ZONA DA MATA (CTAZN). Sementes Crioulas. **Nossa Roça Tecnologia Social**, n. 13, p. 1-4, ago. 2021.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Boletim da Agricultura Familiar**. Companhia Nacional de Abastecimento, Brasília, v. 1, n. 2, set. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024**. Ano 3. Brasília: CONTAG; FETAGs; STTRs, 2023.

DOMENE, Semíramis Martins Álvares; GHEDINI, Natália Simonian Rodrigues Valente; STELUTTI, Josiane. Importância nutricional do arroz e do feijão. In: FERREIRA, Carlos Magri; BARRIGOSI, José Alexandre Freitas (ed.). **Arroz e feijão: tradição e segurança alimentar**. Brasília: Embrapa, 2021. p.147-163.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Cultivo do arroz: importância econômica e Social**. Brasília: Embrapa, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 28 no. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/inicial>. Acesso em: 28 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades e Estados do Brasil**. 2022, 2024. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/pesquisas>. Acesso em 10 out. 2024.

INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA). **Safras**. Disponível em: <https://irga.rs.gov.br/safras.html>. Acesso em 16 jun. 2024.

LA VÍA CAMPESINA. **La voz global de lxs campesinxs que alimentan el mundo**. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>. Acesso em: 13 jul. 2024.

LIMA, Anna Erika Ferreira; FEUGA, Rafaela Maria Temóteo Lima; MEDEIROS, Márcia Maria Leal de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Alimentos tradicionais enquanto estratégia de soberania alimentar: o caso do município de Baturité – Ceará – Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71, Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 809-835, abr. 2019.

MASSAÚ, Erli Soares; SILVA, Roselani Maria Sodré da (coord.). **Plano estratégico de desenvolvimento da Região Sul: 2015-2030**. Lajeado: Ed. da Univates, 2017.

MATTEI, Lauro. Considera es acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba v. 52, n. 1, p. 105-124, fev. 2014.

MELLO, Eliane Spacil de; BRUM, Argemiro Luís. A cadeia produtiva da soja e alguns reflexos no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 74734–74750, 2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE   FOME (MDS). **Programa de Aquisi o de Alimentos – PAA**. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/acao-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-aquisicao-de-alimentos-2013-paa#:~:text=%C3%89%20um%20programa%20por%20meio,Social%20%E2%80%93%20CRAS\)%2C%20por%20meio](https://www.gov.br/mds/pt-br/acao-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-de-aquisicao-de-alimentos-2013-paa#:~:text=%C3%89%20um%20programa%20por%20meio,Social%20%E2%80%93%20CRAS)%2C%20por%20meio). Acesso em: 13 jul. 2024.

QUEVEDO, Murilo Gonçalves; CANEVER, Mario Duarte; JANSEN, Aline Castro; SELAU, Filipe. Ganhos comerciais na rota o das culturas de arroz e soja no Rio Grande do Sul. **Organiza es Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 24, p. 1-12, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. 7 ed. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. **Cadernos de regionaliza o: Região Funcional 5**. Porto Alegre, 2015.

SILVA, Monica Nardini da; SACCO DOS ANJOS, Flávio. A expansão da soja no município de Jaguarão/RS: análise das percepções através da abordagem narrativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 3, p. 1-13, 2020.

SODRÉ, Maiara Tavares. **A unidade múltipla do desenvolvimento no espaço rural de Pelotas/RS**: a ideia, os projetos e os processos. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2021.

WANDER, Alcido Elenor. Oportunidades, desafios e perspectivas para o arroz no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XXXII, n. 1, p. 154-156, jan./mar. 2023.

AGRICULTURA FAMILIAR, AGRONEGÓCIO E FECHAMENTO DE ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS¹

Laryssa Lucas Campos Micheline

Abigail Bruna da Cruz

Wender da Silva Vitor

Ana Rute do Vale

INTRODUÇÃO

Embora o esvaziamento no campo no Brasil tenha se iniciado na década de 1970, com o advento da Revolução Verde, esse processo vem se acentuando nas últimas décadas, especialmente nas regiões dominadas pela produção de *commodities*, sobretudo, aquelas vinculadas ao agronegócio, como é o caso do café, predominante no Sul de Minas. Nesse sentido, o êxodo rural terá como uma de suas consequências o fechamento de escolas rurais, uma vez que o número reduzido de alunos no campo leva o poder público a optar pelo transporte diário dessas crianças para escolas localizadas na sede do seu município.

Essa situação é verificada no município de Alfenas, que entre o período de 1922 e 1996, tiveram 40 escolas rurais e, em 2024, resistem apenas 5, no contexto de uma população rural que representa, aproximadamente, 6% do total. Fundamentados pelo percentual baixo da população residente no campo, uma opção com viés político e econômico que se consolida nessas áreas corresponde ao fechamento e à nucleação escolar. Tendo isso em vista, esse trabalho se propôs a mostrar como o avanço do agronegócio pode impactar no processo de êxodo rural e também causar o fechamento das escolas rurais no município de Alfenas.

Para o desenvolvimento deste trabalho recorreu-se ao embasamento teórico, a partir de revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando diversos

¹ Este trabalho faz parte do relatório do projeto “Educação do campo: transformando vidas”, realizado pelo Instituto EFORT e pela Associação Mirante, em parceria com a UNIFAL-MG, representado pelas docentes Sandra de Castro de Azevedo, Ana Rute do Vale e equipe, tendo sido financiado por Furnas Centrais Elétricas S.A.

tipos de publicações: livros, periódicos, anais de eventos, dissertações e teses. Os dados secundários foram levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria Municipal de Educação de Alfenas e trabalho de campo, realizado pelo projeto “Educação do campo: transformando vidas”, na fase do diagnóstico das escolas rurais e também da formação continuada realizada nas escolas: Escola Municipal Abrão Adolpho Engel, Escola Municipal Arlindo Silveira, Escola Municipal Dr. Fausto Monteiro, Escola Municipal Nicolau Coutinho e Escola Municipal Orlando Paulino da Costa.

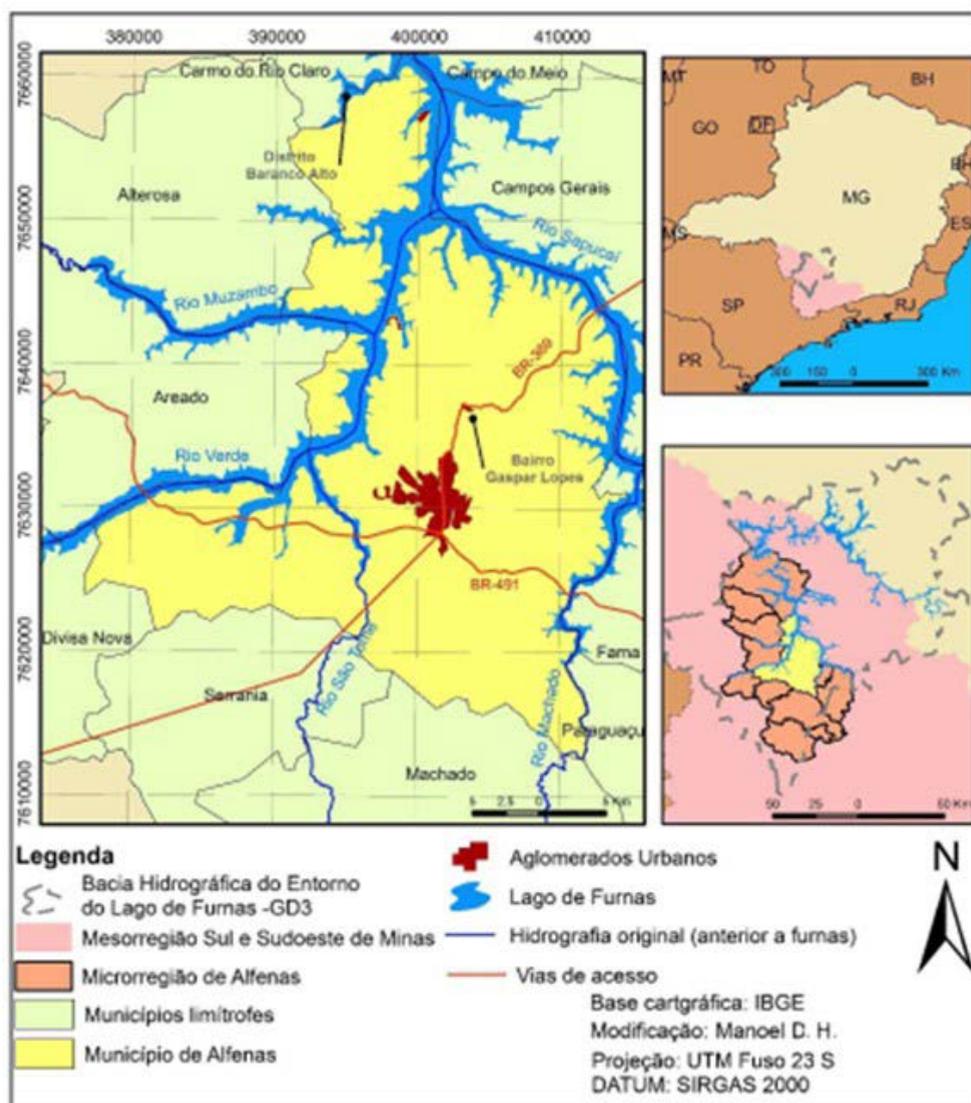
Para além de Alfenas, a parte de pesquisa diagnóstica deste projeto também se estendeu aos municípios de Areado, Cabo Verde e Carmo do Rio Claro. Tal projeto visou a reflexão sobre a possibilidade de adoção da educação do campo nas escolas presentes no espaço rural, partindo da perspectiva do bairro rural, ou seja, compreendê-lo como um território e, por isso, dotado de elementos que o caracteriza como tal.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado, além da introdução e considerações finais, da seguinte forma: na primeira parte mostra como se configura o espaço rural do município de Alfenas, tendo como predominante o agronegócio do café, enquanto que, na segunda, discute a relação entre o êxodo rural, o fechamento das escolas rurais e o fato de que as cinco escolas que continuam (re)existindo no município adotam uma educação rural, mas cujo currículo é urbano.

O ESPAÇO RURAL DE ALFENAS E O AGRONEGÓCIO CAFEIEIRO

O município de Alfenas, localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e na microrregião homônima, possui uma população de 78.970 pessoas, com densidade demográfica de 92,86 hab./km² e área territorial de 850,446 km² (IBGE, 2022). É formado pelo distrito-sede e o de Barranco Alto. Faz limite com os seguintes municípios: ao norte com Alterosa, Carmo do Rio Claro, Campos Gerais e Campo do Meio; a leste com Paraguaçu e Fama; ao sul com Machado e Serrania; e a oeste com Divisa Nova e Areado (figura 1).

Figura 1- Mapa de localização geográfica do município de Alfenas.



Fonte: Pisani e Bellini (2021, p. 9).

O espaço rural do município de Alfenas se destaca pela produção cafeeira e também pela diversidade agrícola, com cultivos de alho, batata-inglesa, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, soja, tomate, entre outros, além da pecuária de leite e ao gado de corte e da agroindústria, principalmente de gêneros alimentícios e laticínios (Prefeitura Municipal de Alfenas-MG, 2024).

Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, Alfenas contava com 57.313 hectares destinados a estabelecimentos agropecuários, totalizando

959 unidades. Dessas propriedades, 264 destinavam-se à produção de café (27,5%), no qual 161 representam a agricultura familiar (61%), com área total de 1.015 hectares (8,5%). As outras 103 propriedades são da agricultura não familiar (39%), com área de 10.962 hectares (91,5%) (IBGE, 2017). Isso revela uma contradição relevante quanto à estrutura fundiária do município.

Vale ressaltar que, segundo Schneider e Cassol (2017, p. 91), a agricultura familiar envolve o trabalho agrícola da família em uma terra não muito grande gerando “uma produção agroalimentar que é utilizada para o autoabastecimento (autoconsumo), mas também (e cada vez mais) para a comercialização” e, no caso da cafeicultura, para o comércio internacional.

Baseado em dados do SIDRA-IBGE (2018), Alves e Lindner (2020, p. 439) afirmam que “o agronegócio cafeeiro no Brasil é responsável por aproximadamente 37% da produção mundial, possui uma área plantada com quase 2 milhões de hectares”, sendo que do total da área plantada no país de 1.869.435 hectares, a maior concentração espacial está na região Sudeste, com 1.609.906 hectares (86%), com destaque para estado de Minas Gerais (1.016.982 hectares) e, especialmente o Sul de Minas (442.355).

No município de Alfenas, em 2021, a produção de café foi de 13.399 toneladas em uma área de 8.266 hectares destinada à colheita (IBGE, 2021, apud Costa, 2023, p. 19). Contudo, entende-se que o agronegócio do café enfrenta diversas contradições econômicas, ambientais, políticas, sociais e territoriais, que se intensificam com a mundialização dessa atividade e suas repercussões locais e regionais.

ÊXODO RURAL, FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS E EDUCAÇÃO RURAL (COM CURRÍCULO URBANO)

Diante do contexto exposto anteriormente, não é difícil imaginar que o avanço do agronegócio tenha contribuído para o processo de êxodo rural no Sul de Minas e o conseqüente fechamento de escolas rurais. Para Cordeiro (2017, p. 2), existe um processo contraditório que também insere a Educação do Campo e envolve uma ofensiva do agronegócio por meio de duas frentes mais ilustrativas: 1) o processo de nucleação de escolas rurais, resultando em uma reorganização espacial da oferta escolar, na qual ocorre a retração no meio rural e a concentração no meio urbano; 2) a influência do agronegócio na educação pública

por meio de parcerias público-privadas (PPP's) entre empresas do agronegócio e redes públicas de ensino, juntamente com a inserção do agronegócio na pesquisa científica brasileira, representando o avanço da lógica mercantil na educação pública. (Cordeiro, 2017, p. 2).

Entende-se por processo de nucleação aquele no qual se fecham escolas menores e seus alunos são transferidos para outra agrupada e reformada para recebê-los. “[...] A nova escola elimina a multisseriação e apresenta condições físicas e pedagógicas normalmente superiores às verificadas nas escolas isoladas e de emergência” (Vasconcellos, 1993, p. 66 apud Chaloba; et. al, 2022, p. 76).

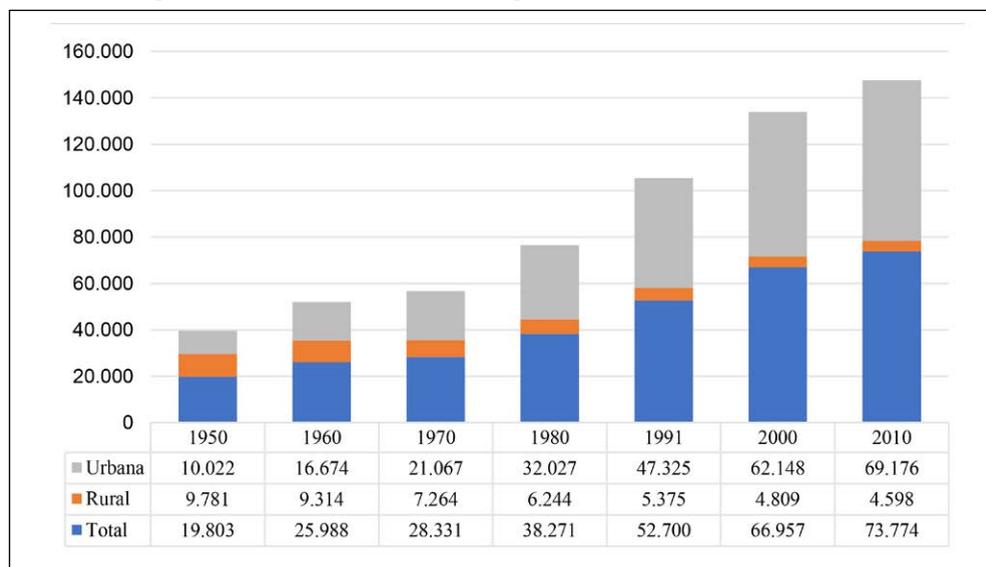
A nucleação ocorreu “frente à necessidade de racionalizar custos e também o baixo número de matrículas, promovem a desativação da maioria das escolas isoladas e oferecem o ensino fundamental em escolas núcleo” (Zotti; Sanfelice, 2020, p. 10). Também pode acontecer a nucleação das escolas rurais em escolas urbanas. Nesse caso, é ofertado o transporte público para levar as crianças do campo para estudarem na cidade (Vasconcellos, 1993 apud Chaloba; et. al, 2022).

No município de Alfenas, o processo de êxodo rural se iniciou nos anos 1960, sobretudo, por conta do processo nacional de industrialização e urbanização, inclusive incentivado pela política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Na qual inclui a implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas, entre 1958 e 1963, que inundou terras de 34 municípios do Sul de Minas, dentre eles, uma parte do espaço rural de Alfenas. Esse fato provocou diversas transformações, tanto socioeconômicas e espaciais, quanto demográficas no município, com destaque para o êxodo rural (Costa, 2022).

Nas transformações socioeconômicas e espaciais no espaço rural do município, destaca-se a perda de áreas agricultáveis nas várzeas dos rios, antes destinadas ao cultivo de arroz, e principalmente, o isolamento geográfico de alguns bairros rurais como o Mandassaia e do distrito de Barranco Alto, posteriormente marcadas pelo avanço da cafeicultura (Costa, 2023). Já no que se refere às transformações demográficas, entre 1950 e 2010 (gráfico 1), se observa que a partir da década de 1960, tanto a população total quanto a urbana cresceram de forma muito acentuada, enquanto a rural diminuiu, mas nada tão significativo, embora represente apenas 35,8% do total. A partir da década de 1970, no pós-Furnas, o êxodo rural toma uma proporção maior, quando a população rural vai reduzindo

paulatinamente a cada década, decaindo de 25,6%, em 1970, para 6,2%, em 2010 (IBGE, 1970 e 2010).

Gráfico 1 - População rural e urbana do município de Alfenas.



Fonte: Censo Demográfico IBGE (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). Elaborado por Tamyris Maria Moreira da Costa, 2022.

Sobre o processo de fechamento e nucleação escolar no município de Alfenas, é importante destacar que entre 1922 e 1996 existiam 40 escolas rurais e em 2024, resistem apenas 5 delas (Micheline, 2023), ou seja, houve uma redução de 87,5%. Entende-se que no pós-década de 1960 o cenário brasileiro mudou e surgiu a necessidade de medidas de “fixação do homem ao campo frente ao forte processo de industrialização e urbanização, que estavam levando grandes massas populacionais aos centros urbanos” (Micheline, 2023, p. 10). A escola se apresentava, portanto, como uma medida para essa contenção, além de ser um aparelho ideológico do Estado para disseminar as propostas do movimento que surgiu na década de 1930, conhecido como Ruralismo Pedagógico (Chaloba; Moraes, 2022). Esse movimento reunia a oligarquia ruralista, políticos e intelectuais, que defendiam uma escola rural adaptada aos interesses vigentes do período, servindo para a domesticação do homem do campo e sua inserção na nova economia brasileira. Contudo, a qualidade do ensino ofertado não era prioridade, pois buscava-se controlar “os conteúdos ensinados nas escolas primárias, considerando muitos deles como supérfluos, desde que não estivessem diretamente referidos às práticas profissionais” (Prado, 2013, p. 14).

No entanto, esse movimento enfraqueceu na década de 1970, uma vez que seus ideais se mostraram insuficientes “frente ao avanço da agroindústria, o intenso êxodo rural e a permanência dos problemas sociais e educacionais no campo” (Chaloba, 2022, p. 15) e, como resultado, houve a redução na criação de escolas rurais no país nas décadas posteriores e o fechamento de muitas. Somente entre os anos de 2002 e 2020 foram fechadas 53.029 escolas rurais no país, uma redução de 49% do valor nacional ou valor total (Fernandes 2022, apud Chaloba; et al., 2022).

Em Alfenas a redução das escolas rurais foi um reflexo da política de nucleação escolar. Dessa forma, grande parte escolas rurais do município foram fechadas e nucleadas naquelas que ainda existem atualmente, sendo elas: Escola Municipal Abrão Adolpho Engel (EMAAE), Escola Municipal Arlindo Silveira (EMAS), Escola Municipal Dr. Fausto Monteiro (EMDrFM), Escola Municipal Nicolau Coutinho (EMNC) e Escola Municipal Orlando Paulino da Costa (EMOPC) (Micheline, 2023), cujo número de matriculados é retratado na tabela 1.

Tabela 1- Número de alunos matriculados nas escolas rurais do município de Alfenas-MG.

Escolas Rurais	Etapas de ensino oferecidas nas escolas	Nº de matrículas
EMAAE	Educação Infantil; Ensino Fundamental I.	62
EMAS	Educação Infantil; Ensino Fundamental I e II.	50
EMDr.FM	Ensino Fundamental I e II.	226
EMOPC	Educação Infantil; Ensino Fundamental I e II.	131
EMNC	Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II	70
Total		539

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, EMAAE e EMOPC (2023). Organizado por Laryssa Lucas Campos Micheline (2023) e Ana Rute do Vale (2024).

A Escola Municipal Abrão Adolpho Engel foi criada em 1992, a partir da Lei 2.366/1992 (Alfenas, 1992), e está localizada no distrito de Barranco Alto (figura 2). O distrito, segundo o IBGE, é um espaço urbano, entretanto, a instituição é denominada como escola rural porque atende majoritariamente alunos e alunas do espaço rural (Cruz, 2022). Segundo inciso II do art. 1º do Decreto nº 7352 de 04, de novembro de 2010 que aborda sobre a organização e a identidade das escolas do campo, define que a escola rural é aquela “situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” [...] (Brasil, 2010). Os alunos atendidos por essa escola são oriundos dos bairros rurais: Serrinha,

Panelas, Corujas, Pinhal e dos estabelecimentos rurais: Sítio Glória, Fazenda Barranco Alto, Fazenda Santa Maria, entre outros. Nesses estabelecimentos as famílias dos alunos são proprietários ou funcionários de fazendas locais, mostrando a presença tanto da agricultura familiar quanto não familiar (Cruz, 2022).

Figura 3- Entrada da Escola Municipal Abrão Adolpho Engel, no distrito de Barranco Alto, Alfenas.



Fonte: Diagnóstico de pesquisa do projeto “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

A partir de 2020, o ensino fundamental II, deixou de ser responsabilidade do município, passando a ser do Estado, o que já ocorria com a etapa escolar do ensino médio, sob responsabilidade da Escola Estadual Judith Vianna, localizada na sede do município (Cruz, 2022).

Salienta-se que o distrito de Barranco Alto teve parte de sua sede inundada pelas águas do reservatório de Furnas, se isolando geograficamente da sede do município. Gonçalves (2021) afirma que o distrito viveu três fases. Na primeira, referente a prosperidade, antes da inundação quando havia uma relativa autonomia em “relação à sede do município, tendo desenvolvimento equiparado aos demais distritos do município de Alfenas, que se emanciparam na década de 1930 [...]” (Gonçalves, 2021, p. 28) com estabelecimentos comerciais, fábrica de laticínios e do Banco Financeiro, além da possibilidade de deslocamento até a sede municipal e municípios vizinhos, por meio de estradas e da navegação a vapor, que se integrava à malha ferroviária (Vieira, 2002 apud Gonçalves, 2021). Na segunda fase, o isolamento, p s-inundação, com “estagnação econ mica e conseqüente esvaziamento populacional, embora

não haja dados sobre o número de habitantes anterior à inundação”. Todavia, moradores antigos relataram que “durante pelo menos 40 anos (década de 1960 ao início dos anos 2000) faltaram investimentos públicos e privados no distrito, dando aos moradores a sensação de “abandono” por parte da prefeitura municipal de Alfenas”. E por fim, a terceira fase, o “renascimento”, quando o Lago de Furnas deixou de ser visto como “inimigo” pela população de Barranco Alto, mas “como possibilidade de desenvolvimento de atividades econômicas, como a pesca e o turismo”. O autor ressalta, entretanto, que isso não significa superação dos problemas locais, uma vez que o isolamento geográfico permanece, mas se sentiam satisfeitos com relação aos serviços públicos. Ainda assim, buscam “alguns recursos na cidade de Alterosa, localizada a 35 km, apesar das distâncias serem praticamente as mesmas, em comparação à sede do município em Alfenas, que fica a 35 km, via balsa” (p. 29). Além disso, grande parte dos professores que trabalham na EMAAE são oriundos desse município (Cruz, 2022).

A Escola Municipal Arlindo Silveira foi criada em 1945, ratificada pela lei 1.458/1978 (Alfenas, 1978), está localizada no bairro rural de Mandassaia (figura 3), também atende os alunos de outros bairros rurais tais como: Cascalho, Cascalho Mandassaia e Muzambo (Cruz, 2022).

Figura 4- Entrada da Escola Municipal Arlindo Silveira, no bairro rural Mandassaia, Alfenas



Fonte: Diagnóstico de pesquisa do projeto “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

Dentre as cinco escolas rurais do município, essa é a que mais sofre com a ausência do Estado. Percebe-se isso, ao observar a estrutura física da escola e ao ouvir os relatos dos professores que afirmam enfrentar dificuldades para exercer seu trabalho de forma plena com os seus alunos. Outro ponto

relevante a ser refletido é que, devido ao pouco espaço físico, baixo número de alunos por sala, e pensando no custo-benefício, o qual é aderido nessa instituição, o sistema de multisseriado, ou seja, diferentes turmas em uma mesma sala de aula, sob responsabilidade de um único professor, gerando sobrecarga nesses profissionais que não estão preparados pedagogicamente para atuar com essa dinâmica.

A relação da população do bairro Mandassaia com a cidade de Alterosa é bastante marcante, afinal, muitas vezes os mesmos buscam pelo comércio e alguns serviços nesta cidade devido à maior proximidade com esse bairro rural. Os moradores mais antigos desse espaço também passaram por muitas dificuldades por conta da inundação de suas terras e tiveram que se adaptar à nova realidade, deixando para trás culturas produzidas na várzea, como arroz e para produzir o café. Este cultivo passa a ter forte expressão no bairro, fazendo com que os moradores criassem uma associação de produtores, posteriormente construíram um centro comunitário, que fica ao lado da escola, no qual funciona um Programa Saúde da Família, (PSF), além de ser um local de reunião e festas da comunidade. Bem próximo também existe uma capela, onde se celebram missas mensalmente. Destaca-se que no bairro predomina a agricultura familiar produtora para o agronegócio cafeeiro (Costa; Vale, 2016).

A Escola Municipal Dr. Fausto Monteiro foi criada em 1992, pela Lei 2.366/1992 (Alfenas, 1992), situa-se em Gaspar Lopes (figura 4), a uma distância de 5 quilômetros da sede administrativa municipal. Embora seja popularmente chamado de distrito, por conta da sua evolução econômica e espacial nas últimas décadas, oficialmente, é um bairro urbano (Manoel; Silva e Borges, 2018). Além disso,

[...]como acontece com a Escola Municipal Abrão Adolpho Engel, ela está localizada em um espaço considerado urbano, mas segundo o INEP, é considerada escola rural. Essa escola atende os bairros Gaspar Lopes, Caprivama, Sítio do Gustavo e a Ponte das Amoras. (Cruz, 2022, p. 123).

Trata-se de um bairro, cortado pela rodovia BR-369, com características urbanas, como estabelecimentos comerciais e fábrica de vidros. Nas suas proximidades está presente a cafeicultura, tanto da agricultura familiar quanto não familiar.

Figura 5- Entrada da Escola Municipal Dr. Fausto Monteiro, no distrito Gaspar Lopes, Alfenas.



Fonte: Diagnóstico de pesquisa do projeto “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

Ressalta-se que dentre as escolas analisadas, essa é a que comporta maior número de alunos, conforme tabela 1. Os alunos dessa escola são filhos e filhas dos proprietários rurais, bem como de funcionários das fazendas, incluindo trabalhadores permanentes e temporários, contratados, principalmente, no período da colheita de café, o que explica a rotatividade desses alunos durante o ano letivo.

A Escola Municipal Nicolau Coutinho, localizada no bairro rural Bárbaras (figura 6), tem sua criação em 1955, também ratificada pela lei 1.458/1978 (Alfenas, 1978), como a Escola Municipal Arlindo Silveira, da qual também se assemelha muito, tanto por sua pequena estrutura física, pelo seu baixo número de alunos e pela insegurança com relação à manutenção de seu funcionamento. A referida escola atende, além de seu bairro, alunos de outros bairros rurais como: Esteves, Cascalho dos Esteves, Lage, Viana e Matão (Cruz, 2022).

É importante mencionar que o bairro rural Bárbaras vem passando por transformações, sobretudo, por conta da sua proximidade com a sede do município - 10 km - e a mobilidade espacial facilitada pela rodovia BR-491 e da fragmentação territorial de um grande estabelecimento rural, de propriedade de Maria Bárbara, que deu origem a menores - inferiores a 2,0 hectares, “vem enfrentando dificuldades de manter todos os membros da família na atividade agrícola. Justamente por isso, muitos jovens acabam migrando para a cidade” (Souza, 2011, p. 3). Por conta desse tamanho reduzido dos estabelecimentos rurais, não há produção de café, mas sim de culturas para autoconsumo e uma delas com horticultura para comercialização. Daí a existência da Associação de

Mulheres Agricultoras e Artesãs da Comunidade Rural Bárbara (AMAACRB), que se iniciou com a produção de doces e hoje se consiste na comercialização de polpa de frutas (Martins, 2023).

Figura 6- Lateral da Escola Municipal Nicolau Coutinho, no bairro rural Bárbaras, Alfenas.



Fonte: Diagnóstico de pesquisa do projeto “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

As transformações no bairro estão relacionadas à venda de estabelecimentos rurais para pessoas de fora da comunidade, oriundas de cidades maiores do Sul de Minas como Pouso Alegre e Poços de Caldas, e até mesmo das capitais Belo Horizonte e São Paulo, para utilizá-los como chácaras de veraneio, por conta de sua localização às margens da rodovia BR-491 e da presença de um braço do Lago de Furnas que, além das mudanças na produção agrícola, como ocorreu no Mandassaia, tornou-se um espaço de lazer (Souza, 2011).

A Escola Municipal Orlando Paulino da Costa foi criada em 1996, pela lei 2.875/1996, está localizada na rodovia BR-491, no bairro rural Muzambo (figura 7), a cerca de 10 km da sede do município. Essa escola recebe um grande contingente de alunos, apenas no turno da manhã. Há um desconforto aos alunos ao terem que percorrer longas distâncias entre sua casa e escola, uma vez que, além do Muzambo, essa escola atende alunos dos bairros Marmelos, Cambraia, Gambá, São Tomé e Paineiras, entre outros (Cruz, 2022).

Figura 7- Lateral da Escola Municipal Orlando Paulino da Costa, no bairro rural Muzambo, Alfenas.



Fonte: Diagnóstico de pesquisa do projeto “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

Da mesma forma que ocorre na E.M Doutor Fausto Monteiro, nessa escola também há uma rotatividade de alunos devido à época de safra. Nas proximidades da escola se observa a presença de grandes áreas ocupadas por cafezais, cana-de-açúcar e pastagens, ou seja, grandes propriedades, sendo que em algumas vivem alunos, filhos de funcionários dessas fazendas, embora também tenham aqueles oriundos da agricultura familiar. De acordo com Oliveira Júnior (2015, p. 15), “[...] isso demonstra que a população rural de Alfenas se encontra bem espalhada e pela sua localização privilegiada, essa escola foi mantida, mesmo sendo necessários custos elevados para deslocar alunos de bairros tão distantes”.

Ressalta-se que essas escolas, embora estejam situadas em áreas onde o rural possui presença marcante, reproduzem o currículo urbano, os materiais didáticos recebidos são os mesmos que a sede dos municípios trabalham, não considerando a diversidade vivida pelos sujeitos do campo. Os currículos não consideram sequer a realidade das cidades pequenas e médias, afinal existe um movimento de homogeneização dos conteúdos e geralmente a mesma se dá a partir da realidade das metrópoles.

Ademais, outro movimento que vem tomando força e que é necessário reflexão é a influência do agronegócio nas escolas rurais, o mesmo chega por meio de doações, reformas físicas das escolas, em processo de formação continuada dos professores. Preocupa-se o fato de que onde o Estado se ausenta a iniciativa privada se insere, chegam como benfeitores e abre margens para impor suas ideologias, garantindo recursos para construção de novas remessas de mão de obra para suas instituições.

Pode-se afirmar, portanto, que o já mencionado Ruralismo Pedagógico permanece nos dias atuais, mas com uma nova roupagem, ou seja, seus objetivos permanecem os mesmos, mão de obra especializada para o campo, porém suas estratégias são diferentes. A educação rural atualmente “permanece ao serviço do agronegócio, do latifúndio, do agrotóxico, dos transgênicos e da exportação” (Santos, 2017, p. 213).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio do café opera e se beneficia de um espaço marcado por contradições e violências, as quais afetam as relações sociais das comunidades rurais, especialmente a agricultura familiar e as escolas. Esse cenário remete à gênese da Educação do Campo, que se configura como um movimento de resistência contra a elite rural brasileira, que utiliza as escolas há décadas, como ferramentas de manutenção e reprodução de seus interesses.

Dessa forma, o fechamento das escolas nos revela o interesse do agronegócio em manter uma estrutura educacional precarizada, da qual se beneficia direta e indiretamente. Essa situação pode ser observada nas escolas rurais do município de Alfenas, em que é possível constatar que ainda são espaços de resistência, uma vez que apesar das dificuldades, da pressão por conta do êxodo rural e do interesse político em substituí-las pelo transporte escolar, elas permanecem.

Lamenta-se, no entanto, que não adotam uma educação do campo, aquela relacionada à proposta de uma educação emancipadora e crítica, que poderia fortalecer essas escolas e os sujeitos do campo para criação de resistência a eventuais processos de nucleação e fechamento escolar, além de resistir a desvalorização do espaço rural. Esse é um dos objetivos de projetos como “Educação do campo: transformando vidas”, que poderá contribuir, mesmo que pontualmente, com a formação continuada desses professores, por meio de oficinas, coordenadas por algumas pesquisadoras deste trabalho, a fim de fortalecer as relações entre a escola e espaço rural, ao qual esses indivíduos se inserem.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Furnas Centrais Elétricas S.A. pelo financiamento, que viabilizou o desenvolvimento dessa pesquisa, sobretudo por meio da concessão de bolsas às autoras Laryssa Lucas Campos Micheline e Abigail Bruna da Cruz e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo pela concessão de bolsa ao autor Wender da Silva Vitor.

REFERÊNCIAS

ALFENAS. **Lei nº 2.875, de 1 de outubro de 1996**. Dá denominação à Escola que menciona e dá outras providências. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2875-1996>. Acesso em: 20 de mai. de 2023.

ALFENAS. **Lei nº 2.366, de 1 de dezembro de 1992**. Cria Escola Municipal. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/2366-1992>. Acesso em: 30 jun. de 2024.

ALFENAS. **Lei nº 1.458, de 14 de setembro de 1978**. Ratifica a criação de Escolas Rurais Municipais. Escola Rural. Alfenas-MG: Legislação Digital, 2023. Disponível em: <https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/1458-1978>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ALVES, F. D.; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: Territorialização, mundialização e contradições. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v. 14, n. 2, 2020, p. 433 - 451. <https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/54246>. Acesso em: 22 jun. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>. Acesso em: 10 de jun. de 2024.

CHALOBA, R. F. S. A efêmera trajetória das escolas normais rurais no Brasil (1930-1970). Curitiba: **Educar em Revista**, v. 38 e84533, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4fTRXs39nytW6yYktHhTFPs/#>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

CHALOBA, R. F. S.; MORAES, A.I.D. 200 anos de Educação Rural no Brasil: histórias de exclusão, abandono e discriminação. Belo Horizonte (MG): **Educação em Foco**, ano 25, n.46, Maio/Ago. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/6627>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

CORDEIRO, T. G. B. F. A educação do campo no confronto entre agronegócio e agricultura camponesa. In: **Anais... SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 8, Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em: https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt14_1506721175_arquivo_cordeiro-t-g-b-f-artigofinalizado.pdf. Acesso em 03 jul. 2024.

COSTA, T. M. M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo Lago de Furnas**. 2023.154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2246>. Acesso em: 15 de jun. de 2024.

COSTA, T. M. M.; VALE, A. R. Bairro rural Mandassaia: transformações socioespaciais e culturais provocadas pelo Lago de Furnas. In: **Anais [...]**. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 18. 2016, São Luís-MA: AGB, 2016. Disponível em: https://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467650814_ARQUIVO_BAIRRORURALMANDASSAIA-TRANSFORMACOESSOCIOESPACIAISECULTURAISPROVOCADASPELOLAGODEFURNAS.pdf. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRUZ, A. B. **Educação do campo no município de Alfenas-MG**: As concepções docentes sobre o uso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo). Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Alfenas, 2022. Disponível: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1983>. Acesso em: 30 jun. 2024.

GONÇALVES, C. L. As fases do distrito de Barranco Alto em relação ao lago de Furnas: prosperidade, isolamento e “renascimento”. In: BRANQUINHO, E. S. (org.). **A produção do espaço segregado em Alfenas-MG**. Alfenas - MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2021. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/sites/79/2021/03/LivroAlfenas.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Acesso em: 30 maio. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: total_populacao_minas_gerais.xls (ibge.gov.br). Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Acesso em 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: Alfenas (MG) | Cidades e Estados | IBGE. Acesso em: 15 jun. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022**. Disponível em: Panorama do Censo 2022 (ibge.gov.br). Acesso em: 11 jun. 2024.

MANOEL, L.; SILVA, V. A.; BORGES, E. S. Breves apontamentos sobre a expansão física e a dinâmica socioeconômica do distrito de Gaspar Lopes - Alfenas, Minas Gerais. **Geofrenter**, Campo Grande, n.4, v.2, p. 47-62. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2915/pdf>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

MARTINS, M. L. M. **Sistemas agroalimentares locais**: diagnóstico da agricultura familiar alfenense. Dissertação (Gestão Pública e Sociedade). Universidade Federal de Alfenas, MG, 2023. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2282>. Acesso em: 25 de jun. de 2024.

MICHELINE, L. L. C. **Escolas rurais do município de Alfenas**: de onde viemos, onde estamos e o que almejamos? Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Licenciatura) da Universidade Federal de Alfenas-MG, 2023. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/tcc/>. Acesso em: 24 jun. 2024.

OLIVEIRA JÚNIOR, G. M. **Educação do campo e práticas cotidianas das crianças na unidade de produção familiar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alfenas, 2015.

PRADO, A. A. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.2, n.1. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/55/56>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **História de Alfenas**. Disponível em: http://epidemiologia.alfenas.mg.gov.br/download/historia_alfenas.pdf. Acesso em: 02 jul. 2024.

PISANI, R. J.; BELLINI, A. L. S. Geotecnologias aplicadas ao mapeamento da densidade da população vulnerável do município de Alfenas-MG para ações prioritárias no enfrentamento da Covid 19. **Revista Cerrados**, v. 19, n. 02, 2021, p. 03-19. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5769/576968366001/html/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SANTOS, R. B. A história da Educação do Campo no Brasil: O protagonismo dos movimentos sociais., **Revista Teias**, Rio de Janeiro v. 18, n. 51, 2017. p. 210-223, Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24758>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017, p. 82-109. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024.

SOUZA, A. C. **Entre o abandono e a permanência no campo**: um estudo sobre a juventude no contexto da agricultura familiar no bairro rural Bárbaras - Alfenas (MG). Relatório Final de Iniciação Científica, Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2011.

ZOTTI, S. A.; SANFELICE, J. L. A municipalização do ensino fundamental em Santa Catarina e os reflexos para as escolas rurais multisseriadas de Concórdia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, 2020, p. 20-51. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657439/23124>. Acesso em: 24 de jun. de 2024.

PARTE 04

MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR



AGRICULTURA FAMILIAR E O TRABALHO FEMININO: UMA EXPERIÊNCIA DO COOPERATIVISMO NO RECÔNCAVO DA BAHIA¹

**Ana Claudia Conceição Bastos
Maria Lúcia da Silva Sodré**

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm promovido maior visibilidade e crescimento desse setor. No Brasil, a agricultura familiar desempenha um papel crucial, sendo responsável por uma parte significativa dos alimentos consumidos pela população e pela ampla variedade de produtos ofertados. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, entre as mais de 5 milhões de propriedades rurais do país, 77% são classificadas como estabelecimentos de agricultura familiar (IBGE, 2019). Essa modalidade se distingue da agricultura não-familiar por ser gerida e trabalhada principalmente pela própria família, onde a atividade agropecuária é a principal fonte de renda, embora possam também desenvolver outras atividades complementares (Lima et al., 2019).

Entretanto, agricultores familiares enfrentam diversos desafios, desde o processo produtivo até a comercialização e, para vencê-los, buscam estratégias, como é o caso do cooperativismo. As cooperativas de agricultura de base familiar são consideradas de grande importância no contexto social brasileiro.

As cooperativas aparecem nesse cenário, sobretudo na comercialização, como uma estratégia que pode possibilitar aos agricultores novas perspectivas, pois são estruturas que buscam a geração de renda e o desenvolvimento local. Nesse sentido, os cooperados precisam se alinhar com as demandas comerciais, como, por exemplo, as exigências do consumidor quanto à qualidade, o preço, a aparência do produto e a logística, para que o mesmo

¹ O presente texto é parte do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), intitulado Agricultura familiar e cooperativismo: a experiência do grupo produtivo de Macaúbas, apresentada pela primeira autora sob a orientação da Prof. Dra. Maria Lúcia da Silva Sodré, em 24/12/2022.

seja entregue em perfeitas condições até o ponto de venda. Essas questões acabam se tornando desafiadoras para os agricultores e, muitas vezes, essa realidade resulta da fragilidade na organização interna do empreendimento e da falta de recursos financeiros para cumprir tais demandas.

Ao compreender essa realidade, é importante destacar a gestão dos empreendimentos cooperativos. A forma como eles são estruturados e organizados influencia diretamente os resultados, sejam eles positivos ou negativos. Nesse contexto, a participação e a valorização do trabalho feminino no processo agrícola merecem atenção. A presença das mulheres nas cooperativas tem crescido significativamente, demonstrando sua capacidade de conciliar atividades domésticas com a produção, comercialização e até mesmo a gestão dessas organizações — algo que antes não era comum. Embora, devido ao contexto histórico e social, a liderança masculina ainda prevaleça nas cooperativas, já se observa a crescente inserção feminina e a busca por maior visibilidade e reconhecimento.

Em 2017, o Censo Agropecuário apontou que, do total de 5,07 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, os homens geram cerca de 4,11 milhões, representando 81,3%, e as mulheres ocupam cerca de 946 mil, com representação de 18,7%. Os estabelecimentos de agricultura familiar totalizam 3,89 mil (77,1%) e 1,18 mil (22,9%) como não-familiar (IBGE, 2019).

Ao observar a atuação das mulheres nos empreendimentos de agricultura familiar, nota-se uma participação maior em comparação à agricultura não-familiar, com uma representação de 19,7% no primeiro caso, em contraste com 15,2% no segundo. Regionalmente, o Nordeste se destaca com 57% do total de mulheres em posições de liderança, seguido pelo Sudeste com 17%, o Norte com 12%, o Sul com 11% e o Centro-Oeste com 6% das mulheres na gestão dos empreendimentos (IBGE, 2019).

Esses dados indicam que, embora os homens ainda predominem na liderança da gestão, há um percentual crescente e significativo de mulheres ocupando cargos de gestão, especialmente nas cooperativas vinculadas à agricultura familiar, em comparação aos empreendimentos não-familiares (Hora; Nobre; Butto, 2021).

Neste contexto da atuação feminina em cooperativas, apresenta-se este estudo, parte do Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A pesquisa foi conduzida com mulheres da comunidade de Macaúbas, associadas à Cooperativa das Mulheres Agricultoras Familiares

(COOPEMAFS), situada no município de Sapeaçu, no Território do Recôncavo da Bahia.

Fundada em fevereiro de 2011, a COOPEMAFS surgiu de uma iniciativa conjunta entre lideranças locais e o poder público. As mulheres da cooperativa se dedicam à produção e comercialização de produtos como bolos, polpas de frutas e bolachas de goma. Esses produtos são comercializados principalmente em mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (FNDE, 2020) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de serem vendidos em feiras livres.

O problema de pesquisa abordado neste estudo questiona: até que ponto as mulheres conseguem enfrentar os desafios de gestão na cooperativa? A relevância do trabalho se justifica por destacar os obstáculos enfrentados diariamente na gestão de cooperativas lideradas por mulheres, trazendo reflexões importantes para a academia, as políticas públicas e a sociedade em geral.

Diante desse panorama, o objetivo principal da pesquisa foi compreender como as mulheres do grupo produtivo de Macaúbas, vinculadas à COOPEMAFS, realizam a gestão das atividades produtivas. Especificamente, buscou-se descrever como se dá o processo de comercialização e os desafios enfrentados por essas mulheres no âmbito da produção e do mercado.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O processo de pesquisa científica se caracteriza por uma série de procedimentos que visam gerar novos conhecimentos, o que envolve a investigação de um problema por meio de um método específico, que abrange desde a abordagem inicial do problema até os procedimentos de coleta de dados.

Metodologicamente, o desenvolvimento deste trabalho contou com uma pesquisa de campo, realizada através do método de estudo de caso com as mulheres do povoado de Macaúbas, localizado no município de Sapeaçu, BA. Essas mulheres fazem parte da COOPEMAFS, uma cooperativa de agricultura familiar gerida por mulheres.

O método de estudo de caso é uma abordagem aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Tem como objetivo captar a totalidade de uma situação, buscando descrever, compreender e interpretar criativamente a complexidade de um caso

concreto, por meio de uma análise aprofundada e detalhada de um objeto específico (Yin, 2001).

Como procedimento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturadas, enviadas via WhatsApp para quatro cooperadas que aceitaram participar das entrevistas. Para complementar a construção teórica, foi realizado um levantamento bibliográfico abrangendo a análise de temas pertinentes à pesquisa.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que, segundo Yin (2016), tem como uma de suas características a capacidade de oferecer novas perspectivas sobre conceitos existentes, ajudando a compreender o comportamento humano de forma mais detalhada.

COOPERATIVISMO E PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO FEMININO: O CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Desde os séculos XVII e XIX, práticas cooperativistas já eram observadas em diferentes contextos, como no regime dos quilombos e em movimentos messiânicos, como o arraial de Canudos (Anjos, 2012). Esses movimentos apresentavam características de cooperação e solidariedade entre seus membros. No entanto, foi na Inglaterra, em 1844, que surgiu a primeira cooperativa oficialmente reconhecida no mundo: uma cooperativa de consumo formada por 28 tecelões que haviam sido demitidos de seus empregos.

A partir desse marco, o cooperativismo começou a se expandir gradualmente. No Brasil, a primeira cooperativa oficialmente reconhecida foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 1889 (Anjos, 2012). O cooperativismo pode ser definido como uma doutrina que promove o bem comum social, funcionando como uma filosofia de vida que visa tornar o mundo mais justo, proporcionando melhores oportunidades para todos. Nesse sentido, busca unir desenvolvimento econômico e social, produtividade e sustentabilidade, e equilibrar as necessidades individuais com os interesses coletivos (OCB, 2004).

Longe de ser um pensamento utópico, a doutrina do cooperativismo atravessou séculos e contribuiu para o desenvolvimento de inúmeras famílias e comunidades. São pessoas que buscam crescimento por meio da ajuda mútua, enfrentando constantemente os desafios que ameaçam a estabilidade da organização. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, há 579,5 mil estabelecimentos associados a cooperativas, representando 11,4% de todos

os estabelecimentos agropecuários no Brasil. Esse número evidencia um aumento significativo de 67,3% em relação ao Censo de 2006, demonstrando como as cooperativas têm alcançado progressos notáveis, mesmo enfrentando as adversidades impostas pelo sistema vigente (IBGE, 2019).

A Lei nº 5.764/71 é a que define a Política Nacional do Cooperativismo e estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativistas. De acordo com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), existem sete princípios fundamentais que caracterizam e estruturam o cooperativismo: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; e 7) interesse pela comunidade.

É importante destacar que, após um amplo processo de discussão envolvendo diversas cooperativas, com o objetivo de simplificar a estrutura e melhorar a organização e representação do setor, houve uma reestruturação dos ramos de atividade das cooperativas. Até 2019, as cooperativas estavam divididas em 13 ramos, mas a partir de 2020, esse número foi reduzido para sete ramos: 1) crédito; 2) transporte; 3) trabalho, produção de bens e serviços; 4) saúde; 5) consumo; 6) infraestrutura; e 7) agropecuária, ramo que inclui a agricultura familiar, que será abordada a seguir.

O Censo Agropecuário 2017 informou que são 5.073.324 estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo 3.897.408 (76,8% do total) classificados como agricultura familiar, e 1.090 legalmente cadastrados como cooperativa da agricultura familiar (IBGE, 2019).

Desde 1996 e, refletindo até os dias atuais, observa-se que os empreendimentos cooperativos enfrentam desafios significativos tanto na produção quanto na comercialização de seus produtos. No que se refere à comercialização, é interessante destacar que essas cooperativas se diferenciam por buscar eficiência econômica aliada à eficácia social, além de manter a responsabilidade de seguir os princípios fundamentais do cooperativismo. Os produtores familiares são os protagonistas desse cenário, onde a autogestão se destaca como um dos pilares da gestão cooperativa, significando que as decisões são tomadas pelos próprios associados (neste caso, os produtores rurais) por meio da Assembleia Geral.

Historicamente, o cooperativismo no Brasil tem sido impactado por uma sociedade patriarcal. As mulheres têm lutado para conquistar espaço, reconhecimento e igualdade em relação aos homens no mercado de trabalho. Nesse contexto, as cooperativas surgem como espaços que oferecem uma

oportunidade real de reverter essa desigualdade, promovendo a autonomia feminina e aumentando sua participação e poder de decisão (Vedana et al., 2023).

Em atividades agrícolas, estudos indicam que o trabalho das mulheres sempre foi percebido como um tipo de auxílio secundário e não como uma contribuição econômica relevante. Isso se deve à visão tradicional que limitava as mulheres às tarefas domésticas, consideradas secundárias e subordinadas, enquanto aos homens cabiam as responsabilidades pelas atividades mais valorizadas, como a gestão dos meios de produção e a comercialização. Com o passar dos anos, essa percepção começou a mudar, e as mulheres passaram a ocupar espaços significativos, ainda que muitas vezes permanecessem invisíveis em determinados contextos. Contudo, a divisão de gênero no trabalho ainda é uma realidade marcante.

A luta das mulheres por maior visibilidade e reconhecimento nas esferas sociais e profissionais tem possibilitado que ocupem funções anteriormente dominadas pelos homens, incluindo cargos de gestão em empreendimentos. A organização social das mulheres incentiva a reflexão sobre suas lideranças e promove questionamentos acerca das desigualdades de gênero.

No setor agrícola, já é possível observar mudanças, ainda que lentas, mas relevantes, na ocupação feminina. O Censo Agropecuário de 2017 apontou que, dos 5,07 milhões de estabelecimentos agropecuários, 81,3% (4,11 milhões) estão sob gestão masculina, enquanto 18,7% (946 mil) são geridos por mulheres. Dentre as formas de resistência e superação das desigualdades, a organização cooperativa se destaca, oferecendo um caminho para equilibrar a dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres (IBGE, 2019). Gradualmente, elas têm conquistado mais visibilidade, participando desde a produção até a comercialização dos produtos e assumindo funções de liderança nos empreendimentos agrícolas vinculados à agricultura familiar.

O TRABALHO FEMININO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO PRODUTIVO DE MACAÚBAS

Inicialmente, é importante apresentar brevemente o empreendimento estudado neste trabalho. As mulheres da comunidade de Macaúbas iniciaram suas atividades como associadas da Cooperativa das Mulheres Agricultoras Familiares de Sapeaçu (COOPEMAFS), localizada na cidade de Sapeaçu. Esse município baiano integra os 19 municípios que formam o Território de Identidade do Recôncavo, que possui uma área estimada em 131,218

km² e está situado a 163 km de Salvador, capital da Bahia. A população do município é estimada em 17.963 habitantes (IBGE, 2022).

Sapeaçu, onde está situado o Povoado de Macaúbas, objeto deste estudo, localiza-se às margens das rodovias BR-101 e BR-242, fazendo divisa com os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Cruz das Almas, Conceição do Almeida e Castro Alves (Figura 1).

Figura 1 - Localização do município de Sapeaçu e do Povoado Macaúbas



Fonte: IBGE (2022).

A COPEMAFS foi fundada em 2011, resultado de uma colaboração entre lideranças locais e o poder público. A cooperativa se dedica à produção e comercialização de produtos como pãezinhos, bolos, bolachinhas de goma e polpas de frutas. Suas operações estão distribuídas entre os povoados de Cana Brava, Cajazeira, Lagoinha e Macaúbas, divididos em quatro grupos produtivos. Atualmente, a cooperativa conta com aproximadamente 30 associados, incluindo um pequeno número de homens. Esta pesquisa de campo focou especificamente nas mulheres do povoado de Macaúbas.

Os resultados da pesquisa indicaram que, inicialmente, as mulheres produziam em uma casa de farinha comunitária. No entanto, em 2015, foram beneficiadas pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) por meio de projetos especiais de políticas públicas estaduais, recebendo uma microagroindústria próxima às suas residências. O grupo original contava com 17 associadas, mas hoje são oficialmente 9, das quais 7 são mais ativas.

A redução no número de participantes reflete a desmotivação causada pelos desafios enfrentados pela cooperativa, os quais serão discutidos mais adiante.

O levantamento de campo permitiu traçar o perfil das associadas entrevistadas, todas com mais de 40 anos. Quanto à escolaridade, 50% das entrevistadas possuíam ensino médio completo. Quando questionadas sobre a ocupação de cargos na cooperativa, apenas uma entrevistada mencionou que ocupava o cargo de vice-presidente, função que já havia desempenhado por quatro anos anteriormente.

Esse resultado sugere que, muitas vezes, as mesmas mulheres ocupam repetidamente os cargos de liderança, seja por falta de opções, devido à relutância de outras em assumir responsabilidades, ou porque aquelas que estão dispostas não se apresentam. Consequentemente, é comum que um grupo restrito de mulheres esteja à frente das decisões da cooperativa. É importante ressaltar que o reconhecimento formal da participação feminina nas atividades produtivas e de mercado, assim como na gestão, representa um avanço significativo para a visibilidade e valorização dessas mulheres.

Quando questionadas como é a participação das mulheres nas reuniões e assembleias no povoado de Macaúbas, os resultados apontaram que 100% das entrevistadas responderam que participam de forma ativa nas reuniões. Essa realidade vivida é de suma importância, pois a participação das cooperadas é fundamental no andamento e nas decisões tomadas.

Singer (2002), ao analisar o processo cooperativista, pondera que a participação dos cooperados é essencial, pois o processo participativo desenvolve a criatividade dos associados, cria uma identidade ao grupo, aumenta a produtividade, corrige falhas gerenciais e permite vislumbrar novos rumos.

Uma das entrevistadas relatou que, antes da pandemia, as reuniões da cooperativa ocorriam mensalmente, mas passaram a ser reduzidas ao longo do tempo. O período pandêmico, além de ter gerado milhares de perdas humanas e impactos sociais, também afetou intensamente a estrutura organizacional dos empreendimentos, incluindo as reuniões, que foram realizadas de forma remota.

Muitas cooperativas e associações enfrentaram dificuldades em se adaptar à modalidade remota, frequentemente enfrentando falhas de conexão à internet que inviabilizavam a realização das reuniões. Essa realidade foi vivenciada pelas mulheres da comunidade, afetando diretamente o funcionamento da cooperativa.

É importante destacar as características distintas dessas organizações. Ambas são definidas como iniciativas sem fins lucrativos e de propriedade coletiva, porém, enquanto a cooperativa foca no desenvolvimento de atividades econômicas visando o acesso aprimorado ao mercado, as associações têm como finalidade o fomento à assistência social, educacional, cultural e a representação política.

Em relação à contribuição financeira, 75% das entrevistadas afirmaram que não existe essa prática, enquanto 25% explicaram que a contribuição ocorre a partir das vendas dos produtos.

Quando questionadas sobre como é conduzida a gestão da cooperativa pelas mulheres agricultoras, as entrevistadas indicaram que, embora a condução ocorra de forma lenta, especialmente após a pandemia, os projetos avançam quando as reuniões acontecem, ressaltando a importância da participação ativa.

No que se refere à produção, uma das associadas explicou que a COOPEMAFS é composta por quatro grupos produtivos: o povoado de Cana Brava, responsável pela produção de bolachinhas de goma; Cajazeira, que produz beijus; Lagoinha, que produz bolachinhas de goma e beijus; e, por fim, o povoado de Macaúbas, foco deste estudo, que se dedica à produção de polpas de frutas, bolos de aipim e de puba.

Em relação às atividades de produção e comercialização serem definidas por grupo, ficou evidente que os povoados atuam como associações inseridas na cooperativa. Dessa forma, o grupo produtivo de Macaúbas participa ativamente da gestão, contando com a presidente e a vice-presidente, além das demais associadas. As decisões são tomadas de forma democrática durante as reuniões, e as atividades são definidas coletivamente, o que tem gerado novos processos e reflexões sobre os desafios cotidianos enfrentados.

As mulheres foram questionadas sobre os principais desafios da gestão do grupo produtivo de Macaúbas, e todas apontaram que a maior dificuldade é encontrar novos mercados para a comercialização dos produtos. Uma das entrevistadas destacou que a documentação legalizada, como o pagamento do registro da cooperativa, a obtenção do selo de inspeção municipal e questões técnicas, são obstáculos que limitam o acesso a diversos mercados. Esses desafios contribuem para a desmotivação dos associados, afetando a continuidade e o engajamento na cooperativa.

No que diz respeito às percepções de gênero na comunidade de Macaúbas, foi perguntado como as entrevistadas viam a gestão masculina

em comparação à feminina. Todas afirmaram que consideram a presença masculina normal e até sugeriram que um maior número de homens poderia agregar mais solidez ao empreendimento. Vale ressaltar que o número de homens envolvidos é mínimo, variando entre 5 e 7. As mulheres destacaram que não se lembram de conflitos entre os gêneros, ressaltando que a relação sempre foi harmoniosa e respeitosa.

Em relação aos problemas gerais da cooperativa, os resultados apontaram desafios administrativos, em especial a necessidade de uma atuação mais efetiva da presidência, a ausência de cooperados nas reuniões e a falta de instalação de equipamentos essenciais para a produção de polpas. Esses problemas são comuns em cooperativas, especialmente no que se refere à infraestrutura, uma vez que a instalação de equipamentos é crucial para garantir a eficiência da produção.

A presença efetiva do presidente na ação administrativa é essencial, pois cabe a ele observar e implementar os meios necessários para que a cooperativa alcance seus objetivos (Crúzio, 1999). A ausência dessa liderança reflete em problemas estruturais na produção, resultando em desinteresse e desmotivação por parte dos cooperados.

Quanto às estratégias de enfrentamento, as mulheres indicaram que planejam realizar uma reunião com a secretaria de agricultura do município para discutir soluções para as dificuldades enfrentadas pela cooperativa. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desempenha um papel crucial, pois busca proporcionar ao produtor rural, suas famílias e associações, soluções viáveis para os desafios de gestão, produção e comercialização (Lei 8.171/91). No entanto, as mulheres da COOPEMAFS relataram que, embora inicialmente contassem com essa assistência, no momento da pesquisa de campo estavam sem projetos e haviam perdido o apoio da ATER.

A pesquisa também abordou a participação da cooperativa em cursos de capacitação para o desenvolvimento das atividades dos grupos produtivos, como o de Macaúbas. As entrevistadas confirmaram a existência de capacitações em áreas como preparação de bolos, polpas, geleias, frutas em conserva, derivados de mandioca, processamento de temperos e cocadas. Esses cursos foram promovidos por instituições como o Centro Público de Economia Solidária (Cesol), a prefeitura municipal e a Incubadora de Empreendimentos Solidários (Incuba – UFRB).

Em relação ao nível de participação nos cursos, as respostas indicaram que a adesão era apenas regular, não atingindo a totalidade ou a maioria

dos cooperados. É importante enfatizar que os cursos de capacitação são fundamentais para o desenvolvimento dos cooperados, aprimorando suas habilidades, introduzindo novas práticas e melhorando o modo de produção. No entanto, a motivação para a participação ativa é essencial. A falta de envolvimento das cooperadas pode resultar em desconhecimento sobre inovações e práticas modernas que poderiam ser aplicadas na produção, beneficiamento e comercialização, contribuindo para a melhoria da produção e o aumento da renda.

Schneider e Hendges (2006) reforçam essa visão ao destacar que, assim como em empreendimentos não cooperativos, o investimento em capacitação é necessário para acompanhar as exigências do mercado e gerar lucro. Nas cooperativas, essa capacitação deve ser moldada dentro da perspectiva cooperativista, abrangendo noções de economia e o entendimento das dinâmicas e demandas do mercado.

Outro aspecto relevante mencionado nas entrevistas foi o processo de comercialização via COOPEMAFS. As entrevistadas explicaram que, nos mercados institucionais, essa comercialização ocorre através da prefeitura, por meio das secretarias e das chamadas públicas nas quais o grupo produtivo está inserido. É importante destacar que, no caso do PNAE, a secretaria de educação demandou polpas de frutas ao longo do período escolar, de março a novembro de 2022, embora a quantidade mensal solicitada não fosse fixa. Quanto ao PAA, a secretaria de agricultura solicitava repasses de 3 a 4 vezes ao ano antes da pandemia; no entanto, após esse período, essas solicitações praticamente cessaram, e em 2022 houve apenas um repasse.

A pandemia trouxe desafios logísticos significativos, como atrasos e restrições no transporte de mercadorias, além de bloqueios em estradas e feiras, impactando fortemente a agricultura familiar. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) de julho de 2020, a receita bruta familiar apresentou uma queda de cerca de 45%, com uma redução de 51% na comercialização. Os impactos na comercialização por mercados institucionais, como o PNAE, também foram acentuados, já que a interrupção das aulas nas escolas suspendeu a demanda pelos produtos da agricultura familiar. Embora os Kits Alimentação tenham sido implementados como medida paliativa, eles não tiveram a mesma eficácia que a entrega regular de alimentos antes da pandemia, desanimando as associadas.

Outro ponto discutido foi a compatibilidade entre o preço dos produtos e os custos de produção. A maioria das entrevistadas (75%) afirmou que

o preço era compatível. No entanto, uma das cooperadas destacou que, embora as polpas de frutas sejam vendidas por um valor mais vantajoso, os custos e investimentos na produção de bolos não são compensados pelo preço de venda, o que impede a cobertura total dos custos de produção.

No que se refere à renda gerada pelas atividades, especialmente pelas mulheres de Macaúbas, as respostas indicaram que a cooperativa não possui uma renda fixa; a receita é variável e depende da comercialização mensal. A vice-presidente informou que, em um mês com demanda por polpas, como em novembro de 2022, o valor total arrecadado foi de aproximadamente R\$ 2.000,00.

No entanto, essa quantia é destinada ao pagamento de despesas da cooperativa, como água, luz e depreciação de equipamentos. O valor restante é dividido de forma igualitária entre as associadas, em conformidade com os princípios do cooperativismo, que preveem a distribuição proporcional das sobras. Essa partilha resulta em valores entre R\$ 120,00 e R\$ 150,00 para cada mulher pelo trabalho realizado, evidenciando que, apesar do pagamento, a quantia é insuficiente para garantir sustento e motivação para a continuidade das atividades.

Em relação à última questão da pesquisa, que abordou a satisfação com a gestão feminina, 100% das entrevistadas afirmaram estar satisfeitas. Elas destacaram a importância desse processo, que possibilita a aquisição de novos conhecimentos e resgata os valores e a autoestima das mulheres. Uma das entrevistadas acrescentou que buscam continuamente melhorar as condições de trabalho e a comercialização dos produtos, desempenhando um trabalho sério e íntegro.

No grupo produtivo de Macaúbas, a convivência entre homens e mulheres foi descrita como satisfatória, embora ainda persista um certo preconceito por parte de alguns homens ao ver mulheres na liderança de empreendimentos. Esse cenário é reflexo de uma sociedade que, em tempos passados, era fortemente marcada por uma administração patriarcal tanto no ambiente doméstico quanto no agrícola.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho reflete a identidade social do que é ser homem ou mulher, fazendo com que o valor do trabalho fosse medido mais pela identidade de quem o realizava do que pela natureza do trabalho em si (Herrera, 2013). Felizmente, essa realidade tem mudado, e a atuação feminina na sociedade vem ganhando cada vez mais visibilidade e reconhecimento.

CONCLUSÃO

Constatou-se que a COOPEMAFS conta com mulheres resilientes, capazes de enfrentar os desafios da gestão, como evidenciado pelo grupo produtivo de Macaúbas apresentado neste estudo. No entanto, há questões importantes a serem destacadas, como a baixa frequência de participação nas reuniões durante o período pandêmico. Antes da pandemia, a participação das mulheres era ativa e as atividades se desenvolviam de maneira positiva. A pandemia impactou diretamente essa assiduidade, o que tornou fundamental a reorganização das reuniões, pois elas são essenciais para fortalecer a união, a motivação e o desenvolvimento de projetos que beneficiam tanto o povoado quanto toda a cooperativa.

Outro ponto relevante é a gestão da cooperativa. Observou-se que as mulheres seguem os princípios da autogestão exigidos pelo cooperativismo. No entanto, ainda é necessário um maior engajamento das cooperadas, além de melhorias nos componentes estruturais da cooperativa. Isso inclui uma organização mais eficiente, assiduidade nos encontros e reuniões, e a criação de novos objetivos e projetos por meio de planejamento estratégico, visando aumentar a motivação dos cooperados.

No que diz respeito à produção, as cooperadas relataram a falta da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que é fundamental para orientar a resolução de problemas enfrentados pela cooperativa, como a instalação de equipamentos e a obtenção de códigos de barras e informações nutricionais para as polpas comercializadas.

Esses problemas culminam no que as mulheres identificam como o principal desafio da COOPEMAFS e, por extensão, dos grupos produtivos vinculados, como o de Macaúbas: a dificuldade de acessar novos mercados. Essa realidade limita tanto a possibilidade de aumentar a renda das cooperadas quanto o reconhecimento de seus produtos e trabalho.

REFERÊNCIAS

ANJOS, E. **Agricultura familiar e cooperativismo**: notas introdutórias para o debate. MIMEOGRAFADO, Cruz das Almas, p. 19, ago. 2012.

CRÚZIO, H. de O. Organização e administração de cooperativas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 2, mar./abr. 1999.

FNDE- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **PNAE –Programa nacional de Alimentação Escolar**. 2020. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>

index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae- histórico. Acesso em: 26 set. 2024.

HERRERA, M, K. Da Invisibilidade ao Reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de care. **Política & Sociedade**, Florianópolis/SC, v. 15, ed. esp., 2016.

HORA, K.; NOBRE, M.; BUTTO, A. **As mulheres no censo agropecuário 2017**. Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf. Acesso: 20 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/pt/censo-2022-inicio.html?lang=pt-BR>. Acesso em 02 de ago. de 2024.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. A.; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v.22, n.1, p.50- 68, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>. Acesso em: 20 set. 2024.

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **O cooperativismo brasileiro: uma história**. Brasília, DF: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004. 150 p.

SCHNEIDER, J. O, HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Economia Solidária e Ação Cooperativa (ESAC)**, Unisinos, v.1, n.1, jul./dez.2006. p.33-48. Disponível em: <https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2019/04/schneider.pdf>. Acesso em: 13 set. 2022.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 81-129, 2002.

VEDANA, R., SHIKIDA, P. F. A., GARCIAS, M. O., ARENDS-KUENNING, M. P. Empoderamento feminino na agricultura: um estudo na Lar Cooperativa Agroindustrial (Paraná). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2023. <http://www.scielo.br/j/resr/a/JCC8tzkrswMZfhqQKLmDyZr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 02 ago. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de Caso, planejamento e métodos**. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2001.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2016. E-book.

O CAMPO EM TRANSFORMAÇÃO: MULTIFUNCIONALIDADE E TURISMO RURAL NO ROTEIRO DO VINHO DE SÃO ROQUE-SP¹

**Tamires Regina Rocha
Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol
Alan da Silva Vinhaes**

INTRODUÇÃO

O espaço rural tem testemunhado mudanças significativas decorrentes do aumento nas interações com a economia global e com o avanço do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996). Essas interações têm influenciado nas transformações das funções e no contexto técnico e social do espaço rural, impactando diretamente na vida e nas atividades das famílias rurais.

Atualmente, observa-se um aumento significativo no interesse da população urbana por áreas rurais, seja para propósitos residenciais, recreativos, de descanso ou pela percepção de algo considerado exótico, como animais, plantações, rios e florestas. Esse crescente interesse tem impulsionado não apenas as atividades agrícolas, mas também práticas para-agrícolas e artesanais que coexistem no meio rural. As paisagens, a biodiversidade, as expressões culturais e o estilo de vida rural são considerados elementos essenciais para a geração de emprego e renda para as famílias rurais. Além disso, a multifuncionalidade da agricultura se destaca nesse cenário, ao possibilitar que as práticas agrícolas sejam direcionadas não apenas à produção de alimentos, mas também à preservação ambiental, ao turismo rural e à valorização do patrimônio cultural. Assim, a refuncionalização do espaço rural se caracteriza por uma diversificação de suas funções, em que, a agricultura se articula com outras atividades, promovendo um desenvolvimento sustentável e integrado das áreas rurais (Candiotto, 2009).

1 O presente texto faz parte da construção de uma futura tese de Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT - UNESP Campus de Presidente Prudente, sob orientação da Prof. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol.

Nessa perspectiva, ao considerar um rural que desempenha diversas funções, é relevante ressaltar as estratégias adotadas pelas famílias para garantir sua reprodução social e econômica no campo. A prestação de serviços emergiu como um componente fundamental, oferecendo aos agricultores uma fonte de renda adicional. Essa abordagem vai além da exploração dos recursos naturais, como terra, ar e água, incluindo também o aproveitamento das paisagens e espaços disponíveis para atividades de lazer e turismo rural (Araújo, 2000).

O turismo rural é reconhecido como uma estratégia adotada pelos agricultores para diversificar suas fontes de renda, ao mesmo tempo em que proporciona aos visitantes uma vivência autêntica do ambiente rural, enriquecida pela imersão nos costumes e tradições locais. Este trabalho tem como objetivo principal analisar o turismo rural como uma estratégia de reprodução social e econômica para os agricultores situados no Roteiro do Vinho de São Roque-SP.

A metodologia utilizada no trabalho consiste em levantamento bibliográfico que trata dos temas relacionados à multifuncionalidade dos espaços rurais e da agricultura, estratégias de reprodução social e econômica, ao turismo rural e breve caracterização do Roteiro do Vinho e do município de São Roque-SP, tendo como base referências teóricas já publicadas em meios impressos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Além disso, foi realizada uma visita exploratória em 2023 (tendo em vista que a pesquisa está no estágio inicial da construção de uma futura tese), que possibilitou um primeiro contato com produtores e empresários do turismo rural no município. Essa etapa preliminar da pesquisa permitiu a coleta de informações qualitativas sobre as práticas, desafios e oportunidades enfrentadas por esses atores, enriquecendo a análise e contribuindo para a construção de um panorama mais abrangente sobre as dinâmicas sociais e econômicas presentes no contexto rural de São Roque-SP.

Portanto, o texto está organizado em três (3) sessões. Na primeira, é abordado o conceito e as diferenças entre multifuncionalidade do espaço rural e multifuncionalidade da agricultura. Na segunda, é abordado de maneira breve a importância das estratégias de reprodução social e econômica para a permanência das famílias rurais no campo, bem como é apresentada a temática do turismo rural. E na terceira, é apresentado o município de São Roque e o Roteiro do Vinho, destacando aspectos como ano de criação, os principais objetivos, as propriedades/estabelecimentos

que o compõem. Ademais, são apresentados dados preliminares de um pré-trabalho de campo realizado, os quais visam fornecer um panorama inicial das dinâmicas locais e das percepções dos atores envolvidos, contribuindo para fundamentar as análises subsequentes.

MULTIFUNCIONALIDADE: ALGUMAS DEFINIÇÕES

A multifuncionalidade no contexto rural é um conceito que vem sendo amplamente discutido nas últimas décadas, especialmente em relação às suas diferentes abordagens na agricultura e no espaço rural. Este conceito refere-se à capacidade dessas áreas de desempenharem múltiplas funções econômicas, sociais e ambientais, além da tradicional produção de alimentos. No entanto, é essencial diferenciar a multifuncionalidade do espaço rural, que engloba uma gama mais ampla de funções que vão além da agricultura, como turismo, habitação e lazer de multifuncionalidade da agricultura, que envolve a diversificação das atividades no âmbito produtivo.

A refuncionalização do espaço rural tem promovido a proliferação de atividades como o turismo rural e práticas agrícolas extrativistas, contextualizadas dentro da perspectiva da sustentabilidade, que considera múltiplas funções da agricultura (e dos agricultores) para além da sua dimensão de produção de alimentos. Além disso, a disseminação generalizada da ideologia do desenvolvimento sustentável, a partir de 1992, incentivou a busca por atividades e formas de acumulação de capital que, ao menos no discurso, combinariam crescimento econômico, conservação ambiental e equidade social. Tais iniciativas desempenharam um papel fundamental na consolidação do conceito de multifuncionalidade do espaço rural (Candiotta, 2007).

Além da influência da concepção de desenvolvimento sustentável, a discussão sobre a multifuncionalidade rural está intrinsecamente ligada ao aumento das atividades não agrícolas no espaço rural (pluriatividade). Essas atividades, por sua vez, estão associadas às novas oportunidades de acumulação de capital resultantes da ascensão do regime de acumulação flexível, que converte tanto bens materiais quanto simbólicos em mercadorias (Candiotta, 2007).

Para Serrano (2007; 2013), a multifuncionalidade rural se refere à utilização de todas e cada uma das oportunidades oferecidas pelo espaço rural, com o propósito de assegurar um equilíbrio entre a conservação do

meio ambiente, o aprimoramento das condições de vida das comunidades rurais e a produção de alimentos, além de garantir a permanência dos agricultores no campo.

Conforme observado pelo autor, para alcançar os objetivos da multifuncionalidade do espaço rural, é essencial adotar a diversificação econômica e funcional das áreas rurais, buscando novas fontes de renda que se complementem, sem esgotar os recursos naturais, enquanto se mantém o respeito ecológico e a conservação da natureza. Além disso, destaca-se a importância fundamental de aderir ao mercado local, abandonando os modelos de distribuição em larga escala do mercado internacional, o que permite avançar no desenvolvimento agrícola e ambiental de forma simultânea (Serrano, 2013).

A concepção de multifuncionalidade rural visa integrar, em um único espaço, variedade de atividades econômicas, que podem incluir agricultura e pecuária, especialmente aquelas de caráter ecológico e/ou orgânico, além de fomentar a produção de produtos artesanais, promover a valorização da cultura e história local, estimular o turismo rural através de atrativos naturais, como cachoeiras e montanhas, e desenvolver rotas e trilhas turísticas, entre outras iniciativas (Serrano, 2007;2013).

Portanto, pode-se afirmar que a multifuncionalidade do espaço rural tem um desafio a superar, que se trata de “unificar as diferentes demandas e preocupações em relação ao mundo rural e às unidades familiares que o compõem, numa espécie de nova síntese em substituição ao paradigma que esteve na base da “modernização da agricultura” (Carneiro; Maluf, 2003, p. 20).

Após explorar a multifuncionalidade do espaço rural, é crucial direcionar nossa atenção para a multifuncionalidade da agricultura, um conceito que, embora relacionado, apresenta aspectos distintos. Essa diferenciação é essencial para compreendermos como as práticas agrícolas contemporâneas se inserem em um contexto mais amplo de desenvolvimento rural sustentável, refletindo a importância da agricultura não apenas como um setor econômico, mas também como um elemento central na vida social e cultural das comunidades rurais.

O termo multifuncionalidade da agricultura foi introduzido pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, popularmente chamada de “Rio 92”, que ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, em junho de 1992 (Serrano, 2007a). Segundo o autor, esse

conceito começou a ser amplamente utilizado em eventos subsequentes dessa natureza e foi incorporado pela União Europeia como um elemento central na reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

A concepção de multifuncionalidade da agricultura surge como tema de debate após as transformações desencadeadas pela Revolução Agrícola, que estabeleceu um novo paradigma de produção para a agricultura nas décadas de 1960 e 1970, conhecido como Revolução Verde. Muitas dessas mudanças foram percebidas como prejudiciais, resultando em consequências adversas, tanto pela introdução da mecanização agrícola quanto pela adoção da monocultura, ambas impactando negativamente o meio ambiente. Essas consequências deram origem a problemas sociais decorrentes da concentração excessiva de terras e da predominância do modelo agroindustrial (Serrano, 2007).

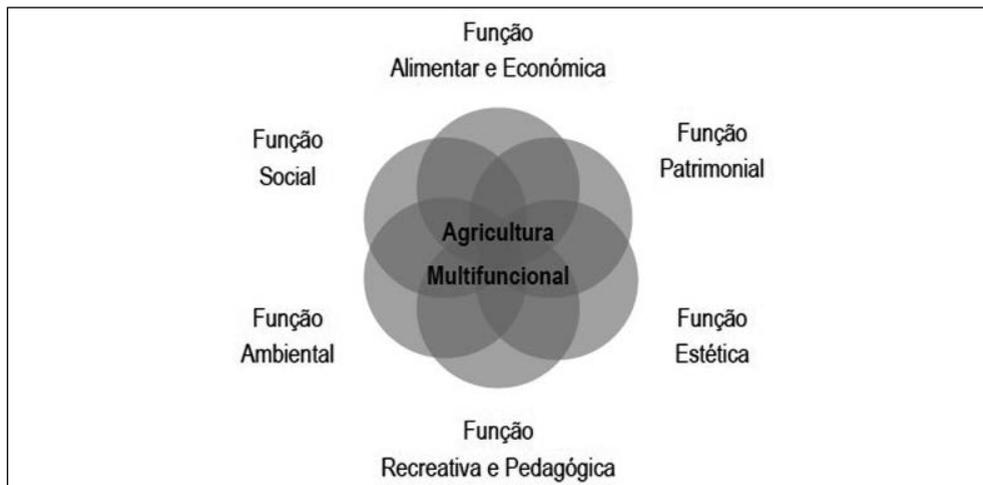
Assim, em 1992, a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) representou uma ruptura com o modelo produtivista estabelecido na União Europeia. Essa reforma foi motivada pela necessidade de revisão da política agrícola da Comunidade, alinhando-a com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio (OMC). Iniciou-se, assim, um processo visando desvincular o apoio aos produtores da produção agrícola intensiva. Embora de maneira gradual, foram introduzidos conceitos que consideram perspectivas regionais, sociais e ambientais. O objetivo principal era estabilizar a renda dos produtores e garantir a permanência dos agricultores nas áreas rurais (Delgado; Ramos, 2002).

Embora a concepção de multifuncionalidade da agricultura esteja em constante desenvolvimento e resulte em debates e divergências, ela refere-se,

[...] de modo geral, ao reconhecimento de que à agricultura, e aos agricultores cabe, além da produção agropecuária, a garantia da qualidade dos alimentos, a manutenção do potencial produtivo do solo, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um tecido econômico e social rural, a conservação do capital cultural e a diversificação das atividades rurais (Froehlich, 2002, p. 61).

De acordo com Soares (2001), na discussão sobre o conceito de multifuncionalidade da agricultura, são identificadas as seguintes funções-chave da agricultura conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1. Representação esquemática da Multifuncionalidade da Agricultura



Fonte: Leite, 2010, p. 18.

Para Serrano (2007a; 2013), a multifuncionalidade da agricultura refere-se ao aproveitamento integral das diversas possibilidades oferecidas pela agricultura. O objetivo é garantir um equilíbrio entre a conservação ambiental, a melhoria das condições de vida das populações rurais, a produção de alimentos e a permanência dos produtores no campo.

No cenário brasileiro, a discussão acerca da multifuncionalidade da agricultura ainda é bastante recente e tem se expandido à medida que a temática adquire relevância internacional. Conectado ao processo de transformação em curso em escala global, “o Brasil assume o compromisso de promover um desenvolvimento sustentável, e nesta empreitada enfrenta o desafio de conciliar o crescimento da produção agrícola com a preservação ambiental e o compromisso público com a sustentabilidade” (Soares, 2008, p. 49-50).

Desde a realização da Rio-92, o conceito de multifuncionalidade começou a ganhar relevância em âmbito nacional, estando relacionado ao reconhecimento generalizado das diversas funções sociais, ambientais, econômicas e culturais que a agricultura pode desempenhar (Soares, 2008).

Segundo Carneiro e Maluf (2003), a multifuncionalidade promove dinâmicas que incentivam os agricultores e unidades produtivas a desenvolverem, além da agricultura, outras atividades complementares. Essa diversificação contribui para o desenvolvimento territorial. Os autores ainda destacaram quatro capacidades que os agricultores demonstram, fundamentadas em aspectos específicos de cada contexto. São elas:

1) Reprodução socioeconômica das famílias: seus relevantes fatos são as estratégias que criam renda e salário para os agricultores, os meios de permanência no território, a convivência comunitária, os mecanismos de permanência dos jovens e as questões relacionadas com a sucessão da liderança da unidade produtiva. **2) Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais:** esse campo abrange a produção para o abastecimento alimentar da própria família e, além disso, a possibilidade de comercialização de produtos alimentícios ou não, assim como as escolhas técnico-produtivas específicas dos agricultores e os principais canais escoamento produtivo. **3) Manutenção do tecido social e cultural:** esse campo aponta para o melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, considerando os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção da inclusão e participação dos indivíduos em na sociedade. **4) Conservação dos recursos naturais e da paisagem rural:** essa medida mantém relação com a utilização de recursos naturais, a conexão entre atividades econômicas, a paisagem e a preservação da biodiversidade (Carneiro; Maluf, 2003, p. 22).

A abordagem da multifuncionalidade da agricultura reconhece que os estabelecimentos agropecuários e os produtores rurais que neles residem não se limitam a realizar funções puramente produtivas e comerciais. Em vez disso, eles desempenham um papel fundamental na articulação entre a agricultura e o desenvolvimento local. A multifuncionalidade estabelece uma conexão intrínseca entre a atividade agrícola e o território, destacando sua importância na manutenção do emprego e do dinamismo nas áreas rurais (Maluf, 2003).

Neste sentido, a definição de multifuncionalidade da agricultura apresenta-se como:

[...] o conjunto de contribuições a um desenvolvimento econômico e social considerado em sua unidade que, para além da produção de alimentos, pautando-se em funções claramente inter-relacionadas, responsabiliza-se pela segurança alimentar; manutenção do território; proteção ambiental; manutenção do tecido econômico e social rural, diversificação das atividades que podem passar a incluir práticas como o agroturismo, o turismo rural, mostras gastronômicas, etc (Soares, 2008, p. 54).

Deste modo, a multifuncionalidade da agricultura, no contexto brasileiro, destaca a importância de reconhecer não apenas as funções produtivas, mas também os papéis sociais e ambientais desempenhados pelos agricultores. Essa abordagem valoriza a contribuição dos estabelecimentos agropecuários para a conservação do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida nas famílias rurais.

Diante do exposto, na multifuncionalidade da agricultura o olhar do pesquisador é direcionado para dentro das propriedades rurais. O foco de análise recai sobre a propriedade rural, que pode ser considerada multifuncional, e sobre o agricultor, que desempenha múltiplos papéis e funções nesse contexto.

Para Soares (2001, p. 45) é preciso considerar que, no Brasil, a pluralidade de situações que podem ser percebidas no meio rural faz com que as múltiplas funções não sejam “análogas ao conjunto da agricultura, em muitos casos, os serviços prestados pelos diferentes setores agrícolas à sociedade podem ser classificados como antagônicos, o que representa um complicador para a validação prática da multifuncionalidade no caso brasileiro”.

No contexto do desenvolvimento brasileiro, quando a agricultura não é caracterizada como um setor atrasado e subdesenvolvido, a ela é frequentemente atribuída à função exclusiva de fornecer alimentos para os mercados urbanos em expansão e servir como fonte de divisas internacionais para compensar os desequilíbrios resultantes dos esforços voltados para consolidar a base industrial nacional (Soares, 2008).

Nesse sentido, é importante ressaltar que, para grande parte da sociedade e, especialmente para o Estado, existe uma certa contradição em relação às ideias contemporâneas, uma vez que prevalece ainda a concepção tradicional dos papéis desempenhados pela agricultura. Logo, “a percepção sobre o papel do rural no Brasil ainda carrega a histórica valorização da agroexportação, o que pode ser facilmente verificado pelo destaque na mídia dado as supersafras de grãos e aos grandes produtores considerados reis da soja, da laranja ou do gado” (Altafin, 2005, p. 13).

A valorização da multifuncionalidade é mais proeminente na Europa e, de forma incipiente, no Brasil. A multifuncionalidade está cada vez mais presente no cenário acadêmico e, em certos setores específicos da esfera pública, nos quais convergem elementos positivos, como o progresso das políticas nacionais voltadas para a agricultura familiar. No entanto, é importante notar que tais componentes ainda ocupam uma posição secundária na política brasileira (Froehlich, 2002).

Entretanto, apesar das controvérsias, a multifuncionalidade da agricultura pode ser vista como uma estratégia interessante e significativa para o desenvolvimento rural. Esta permite compreender a complexidade do mundo rural e suas diversas dinâmicas sociais e culturais, contribuindo também para o reconhecimento das novas funções e atividades emergentes (Klein; Souza, 2013).

No subitem subsequente, será explorado o conceito de turismo rural, reconhecido como uma estratégia de reprodução social implementada por famílias de agricultores com o objetivo de garantir sua permanência no meio rural.

O TURISMO RURAL COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Ao analisar o pequeno agricultor, é crucial considerar as estratégias adotadas, os desafios enfrentados e os recursos disponíveis para sua sobrevivência no campo. Essas estratégias podem ser interpretadas como respostas às mudanças globalizantes provenientes do mercado e da influência da cultura urbana, as quais se manifestam de forma espacial (Menegati, 2008).

Segundo Alves (2004), as estratégias adotadas pela família para permanecer no campo e preservar seu modo de vida abrangem não apenas aspectos econômicos e técnicos, mas também consideram questões políticas e culturais. Além disso, a interação entre a família, enquanto unidade de produção, e o trabalho, compreendido como um conjunto de relações estratégicas e racionalidades adaptativas, revela que a reprodução das famílias é fundamentada, principalmente, em construções simbólicas e em laços pessoais e de mercado.

Dessa forma, as diferentes formas de obtenção de renda entendidas como estratégias de reprodução social, em diversas regiões impede que a família abandone o campo, além de assegurar recursos e dar continuidade as práticas agrícolas na propriedade rural (Pedro; Hespanhol, 2013).

Nesse sentido, cabe destacar o turismo rural reconhecido como uma estratégia de reprodução social implementada por famílias de agricultores com o objetivo de sustentar sua permanência no meio rural.

Devido às transformações no meio rural, a prestação de serviços do agricultor por meio do turismo viabiliza, em muitos casos, a permanência das pessoas no campo, resultando na redução do êxodo rural. O turismo rural

deve ser encarado pelo agricultor como uma oportunidade para diversificar as atividades na propriedade, desde que haja estrutura e capacitação adequadas para receber os turistas nos empreendimentos (Candiotto, 2007).

De acordo com o Ministério do Turismo (2010, p. 101), o turismo rural é o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Zimmermann (1996, p. 50) expõe que o turismo rural contribui:

[...] para proporcionar bem-estar às famílias envolvidas com a atividade, fazendo com que passem a sentir orgulho de sua origem e se conscientizem da preservação de seu patrimônio, que é enaltecido pelo turista, que procura o campo para satisfazer suas necessidades de lazer, interagindo com a comunidade local e com as atividades que são comuns aos residentes. O jeito simples e acolhedor do homem do campo também chamam a atenção do turista, ou mesmo o desejo de resgatar sua cultura e sua origem, além de afastá-lo, por um determinado tempo, do tumulto e da poluição da cidade grande.

Para Goerck (2017), o turismo rural deve atender as necessidades de todos, sejam eles proprietários ou mesmo visitantes, proporcionando desenvolvimento para as comunidades rurais, fonte de renda e diminuição do êxodo rural. Além disso, para satisfazer as expectativas dos turistas, os responsáveis pelas propriedades de turismo rural necessitam seguir alguns princípios básicos que são: “autenticidade, harmonia ambiental, preservação das raízes, divulgação dos costumes e atendimento familiar” (Goerck, 2017, p. 77).

O turismo rural, em sua essência, é caracterizado por ser realizado em estruturas “predominantemente rurais, de pequena escala e localizadas em ambientes ao ar livre. A atividade proporciona aos visitantes o contato direto com a natureza, com a herança cultural das comunidades rurais e com as práticas tradicionais” (Riva; Bertolini, 2017, p. 201).

Dessa forma, o desenvolvimento e a comercialização do turismo rural implicam no estabelecimento de um contato direto entre o turista e o produtor, que passa a oferecer uma gama de serviços que incluem estadia, alimentação, atividades de lazer, bem como a venda de produtos agrícolas *in natura* (como frutas, ovos e verduras) ou artesanais (como compotas, queijos e vinhos). Esse processo possibilita o reconhecimento do produto,

promove a marca, aprimora o custo e a qualidade dos produtos oferecidos ao turista, resultando em um aumento da renda para o produtor (Silva et al., 2010).

Portuguez (1999, p. 30) acrescenta que:

[...] o turista sente necessidade de acordar cedo com o cantar do galo, tomar leite fresco da vaca ou cabra e se deliciar com os quitutes preparados em um fogão à lenha, de andar descalço sentindo o cheiro da terra molhada, tomar um refrescante banho de cachoeira, descansar sob a sombra de uma árvore e provar aquela comidinha típica caseira ou ainda bebericar uma aguardente dos alambiques da roça.

De acordo com Talavera (2001), o turismo rural pode ser praticado em propriedades rurais, ranchos, hotéis-fazenda, pousadas e pesque-pague para todos os gostos e desejos. As pessoas dos centros urbanos procuram se afastar das conturbações da cidade, do estresse e correria do dia a dia que este ocasiona, deste modo, encontram nas áreas rurais esse refúgio, e se encantam ao entrar em contato direto com a natureza. “Andar a cavalo ou charrete, tomar leite bem cedinho no curral, correr atrás de galinhas para garantir o almoço, plantar uma horta, além de pescar e depois comer o próprio peixe, são algumas atividades desse tipo de passeio, que trazem as pessoas cada vez mais para o campo” (Talavera, 2001, p. 51).

O turismo rural, por vezes, faz ressurgir “as artes, as crenças, os cerimoniais, a linguagem e o patrimônio arquitetônico, que normalmente são restituídos ao cotidiano, mas que, a partir do implemento da atividade turística, são transformados em atrativos típicos usados como marcas locais interessantes para o turismo” (Goerck, 2017, p. 78).

Outros aspectos benéficos do turismo incluem a valorização de elementos culturais, como o artesanato, o patrimônio histórico, as atividades tradicionalmente rurais, a gastronomia, as festas típicas e o estilo de vida simples e tradicional dos habitantes locais. Esta nova perspectiva atribui ao campo uma imagem renovada, associada à qualidade de vida, saúde e lazer (Goerck, 2017).

O turismo pode ser concebido como uma atividade destinada a diversificar a fonte de receita de uma propriedade rural, porém, requer capacitação, assim como qualquer outra nova atividade ou tecnologia. No entanto, em muitos casos essa diversificação, segundo Barrera (2000, p. 196), “é mais acessível do que muitas outras, uma vez que os produtores contam com a paisagem, os valores culturais da região, a casa ou as instalações do estabelecimento, os tratores ou outra maquinaria, a horta, os cavalos, a mão-de-obra familiar e rural etc.”

Conforme apontado por Krannich e Petrzelka (2003), é crucial abordar algumas das implicações do desenvolvimento do turismo para o ambiente natural. Embora as características ambientais frequentemente atuem como atrativos para o desenvolvimento, paradoxalmente, as crescentes pressões e alterações decorrentes do uso da terra podem acarretar danos ambientais significativos.

Em determinadas localidades, o aumento contínuo do fluxo de pessoas resulta em volumes de tráfego que ultrapassam a capacidade das vias em pequenas cidades e estradas rurais, gerando problemas de congestionamento e segurança. O desenvolvimento residencial disperso pode ocasionar mudanças no uso da terra agrícola, a perda de espaços abertos e agravar questões relacionadas à segurança pública, especialmente quando se estende para áreas florestais, aumentando os riscos associados a incêndios. As emissões de gases provenientes de veículos e fogões a lenha podem contribuir para a deterioração da qualidade do ar. Além disso, o aumento do desperdício de água e a degradação da cobertura vegetal podem afetar a qualidade da água, mesmo em locais aparentemente intocados (Souza; Klein, 2019).

Por fim, entre as consequências ambientais mais prejudiciais associadas ao desenvolvimento do turismo rural, destacam-se os efeitos sobre a vida selvagem. A fragmentação do território decorrente da expansão residencial interfere no habitat natural e pode resultar na redução tanto da quantidade quanto da diversidade de espécies da vida selvagem (Souza; Klein, 2019).

Deste modo, o desenvolvimento do turismo rural tem levado os habitantes das áreas urbanas a procurarem atividades de lazer em ambientes rurais, investindo tempo e recursos financeiros nessa prática. Contudo, para garantir a satisfação do turista, é fundamental que haja infraestrutura e serviços adequados, a fim de proporcionar uma recepção acolhedora aos visitantes. Além disso, ressalta-se a importância da conservação ambiental, dada a estreita relação entre o turismo e o meio ambiente. É evidente que, muitas vezes, o ambiente natural é um elemento essencial para a atividade turística, destacando a necessidade de medidas que promovam sua conservação e sustentabilidade (Goerck, 2017).

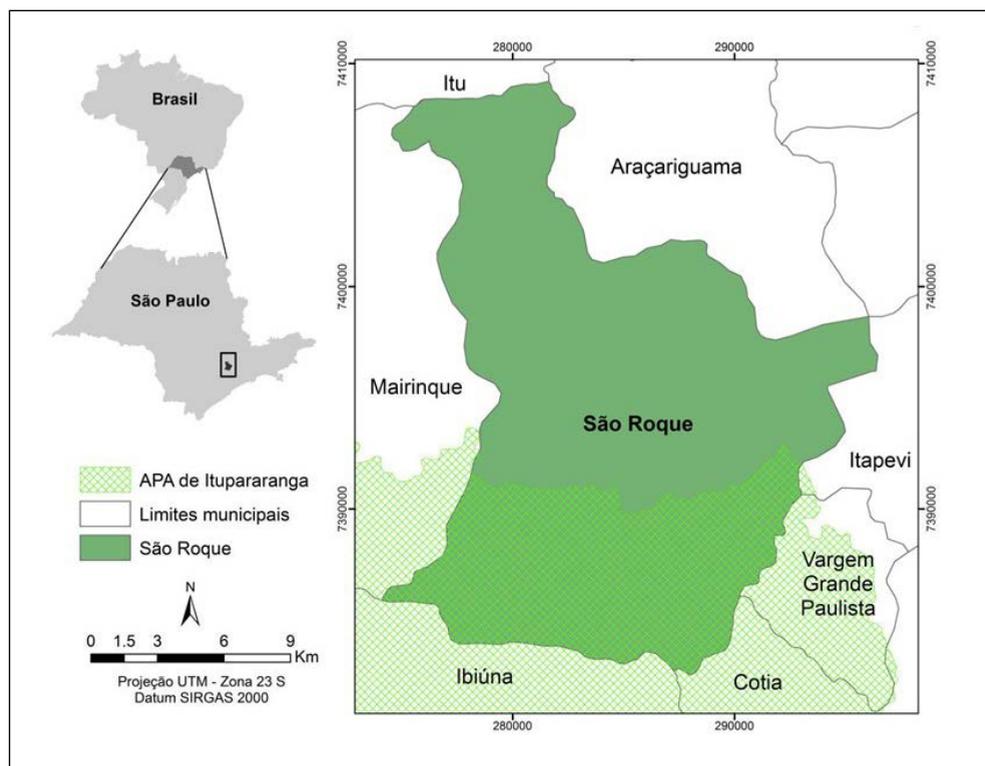
Portanto, essa forma, o turismo rural é uma atividade multifacetada que desempenha um papel crucial na reprodução socioeconômica das famílias rurais. Ao proporcionar oportunidades de geração de renda, emprego e preservação cultural, também traz consigo desafios que requerem abordagens cuidadosas e sustentáveis.

No próximo subitem será analisado as propriedades/empreendimentos do Roteiro do Vinho do município de São Roque, observa-se que, tais propriedades que anteriormente eram dedicadas exclusivamente à agricultura, estão expandindo suas atividades para o turismo rural.

O TURISMO RURAL EM PROPRIEDADES RURAIS DAS FAMÍLIAS SITUADAS NO ROTEIRO DO VINHO DE SÃO ROQUE-SP

O município de São Roque (Mapa 1) está localizado no interior do Estado de São Paulo e pertence à Região Metropolitana de Sorocaba, fazendo divisa com os municípios de Itapevi, Ibiúna, Itu, Cotia, Araçariçuama, Vargem Grande Paulista e Mairinque. São Roque pode ser acessada principalmente pelas Rodovias Castello Branco (SP 280) e Raposo Tavares (SP 270), que cortam o município pelo centro. Além disso, o município está localizado a menos de 60 km da capital paulista (Silva; Stoppa, 2021).

Mapa 1. Localização Geográfica do município São Roque-SP



Fonte: Base Cartográfica IBGE, 2020. Elaborado por Tamires Regina Rocha, 2024.

De acordo com o IBGE (2021), São Roque é o 5º município mais populoso da região de Sorocaba, com 93.076 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE – Censo de 2010, a população total correspondia a 78.711 habitantes, sendo que a população urbana era de 71.388 (90,7%) e a população rural de 7.323 (9,3%).

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o PIB (Produto Interno Bruto) do município de São Roque em 2021 era de cerca de R\$ 3,1 bilhões, sendo que 64,1% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (20,3%), da administração pública (13,8%) e da agropecuária (1,7%). Mesmo com números menores, a agricultura se faz presente e possui importância fundamental para o município que vem investindo cada vez mais nas atividades de turismo rural, além de ser conhecida nacionalmente como a “terra do vinho”.

Devido ao seu grande potencial no cenário histórico artístico, ecológico (40% do território do município é coberto por Mata Atlântica – APA de Itupararanga) e cultural, em 1990, São Roque recebeu o título de Estância Turística. “Além disso, constitui-se como opção diversificada para turismo e lazer no Estado de São Paulo e região sudeste, para visitantes que procuram por diferentes experiências próximas a capital em seu tempo livre, principalmente ligadas ao vinho e gastronomia” (Farias; Guizi, 2015, p. 71).

O Roteiro do Vinho de São Roque é formado pela Estrada do Vinho, Estrada dos Venâncios e Rodovia Quintino de Lima. O roteiro existe desde 2006 e visa ao fortalecimento do turismo rural, gastronômico e do enoturismo, bem como contribuir para a economia local. São fazendas, haras, pousadas, hotéis, laticínios, adegas, pesqueiros e produtores artesanais de cachaças, vinhos, doces, frutas, entre outros produtos cultivados na cidade e região, que fazem de São Roque um potencial destino rural (Roteiro do Vinho, 2022).

O roteiro busca fomentar o turismo rural no município, através da valorização dos ingredientes, produtos e receitas do campo que atraem a população residente nos centros urbanos em busca do contato com a natureza, da gastronomia rural e da tranquilidade não encontrada nesses centros, além de que, a atividade também contribui para a complementação da renda familiar das unidades de produção (Roteiro do Vinho, 2022).

O Roteiro do Vinho de São Roque é composta por quarenta e quatro (44) pontos de visitação, divididos em subcategorias como, restaurantes; vinícolas e adegas; produtos típicos; pousadas, lazer e entretenimento (Roteiro do Vinho, 2022).

Na Figura 1 é possível observar as propriedades/estabelecimentos que compõem esse roteiro. Esse material pode ser acessado por meio das redes sociais da Prefeitura Municipal de São Roque e do próprio roteiro, bem como, no Centro de Informações Turísticas do município.

Figura 1. Roteiro do Vinho de São Roque – SP



Fonte: Roteiro do Vinho de São Roque, 2022.

Segundo constatado em uma visita exploratória realizada no ano de 2023, por meio conversas com produtores e empresários do segmento de turismo rural, nas propriedades e estabelecimentos visitados, foi possível observar que, anteriormente, a principal fonte de renda das famílias era proveniente do cultivo e comercialização da uva Niágara. Contudo, atualmente, essas famílias adotaram estratégias de reprodução social para assegurar sua permanência no meio rural, as quais estão intimamente relacionadas ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas nas propriedades rurais. Nesse contexto, optou-se pelo fomento de atividades voltadas ao turismo rural, através da implementação de adegas, restaurantes, haras, pesque-pagues, entre outras iniciativas.

Observou-se que, muitas propriedades rurais estão vinculadas a produção de uvas e a vinificação, oferecendo aos visitantes a

oportunidade de conhecer o processo de elaboração do vinho, desde a colheita até a degustação. Esta prática não apenas proporciona uma experiência enriquecedora aos turistas, mas também representa uma fonte significativa de renda para as famílias envolvidas, destacando a relevância econômica do setor.

Além das atividades relacionadas à viticultura, algumas propriedades se destacam pela oferta de experiências de agroturismo, como colheitas participativas, nas quais os visitantes têm a oportunidade de colher frutas e vegetais. Essa interação direta com a natureza e com as práticas agrícolas promove um entendimento mais profundo sobre a vida no campo, contribuindo para a disseminação de práticas sustentáveis. Os proprietários rurais frequentemente organizam oficinas e cursos sobre o cultivo de uvas e produção de vinho, o que atrai um público interessado em aprofundar seu conhecimento sobre essas atividades.

Outro aspecto relevante observado foi a hospitalidade dos proprietários rurais, que se dedicam a criar um ambiente acolhedor para os visitantes. Muitas propriedades oferecem opções de hospedagem em suas instalações, permitindo que os turistas desfrutem de uma experiência imersiva. As acomodações variam de pousadas simples a chalés mais elaborados, sempre integradas à paisagem rural, o que contribui para a valorização do espaço e a promoção do turismo na região.

No que se refere à infraestrutura, foi possível constatar que algumas propriedades têm investido em melhorias para melhor atender aos turistas. Essa iniciativa inclui a criação de áreas de lazer, restaurantes que servem pratos típicos da culinária local e a realização de eventos sazonais, como festivais de vinho e gastronomia. Tais iniciativas não apenas enriquecem a experiência dos visitantes, mas também fortalecem a identidade cultural da região, atraindo um público mais diversificado.

O contato inicial, ainda que preliminar com os proprietários indicaram que muitos deles reconhecem a importância do turismo rural como uma estratégia de diversificação de renda e sustentabilidade econômica. No entanto, também foram identificadas dificuldades relacionadas à sazonalidade do turismo e à necessidade de maior apoio e visibilidade para suas iniciativas. A aplicação dos formulários e a realização de entrevistas mais detalhadas nas próximas etapas da pesquisa têm como objetivo aprofundar a compreensão sobre como o turismo rural no Roteiro do Vinho pode ser aprimorado e quais são os desafios enfrentados por essas famílias.

Por fim, é viável antecipar algumas indagações e suposições que serão investigadas ao longo desta pesquisa. Por exemplo, é esperado que o turismo rural exerça um impacto considerável na economia local, promovendo a criação de empregos e fomentando o desenvolvimento de pequenos empreendimentos ligados ao setor turístico. Adicionalmente, é plausível que o turismo rural desempenhe um papel relevante na conservação da identidade cultural e das tradições locais, embora também possa ocasionar pressões sobre os recursos naturais e o ambiente. Ao explorar essas temáticas, este estudo almeja contribuir para uma compreensão mais aprofundada do papel do turismo rural na reprodução social das famílias rurais, além de visar o desenvolvimento de políticas e estratégias mais eficazes para promover um turismo rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A multifuncionalidade dos espaços rurais emerge como um conceito central para compreender a complexidade das dinâmicas sociais, culturais e econômicas presentes no mundo rural. Essa abordagem reconhece que o espaço rural não se limita à produção agrícola, mas abrange uma diversidade de serviços e atividades interrelacionadas. No contexto do município de São Roque, a multifuncionalidade se manifesta na coexistência de atividades agrícolas, especialmente o cultivo da uva, e no desenvolvimento de iniciativas de turismo rural. Essa integração entre a produção agrícola e o turismo não apenas diversifica as fontes de renda para os produtores locais, mas também valoriza as tradições culturais e os recursos naturais da região, promovendo um desenvolvimento sustentável. Assim, a multifuncionalidade dos espaços rurais e a multifuncionalidade da agricultura se entrelaçam, criando um ambiente em que, a produção, a conservação e a valorização cultural coexistem e se reforçam mutuamente.

Como abordado no decorrer do trabalho, o desenvolvimento do turismo rural traz uma série de benefícios tanto para os agricultores quanto para as comunidades locais. Mesmo que o trabalho de campo ainda não tenha sido realizado, é evidente, com base nas primeiras informações coletadas, que o turismo rural desenvolvido nas propriedades rurais do Roteiro do Vinho de São Roque é uma oportunidade significativa para os produtores rurais locais diversificarem suas fontes de renda. Os produtores têm a chance de agregar valor aos seus produtos, oferecendo experiências únicas aos visitantes, como

degustações de vinhos, passeios por vinícolas e participação em atividades agrícolas. Isso não só aumenta a receita monetária das propriedades, mas também fortalece a relação entre o campo e a cidade, promovendo a valorização dos produtos locais.

No entanto, é importante ressaltar que o crescimento do turismo rural deve ser planejado de forma sustentável, levando em consideração a capacidade de carga das áreas visitadas, o respeito ao meio ambiente e a participação ativa das comunidades locais no desenvolvimento e gestão das atividades turísticas. Dessa forma, é possível garantir que o turismo rural contribua para o desenvolvimento econômico e social dos espaços rurais, sem comprometer sua integridade ecológica e cultural, em conformidade com um dos princípios fundamentais da multifuncionalidade.

Agradecimentos: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP N° Processo: 2023/08349-4.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara Guimarães. Reflexões sobre sustentabilidade e multifuncionalidade nas políticas para o desenvolvimento rural no Brasil. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 43., 2005, Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

ALVES, José. **Dinâmica Agrária do Município de Ortigueira (PR) e a Reprodução Social dos Produtores Familiares: uma análise das comunidades de Pinhalzinho e Vila Rica**. 2004. 316 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente.

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de. **ABC do turismo rural**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Caderno de Orientações Básicas de Turismo**, 2. ed, Brasília, 2010.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009, São Paulo. XIX ENGA - Formação e contemporaneidade da diversidade socioespacial no campo. São Paulo, 2009.

CARNEIRO, Maria José.; MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: NEAD/UFRJ, 2003.

FARIAS, A.P.P; GUIZI, A.A. Turismo, cultura e serviços: A competitividade em serviços de turismo em cidade próxima de uma capital – Estudo de caso em São Roque (SP). CAD. Est. Pes. **Tur. Curitiba**, v.4, nº 5, p.66-85, jul/dez, 2015.

FROEHLICH, José Marcos. **Rural e Natureza: a construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**. 2002. 226 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GOERCK, Gabriela Umann. Turismo rural na agricultura familiar: análise dos subsídios repassados aos agricultores pelas entidades ligadas à área rural em Santa Cruz do Sul. *ÁGORA (UNISC. ONLINE)*, v. 19, p. 75, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Panorama Economia de São Roque. Disponível em < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/são-roque/panorama> > Acesso em 10.mai.2024.

KRANNICH, Richard S.; PETRZELKA, Peggy. Tourism and natural amenity development: real opportunities? In: BROWN, David Louis; SWANSON, Louis E. (Ed.). *Challenges for rural America in the twenty-first century*. University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 2003. p. 190-199.

LEITE, Inês Fonseca. *Multifuncionalidade da paisagem como desenvolvimento rural*. 2010. 81 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagística) – Universidade Técnica de Lisboa.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. A multifuncionalidade da agricultura brasileira na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135-153.

MENEGATI, Regiane Aparecida. **Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do Município de Indiana (SP)**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente.

PEDRO, Vânia Cristina dos Santos; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Estratégias de reprodução social dos produtores rurais da microbacia do córrego 1º de maio/timburi no município de Presidente Prudente – SP. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.35, v.1, p.60-77, jan./jul.2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RIVA, Giovana; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. Perspectiva do Turismo Rural como Alternativa de Renda para Agricultura Familiar: Análise de Trabalhos Científicos. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, p. 197-227, 2017.

ROTEIRO DO VINHO, 2022. Disponível em <<https://www.roteirodovinho.com.br/>> Acesso em: 11.mai.2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SERRANO, José Antonio Segrelles. La multifuncionalidade rural: realidade conflictiva em la Unión Europea, mito em América Latina. **Ería**, Oviedo-ES, v. 72, p. 89-99, 2007. Disponível em: < <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/3365> >. Acesso em: 12.mai.2024.

SERRANO, José Antonio Segrelles. Conservación ambiental y aprovechamiento agropecuario: el caso del parque natural agrario “Los Carrizales” (Elche, Alicante). **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, Madrid-ES, v. 62, p. 295-316, 2013. Disponível em: < <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/28101> > . Acesso em: 12.mai.2024.

SILVA, Nivaldo Pereira da; FRANCISCO, Antônio Carlos de; THOMAZ, Marcos Surian. Turismo rural como fonte de renda das propriedades rurais: um estudo de caso numa pousada rural na Região dos Campos Gerais no Estado do Paraná. **Caderno Virtual de Turismo (UFRJ)**, v. 20, p. 22-37, 2010.

SILVA, Tamires Martins; STOPPA, Edmur Antonio. Roteiro do Vinho em São Roque: relações entre o lazer, o turismo e a participação sociocultural. **Marketing & Tourism Review**, Belo Horizonte - MG - Brasil, v. 6, n. 2, 2021.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 87, p. 40-49, dez./fev. 2001.

SOARES, Nádia Bolzan. Água e Multifuncionalidade da Agricultura: uma análise a partir dos orizicultores de Cacequi – RS, 2008, 210 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

SOUZA, Marcelino de; KLEIN, Angela Luciane. Normativas, regulamentações e políticas públicas para o turismo rural. In: Marcelino de Souza; Tissiane Schmidt Dolci. (Org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 41-60, 2019.

TALAVERA, Agustin Santana. O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol? In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T.; LUCHIARI, M. T. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

ZIMMERMANN, Adonis. **Turismo rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Ed. Do Autor, 1996.

DESENVOLVIMENTO RURAL E DINÂMICA POPULACIONAL: UM PANORAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA (RMP) A PARTIR DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA DO IDR¹

Matheus Sanaiotti Marconi

INTRODUÇÃO

Tendo por finalidade analisar as dinâmicas de desenvolvimento rural numa perspectiva multidimensional, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) prioriza os elementos rurais, considerando, em sua construção, práticas e processos socioespaciais para além do recorte produtivo. Desse modo, estabelecer metodologias que assumam a preocupação teórico-metodológica de “dar conta” da complexa diversidade dos rurais brasileiro - centrada em desigualdades regionais históricas - constitui exercício patente do fazer científico entre grupos de pesquisa que se dedicam aos estudos rurais/agrários.

Diante disso, esta pesquisa é fruto de um trabalho desenvolvido em conjunto com a Rede de Estudos Agrários - REA. Valorizando objetivo da Rede de Estudos Agrários, identificou-se a necessidade de tomar o desenvolvimento rural como problemática de pesquisa, questionando-se a viabilidade de se utilizar índices e indicadores de desenvolvimento rural como pressuposto importante para direcionamento de políticas públicas.

Nesse sentido, a compreensão das dinâmicas e processos estruturantes do desenvolvimento rural, desdobra-se no exercício metodológico de levantamento de dados para as análises coerentes com a realidade. Por assim compreender, a metodologia desenvolvida por Kageyama (2004), adaptada e contextualizada em diferentes áreas de estudos por Correa; Silva; Neder (2007), Aguiaris; Pires (2012), Fagundes (2014) realizaram

¹ O presente texto é parte da dissertação, intitulada como “O desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Piracicaba-SP: diferenciação espacial de processos econômicos, sociais e ambientais”, defendida junto ao PPG em Geografia - IGCE - UNESP/Rio Claro, em 2024.

esse exercício metodológico e constituem-se como base para a proposta do Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais (LEAA/UFPel, 2018), da qual nos valem neste trabalho. Esta proposta foi adaptada para analisar o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) e apontar ações e estratégias que beneficiem agricultores familiares na região imediata de Pelotas/RS. A partir disso, objetivou-se, através do REA, compreender a viabilidade da aplicação desta mesma metodologia para o estudo de outras regiões, a partir dos recortes espaciais dos grupos de pesquisa envolvidos.

À vista disso, o nosso objetivo foi caracterizar e analisar o panorama do desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) - a partir da aplicação metodológica do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) -, destacando a variável populacional como importante elemento de compreensão do desenvolvimento em sua perspectiva multifacetada.

Tal objetivo se justifica pela importância de tensionar o aporte metodológico em diferentes contextos regionais, a fim de “calibrar” o índice à heterogênea e complexa diversidade do rural brasileiro. Ademais, o recorte populacional visa contribuir para o debate sobre a permanência e manutenção da população no campo, buscando a garantia e efetividade de políticas públicas de desenvolvimento orientadas para além da produção de *commodities*. Dessa forma, entende-se que a presença de pessoas residindo no espaço rural, organiza essa porção do espaço geográfico de modo multifuncional.

Para tanto, toma-se como recorte espacial a Região Metropolitana de Piracicaba, compreendendo a importância do debate sobre o desenvolvimento rural para os estudos geográficos, a relevância em analisar as dinâmicas promotoras de desigualdades socioespaciais no campo brasileiro e como os resultados desses estudos podem auxiliar na identificação de pautas para políticas públicas e de investimento para o espaço rural.

Assim, o que está posto para este trabalho, a partir da aplicação metodológica do IDR, é compreender quais são os elementos que viabilizam a discussão do desenvolvimento rural em uma região onde os municípios são caracterizados como urbano-industriais. Soma-se a esta, uma questão principal: em que medida a análise da variável populacional contribui para a efetividade do desenvolvimento rural para além dos aspectos produtivos? Esse questionamento parte da observação empírica durante trabalhos de campo em nosso recorte de pesquisa, de que onde há monocultura (leia-se, cana-de-açúcar) não há população e, portanto, densidade do tecido sociocultural.

Desse modo, a inserção da RMP em um contexto marcadamente urbano-industrial em estreita articulação com a monocultura canavieira, voltada principalmente para a agroindústria sucroenergética, marca grande parcela da especificidade regional quando comparada à outras regiões metropolitanas do estado de São Paulo. Tal especificidade nos faz indagar sobre qual o impacto do meio rural nas economias locais e regionais e ainda, se é possível tratar de desenvolvimento rural nesse espaço de domínio urbano e industrial: é possível falarmos de desenvolvimento rural diante das dinâmicas e processos gestados no espaço rural dos municípios de tal contexto?

Para além desta introdução e das considerações finais, este capítulo está organizado em 4 seções: a primeira apresenta o aporte metodológico da pesquisa, a segunda apresenta e caracteriza brevemente o recorte espacial da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP), a terceira estabelece o panorama do desenvolvimento rural na RMP e a quarta analisa e discute os resultados dos subíndices de população (IPOP) e bem-estar (IBES).

APORTE METODOLÓGICO PARA LEVANTAMENTO E CÁLCULO DO IDR

O IDR é constituído por quatro subíndices, compostos por diferentes variáveis. O primeiro refere-se à dinâmica populacional, denominado Índice de População (IPOP); o segundo ocupa-se dos aspectos de escolarização e infraestrutura básica de moradia e saneamento, chamado de Índice de Bem-estar Social (IBES); o terceiro centraliza os dados referentes à receita diante das atividades de produção agrícola e não agrícola, denominado Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE); por fim, o quarto prioriza questões ambientais, sendo este estabelecido como Índice de Meio Ambiente (IMA).

Para obtenção dos dados relativos aos Subíndices, foram utilizados bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como: Censo Demográfico (2010), com dados do universo e a base Amostral (microdados), o Censo Agropecuário (2017), Pesquisa da Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal (2017), encontrados no Sistema IBGE de Recuperação de Dados (SIDRA) e Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). O quadro 1 sintetiza as variáveis e o banco de dados para cada subíndice.

Quadro 1 - Componentes metodológicos do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR)

Subíndice	Variáveis	Base de dados
Índice de População (IPOP) (A+B+C+D+E) /5	A- densidade demográfica rural; B- proporção da população rural; C- proporção população jovem rural; D- proporção de migração; E- proporção da população em permanência e retorno.	Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA) e Plataforma Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Censo Demográfico de 2010.
Índice de Bem Estar (IBES) (A+B+C+D) /4	A- taxa de alfabetismo da população rural; B- proporção de escolarização rural; C- proporção de domicílios rurais com acesso a banheiro e/ou sanitário; D- proporção de domicílios rurais com coleta de lixo.	Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Censo Demográfico de 2010.
Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) (A+B+C+D) /4	A- renda domiciliar per capita; B- rendimento do trabalho na agricultura; C- proporção de ocupados em atividades não agrícolas; D- proporção de ocupados em atividades agrícolas.	Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA) e Plataforma Banco Multidimensional de Estatísticas (BME). Pesquisa da Pecuária Municipal e Produção Agrícola Municipal (2017).
Índice de Meio Ambiente (IMA) (A+B+C) /3	A- proporção de estabelecimentos sem ou com adubação orgânica; B- proporção de estabelecimentos sem uso de agrotóxicos; C- proporção de estabelecimentos com práticas conservacionistas.	Sistema IBGE de recuperação automática (SIDRA). Censo Agropecuário (2017).

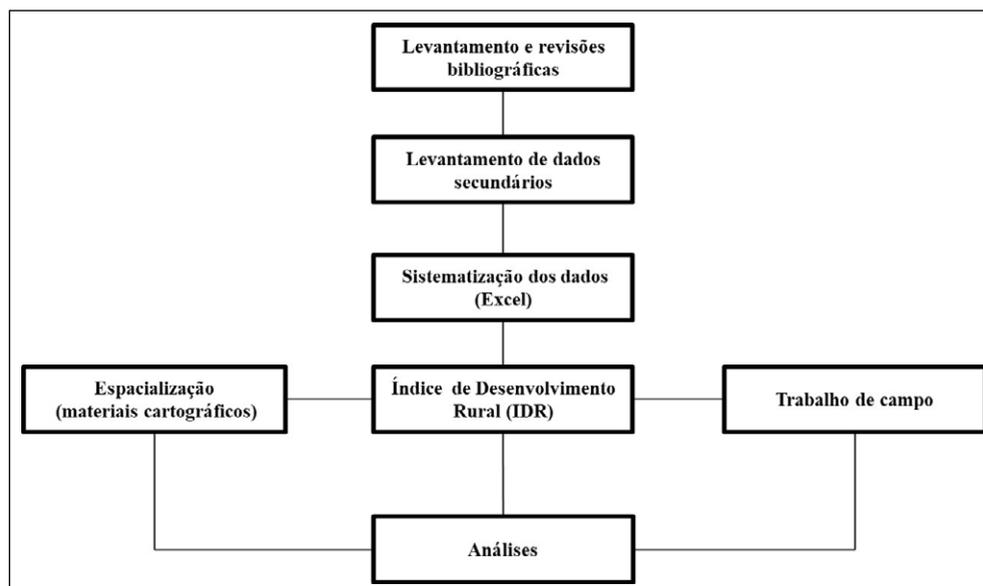
Elaborado pelo autor, 2024.

Esses dados foram tratados, sistematizados e tabulados em tabelas Excel, onde passaram por um conjunto de procedimentos estatísticos. Ademais, por meio de cálculos das médias resultantes das variáveis, seguiu-se com a padronização dos dados, na qual cada subíndice passou a variar entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo do número 1, maior o nível de desenvolvimento. Para classificar os municípios por níveis de desenvolvimento, utilizou-se a técnica de quartis, na qual os municípios são categorizados em quatro níveis de IDR: Muito Baixo, Baixo, Médio e Alto.

Após a obtenção dos dados e sistematização dos resultados, foram confeccionados materiais cartográficos. Nessa etapa utilizou-se o QGis, *software* de sistema de informação geográfica (SIG), para efetuar a espacialização dos resultados, através da correspondência entre o banco elaborado a partir da metodologia apresentada e a base cartográfica.

Por fim, para complementar a discussão dos dados secundários obtidos a partir da metodologia empregada, foram realizados trabalhos de campo nos vinte e quatro (24) municípios da Região Metropolitana de Piracicaba. As atividades consistiram na observação da dinâmica rural e urbana dos municípios e no levantamento fotográfico. Assim, os parâmetros metodológicos empregados, tornaram possíveis a aquisição, qualificação e análise dos dados. A figura 1 sintetiza a sequência metodológica empregada neste trabalho.

Figura 1 - Síntese metodológica



Elaborado pelo autor, 2024.

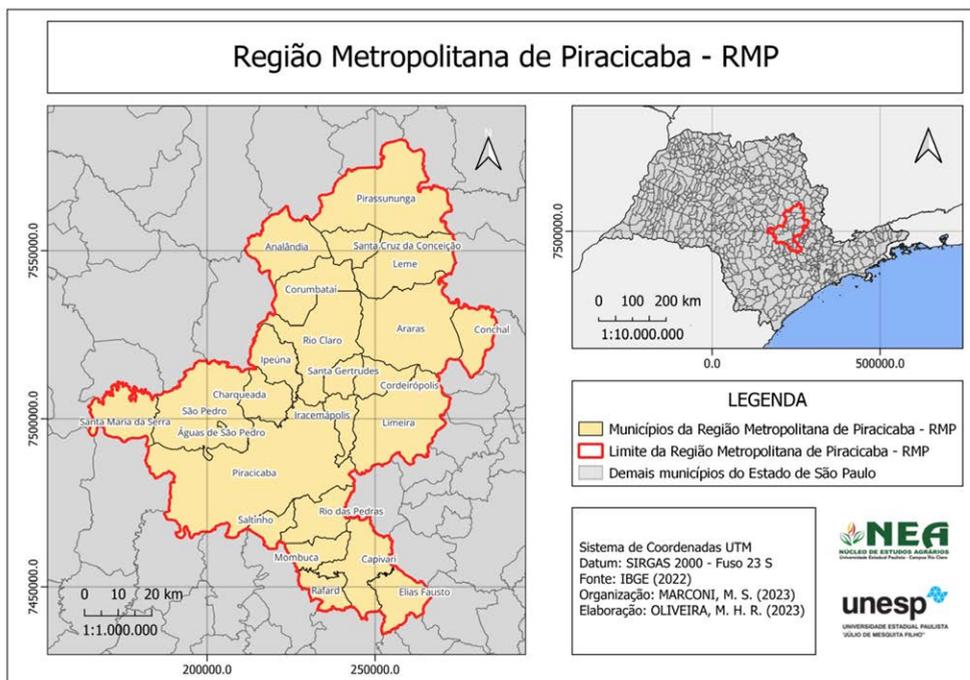
CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA - RMP

A Região Metropolitana de Piracicaba, criada através da Lei Complementar nº 1.360, de 24 de agosto de 2021, é composta por vinte e quatro (24) municípios, sendo eles: Águas de São Pedro, Analândia, Araras, Capivari, Charqueada, Conchal, Cordeirópolis, Corumbataí, Elias Fausto, Ipeúna, Iracemápolis, Leme, Limeira, Mombuca, Piracicaba, Pirassununga, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Cruz da Conceição, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro (figura 1).

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Piracicaba - RMP possui área de 7.860,851 km², o que representa 3,17% da área do estado de São Paulo. Segundo

o censo demográfico (IBGE, 2022), sua população totaliza 1.519.012 pessoas. Dessa forma, a densidade demográfica da RMP é de 193,23 habitantes por quilômetro quadrado. Já numa perspectiva econômica, o Produto Interno Bruto - PIB gerado pelos municípios que a compõem, totalizaram aproximadamente R\$ 83 bilhões, representando 3,5% no PIB do estado de São Paulo.

Figura 2 - Região Metropolitana de Piracicaba, São Paulo, Brasil



Dessa forma, a RMP é definida como uma importante região de desenvolvimento industrial e agrícola do Estado de São Paulo, concentrando empresas dos setores: alimentício, automobilístico, sucroalcooleiro, metal-mecânico, agroindustrial, ceramista, entre outros. Os argumentos que comprovam essa afirmação estão explícitos em uma série de estudos anteriormente realizados em municípios da região e que apresentaram diferentes perspectivas das dinâmicas espaciais do recorte. Todavia, verifica-se, ainda, uma lacuna de pesquisa partindo da perspectiva do Desenvolvimento Rural.

Compreende-se que tal recorte espacial apresenta características particulares em relação ao espaço rural, com o predomínio da economia urbano-industrial, presença significativa da cultura canavieira e existência

de pequenas propriedades funcionais às atividades agrícolas e não-agrícolas. Nesse contexto, destacamos a cultura de cana-de-açúcar, principal atividade agrícola encontrada na Região Metropolitana de Piracicaba. A tabela 1 apresenta as informações sobre a quantidade em área plantada de cana-de-açúcar (ha) por toda a RMP, bem como o total para o Estado de São Paulo.

Tabela 1 - Área plantada de cana-de-açúcar na Região Metropolitana de Piracicaba - Total para o Estado de São Paulo e Região (2021)

Municípios	Cana de Açúcar (2021) Área plantada (ha)	% RMP	% Estado de São Paulo
Águas de São Pedro	-	-	-
Analândia	8.500	3,02	0,16
Araras	34.000	12,8	0,62
Capivari	21.500	7,64	0,39
Charqueada	9.500	3,37	0,17
Conchal	2.800	0,99	0,05
Cordeirópolis	10.300	3,66	0,19
Corumbataí	3.600	1,28	0,07
Elias Fausto	7.000	2,49	0,13
Ipeúna	5.200	1,85	0,10
Iracemápolis	7.700	2,73	0,14
Leme	17.000	6,04	0,31
Limeira	10.200	3,62	0,19
Mombuca	8.000	2,84	0,15
Piracicaba	48.000	17,05	0,88
Pirassununga	23.000	8,17	0,42
Rafard	7.200	2,56	0,13
Rio Claro	14.600	5,19	0,27
Rio das Pedras	14.500	5,15	0,26
Saltinho	3.390	1,20	0,06
Santa Cruz da Conceição	3.870	1,37	0,07
Santa Gertrudes	4.700	1,67	0,09
Santa Maria da Serra	5.000	1,78	0,09
São Pedro	12.000	4,26	0,22
Total RMP	281.560	100	-
Total Estado de São Paulo	5.473.240	5,14	-

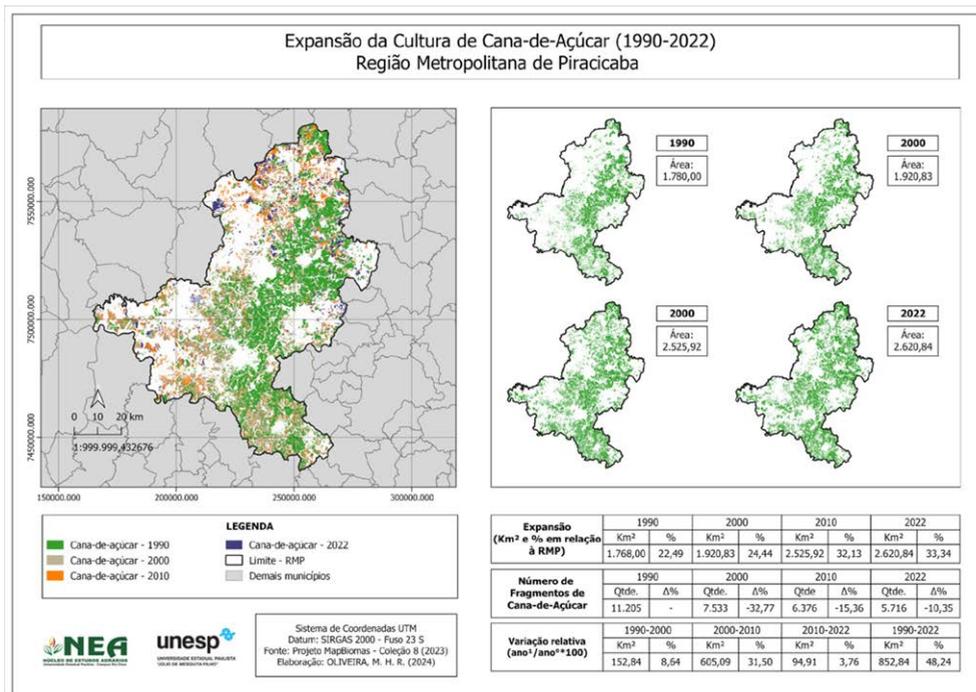
Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Agrícola Municipal - PAM (2021). Elaborado pelo autor, 2024.

Assim, a tabela 1 comprova a representatividade da produção de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, assim como em todos os municípios da Região Metropolitana de Piracicaba. Como já foi indicada, a RMP possui área total de 7.860,851 km², desse total, 2.815,6 km² são ocupados pela monocultura canavieira.

À vista disso, dados fornecidos pela SEADE (2020) também corroboram a expressividade da produção de cana-de-açúcar, inserida por toda a RMP. Ressalta-se que, apenas no município de Conchal, os cultivos de Laranja e da Soja foram superiores ao total canavieiro. No mais, para além da cana-de-açúcar, destaca-se a expressividade da produção de laranja e dos grãos, tais como a soja, o milho e o café. Apontam-se, também, os resultados para os produtos de origem animal, tais como: ovos de galinha e leite. Porém, à título de observação, salienta-se a especificidade das produções de tomate e uva em Elias Fausto, de mandioca em Santa Maria da Serra e banana no município de Saltinho, pois essas culturas são representativas para a economia da região e, de certa forma, fogem à lógica monoprodutiva (cana-de-açúcar, citricultura e grãos).

Nesse sentido, a fim de demonstrar o avanço e a representatividade canvieira na Região Metropolitana de Piracicaba, a figura 3 identifica a expansão da cana-de-açúcar durante o período de 1990 até 2022.

Figura 3 - Expansão da cultura de cana-de-açúcar na Região Metropolitana de Piracicaba (1990-2022)



Através do mapa, nota-se que a cana-de-açúcar avançou cerca de 840,84 km², durante o período de 1990 a 2022, ocupando cerca de 33,34% do território metropolitano no último ano analisado. No que condiz ao número de fragmentos de cana-de-açúcar, percebe-se que a quantidade diminuiu, porém, como a área territorial apresentou crescimento, esses dados indicam que não houve a produção de novos fragmentos de cana-de-açúcar, mas sim a expansão daqueles que já existiam, conectando-se. Diante dessa expressiva presença, a cana-de-açúcar e empresas ligadas às agroindústrias tornam-se elementos frequentes e comuns das paisagens rurais dos municípios e no transitar das rodovias entre uma localidade e outra.

Assim, em virtude do apresentado, pode-se dizer que a dinâmica agropecuária testemunhada pela Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) acompanha o avanço da monocultura canavieira, bem como, a manutenção e reprodução das dinâmicas e processos decorrentes da priorização das atividades produtivas ligadas a essa cultura.

PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA (RMP) A PARTIR DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA DO IDR

Antes de iniciarmos o conjunto de análises dos resultados é importante retomarmos ao objetivo geral da pesquisa, a qual se propôs caracterizar e analisar o panorama do desenvolvimento rural na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) a partir da aplicação metodológica do Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), destacando a variável populacional como importante elemento de compreensão do desenvolvimento em sua perspectiva multifacetada. Sendo assim, resgata-se a reflexão acerca da definição de Desenvolvimento Rural.

Ao tomarem o desenvolvimento como um fenômeno de análise complexa, Melo; Parré (2007) apontam que essa análise deve considerar uma série de transformações de ordem tecnológica, distributiva e econômica, abrangendo um conjunto de indicadores demográficos, sociais, ambientais e econômicos. Trata-se, portanto, de um conceito multissetorial, assumindo fatores relacionados à heterogeneidade estrutural e produtiva do espaço rural.

Neste sentido, Kageyama (2004) nos lembra que o desenvolvimento rural é notadamente multinível, multiatores e multifacetado. Para a autora,

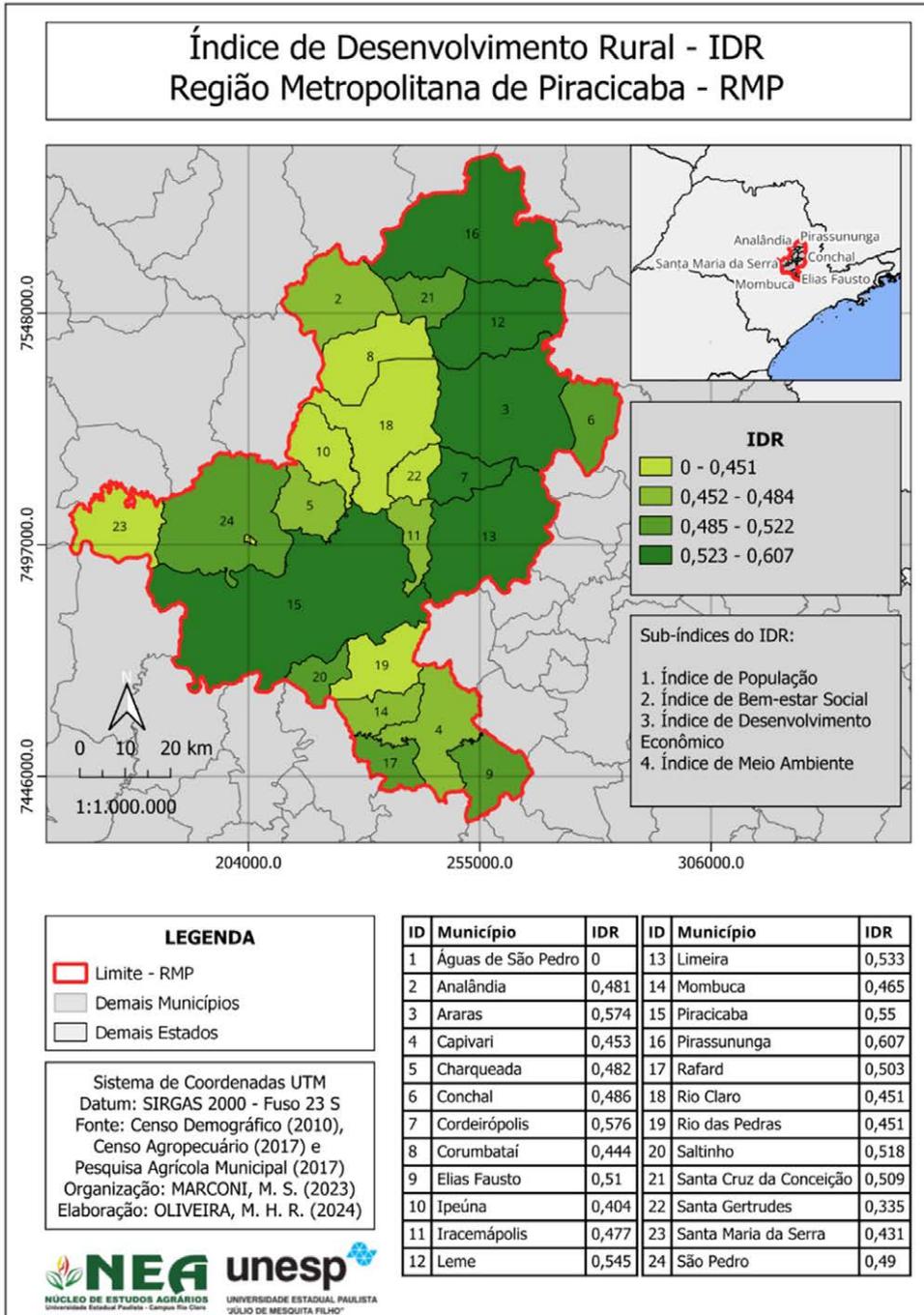
o desenvolvimento rural em um nível global refere-se às relações travadas entre a agricultura e sociedade, perpassando, no nível intermediário, por propostas de modelos técnico-econômicos para o setor agrícola, respeitando-se as dinâmicas locais e regionais (Kageyama, 2004). Desse modo, uma forma de avaliar o desenvolvimento rural está na construção de indicadores e índices, os quais auxiliam no conhecimento da realidade rural de uma determinada área através de variáveis que permitam o levantamento de informações para a compreensão dos potenciais e de demandas locais.

Devido a sua abrangência, o Desenvolvimento Rural não pode ser analisado de forma simples, pois o conceito carrega consigo noções de transformações quantitativas e qualitativas. Nessa perspectiva, estas transformações visam não apenas os aspectos econômicos do espaço rural, mas, principalmente, o bem estar da população do campo. Objetiva-se, deste modo, melhorias, sobretudo no padrão e no modo de vida (acesso à terra, renda, educação, saúde, tecnologia, informação, entre outros) a partir da racionalização de um conjunto de dinâmicas sociais, econômicas, político-institucionais e ambientais.

Nessa definição uma forma de compreender esse conjunto de dinâmicas e, assim, avaliar o desenvolvimento rural está na aplicação da metodologia do IDR proposta neste trabalho. Após a execução de todos os procedimentos metodológicos mencionados anteriormente, identificou-se o Índice de Desenvolvimento Rural para os municípios da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP).

A figura 4 espacializa os resultados do IDR. A partir do material cartográfico, nota-se a disposição dos municípios em decorrência de seus resultados, os quais variam em uma escala de 0 a 1, sendo que: quanto mais próximo de um (1,0), maior o Índice de Desenvolvimento Rural.

Figura 4 - Mapa do IDR na Região Metropolitana de Piracicaba (RMP)



À vista disso, ao distinguir as localidades em níveis de desenvolvimento seguindo os critérios adotados, chega-se à distribuição por quartil apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos municípios da RMP por nível de desenvolvimento rural

Nível de desenvolvimento rural	Municípios
Alto	Pirassununga, Cordeirópolis, Araras, Leme, Piracicaba e Limeira
Médio	Saltinho, Elias Fausto, Santa Cruz da Conceição, Rafard, São Pedro e Conchal
Baixo	Charqueada, Analândia, Iracemápolis, Mombuca e Capivari
Muito baixo	Rio Claro, Rio das Pedras, Corumbataí, Santa Maria da Serra, Ipeúna, Santa Gertrudes e Águas de São Pedro

Fonte: Levantamento de dados, 2023-2024. Elaborado pelo autor, 2024.

Nesse contexto, através da composição dos dados, observa-se que os municípios que alcançaram os melhores Índices de Desenvolvimento Rural estão dispostos em uma faixa, partindo da porção sudoeste, onde situa-se o município de Piracicaba, percorrendo a porção leste da região, correspondendo aos municípios de Leme, Araras e Cordeirópolis, em sentido à Pirassununga, localizado na porção norte da Região Metropolitana.

Por outro lado, nota-se que na porção oeste e central (orientando-se à noroeste) do território metropolitano concentram-se os municípios classificados por níveis de IDR muito baixo, tais como Rio Claro, Ipeúna, Santa Gertrudes, Corumbataí, Santa Maria da Serra e Águas de São Pedro. No entanto, nos seis (6) municípios limítrofes localizados ao sul da RMP, observa-se que Elias Fausto, Rafard e Saltinho apresentam nível médio de desenvolvimento, enquanto Mombuca e Capivari formam uma faixa em nível baixo, e Rio das Pedras posiciona-se com resultado muito baixo.

De modo geral, o maior resultado do IDR foi 0,607, valor que se distancia consideravelmente de 1,00 (valor máximo de desenvolvimento). Ainda, notou-se uma diferença “mediana para baixa” entre o município que obteve maior desenvolvimento (Pirassununga - 0,607) e o de menor resultado (Santa Gertrudes 0,335)².

² É importante destacar que o município de Águas de São Pedro não apresenta resultados de IDR em função do próprio zoneamento inteiramente urbano. Dessa forma, o município de Santa Gertrudes pode ser considerado como aquele que apresenta o IDR mais baixo da RMP.

De modo geral, esses resultados são sintomáticos das lógicas industriais e agroindustriais da monocultura canavieira, que tanto se destacam na Região Metropolitana de Piracicaba. À vista disso, grandes, médias e pequenas propriedades são marcadas por contratos de arrendamento e parceria, situação que marca o quadro regional (e de tendência em outras localidades em que o espaço rural se torna altamente especializado e monocultor) no qual a figura do proprietário não coincide com a do agricultor. Isto significa dizer que a maioria dos proprietários de terras não são agricultores, uma vez que se abstêm da utilização produtiva direta da terra arrendando-as para a cultura da cana-de-açúcar.

DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE PIRACICABA: ELEMENTOS PARA O QUESTIONAMENTO DA PERMANÊNCIA E MANUTENÇÃO DA POPULAÇÃO NO CAMPO

A realidade apresentada na seção anterior fica explícita quando analisamos, principalmente, as variáveis ligadas a dinâmica populacional que compõem o IDR, a partir do Índice de População (IPOP) e do Índice de Bem-estar Social (IBES). As variáveis desses subíndices assumem o objetivo de ponderar aspectos da dinâmica populacional no uso e ocupação do espaço rural, contribuindo para o alargamento e compreensão do desenvolvimento para além do crescimento econômico pautado na produtividade.

Assim, à baixa representatividade de população rural é evidenciada de forma expressiva nos dados do IPOP para os municípios da Região Metropolitana de Piracicaba. Nas seis (6) localidades mais populosas e extensas do recorte metropolitano, a população rural representa baixa porcentagem em relação a população, a saber: Piracicaba (2,15%), Limeira (2,98%), Rio Claro (2,43%), Araras (5,28%), Leme (2,06%) e Pirassununga (8,37%).

Aa título de exemplo, o município de Limeira possui o total de 276.022 habitantes, porém, 8.237 são residentes do espaço rural, valor que representa 2,98% de sua população total. Já no caso de Corumbataí, o município possui uma população rural consideravelmente inferior à Limeira (1.781 pessoas) e, ainda assim, com valor mais expressivo quando comparado a sua população total (3.874 pessoas), o que representa 45,97% do total populacional. Desta forma, foi identificado que municípios como Corumbataí (IDR - 0,444), Santa Cruz da Conceição (IDR - 509), Analândia (IDR - 0,481), Elias Fausto (IDR - 0,510), Mombuca (IDR - 0,465) e Saltinho (IDR - 0,518), possuem

baixas quantidades de habitantes no total, todavia, quando comparados com os maiores municípios da RMP possuem maiores proporções de população rural.

No entanto, no conjunto geral da Região Metropolitana, foram registradas 60.426 pessoas residentes no campo, o que representa 4,37% do total populacional³. Ao analisarmos o contingente populacional de toda a RMP por meio das variáveis do Índice de População (IPOP), observou-se, de modo geral, o baixo dinamismo da população rural. O baixo contingente populacional no espaço rural metropolitano reflete a influência do contexto em que os municípios estão localizados, marcado pela intensa atividade industrial, com população predominantemente urbana em constante trânsito entre a propriedade rural e a moradia urbana.

Esse baixo dinamismo populacional também produz reflexos na redução do número de jovens residindo no espaço rural, fato que suscita o debate sobre a sucessão geracional na manutenção da propriedade rural, sobretudo, as inseridas nas atividades agrícolas. Assim, observou-se que o espaço rural do recorte metropolitano de Piracicaba possui baixa frequência de jovens, sendo que o maior resultado foi de Capivari, com 22,83% e o mais baixo foi 14,57% de Limeira.

No âmbito do bem-estar social da população residente no campo, identificaram-se alguns aspectos relativos ao alfabetismo desses habitantes. À vista disso, através do conjunto de dados, verificou-se que todos os municípios do recorte possuem pouco mais da metade de sua população rural alfabetizada, fator que possivelmente está relacionado aos traços etários de senilidade dos residentes no campo, o que testemunha outra época de escolarização da população, sobretudo, se considerarmos a histórica dificuldade de acesso à educação pela população do campo. Ao analisarmos a configuração desses resultados, percebe-se que Limeira possui a maior taxa de habitantes alfabetizados (76,64%), enquanto Ipeúna detém a menor taxa de alfabetização rural, com 64,92% de pessoas alfabetizadas.

Ainda que os resultados de alfabetismo rural não sejam os ideais, eles são superiores ao grau de escolarização da população rural para o recorte metropolitano, onde são identificados resultados muito baixos de habitantes frequentando escolas, visto que nenhum município possui

³ Tomou-se como base a soma de todo contingente populacional dos municípios da Região Metropolitana de Piracicaba, obtidos através do IPOP, ao qual foram identificadas 1.381.339 pessoas (Censo Demográfico, 2010).

mais de cinquenta por cento de sua população escolarizada, o que também é reflexo de uma população envelhecida e fora da idade escolar. A título de exemplo, Leme concentra a maior porcentagem de população rural escolarizada e, no entanto, essa parcela representa apenas 34,79% de sua população rural.

De modo geral, os baixos índices de alfabetização e escolarização na maior parte dos municípios parecem estar relacionados à baixa proporção da população rural nos municípios, bem como, dos traços de senilidade da população que se reproduz no espaço rural. Essa população testemunha um nível de escolarização que reflete outro momento histórico de acesso à educação, cenário que se agrava com a precariedade na capacidade de retenção da população jovem no campo.

Diante dessa dinâmica relacionada a questões educacionais, torna-se interessante trazer para o debate o conjunto de dados levantados a partir do Índice de Bem-estar Social (IBES), a partir do qual se estabelece o panorama das condições de infraestrutura dos domicílios rurais e acesso à serviços públicos. Neste tocante, os resultados referem-se à existência de banheiros ou sanitários nas propriedades rurais e de coleta de lixo, seja ela realizada por meio de serviços de limpeza ou coletado em caçamba de serviço de limpeza.

Pode-se dizer que, na variável ligada à infraestrutura domiciliar, verificou-se a presença de banheiros/sanitários na maior parte dos domicílios no espaço rural da RMP, testemunhando a existência de infraestruturas para condições básicas de moradia e sobrevivência. Porém, indaga-se sobre o motivo pelo qual a coleta de lixo se apresenta de forma baixa em muitos municípios, principalmente em Santa Gertrudes (3,66%), Analândia (31,25%), Ipeúna (32,81%) e Rio Claro (49,47%), onde os resultados não alcançam ao menos cinquenta por cento (50%) dos domicílios rurais.

Esses municípios, com exceção de Rio Claro, são classificados dentro do IBES como baixo (Analândia) ou muito baixo (Ipeúna e Santa Gertrudes). De certa maneira, esses resultados relacionam-se com o esvaziamento domiciliar no campo desses municípios, onde as propriedades ao serem convertidas para a cana-de-açúcar passam a não demandarem coleta de lixo, diante da própria não geração domiciliar.

Outro fator demonstrado através do Índice de População (IPOP) está relacionado à variável de migração. Esta variável identifica os municípios com maior expressividade de pessoas vindas de outras localidades para residir

no espaço rural. Destacam-se, por esses resultados, Corumbataí (82,93%), Analândia (77,51%), Ipeúna (71,96%) e São Pedro (68,21%), ambos inseridos no conjunto de municípios que fazem parte da região turística da Serra do Itaqueri, oferecendo um conjunto de atividades relacionadas ao turismo em espaço rural para pessoas que buscam tranquilidade, proximidade à natureza, prática de esportes radicais, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro aspecto a ser considerado é o fato de entendermos a importância dos estudos sobre desenvolvimento rural como problemática de pesquisa de base geográfica. À vista disso, este trabalho buscou analisar a dinâmica populacional do espaço rural dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) através da aplicação de parâmetros metodológicos de Índice de Desenvolvimento Rural (IDR).

A partir das características estruturais apontadas, é preciso ponderar os reflexos nos subíndices. Observou-se que as variáveis populacionais pertencentes ao Índice de População (IPOP) e Índice de Bem-estar Social (IBES), no contexto de nosso estudo, indicam um espaço rural - do ponto de vista demográfico - caracterizado pelo esvaziamento populacional, além de uma alta taxa de senilidade e maior frequência de população masculina. A ausência de jovens no campo impacta negativamente o bem-estar social, além de indicar a não atração do espaço rural como *locus* de reprodução socioeconômica.

Assim, ao compararmos os diferentes contextos em que os municípios da RMP estão inseridos, a paisagem dinâmica de caráter urbano-industrial contrasta com a estrutura agrária e agrícola de domínio canavieiro. À vista disso, grandes, médias e pequenas propriedades são caracterizadas por contratos de arrendamento e parceria, situação que marca o quadro regional (tendência encontrada em outras localidades em que o espaço rural se torna altamente especializado e monocultor) no qual a figura do proprietário não coincide com a do agricultor. Isto significa dizer que a maioria dos proprietários de terras não são agricultores, uma vez que se abstêm da utilização produtiva direta da terra arrendando-as para a cultura da cana-de-açúcar e contribuindo significativamente para o esvaziamento no campo.

A perspectiva do Desenvolvimento Rural leva em consideração a presença da população. No entanto, através dos resultados do IDR, observou-

se a baixa presença da população no campo e o reduzido uso do espaço rural como moradia - salvo em alguns casos, como espaços de segunda moradia e lazer. Dessa forma, sem população e com a forte presença da cana-de-açúcar, o desenvolvimento pauta-se dentro de uma lógica estritamente econômica, o que não satisfaz a ideia de Desenvolvimento Rural a partir de uma perspectiva multissetorial, multifacetado e multinível.

Nesse contexto, o que está posto para o espaço rural do conjunto dos municípios aqui considerados é um intenso desenvolvimento e avanço tecnológico, herdado do passado técnico-produtivo da região na produção agrícola da cana-de-açúcar (e outras culturas, como o café). Essa herança agrícola, apresenta-se com o uso de tecnologias avançadas, emprego de maquinários, equipamentos e insumos agrícolas, ancorado na dimensão econômica, o que através da literatura, não se enquadra nas perspectivas multidimensionais de Desenvolvimento rural, mas sim de Desenvolvimento Agrícola.

Nesse caso, percebe-se que, ao contrário do desenvolvimento rural no qual a tecnologia moderna, apoio infraestrutural e melhorias do bem-estar são tidos como essenciais para a justiça social e fixação das pessoas no campo (Mesquita; Gusmão; Silva, 1976), com o desenvolvimento de base meramente agrícola, essas estruturas não reverberam diretamente na qualidade de vida da população que reside no campo. Essa não reverberação potencializa a diminuição do trabalho rural (a partir da substituição da mão de obra por maquinários modernos concentrados nas mãos de poucos) e dificulta o acesso e permanência na terra, que passam a ser destinadas ao arrendamento, favorecendo a circulação e concentração do capital, tendo em vista que este não fica imobilizado por ocasião da compra de terras. Todo esse processo conduz a manutenção das desiguais condições de produção e distribuição das terras.

Assim, a presença de população no campo na forma de arranjos familiares é um importante elemento para pensarmos o desenvolvimento rural assentado em múltiplas finalidades/dimensões e não baseados em modelos homogeneizadores, como aqueles os pautados somente pela monocultura - em nosso, caso, monocultura de cana-de-açúcar. Desse modo, a orientação para um dado processo de desenvolvimento rural no referido recorte espacial, inicia-se por atrair a população ao espaço rural, seja por meio do fomento às atividades agrícolas, consciente das demandas locais e/ou atividades não agrícolas (como tem-se verificado com as atividades

ligadas ao turismo rural na região). Sem população rural, o campo assume os traços de mera plataforma produtiva, não testemunhando os laços com a terra que caracterizam um dado modo de vida rural. Nesta perspectiva, o espaço rural de existência situada e, portanto, relacional, necessita preencher-se novamente de vida para assumirmos os rumos das políticas públicas verdadeiramente pautadas pelo desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

AGUIAIS, E. G.; PIRES, M. J. S. O Grau de Desenvolvimento Rural dos municípios Goianos. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 21, p. 13-25, 2012.

CORRÊA, V. P.; SILVA, F. F.; NEDER, H. D. Índice de Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas: análise das liberações do PRONAF nas regiões Nordeste e Sul do Brasil. In: ORTEGA, A. C. (org.) **Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento**. 1. ed. Campinas: Alínea, 2008.

FAGUNDES, J. L. **As relações entre agricultura familiar, políticas públicas e desenvolvimento rural: Um estudo de caso sobre o PRONAF, PAA e PNAE no município de Cerrito/RS**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

Fundação SEADE. **Distribuição do Valor Adicionado por Setor, 2020**. Disponível em: <https://municipios.seade.gov.br/economia/>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

IBGE. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acessado em: 10 de dez. 2022

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal, 2021**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acessado em: 20 de dez. 2023

IBGE. **Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/downloads.html?localidade=BR>. Acessado em: 11 de dez. 2023

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MESQUITA, O. V.; GUSMÃO, R. P.; SILVA, S. T. Proposição metodológica para estudo de desenvolvimento rural no Brasil. **R. Bras. Geog. Rio de Janeiro**, v. 38, n. 3, p. 93-115, 1976.

GEOGRAFIA E RURALIDADE: ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO SOBRE O CONCEITO¹

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira
Anderson Ferreira Aquino

INTRODUÇÃO

Com base no reconhecimento da importância do conceito de ruralidade e de sua utilização na produção contemporânea do conhecimento geográfico, este trabalho apresenta uma análise bibliográfica deste conceito, e investiga a sua utilização no conjunto de estudos e pesquisas produzidos pela Geografia brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, traçou-se como objetivo analisar quantitativamente a produção bibliográfica da Geografia que utiliza o conceito de ruralidade em artigos científicos publicados no período de 2001 a 2020 - recorte temporal definido para nossa pesquisa - em periódicos especializados em Geografia.

À vista disso, a relevância do presente trabalho está em contribuir com futuros geógrafos(as) pesquisadores do rural e do urbano brasileiros que desejarem trabalhar com o conceito de ruralidade, dada a representatividade dos resultados desdobrados da ampla pesquisa bibliométrica a partir do universo de 3.321 artigos de variadas temáticas e abordagens teórico-metodológicas. Dessa forma, amplia-se a divulgação da produção científica e permite a consulta integrada e dinâmica de pesquisadores, referências bibliográficas, periódicos e instituições de ensino nacionais que têm se dedicado à ruralidade.

¹ Este capítulo foi produzido a partir das reflexões realizadas ao longo da disciplina "*Dinâmicas Geográficas do espaço rural contemporâneo*", cursada no primeiro semestre de 2024 pelos autores enquanto alunos especiais no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (PPEGO/UNIFAL).

O entendimento da ruralidade se revela, assim, um importante caminho para análise não apenas da dinâmica dos espaços rurais, mas também das cidades, entre as quais se destacam as pequenas cidades estruturadas na confluência do rural e do urbano (Corrêa, 2011). Nessa perspectiva, para além das normativas legais determinantes do perímetro urbano delimitador do rural, a ruralidade envolve traços, ações e vivências do mundo rural manifestados na própria realidade cotidiana da sociedade atual. Alves (2021a) ressalta que a ruralidade se reproduz para além da materialidade e incorpora, assim, diversos elementos imateriais, simbólicos e de vivências dos sujeitos que fazem da ruralidade um modo de vida, cujos traços se inscrevem na paisagem dos lugares e que têm sido um importante objeto de investigação da pesquisa geográfica.

Desse modo, empregou-se enquanto estrutura metodológica, o levantamento e tratamento de dados bibliométricos classificados e analisados a partir de técnicas quantitativas da bibliometria, as quais permitiram a produção de tabelas, gráficos, grafos e figuras que evidenciam de forma representacional os dados levantados e os resultados obtidos e apresentados nesta pesquisa.

Desse modo, tomou-se o artigo científico como unidade analítica, partir do qual foram organizadas e analisadas as informações desdobradas em função do aporte da análise bibliométrica, a saber: ano de publicação do artigo científico, periódico, autoria, coautoria, palavras-chave, instituições de ensino da autoria, referências e abordagens. A partir da definição do recorte temporal e da unidade analítica da pesquisa, realizou-se o levantamento e tratamento de dados bibliométricos da produção acadêmica publicada em 90 periódicos nacionais especializados em Geografia que compõem o banco de dados desta publicação, cujos resultados obtidos são analisados e apresentados ao longo deste trabalho.

Para além desta introdução e as considerações ao final, este trabalho está organizado em dois subtítulos. O primeiro, recupera alguns elementos teóricos para a discussão da relação entre Geografia e Ruralidade. O segundo, apresenta a análise bibliométrica do corpus documental levantado e sistematizado, ocupando-se dos aspectos bibliométricos destacados anteriormente.

O CONCEITO DE RURALIDADE NO ENCONTRO COM A GEOGRAFIA

Como articulador de conhecimentos humanos e naturais, sociais e espaciais, econômicos e políticos, o geógrafo e a geógrafa investigam uma diversidade de temas, fenômenos e eventos geográficos, a partir de inúmeras variáveis, localidades e temporalidades. Isso acabou por distinguir diversas temáticas na Geografia, consolidadas em campos de interesse que acabaram sistematizados primeiro na Geografia Humana e Física e, posteriormente, nas áreas de pesquisa da Geografia Agrária, Urbana, dos Transportes, Política, da Indústria, da População, Geopolítica, Climatologia, Geomorfologia, Hidrologia entre outras (Ferreira, 2001).

As rápidas e disseminadas transformações na sociedade nos últimos séculos conduziram a inúmeras mudanças e especializações, não apenas na Geografia, mas em todas as áreas da ciência, questão fortemente influenciada ainda pelo positivismo de Auguste Comte ao seccionar as informações e temáticas em “gavetas” de forma separada e não correlacionada (Andrade, 2010).

Sendo a agricultura a primeira atividade econômica estruturada na história da sociedade, e vivendo essa, ainda, um contexto de sociedade agrária à época da sistematização da Geografia enquanto conhecimento científico, não é difícil vislumbrar como ocorreu de forma quase natural a ênfase nos estudos rurais nos primórdios da Geografia, se consolidando a Geografia Agrária com amplo arcabouço de análise do espaço rural e das ruralidades (Ferreira, 2001).

Desta forma, entre a diversidade de temáticas e eventos geográficos sobre os quais a Geografia Agrária tem se dedicado, a ruralidade é uma das importantes noções que têm despertado interesse de pesquisadores e revigorado estudos a partir da década de 1990 no Brasil. Diretamente relacionada e tributária do rural, por décadas a ruralidade foi entendida como condição de carência, isolamento e atraso, pois a noção clássica de rural era perpassada por duas ideias gerais: a primeira diz respeito a ruralidade ter uma essência geográfica, atrelada à noção de atraso do espaço rural, e; a segunda, diz que essa essência consiste em um certo grau de distanciamento, afastamento ou isolamento, em oposição ao urbano, sendo este, espaço de encontro, concentração e contato (Kageyama, 2008).

Assim o rural foi por muito tempo caracterizado como uma área afastada ou isolada, distante dos centros urbanos, cuja visão tradicional de ruralidade lhe atribuía três características básicas: espaços de baixa

densidade populacional; população ocupada essencialmente em atividades agrícolas; e vivência das populações rurais em situação de atraso material e cultural - visão essa assentada na ideia dicotômica de um rural tradicional, arcaico e conservador, em oposição a cidade enquanto espaço do moderno, da indústria e do urbano (Carneiro, 1998).

Rua (2006) cita que se formou, recentemente, no Brasil, uma nova vertente analítica de estudos rurais apoiada nas chamadas novas ruralidades. Conforme lembra Carneiro (1998), a intensidade das mudanças recentes em diversas regiões transformou urbano e rural em espaços não mais plenamente correspondentes às noções clássicas que os definiam.

Hoje, para além da definição do rural como espaço da atividade agrícola, é inegável pontuar um processo de multifuncional e pluriativo no campo brasileiro, no qual registra-se movimento de migração de retorno em algumas regiões (de cidades grandes e metropolitanas para o rural ou pequenas cidades em contextos rurais), surgimento de atividades não-agrícolas (de lazer, esportivas, culturais, residenciais, entre outras), revalorização de ambientes de remanescentes naturais, preservação do patrimônio cultural e religioso, além da ascensão de novos atores no contexto sócio-político rural (Carneiro, 1998).

Desta forma, Kageyama assevera que

Há, no entanto, uma nova realidade a que essa visão tradicional não adere mais: hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes e lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc.) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais (Kageyama, 2008, p. 15).

Assim, essas novas ruralidades se colocam enquanto importante campo para pesquisas e reflexões na Geografia Agrária no contexto atual, entendida enquanto uma dimensão material e imaterial do rural que não se limita ao traçado estipulado no perímetro urbano dos municípios, responsável por delimitar de forma político-administrativa no Brasil o que seria o rural e o urbano de cada município.

A ruralidade ultrapassa as prerrogativas dessa tênue delimitação carregada de intencionalidades de gestores e elites municipais, pois, para

além das normativas legais, a ruralidade envolve traços, ações e vivências do mundo rural manifestados na própria realidade cotidiana da sociedade atual (Alves, 2021a).

Com isso, compreende-se que a ruralidade pode ser assimilada espacialmente no processo de produção do espaço, mas para isso precisa ser analisada em suas quatro grandes dimensões: política, econômica, ambiental e cultural (Alves, 2021a). De acordo com o autor,

A análise das dimensões da espacialidade da ruralidade deve ser apreendida de forma integrada, inter-relacionando os elementos desse processo, ao mesmo tempo tentando entender numa dimensão temporal, ou seja, como a ruralidade está presente na dimensão econômica ao longo da formação de um determinado lugar, quais as marcas e expressões de uma dimensão política na paisagem, ou ainda, quais os reflexos e dependência da dimensão ambiental da ruralidade na cidade pequena e ainda, a importância da dimensão cultural na dinâmica demográfica do lugar (Alves, 2021a, p. 32).

Tal proposta permite refletir sobre a ruralidade de uma forma que supere as limitações das definições oficiais político-administrativa dos espaços rural e urbano que induzem ao entendimento de que o urbano é o espaço dotado de infraestrutura, equipamentos e serviços próprios da cidade, enquanto que a ausência ou carência desses elementos é critério definidor do espaço rural enquanto um espaço residual (Alves, 2021a).

No contexto atual, é inegável o crescente processo de urbanização e a ampliação das interações espaciais entre campo e cidade, proporcionadas pelas facilidades dos transportes e novos meios de comunicação, processo indutor de uma penetração da cidade no campo e do campo na cidade (Andrade, 2010). Esse processo, em maior ou menor grau, se faz presente material e imaterialmente nos lugares e nas paisagens, bem como na cotidianidade das relações sociais, questões essas passíveis de serem abordadas pelos geógrafos mediante a pesquisa tendo a ruralidade como um dos conceitos norteadores (Alves, 2021a).

Abordado por Wanderley (2001), a autora assevera que a presença da ruralidade nos municípios de pequeno porte populacional, principalmente naqueles cuja população rural ainda perfaz um percentual considerável e cuja atividade principal seja a agropecuária, tanto a trama social quanto a espacial são marcadas pela ruralidade. À vista disso, essa dimensão deve, necessariamente,

ser levada em conta em quaisquer propostas de desenvolvimento a serem pensadas para tal escala de municípios (Wanderley, 2001).

A importância econômica da ruralidade para compreensão da dinâmica socioespacial das pequenas cidades apreendidas pelo agronegócio no sul de Minas Gerais também é citada por Alves (2021b) ao ressaltar que a chamada ruralidade econômica perpassa o espaço rural e alcança inúmeras outras esferas da vida cotidiana das cidades onde as atividades do agronegócio se instalam.

Destarte, fica nítido a partir da investigação de diversos estudos de caso, a presença da ruralidade no conjunto da organização socioespacial do território brasileiro. Essa presença material e imaterial, é evidenciada não apenas como herança ou atavismos de períodos anteriores, mas também de forma ativa e dinâmica para vários setores políticos, econômicos e socioculturais que reproduzem cotidianamente valores e interesses considerados do mundo rural (Alves, 2021b).

A PRODUÇÃO GEOGRÁFICA SOBRE *RURALIDADES*: ASPECTOS BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A análise da produção do conhecimento em dada área ou temática pode ser realizada através do levantamento e tratamento de dados bibliométricos. O conteúdo bibliométrico de teses, dissertações, anais de evento e artigos publicados em periódicos permite recuperar e avaliar a atividade acadêmico-científica condensada nessas publicações, considerando-a ao longo do tempo e do espaço. Segundo Silva; Hayashi; Hayashi (2011) a bibliometria é a aplicação de técnicas quantitativas para a avaliação e produção de indicadores sobre o conteúdo científico publicizado. Os autores, ainda, afirmam a necessidade de articulação entre as técnicas quantitativas da bibliometria com outros métodos e metodologias - sobretudo, aquelas que avancem na análise contextual da produção científica, tal como a proposta por Berdoulay (2003; 2017) para os estudos de história do pensamento geográfico no exame da *Escola francesa de Geografia* na virada do século XIX e XX.

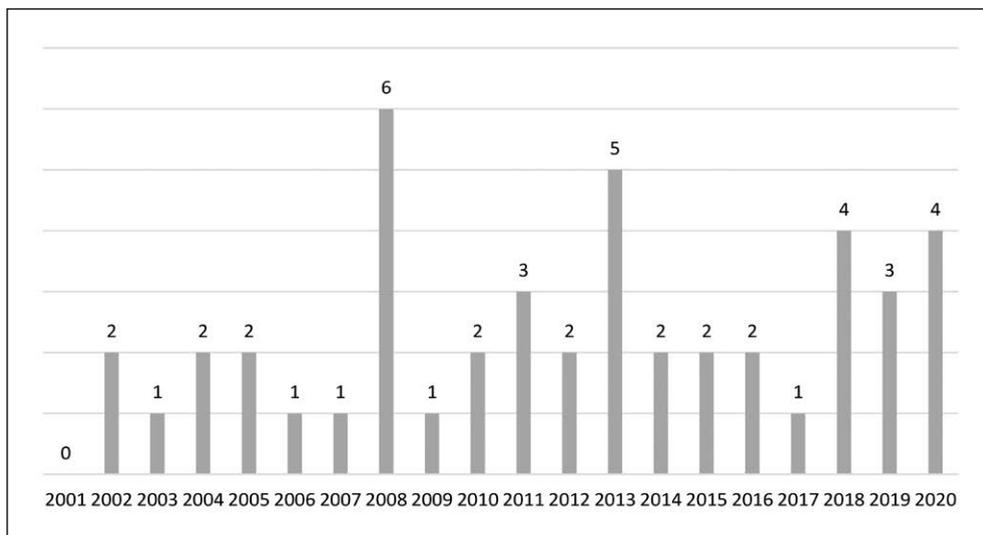
A bibliometria permite a observação do estado da produção científica em determinada área ou tema, a partir dos produtos divulgados em repositórios científicos. Os repositórios, por sua vez, podem ser compreendidos como sistemas de informação que armazenam de modo sistematizado dados científicos, os quais podem ser recuperados através de buscas simples ou avançadas, cruzando metadados como autoria, palavras-chaves, instituição

de ensino, temas, entre outros. No presente artigo, nos valem da produção acadêmica publicada em periódicos nacionais especializados em Geografia, divulgado em seus próprios *sites*.

Por conseguinte, o artigo científico constitui a nossa unidade analítica. A partir deste, outras informações se desdobram em função do aporte da análise bibliométrica, a saber: variação temporal da produção (ano de publicação), periódicos, autoria, palavras-chave, instituições de ensino, referências e abordagens. Para tanto, no recorte temporal analítico (2001-2020) foram identificados 26.875 artigos publicados nos 90 periódicos inventariados e que compõem o banco de dados desta publicação. Deste montante, 3.321 artigos são de autoria de profissionais da Geografia e fazem alusão ao espaço rural, agrário e/ou agrícola no título, resumo ou palavras-chave.

É a partir desse recorte que realizamos nossas buscas e levantamos o total de 46 artigos que mencionam a palavra *ruralidade(s)* no título ou no campo das palavras-chave. O gráfico 1 apresenta a distribuição dessas publicações no recorte temporal admitido (2001 a 2020). No conjunto das produções identificadas, os anos de maior ocorrência de artigos sobre *ruralidades* foram 2008 e 2013, seguidos de 2018 e 2020, já no final do período compreendido. Apesar da primeira década do século XXI corresponder ao ano com maior volume de publicação, a segunda década (2011-2020) responde pelo adensamento de 60,9% (28 artigos) das publicações.

Gráfico 1 - Variação temporal do corpus documental (2001-2020)



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

Acerca dos meios de divulgação científica em que os conhecimentos produzidos são veiculados, do total de periódicos (90) que compõe o banco de dados desta pesquisa, 27 deles respondem pela publicação dos 46 artigos do nosso *corpus* documental. A tabela 1 identifica a quantidade de publicações por periódico. Desponta, entre os periódicos, a revista *Campo-Território* - criada em 2006 como uma revista especializada em Geografia Agrária - contribuindo com a publicação de 13 artigos que utilizam o conceito. Outros 7 (sete) periódicos publicaram 2 artigos cada e, os demais periódicos (19), 1 (um) artigo cada.

Tabela 1 - Frequência de publicações por periódicos (2001-2020)

Periódico	Instituição	Frequência
Campo-Território	UFU	13
Boletim Goiano de Geografia	UFG	2
Caminhos de Geografia	UNESP Presidente Prudente	2
Geografia, Ensino e Pesquisa	UFSM	2
Geonordeste	UFS	2
NERA	UNESP Presidente Prudente	2
Percurso	UEM	2
Terra Livre	AGB - Seção local São Paulo	2
Boletim de Geografia	UEM	1
Acta Geográfica	UNIR	1
Cerrados	UNIMONTES	1
Formação	UNESP Presidente Prudente	1
Geofronter	UEMS	1
Geografia (Rio Claro)	UNESP Rio Claro	1
Geografia em Atos	UNESP Presidente Prudente	1
Geografia em Questão	UNIOESTE	1
Geografias	UFMG	1
Geographia	UFF	1
Geographia Opportuno Tempore	UEL	1
Geotemas	UERN	1
GeoUERJ	UERJ	1
Para Onde?!	UFRGS	1
Presença Geográfica	UNIR	1
Sociedade e Território	UFRN	1
Tamoios	UERJ	1
Terr@ Plural	UEPG	1
Tocantinense de Geografia	UFT	1

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

Identificados os periódicos e a distribuição temporal do nosso *corpus* documental, a autoria e a coautoria desses artigos nos permite compreender os pontos de vistas - centrado nos sujeitos pesquisadores - a partir dos quais se estruturaram as discussões, análises e conteúdos publicados. Nessa perspectiva, 43 autorias assinam as publicações, sendo as pesquisadoras e professoras Erika Vanessa Moreira (UFF²) e Michele Lindner (UFRGS), e o pesquisador e professor Exzolvildres Queiroz Neto (UFOP) os responsáveis por 2 (dois) artigos cada. As demais 40 autorias assinam um artigo cada (tabela 2).

Tabela 2 - Autoria do Corpus documental

Autoria	Freq.	Autoria	Freq.
Erika Vanessa Moreira	2	Ingrid Tatiany Ribeiro de Souza Mendes	1
Exzolvildres Queiroz Neto	2	Izabel Castanha Gil	1
Michele Lindner	2	Janério Manoel Jacinto	1
Eduardo Marandola Junior	1	José Natan Gonçalves da Silva	1
Agripino Souza Coelho	1	Juliana Carolina Teixeira	1
Alanda Lopes Baptista Martins	1	Kelly Íkalla Aires de Almeida	1
Antonio Carlos Campos	1	Lucas Manoel	1
Augusto César Pinheiro da Silva	1	Luciano Zanetti Pessoa Candiottto	1
Bernardo Mançano Fernandes	1	Marcos Aurelio Saquet	1
Bianca Caroline Bortolin	1	Maria Geralda de Almeida	1
Carla Pereira Silveira	1	Marina de Fátima Brandão Carneiro	1
Catia Antonia da Silva	1	Marta Inez Medeiros Marques	1
Cícero Bezerra da Silva	1	Martin Ignacio Torres Rodriguez	1
Diânice Oriane da Silva	1	Patrício Aureliano Silva Carneiro	1
Elias Oliveira Noronha	1	Pedro Paulo Biazzo de Castro Barbosa	1
Elmer Agostinho Carlos de Matos	1	Rusvênia Luiza B. Rodrigues da Silva	1
Fredi dos Santos Bento	1	Sandro Araújo de Souza	1
Gêisa Cunha dos Santos	1	Shana Sabbado Flores	1
Geovandir André Lordano	1	Tânia Paula da Silva	1
Geraldo Inácio Martins	1	Tatiane Almeida Netto	1
Glaucio José Marafon	1	Wagner Otávio Gabardo	1
Guilherme Antonio Poscidonio Vieira Camilo	1		

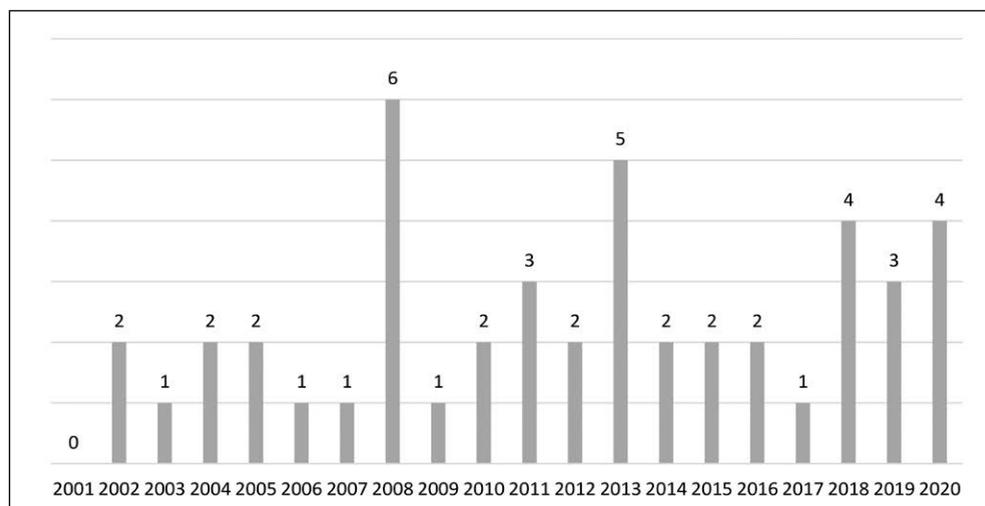
Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

² Entre parênteses encontram-se o vínculo institucional atual, com base nas informações fornecidas pelo Currículo Lattes.

À época das publicações, o conjunto das autorias apresentavam vínculos institucionais à 33 instituições nacionais de ensino superior. A Universidade Estadual Paulista (UNESP *campus* Presidente Prudente) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) respondem, respectivamente, por 7 (sete) e 4 (quatro) artigos. Ademais, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Paulista (UNESP *campus* Rio Claro), respondem por 3 (três) artigos cada, e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Universidade de São Paulo (USP) por 2 artigos cada. Outras 23 instituições vinculam institucionalmente 1 (um) artigo cada. A figura 1 apresenta o grafo com todas instituições.

Já do ponto de vista da coautoria, as pesquisadoras e professoras Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP Presidente Prudente) e Rosa Maria Vieira Medeiros (UFRGS) colaboraram com 4 (quatro) e 2 (dois) artigos respectivamente. Outras 22 coautorias colaboraram com 1 (um) artigo cada, destacando nomes da Geografia e da Sociologia Rural com experiência na temática, tais como Flamarion Dutra Alves (UNIFAL), Sônia de Souza Mendonça Menezes (UFS), Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP) e Walquíria Kruger Corrêa (UFSC).

Figura 1 - Grafo de instituições



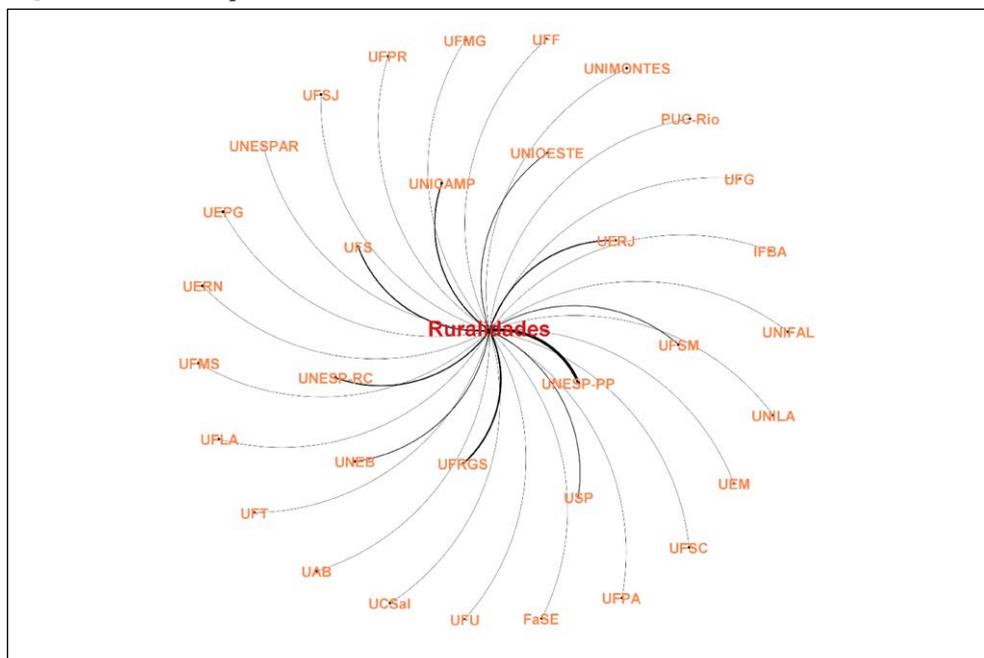
Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

Conduzindo a análise para possíveis abordagens temáticas dentro dos estudos sobre *ruralidades*, as palavras-chaves constituem o nosso primeiro indicativo. Após sistematização e correspondência de sinônimos ou emprego no plural e singular, 105 palavras-chave identificam o *corpus* documental.

Identificadas, estas foram categorizadas em 8 classes em função de sua referência, a saber: 1) forma: em menção às materialidades no espaço geográfico; 2) função: referindo-se às funções atribuídas e assumidas pelas formas geográficas; 3) processo: em referência à processos sociais, históricos, políticos e econômicos; 4) significado: orientando-se à aspectos simbólicos e culturais; 5) localidade: compreende a menção explícita de recortes espaciais, como cidades, estados e países; 6) política pública: indica a menção de políticas públicas, leis, normas ou outros aportes jurídicos-legal; 7) categoria/conceito: compreende a citação, uso e análise a partir de categorias e conceitos geográficos, e; 8) metodologia: refere-se a citação e emprego de metodologias de análise.

A figura 2 apresenta o conjunto dessas palavras-chaves e suas respectivas classes. Cada cor representa a respectiva classe das palavras-chave, sendo: 1) roxo; 2) azul; 3) laranja; 4) rosa; 5) verde; 6) vinho; 7) preto; 8) verde claro.

Figura 2 - Grafo de palavras-chave



Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

para a referência de Instituições e Órgãos de pesquisa e estatística do Estado, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e diversos Ministérios em atividade ou descontinuados - em função do uso de dados secundários e informações das pastas institucionais nos estudos.

As articulações com outras ciências, para além da Geografia, são marcantes nas discussões sobre *ruralidades*. Referências do campo das ciências geográficas são utilizadas, mas em sua maioria são mencionados autores(as) das Ciências Sociais (sobretudo, da sociologia rural), Economia e Filosofia. Destaca-se, as contribuições da professora e pesquisadora Maria Nazareth Baudel Wanderley, cujos trabalhos foram referenciados 42 vezes, sendo utilizada em 26 artigos. Em seguida, o professor e pesquisador Milton Santos teve seus trabalhos citados 41 vezes em 21 trabalhos; Henri Lefebvre, 38 vezes em 16 trabalhos; José Graziano da Silva, 31 vezes em 22 trabalhos, e; Ricardo Abramovay, 25 vezes em 18 trabalhos. Para destacarmos as 5 (cinco) referências mais utilizadas, o quadro 1 identifica e especifica as publicações citadas destes autores.

Quadro 1 - Principais referências e suas respectivas publicações

Autoria	Número de Referências	Publicações
WANDERLEY, M. de N. B.	13	A Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo (2000)
	12	Aruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural (2001)
	4	Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural. Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco (2001)
	3	O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços - integração campo-cidade (2009)
	3	Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural (2002)
	3	O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade (2009)
	2	Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades (2003)
	1	Olhares sobre o rural brasileiro (1999)
	1	O "lugar" dos rurais: o meio rural no Brasil Moderno (1997)

SANTOS, M.	41	8	A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (1997; 2002; 2004; 2006; 2008)
		6	Metamorfose do espaço habitado (1988; 1997; 1998)
		5	A urbanização brasileira (1993; 1994; 1996)
		4	Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional (1994; 1997)
		3	O novo mapa do mundo: tempo e espaço mundo ou, apenas, tempo e espaço hegemônicos? (1993)
		2	Da totalidade ao lugar (2005; 2008)
		2	Pensando o espaço do homem (1982; 1997)
		2	O espaço e seus elementos: questões de método (1982)
		2	Por uma geografia nova (1978; 1986)
		1	O Brasil: território e sociedade no início do século XXI (2006)
		1	O território e o saber local: algumas categorias de análise (1999)
		1	Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal (2009)
		1	Território: Globalização e Fragmentação (2000)
		1	Espaço e método (1985)
		1	O espaço do cidadão (1987)
1	O retorno ao território (1993)		
LEFEBVRE, H.	38	10	O direito à cidade (1969; 1978; 2001; 2009)
		7	A revolução urbana (1999; 2002; 2008)
		4	<i>De lo rural a lo urbano</i> (1970; 1975; 1978)
		3	Perspectivas da sociologia rural (1986)
		3	<i>La production de l'Espace</i> (1974; 1995)
		2	O marxismo (1979)
		2	<i>La survie du capitalisme</i> (1973)
		1	A vida cotidiana no mundo moderno (1991)
		1	O pensamento marxista e a cidade (1972)
		1	Lógica formal e lógica dialética (1995)
GRAZIANO DA SILVA, J.	31	18	O novo rural (1996; 1997; 1999; 2000; 2002)
		3	A nova dinâmica da agricultura brasileira (1996; 1998)
		2	Tecnologia e agricultura familiar (1999)
		2	Velhos e novos mitos do rural (2001)
		2	O que há de realmente novo no rural brasileiro (2002)
		1	Novos mitos do rural (2005)
		1	Gestão das políticas na agricultura brasileira moderna (1996)
		1	O novo rural brasileiro: novas atividades rurais (2004)
		1	O rural paulista: muito além do agrícola e do agrário (1996)
		1	Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura (1981)
		1	Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignácio Rangel (2000)
ABRAMOVAY, R.	25	15	Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo (2000)
		4	O futuro das regiões rurais (2003; 2009)
		2	Paradigmas do capitalismo agrário em questão (1992)
		2	Agricultura familiar e desenvolvimento territorial (1998)
		1	Habitat: contribuição do mundo rural (1995)
		1	O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural (2000)
		1	Agricultura familiar e capitalismo no campo (2004)

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Elaboração: autores, 2024.

Para além dessas referências, outros autores(as) merecem destaque, tais como: Jose Eli da Veiga, com a discussão sobre a revisão dos parâmetros classificatórios entre rural e urbano, anunciando que “o Brasil não é tão urbano quanto parece”; João Rua, discutindo a perspectiva das Urbanidades no rural e Ruralidades no urbano, ao defender o espaço geográfico como um híbrido; Marcos Aurélio Saquet, debatendo do ponto de vista teórico a categoria território e a territorialidade; Maria José Carneiro, ao defender o argumento sobre as novas ruralidades e o rural como uma categoria de pensamento; José de Souza Martins, com a sua vasta contribuição aos estudos agrários do campo brasileiro, partindo de uma perspectiva crítica da sociologia rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de ruralidade mantém proximidade semântica e processual ao conceito/categoria rural. Tal conceito nos diz respeito a dimensão material e imaterial de um dado modo de vida ligado ao campo, vinculado (ou não) à atividade agrícola e materializado (ou não) no espaço rural. A ruralidade, portanto, assume *status* analítico para compreensão dos traços rurais da dinâmica social, política, econômica e cultural de dado recorte espacial (independentemente de seu cariz urbano ou rural), permitindo verificar a reminiscência do rural na contemporaneidade - face aos discursos defensores de seu completo desaparecimento.

Destaque nos estudos rurais com base na sociologia e economia rural, o conceito ganhou expressividade nas pesquisas brasileiras a partir da década de 1990 - com forte apelo e defesa da (re)existência do rural numa sociedade entendida como urbana. Na Geografia, sobretudo, na Geografia Agrária, a influência desses estudos percebeu-se a partir dos anos 2000, à vista de constituir quadros teórico-analíticos que permitissem a compreensão da multiplicidade e heterogeneidade do rural brasileiro, sob distintas perspectivas.

Nesse contexto, os estudos rurais geográficos acompanham o enquadramento político, social e econômico do início do século XXI, a qual se assiste à implementação e reformulação de políticas públicas orientadas à grupos e atividades historicamente marginalizados no campo brasileiro - ainda que não se resolva os problemas estruturais de dimensão agrária, agrícola e rural dessa parcela do espaço geográfico.

Por conseguinte, o aprofundamento da crítica ao modelo produtivista implantado desde a modernização e industrialização da agricultura na década de 1970, contribui para o questionamento sobre qual modelo de desenvolvimento ao campo brasileiro se orienta esforços políticos e econômicos no país. À vista disso, formas e escalas de produção agrícola e não-agrícola são destacadas como racionalidades socioeconômicas e socioculturais alternativas (e até mesmo contra hegemônicas) ao agronegócio, incluindo-se, a defesa do aporte e potencial multifuncional do espaço rural.

É nesse panorama que a compreensão da ruralidade como conceito analítico caro à análise do espaço rural e urbano, bem como, da relação entre ambos, expõe o seu potencial explicativo da realidade complexa e dinâmica. O conceito prioriza a análise de modos de vida - coerente com a sua tradição de base sociológica - e, a partir disso, incide diretamente no debate sobre desenvolvimento territorial e não meramente setorial: o que explica a diversidade de temas articulados ao emprego do conceito nos artigos aqui analisados, uma vez que se considera os diversos aspectos da vivência cotidiana dos sujeitos.

A centralidade analítica nas práticas sociais e espaciais de organização e vivência do cotidiano, estabelece a escala local e regional como característica marcante desses estudos. Isso porque, a observação e análise da ruralidade se faz naquilo que Milton Santos chamou de espaço banal - o espaço da vida do ser humano - também destacado pela principal referência utilizada nos artigos analisado: Maria Nazareth Baudel Wanderley. Juntamente a estas escalas analíticas, a abordagem simbólico-cultural dos estudos sobre ruralidade apresentou-se como atributo teórico-metodológico expressivo.

Desse modo, o conceito de ruralidade viabiliza a compreensão e identificação das tramas do modo vida de rural descoladas da materialidade do próprio espaço. Essa não necessária correspondência nos permite, analiticamente, considerar e identificar as ruralidades no urbano e o par dialético das urbanidades no rural, tal como destacado por Rua (2006), como a essência híbrida dos conceitos. Contudo, essa orientação teórico-analítica, assentada no recorrente uso da categoria território, só é possível a partir da compreensão da multidimensionalidade do próprio território - ao modo como Haesbaert (2003; 2011) compreende através das duas dimensões do território: material e simbólico-cultural.

Ademais, ainda que a ruralidade apresente grande potencial explicativo da realidade multifacetada das dinâmicas rurais, no contexto da produção

do conhecimento pela Geografia, o uso do conceito mantém-se pouco expressivo considerando a totalidade dos trabalhos analisados. Como vimos, seu emprego analítico se circunscreve a reduzido número de autores com influência formativa de duas escolas de Geografia: uma na região sul, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros na UFRGS, com centralidade na abordagem cultural da vitivinicultura; outra, na região sudeste, de orientação da Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol na UNESP *câmpus* Presidente Prudente, com centralidade nos estudos de desenvolvimento rural e políticas públicas.

Por fim, entre a diversidade de temáticas e eventos geográficos sobre os quais a Geografia Agrária tem se dedicado, a ruralidade é uma das importantes noções teórico-analíticas que têm despertado interesse de pesquisadores e revigorado os estudos nas últimas décadas. À vista disso, defendemos que os estudos sobre ruralidade na Geografia buscam questionar o rural baseado meramente na produção agrícola, lançando luz à outras estratégias de reprodução socioeconômica baseadas em distintos modos de vidas, os quais encontram coesão na relação de proximidade com a terra. É, portanto, um conceito que tensiona os discursos normativos de definição do rural e urbano, assumindo o caráter relacional do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-16, fev., 2010.
- ALVES, F. D. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 06, n. 01, p. 27-46, 2021a.
- ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à comoditização do território: os efeitos do agronegócio na região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021b.
- BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e cultura**, n. 16. Rio de Janeiro, 2003. p. 47-55.
- BERDOULAY, V. **A escola francesa de Geografia**: uma abordagem contextual. 1. ed. Perspectiva: São Paulo, 2017. 280p.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 53-75, 1998.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp – espaço e tempo**. nº 30, p. 5-12, 2011.

FERREIRA, D. Ap. de O. Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 39-70, jan./jun., 2001.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n. 2, p. 45-65, 2006.

SILVA, M. R. da; HAYASHI, C. R. M.; HAYASHI, M. C. P. I. Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, USP, v. 2, p. 110-129, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. **Urbanização e Ruralidade**: Entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural. Estudo Preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. Brasília, NEAD/MAD, 2001.

MAJOR PRATES E A “FEIRINHA DO MAJOR”: CENTRO POLARIZADOR E DISPERSOR DAS RELAÇÕES ENTRE O URBANO E O RURAL REGIONAL¹

**Ana Ivania Alves Fonseca
Marcela Alves Fonseca
Cássio Alexandre da Silva
Vivian Mendes Hermano
Priscilla Caires Santana Afonso**

INTRODUÇÃO

A cidade de Montes Claros, localizada na região imediata de Montes Claros, polariza os 86 municípios que compõem as mesorregiões Norte de Minas e Sul da Bahia. Nesse sentido, constitui um centro dispersor de diversos produtos e concentra serviços administrativos (estaduais), de saúde, educação, entre outros. Um dos fatores dessa concentração é a baixa infraestrutura dos demais municípios regionais, o que permitiu que a cidade se tornasse o principal abastecedor do comércio regional e o principal centro de compras varejistas dessa região (Oliveira, 2000).

Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo estudar o bairro Major Prates como um dos centros polarizadores da região geográfica imediata de Montes Claros, dada a interface da cidade e sua relação com o rural regional. Utilizam-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso (Yin, 2005), com uma abordagem qualiquantitativa que inclui análise de dados primários e secundários, além de trabalho de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas.

O crescimento da cidade de Montes Claros reflete o modelo de descentralização comum aos grandes centros urbanos, promovendo a formação de bairros dinâmicos e autônomos em relação ao centro histórico.

¹ Este trabalho faz parte das discussões do Núcleo de Estudo em Geografia Rural (NEPGeR)/Unimontes

Nesse caso específico, o subcentro urbano do Major Prates facilita uma proximidade com moradores oriundos da zona rural ou que residem nela e comercializam seus produtos na área urbana. Há, portanto, uma aproximação rural-urbana, propiciando a interligação da região imediata com a cidade mais dinâmica do Norte de Minas.

As compras semanais para abastecimento das áreas rurais são feitas no comércio do bairro Major Prates, localizado próximo à saída para a área rural do município. Quanto aos aspectos culturais, mantém-se uma conexão com festas e manifestações típicas das regiões de origem dos moradores que residem na cidade, mas mantêm vínculo com o meio rural. A feira de produtos da agricultura familiar foi criada no bairro e atende principalmente aos agricultores das áreas próximas ao município, moradores do urbano e o mercado central que, por sua vez, concentra também agricultores de toda a região intermediária.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo de caso busca estudar o bairro Major Prates, na cidade de Montes Claros/MG, como o principal centro polarizador do rural local/regional com a cidade. Um dos passos metodológicos, a revisão bibliográfica, foi realizada com base em autores que discutem o tema, bem como autores regionais da ciência geográfica e de áreas afins. Para Robert K. Yin (2005), há diversas possibilidades do uso do estudo de caso como estratégia de pesquisa, oferecendo uma definição operacional e variação de uso.

Nesta pesquisa, fez-se o estudo de caso do bairro Major Prates como uma importante centralidade para as áreas rurais dessa cidade/região. O método qualiquantitativo permitiu trabalhar a subjetividade e a objetividade dos dados na pesquisa, abrindo um leque de possibilidades de exploração com riqueza de detalhes, o que ampliou o entendimento sobre a realidade do bairro e sua relação com a cidade e as áreas rurais. Essa abordagem ampliou as possibilidades de compreensão, alinhando-se ao desenvolvimento das espacialidades que se constroem e se organizam entre o meio urbano e o rural.

Outro passo metodológico foi o trabalho de campo, realizado por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, registros iconográficos e atualização de dados cartográficos.

A FORMAÇÃO DA CIDADE E SUA RELAÇÃO COM O RURAL

A formação histórica e econômica das cidades na região intermediária de Montes Claros, bem como dessa cidade, inicia-se nos lugares onde os tropeiros descansavam e, posteriormente, fundaram sedes de fazendas de criação de gado. Nessas paradas, formaram-se feiras de produtos agrícolas e foram construídas casas de oração (que se transformaram em igrejas), consolidando-se mais tarde como sedes desses municípios. As áreas de venda e troca de mercadorias (as feiras) aumentaram a circulação de pessoas em seu entorno, permitindo que se construíssem casas, adensando pessoas e moradias e formando os povoados.

Ademais, Gonçalves (2000) complementa essa tese, evidenciando que os vales férteis do sertão mineiro atraíam os bandeirantes para constituir fazendas agropecuárias. Essas serviam principalmente para prover as regiões mineradoras de produtos alimentícios, principalmente de carne bovina, e, assim, formaram-se as primeiras fazendas, entre a que deu origem à Vila das Formigas, hoje Montes Claros.

A elevação da vila à categoria de cidade ocorreu em 3 de julho de 1857. A partir dessa data, a cidade assumiu seu papel centralizador na região, mas mantém sua relação com a dinâmica rural. Um momento importante para o crescimento da cidade foi a sua ligação a outros locais pela linha férrea. Gomes (2007, p. 90) afirma que o primeiro salto de crescimento demográfico se deu após a década de 1930, com a chegada da ferrovia em 1926. A linha férrea permitiu a criação de vários outros povoados que se tornaram cidades com o passar do tempo. Essas cidades compõem a região.

Mas foi a partir da década de 1960, com a chegada dos primeiros investimentos dos governos federal e estadual, que Montes Claros começou a adquirir o porte e o dinamismo de uma cidade com todos os aparatos urbanos. Esse momento de destaque pelo qual passou a cidade é analisado por Pereira (2007), que afirma que a implementação do desenvolvimento das regiões mais distantes da capital fazia parte de um projeto governamental mais amplo.

O crescimento econômico da região, incluindo Montes Claros, foi fortemente influenciado pelos incentivos estatais.

As políticas regionais, implementadas pelo Estado brasileiro no período pós-guerra, faziam parte de um projeto nacional de desenvolvimento. A prática de incentivos aos investimentos no

Nordeste, através da SUDENE, é um dos exemplos dessa tendência (Pereira, 2007, p. 39).

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) proporcionou uma série de transformações nas economias local e regional. A inserção e atuação dessa Superintendência, por meio de seus planejamentos, ajudaram a fortalecer a mesorregião Norte de Minas como uma região agrária. O que ocorreu com a implantação dos perímetros irrigados do Vale do São Francisco na porção mineira do rio, elevando a região ao patamar de produtora mundial de fruticultura, com destaque para os projetos de irrigação Pirapora, Gorutuba/Lagoa Grande e Jaíba – todos localizados na área mineira da Sudene e pertencentes à região geográfica intermediária de Montes Claros.

Outro momento importante ocorreu a partir de 1970, quando a cidade foi beneficiada com o Programa Nacional de Apoio à Capital de Porte Médio (PNCCPM). Sobre esse período, França (2007, p. 06) declara que:

Na década de 1970, o governo federal, por meio de políticas públicas de ordenamento territorial, começa a incentivar a criação de novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas, a fim de frear a migração rumo às metrópoles e incentivar o desenvolvimento de cidades de porte médio. Essas medidas governamentais eram de cunho desenvolvimentista e visavam a políticas de regionalização para o país.

Os estudos realizados por essa política de ordenamento territorial apontaram que Montes Claros era a única cidade da região passível de receber os recursos do Programa. A expressão “Cidade de Porte Médio” se refere, conforme França (2007, p. 03), “[...] aos estudos de pesquisadores, órgãos governamentais e planejadores urbanos. Do ponto de vista do nível hierárquico das cidades, uma cidade média é aquela que se localiza entre a grande cidade e a pequena cidade, tendo, dessa forma, uma posição intermediária”.

Os recursos disponibilizados por esse Programa deram um dinamismo e uma característica muito própria à cidade de Montes Claros, que passa rapidamente a ser a principal cidade e a polarizar as demais, incluindo as do Sul da Bahia. A execução desses projetos ficou a cargo da Secretaria de Planejamento de Montes Claros, e o capital provinha do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Governo do Estado (Pereira, 2007).

Ainda sobre esses investimentos, Gomes (2007) esclarece que:

Um dos principais itens discutidos nesse programa foi o papel assumido por Montes Claros no contexto regional e sua importância econômica, reforçada com o contínuo aparecimento de indústrias atraídas pelos benefícios da SUDENE, favorecido pela recente implantação do Distrito Industrial (Gomes, 2007, p. 138).

Assim, a cidade de Montes Claros se destaca por apresentar maior dinâmica regional e por dispor de infraestrutura necessária para essa função, condições que não são oferecidas, até o momento, a outras cidades da região.

Em consequência dessa centralidade econômica e logística, foi instalada na cidade de Montes Claros a Central de Abastecimento do Norte de Minas (CEANORTE), a única central da mesorregião que atende a 86 municípios e cujo objetivo é a comercialização dos produtos dos agricultores locais. A CEANORTE exerce papel primordial no fomento da agricultura familiar, pois sua relação de comércio com a Central de Abastecimento de Minas Gerais S.A. (CeasaMinas), em Belo Horizonte, facilita o escoamento e a distribuição dos produtos.

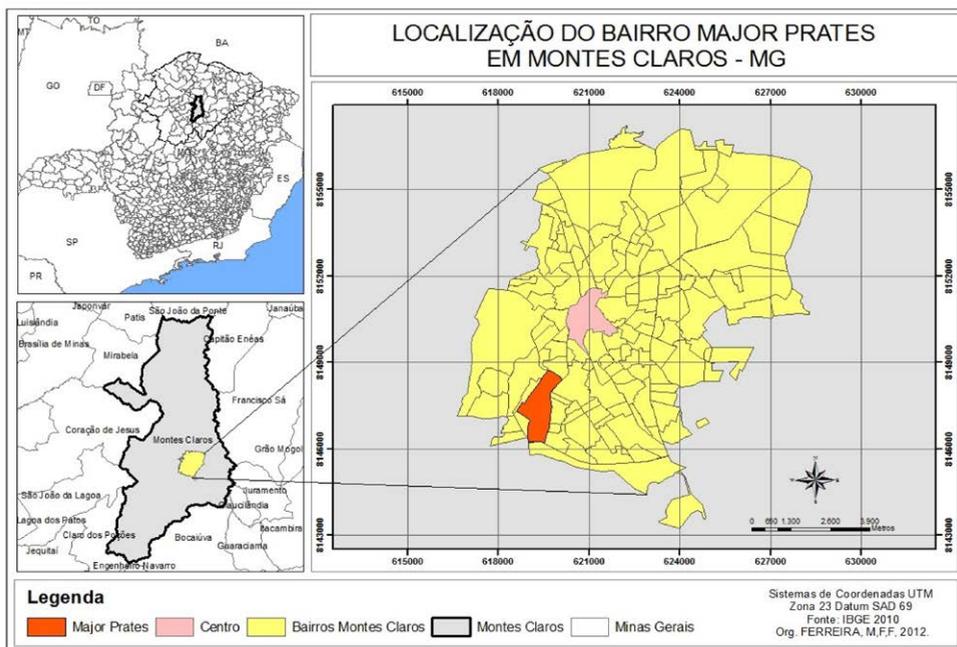
Essa breve história mostra como a cidade se formou em constante interrelação com o rural, seja no tocante à sua formação histórico-econômica a partir das fazendas e trocas comerciais, que propiciaram a formação de feiras e mercados de produtos agrícolas, seja a partir da modernidade da década de 1970, com o investimento da SUDENE em perímetros irrigados na região. Na atualidade, essa relação persiste, agora mediada pela dinâmica dos comércios varejistas, atacadistas que atendem a uma vasta população, ainda fortemente conectada com o rural.

A CIDADE E O BAIRRO: O SISTEMA DE RETROALIMENTAÇÃO DAS DINÂMICAS RURAIS REGIONAIS

Localizado na região sul de Montes Claros, o bairro Major Prates (Figura 01) se limita com o bairro Augusta Mota a noroeste, Morada do Parque ao sul, São Geraldo e Jardim São Geraldo a sudeste, Vargem Grande e Canelas a nordeste, e Sagrada Família ao norte. Com uma área de 759.898.91 m², o bairro fica a aproximadamente 4 km da área central, facilitando sua descentralização e estruturação interna ao longo dos anos. A instalação de equipamentos urbanos, como posto de saúde, praças, bancos, igrejas, posto policial, além

de um comércio diversificado que inclui desde shopping popular, drogarias, supermercados e armazéns, lojas de roupas, calçados, utensílios domésticos, magazines, estabelecimentos agropecuários e produtos da roça (como são chamados no bairro), têm fortalecido a economia local. Essa estrutura permite que moradores e visitantes encontrem no bairro grande parte dos produtos e serviços de que necessitam. Esse dinamismo comercial e de serviços caracteriza o bairro Major Prates.

Figura 01. Localização do Bairro Major Prates nas cidades de Montes Claros – MG



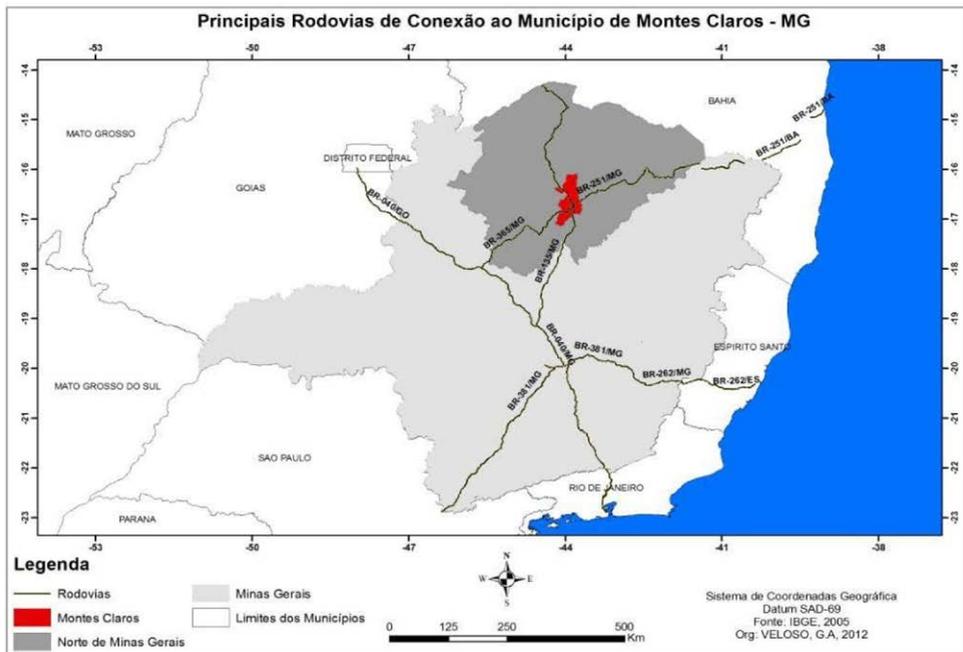
Fonte: IBGE – 2010 Org: FERREIRA, M.F.F. 2012.

Pode-se afirmar que o bairro possui aproximadamente 10 estabelecimentos comerciais específicos para o setor agropecuário, que vem crescendo constantemente. O entrevistado I, com mais de 14 anos de comércio no bairro Major Prates, comenta: “[...] o comércio vem ganhando força na venda desses produtos, e seus principais compradores se estabelecem na região sul do município e nos municípios vizinhos”, caracterizando as saídas da cidade de Montes Claros como um elo com os moradores das regiões próximas às rodovias-BR, que conectam a cidade a outras regiões ou estado.

Especificamente, a BR-365, que é a saída para Pirapora, facilita o acesso a municípios mais próximos, como Coração de Jesus, Jequitaiá, Claro

dos Poções, São João da Lagoa, São João do Pacuí e região. A BR-251, saída para Salinas, liga-se com o Nordeste do país e com municípios dessa região. Também a BR-135, que atravessa todo o perímetro urbano no sentido sudeste-noroeste da cidade e atua como via transversal que liga o Sudeste ao Nordeste do país, como ilustrado na Figura 02.

Figura 02. Ligação rodoviária da cidade de Montes Claros



Fonte: IBGE, 2005. Org.: Veloso, 2012.

Em relação à feira de produtos agropecuários, segundo os entrevistados, os principais beneficiados são os moradores do município que têm acesso aos produtos da agricultura familiar, a preços acessíveis, e os comerciantes. Conforme relata o entrevistado II: “[...] *o que vendemos no domingo, no dia da feira, seguramente equivale a dois dias de venda da loja durante a semana*”.

A feira acontece no movimentado espaço da Avenida Castelar Prates (Figura 03), que, durante a semana, é um local de grande circulação de pessoas e veículos. Aos domingos, porém, a partir das primeiras horas, transforma-se em um espaço de convivência entre moradores, feirantes e visitantes.

Figura 03. Feira do bairro Major Prates, sua extensão e especialidade local.



Fonte: NEPGeR, 2023.

Os agricultores e agricultoras familiares ocupam o espaço com sua diversidade de produtos, cores e sabores, como mostra a Figura 04. Essa feira é um ponto de encontro e reencontro entre o rural e o urbano, pois muitos frequentadores da feira mantêm conexão com o espaço rural, seja comprando produtos diretamente do agricultor, seja nas suas lembranças de quando viviam na área rural (roça). Como bem ressalta o entrevistado II: “[...] a roça é algo que levamos para sempre nos nossos corações”.

Figura 04: Diversidades, cores e sabores



Fonte: NEPGeR, 2023.

Para os agricultores e agricultoras, a feira é também o momento de comprar o que falta para suas residências rurais, criando duas dinâmicas distintas. Entre 5 e 10 horas da manhã, os feirantes atendem os fregueses

em suas respectivas bancas, que quase sempre contam com dois ou mais atendentes, como o marido e a esposa, ou filhos, genros e noras. Após as 10 horas, quando o movimento diminui e as barracas passam a contar com somente um atendente, enquanto o outro vai ao comércio local – supermercados e lojas – para fazer as compras da semana. Desse modo, a cidade se alimenta do rural, e o rural se alimenta do urbano. Essa retroalimentação é importante para a manutenção desses espaços, criando um movimento dialético.

Esse encontro entre o urbano e o rural ocorre nesse *lócus*, em que a cultura urbana – com comércios, bares, restaurantes, lojas e sorveterias – dinamiza o espaço para os produtos da agricultura. Barracas de caldo de cana e pastel da feira tornam-se pontos de conversa e encontros; flores e plantas colorem de maneira singular as manhãs de domingo. Produtos como queijo, bolo e beiju, biscoito, tempero, cachaça, rapadura, requeijão, manteiga de garrafa, doce de leite e iguarias regionais estabelecem as relações sinestésicas de sabores únicos para os compradores, como ilustrado na Figura 05.

Figura 05: A feira do bairro Major Prates e o seu cotidiano



Fonte: Fonseca, A.I.A

Também há a comercialização de pequenos animais para o consumo, como frango de granja e frango caipira (vivos e abatidos), suínos (porco curraleiro) e peixes – bases de proteína animal da dieta do norte-mineiro.

A agricultura hortifrúti é apresentada com a variedade de verduras, frutos e hortaliças, como cebola, tomate, chuchu, batatinha, cenoura, *ora-pro-nóbis*, vinagreira, cebolinha, alface, coentro, entre tantos outros, que

enchem sacolas e carrinhos dos consumidores juntamente com as frutas regionais diversas. Em épocas específicas, como de novembro a fevereiro, os cheiros e cores são ampliados com os produtos nativos do Cerrado que dão novos coloridos, como pequi, mangaba, panã, coquinho-azedo, cagaita, baru, jatobá, jenipapo, entre outros.

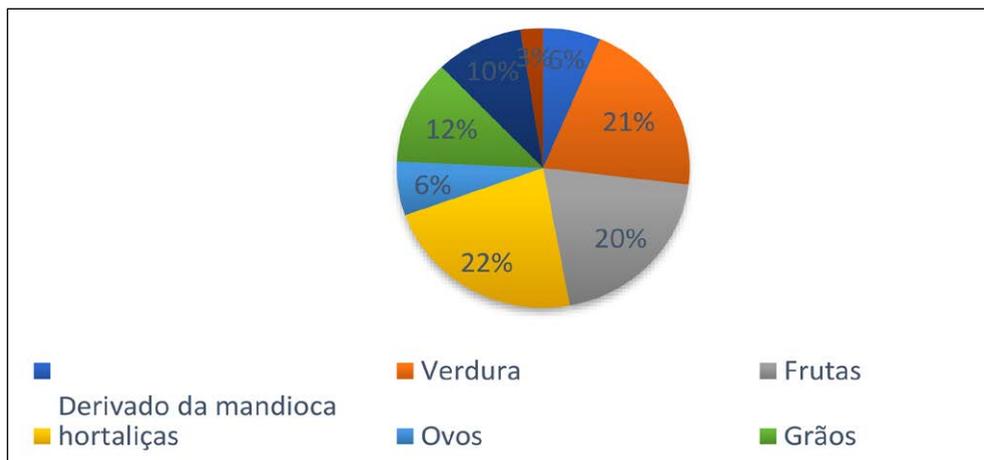
A farmácia natural feita com as plantas medicinais (mudas e *in natura*) estabelece um novo olhar para a saúde. Os produtos utilizados como remédio natural fazem parte do cotidiano, como sucupira, barbatimão, jatobá, flor-do-maracujá, mama-cadela, orelha-de-macaco, quina-do-cerrado, pau-santo, pau-d'óleo, e são encontrados na feira. Essa diversidade se associa à questão cultural e ambiental da paisagem regional, como exemplificam Fonseca *et al.* (2017, p. 35):

As feiras e os mercados municipais no Norte de Minas são locais onde são manifestadas as relações culturais. Há o entrelaçamento entre o urbano e o rural por meio dos produtos comercializados e do contato entre os agricultores familiares e a população urbana.

As manhãs de domingo ganham vida nesse momento em que as formas urbana e rural se encontram, criando uma interface e produzindo semanalmente o reencontro de possibilidades, conexões, inter-relações e interdependências, revelando complementariedades e algumas semelhanças em meio às diversidades. Esse encontro é especialmente significativo para aqueles que reconhecem o elo entre a roça e a cidade com suas lembranças, reavivando suas memórias de lugares da infância ou nutrindo o desejo de experimentar suas geograficidades topofílicas.

Entre os diversos produtos comercializados, a produção de hortaliças, verduras e frutas se destaca como o “carro-chefe” da feira, como se observa no Gráfico 1. Do ponto de vista dos consumidores que frequentam a feira, há uma clara preferência por realizar suas compras diretamente nela, em vez de optarem pelos sacolões. Isso se deve ao fato de que os agricultores familiares feirantes oferecem produtos com qualidade, variedade e constância, capazes de atender as necessidades da população local e regional.

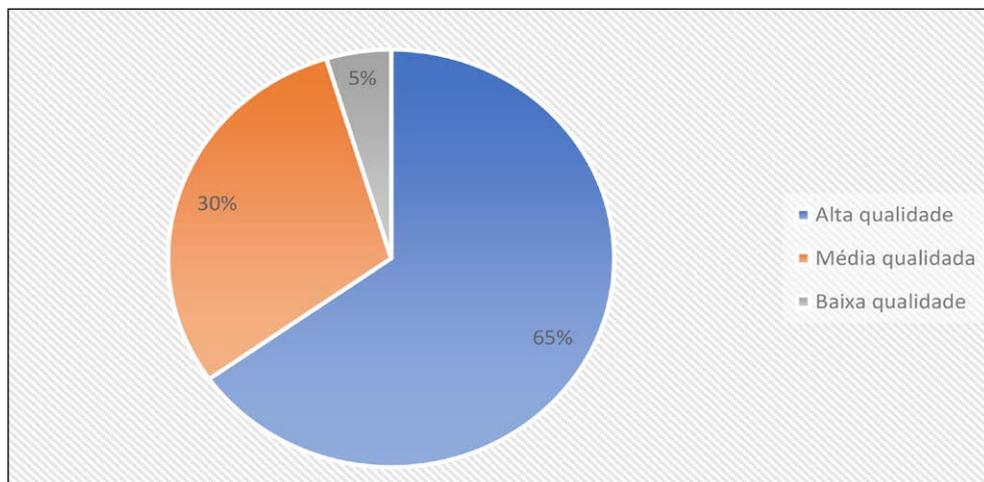
Gráfico 1: Diversidade de produtos da feira do bairro Major Prates



Fonte: Pesquisa de campo, NEPGeR, 2023.

Durante as entrevistas, esse público destacou a qualidade e a valorização dos produtos da agricultura familiar como aspectos fundamentais. Para os consumidores, os produtos oferecidos na feira são classificados como de alta e média qualidade (Gráfico 02), sendo fatores essenciais para a manutenção e relevância da feira.

Gráfico 2: Qualidade dos produtos ofertados na feira.



Fonte: Pesquisa de campo, NEPeG, 2023.

Um ponto importante, embora não tenha sido abordado diretamente na pesquisa, é a ausência de identificação de produtos de má qualidade, já que

os frequentadores da feira conhecem bem os produtos e os escolhem pela qualidade, oferta e preço acessível.

Além disso, a população rural vê na feira uma oportunidade de coletividade, um momento em que o isolamento do campo é quebrado e as sociabilidades de diferentes pessoas se encontram. Nesse contexto, o urbano e o rural se complementam, e os conceitos acadêmicos de oposição perdem relevância no cotidiano da população.

Por outro lado, a consolidação dos produtos da agricultura familiar, reconhecidos como tal, fortalece a relação com o comércio local e com as instituições de ensino, especialmente por meio de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que contribui para uma comercialização ainda mais consolidada. Essa qualidade também se insere no contexto da soberania alimentar e nutricional, um tema cada vez mais relevante no discurso sobre sustentabilidade.

RELAÇÕES DAS FUNÇÕES DOS SERVIÇOS URBANOS NA FEIRA DO MAJOR PRATES

As relações socioeconômicas têm um papel importante na consolidação das cidades e das áreas rurais. A relação cidade-campo ou campo-cidade se transversaliza a partir de necessidades de completude da vida dos munícipes. A manutenção e a permanência das feiras são importantes para esse entrelaçamento sociogeográfico e cultural, favorecendo a sociabilidade e fortalecendo a economia.

A cidade de Montes Claros tem, nas últimas décadas, incentivado o aumento das feiras livres nos bairros do entorno da cidade. Essas feiras têm proporcionado uma movimentação específica nos bairros onde elas são realizadas. No bairro Major Prates, essa movimentação se estende por toda a extensão do bairro e dos circunvizinhos. Essa mudança é notável nos diversos setores da economia e serviços, como no transporte, banco, casas lotéricas, lojas de equipamentos agrícolas e insumos, padarias, bares, restaurantes, lanchonetes, supermercados, mercearias e similares, entre outros.

O Quadro 01 ilustra essas funções e a relação entre essas espacialidades.

Quadro 1 – Espacialidades Urbanas e Rurais no Bairro Major Prates e adjacentes

Serviços	Funções urbanas	Relações	Funções rurais
Transporte	Lotação intermunicipal	Transporte	Veículos de carga para as comunidades
Banco	Acesso rápido para os moradores locais, pagamentos avulsos e saques	Economia	Acesso próximo ao rural, pagamentos, contratos, subsídios, projetos
Casa lotérica	Saques e pagamentos	Economia	Rapidez e
Shopping Popular	Vestuário varejo	Economia	Venda direta para o feirante
Equipamentos agrícolas e insumos	Acesso aos manejos e tratamentos de animais	Economia	Tratamento de animais, manejo do solo, compra para os vizinhos
Depósito de construção e similares	Construção civil	Economia	Solicitação de entrega, varejo hidráulico, elétrico e ferramentas
Hospital e Clínicas de Saúde	Plano de Saúde, exames locais	Saúde	Atendimento mais próximo, Plano de Saúde, Exames mais rápidos
Farmácia	Acesso rápido	Saúde	Aplicação de vacinas, compra para os vizinhos
Hortifrutigranjeiros e sacolões	Compra diversa e em atacado	Alimentação	Abastecimento semanal
Padarias, bares, restaurantes, lanchonete e similares	Comida diversificada, acesso rápido	Alimentação	Alimentação no local, comida rápida e diversificada, lanche rápido
Supermercado, mercearias e similares	Acesso ao varejo	Alimentação	Acesso ao varejo e entrega no local, compras em longo prazo, alimento industrializado
Oficina de carro, borracharia	Acesso local	Logística	Consertos rápidos

Fonte: Pesquisa de campo, NEPGeR, 2023.

A partir do Quadro 01, toma-se, por exemplo, o serviço de transporte intermunicipal que tem um papel importante não só no dia da feira, mas também no cotidiano do bairro. Em dias específicos, quando há movimentação rural ou comércio urbano, é comum que as pessoas utilizem o transporte público intermunicipal e transporte de cargas para trazer a mercadoria da “roça”.

Outro ponto relevante diz respeito às relações próximas entre moradores rurais e alguns comércios, principalmente supermercados. Mesmo que esses comércios tenham se modernizado ao longo da história do bairro e da cidade, a relação de confiança com os moradores, principalmente donos dos comércios e população rural, é sólida. Assim, preserva-se a humanização nessas relações que, ainda que tenham finalidade econômica, também são solidárias.

Prova disso é a manutenção da maneira tradicional “de anotar as compras” em uma caderneta para que o cliente (quase sempre das áreas rurais) pague posteriormente. Nessa relação de confiança, é comum os funcionários dos supermercados e comércio em geral receberem uma lista de compras, embalarem os produtos e colocarem nos ônibus que circulam no sentido cidade-campo.

Outro setor comercial relevante no bairro é o de equipamentos agrícolas e de insumos, cuja demanda por diversos produtos é essencial para a manutenção das atividades nas áreas rurais. Esses produtos são direcionados para o dinamismo econômico local. Segundo o entrevistado IV, “[...] *ele (o comerciante) vende mais em um dia de feira do que os demais dias da semana*”, dado o volume de pessoas das áreas rurais que aproveitam a feira para a aquisição de produtos para tratamento de animais, manejo do solo, entre outros.

Outro aspecto relevante para a sociabilidade local é o hábito de realizar compras para os vizinhos. Repetidamente, além de suas próprias aquisições, as pessoas trazem listas de pedido de produtos avulsos para atender entregas de vizinhos ou associações locais. Essas práticas fortalecem as relações de compadrio e parentesco, consolidando vínculos de confiança, solidariedade e a troca de favores entre os moradores.

O setor de saúde também tem uma forte conexão com a população rural. São diversos serviços, como laboratórios, farmácias, hospital e clínicas, utilizados pela população rural e do bairro Major Prates. Esses serviços enfrentam uma grande demanda, dados o crescimento do bairro e a proximidade com áreas rurais importantes do próprio município e de outros municípios. A prestação e a terceirização dos serviços de saúde estão vinculadas ao atendimento mais próximo, que incluem planos de saúde, exames mais rápidos, aplicação de vacinas e injeções e o contato direto com os profissionais de medicina. São setores que registram maior movimento em dias específicos de feira e nos dias em que o transporte coletivo circula nessas áreas.

O setor de alimentação – padarias, bares, restaurantes, lanchonetes, hortifrutigranjeiros e sacolões, supermercados, mercearias e similares – está diretamente relacionado à feira e, assim, é impactado positivamente nas relações econômicas e financeiras em termos qualitativos e quantitativos. Esses estabelecimentos fazem a maior parte de suas compras de frutas e verduras nas feiras do domingo.

Os moradores locais estabelecem contato direto com o homem do meio rural, aproveitando as primeiras horas da manhã para adquirir produtos frescos para consumo doméstico. Nesse período, é possível identificar dois tipos de compradores: os que realizam suas feiras para uso semanal e os que realizam compras para o almoço familiar de domingo. A partir das 10 horas, esse público diminui, como já ressaltado, e as compras passam a ser realizadas pelos donos de comércio dos restaurantes, frutarias, bares e lanchonetes, pois os produtos, nesse horário, já estão com o preço mais em conta e possibilitam a lucratividade de seus negócios.

As padarias, mercearias e lanchonetes que também permanecem abertas durante a feira apresentam ganho significativo com o movimento da feira e dos feirantes, que utilizam esses espaços para compra de lanches diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares indicam que existe uma interdependência entre as espacialidades rural e urbana, manifestada em suas funções, formas, estruturas e dinâmicas no município de Montes Claros e em sua região imediata. A compreensão da relação campo/cidade revela que o comércio é um dos principais elos que fortalece as inter-relações entre esses dois espaços, uma retroalimentação mútua. O comércio de produtos agropecuários em uma cidade de porte médio, como Montes Claros, reflete diretamente essa interação. Esse comércio se estabelece, principalmente, nos bairros localizados na saída para as principais áreas rurais dos municípios vizinhos, como ocorre no bairro Major Prates, que liga a região sul de Montes Claros aos municípios de Coração de Jesus, Jequitaiá, Claro dos Poções, São João da Lagoa, São João do Pacuí, entre outros.

Nos diversos municípios da região intermediária de Montes Claros, essas populações rurais fazem suas compras para a manutenção das atividades no campo. Segundo os comerciantes, esse setor vem crescendo. Exemplo disso é a expansão das lojas de produtos agropecuários, mostrando dependência mútua entre a cidade e o campo: a cidade precisa do campo para manter suas vendas, enquanto o campo depende da cidade para adquirir os equipamentos necessários para o trabalho e cultivo das áreas agrícolas.

Na feira, observa-se uma dinâmica inversa: o feirante estabelece uma relação comercial com a população urbana, oferecendo produtos específicos

no dia da semana, permitindo que a população da cidade adquira mercadorias de qualidade a um custo mais baixo. Em busca de produtos mais saudáveis e de uma sociabilidade proporcionada pela feira, a população urbana tem frequentado esse espaço semanalmente, em especial aos domingos pela manhã.

Por fim, pode-se concluir que o campo e a cidade, o urbano e o rural se identificam nas suas funções econômicas, sociais e culturais em uma intrínseca relação cotidiana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. C. **A feira, a cidade e o turismo**: Conceito, definições e relações com o lazer e a cultura em Montes Claros/MG. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros**: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FONSECA, A. I. A.; COSTA, S. G.; VIEIRA, G. R. A. L.; GALDINO, S. M. G. Feiras e Mercados Municipais em Bocaiúva (MG) e Montes Claros (MG): O Empoderamento das Mulheres Agricultoras. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 33, p. 97-105. DOI: <https://doi.org/10.11606/rdg.v33i0.129166>

FRANÇA, I. S. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região**: o significado de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. 2007. 351 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L. (Org.). **Formação econômica e social do Norte de Minas**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000.

POSSIBILIDADES AGROECOLÓGICAS PARA A CANNABIS: PERSPECTIVAS SOBRE RELATOS DE CULTIVADORES BRASILEIROS¹

Rafael Follmann dos Santos
Celbo Antonio Fonseca Rosas

INTRODUÇÃO

O cultivo de cannabis tem ganhado destaque tanto no Brasil quanto no mundo. Nos locais onde seu cultivo é permitido, seja para uso adulto, medicinal ou industrial, a produção de cannabis pode se tornar economicamente relevante. Em 2020, nos Estados Unidos, diversos estados legalizaram o uso da maconha, tornando a cannabis o quinto cultivo de maior valor econômico, superando o algodão e o arroz, e ficando atrás apenas do milho, soja, feno e trigo (Leafly, 2021). Mesmo em países como o Brasil, onde o acesso à maconha é controlado, existem possibilidades legais para cultivos com finalidades científicas e medicinais.

Como outras culturas, o cultivo de maconha enfrenta desafios decorrentes da Revolução Verde. O uso de maquinários agrícolas, a monocultura em latifúndios, o cultivo de organismos geneticamente modificados e a utilização de insumos químicos, com o intuito de aumentar a produção, resultam em impactos ambientais significativos, como a degradação do solo, a contaminação do lençol freático, as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade. Além disso, essas práticas podem representar riscos à saúde humana, em razão do consumo de alimentos contaminados (Ploeg, 2014; Altieri, 1998).

Em estudos anteriores, discutiram-se questões agrárias que envolvem a produção de maconha, considerando o tráfico de drogas, o mercado privado e cultivos realizados de forma individual, coletiva ou pelo Estado (Follmann; Rosas, 2021). Todas essas instâncias têm potencial para gerar impactos ambientais e levantar questões sociais relacionadas ao cultivo de cannabis,

¹ Este artigo é resultado de discussões promovidas pelo GEGATE (Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território).

refletindo problemas comuns à agricultura convencional. Em resposta a esses desafios, diferentes correntes de pensamento surgem como alternativas ao modelo convencional, incluindo o desenvolvimento sustentável, a produção de alimentos orgânicos e a agroecologia.

A agroecologia é entendida por seus teóricos (Gliessman, 2018, 2001; Ploeg, 2014; Wezel et al., 2009; Altieri, 1998; Primavesi, 1979) como uma ciência, prática e movimento social que resgata e tecnifica conhecimentos ancestrais e práticas sustentáveis de cultivo, promovendo relações justas na produção e no acesso a alimentos nutritivos e seguros, sem priorizar o lucro econômico. Contudo, não foram encontrados, na literatura científica, trabalhos que relacionem práticas agroecológicas com cultivos de cannabis como tema central de pesquisa, apesar da crescente relevância dessa produção e dos problemas associados à agricultura convencional.

Diante dessa lacuna teórica e da necessidade de promover alternativas ao modelo convencional de produção, este trabalho busca discutir possibilidades agroecológicas para a cannabis. Para isso, estabeleceram-se como objetivos específicos: contextualizar a complexidade da cannabis sob a perspectiva biogeográfica; apresentar os desafios associados à realização da agroecologia; identificar práticas agroecológicas e orgânicas para a cannabis a partir de relatos de cultivadores brasileiros.

Após uma revisão da bibliografia pertinente, que fundamenta a discussão sobre a complexidade da cannabis e a implementação da agroecologia na sociedade, o texto apresenta trechos de entrevistas realizadas com cultivadores, seguindo roteiros semiestruturados com questões abertas e fechadas. Essas entrevistas abordaram tópicos que possibilitaram a identificação de técnicas e possibilidades agroecológicas para o cultivo de cannabis. Apesar de serem observadas algumas limitações e barreiras, a aproximação entre teoria e prática é tanto possível quanto necessária.

UMA PLANTA COMPLEXA

Desde os primórdios, a cannabis esteve presente entre as primeiras plantas a serem cultivadas com o surgimento da agricultura. Há cerca de 12.000, até por volta de 6.000 a.C., rastros de pólen indicam que essa planta foi amplamente cultivada para obtenção de alimentos, a partir de suas folhas e sementes, e para fabricação de cordames e vestimentas, com suas fibras, no Centro-Sul Asiático (Warf, 2014; Clarke; Merlin, 2013; Hillig, 2005).

A fibra de cannabis ainda possui valor industrial, pois as cordas de cânhamo são as preferidas para embarcações de grande porte desde antes dos tempos das Grandes Navegações, entre diversos outros materiais que podem ser derivados dessa planta, como papel, plástico, fonte de energia renovável e óleo vegetal (Small, 2017; Clarke; Merlin, 2013). Apesar do seu uso alimentício ter sido deixado de lado, com a introdução do arroz como fonte de carboidratos nas dietas humanas orientais (ABEL, 1980), atualmente, suas sementes voltaram a ser comercializadas para nutrição humana ou como ração animal (Small, 2017; Clarke; Merlin, 2013).

Nostricomas de suas flores também são encontrados os fitocanabinoides, como o tetrahydrocannabinol (THC) e o canabidiol (CBD), responsáveis pelos efeitos psíquicos e medicinais quando inalados ou ingeridos (Clarke; Merlin, 2013). Porém, os primeiros vestígios do seu uso medicinal e psicoativo datam somente a partir de 6.000 a.C., indicando que o aumento no teor narcótico de algumas genéticas é resultado de seleção artificial (Warf, 2014; Hillig, 2005).

Como pode ser visto em Clarke e Merlin (2013), os canabinoides são produzidos pelo organismo de boa parte dos animais, de cnidários a vertebrados e mamíferos. Ademais, interagem no sistema endocanabinoide através de receptores presentes nas células, cuja principal função se relaciona à homeostase dos demais sistemas fisiológicos. Assim, os fitocanabinoides produzidos na cannabis interagem com o sistema endocanabinoide dos animais, podendo provocar alterações psíquicas ou suprir uma deficiência em endocanabinoides e outros efeitos desejados no tratamento de doenças, como neurodegenerativas e oncológicas (Clarke; Merlin, 2013). Ainda que existam discussões e controversas sobre o abuso de cannabis, não existem registros que apontem para seu uso como principal causa de óbito, o que desperta o interesse no seu uso medicinal (National Academies Of Sciences, Engineering And Medicine, 2017).

Devido à diversidade de utilidades que desta planta pode ser usufruída, urge questionamentos que envolvem sua complexa produção. Ainda proibida ou com acesso controlado na maioria dos países do mundo, discutir suas questões agrárias envolve considerar a produção de maconha entre o tráfico de drogas, o mercado privado, cultivos individuais, coletivos ou realizados pelo Estado (Follmann; Rosas, 2021).

Entre os cultivos voltados à produção ilegal de maconha, muitas pessoas morrem em conflitos com facções criminosas ou durante operações

policiais. Nessa linha, a atividade clandestina impede que exista um controle sobre o uso de insumos químicos e a exploração de trabalhadores em locais geograficamente isolados e sem suporte dos Estados (Bloomer, 2019; Laudati, 2019; Fraga, 2007).

Atualmente, em uma tendência mundial de legalização e descriminalização, os cultivos voltados a atender a demanda de mercado causam impactos ambientais e comprometem a qualidade e segurança de um produto destinado ao consumo humano (Seddon; Floodgate, 2020; Butsic; Brenner, 2016). Também são identificadas propagandas que incentivam o consumo e a invenção de concentrados cada vez mais potentes, que comprometem a saúde e sanidade dos usuários (Rup; Goodman; Hammond, 2020; Seddon; Floodgate, 2020).

Mesmo entre cultivos caseiros, coletivos ou realizados pelo Estado, também existem questões que envolvem sua produção. No caso do Brasil, algumas associações sem fins lucrativos e pacientes possuem autorização para realizar o cultivo de cannabis medicinal expedido por *habeas corpus* (Follmann; Rosas, 2021). Em 2024, a posse de até 40 gramas de maconha e o cultivo de até seis plantas foram descriminalizadas (Agência Brasil, 2024).

Embora regulações como essa envolvam cultivos sem fins lucrativos, também enfrentam desafios impostos pela demanda de consumo, conforme destacado por Seddon e Floodgate (2020), principalmente em cultivos de grande escala, como impactos ambientais relacionados ao uso da água, da terra, de energia elétrica e de insumos químicos. Assim como outras culturas, a cannabis não escapa aos impactos ecossistêmicos e sociais causados pela agricultura convencional.

A tecnificação da agricultura introduziu técnicas que visam o aumento da produção, mas essas práticas podem comprometer a segurança alimentar e a integridade dos ecossistemas terrestres. Isso se deve, em grande parte, às inovações tecnológicas promovidas pela Revolução Verde, iniciada na década de 1960, que incluiu o uso de maquinários, insumos químicos e mutações genéticas (Ploeg, 2014; Altieri, 1998).

Entretanto, o incremento nas colheitas resultante desse modelo não se traduz em um aumento proporcional do valor nutricional dos alimentos produzidos. Segundo Ploeg (2014), as agriculturas camponesas de subsistência, frequentemente consideradas atrasadas em comparação às grandes fazendas corporativas de agroexportação, não são limitadas ao crescimento econômico. Isso ocorre porque os cultivos de subsistência

podem priorizar a produção de alimentos seguros e nutritivos, estabelecendo relações orgânicas e sustentáveis com a natureza.

Diversos antropólogos e cientistas sociais, como Blaser (2019) e Escobar (2014), apontam que muitos dos problemas ambientais contemporâneos resultam da forma como a ontologia moderna consolida uma dominação dicotômica da natureza e da sociedade, com a finalidade de dominar seus componentes necessários ao desenvolvimento técnico. Essa separação nega a relação entre os mundos biofísicos que sustentam sistemas integrais de vida e de conhecimentos ancestrais. As ontologias múltiplas, por sua vez, compreendem a natureza como parte de nós mesmos; e impactos ambientais correspondem a impactos nas nossas próprias vidas. Essa visão holística é necessária para a formulação de novas relações entre os seres humanos e o meio ambiente, como a agroecologia.

AGROECOLOGIA E DESAFIOS

A Agroecologia resulta da junção da Ecologia com a Agronomia, correspondendo à ecologia dos agroecossistemas, seu objeto de análise enquanto ciência (Gliessman, 2001, Altieri, 1998). Na prática, pode ser vista como uma agricultura sustentável que enfatiza o uso de insumos orgânicos do próprio agroecossistema e a diversidade produtiva à monocultura (Altieri, 1998).

A agroecologia sempre foi o modelo predominante de produção até a inserção dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. Diversas práticas agrícolas ancestrais e conhecimentos tradicionais de diferentes culturas podem ser consideradas agroecológicas, e diversas pessoas podem realizar e realizam a agroecologia, mesmo sem ter consciência do termo (Wezel et al., 2009). Ploeg (2014) sinaliza que o resgate do uso de insumos orgânicos nas técnicas de produção evita perdas de colheita, gastos com pesticidas, além de melhorar significativamente a qualidade dos alimentos (Ploeg, 2014).

De acordo com Primavesi (1979), isso ocorre porque o modelo da agricultura convencional não considera o solo como um organismo vivo. Suas genéticas são selecionadas para crescerem com o uso de fertilizantes químicos específicos para seu crescimento, enquanto o controle de infestações é realizado com pesticidas. No entanto, as infestações são indicativos biológicos da falta de nutrição que somente um solo vivo pode proporcionar.

A disposição de um nutriente específico no substrato não significa que a planta pode absorvê-lo, pois depende de um sistema dinâmico de relações

entre componentes físicos, químicos e biológicos. O uso irracional de pesticidas desconsidera esses nutrientes, que também são importantes no desenvolvimento das plantas, não apenas para aumentar sua resistência, mas por aumentarem o sabor de sua frutificação e seu valor nutritivo (Primavesi, 1979).

Apesar da existência de experiências agroecológicas que demonstram sua eficácia, Altieri (1998) destaca que um dos principais desafios da agroecologia é a sua implementação em larga escala. Esse processo exige a criação de agroecossistemas diversificados, que utilizem minimamente insumos externos e promovam eficiência energética.

Além das práticas, a realização da agroecologia também depende da sua realização no âmbito social (Gliessman, 2018; Ploeg, 2014; Wezel et al., 2009; Altieri, 1998). É necessário haver mudanças no sistema alimentar através da promoção de mercados curtos de economia solidária e de uma soberania alimentar que garanta o bem viver pela produção de alimentos acessíveis, saudáveis e nutritivos. A sociedade deve compor estruturas alternativas com embasamento ecológico, em confronto com poderes políticos e econômicos do sistema industrial de produção alimentar.

A agroecologia é uma abordagem multidimensional, cuja implementação representa um desafio que une pesquisa, práticas agroecológicas e conhecimentos ancestrais, objetivando reduzir a distância social no acesso a alimentos seguros e nutritivos. A dificuldade em produzir cannabis de forma agroecológica também está relacionada a questões que precisam ser resolvidas inicialmente na esfera social. Em vez de condenar a ausência dessa prática no cultivo de cannabis, deve-se valorizar as iniciativas que promovem essa aproximação.

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS PARA O CULTIVO DE CANNABIS

Para identificar possibilidades agroecológicas para a cannabis, quatro cultivadores brasileiros foram entrevistados. Os contatos foram proporcionados como consequência do desenvolvimento de trabalhos prévios, e suas escolhas se deve à experiência e preocupação dos mesmos com práticas orgânicas de cultivo.

As entrevistas foram realizadas e gravadas remotamente, utilizando roteiros semiestruturados com tópicos abertos e perguntas fechadas, abordados de maneira flexível, conforme a dinâmica das conversas. Inicialmente, solicitou-se, aos participantes, informações sobre suas idades,

ocupações profissionais e modalidades de cultivo. As discussões começaram a partir de suas experiências, passando por questões relacionadas à percepção da relação entre a cannabis e a agroecologia, práticas de cultivo que envolvem nutrição, manejo e uso de defensivos, procedência das sementes usadas, desafios associados ao capitalismo e ao tráfico de drogas, além da importância das associações canábicas nesse contexto. Esses tópicos foram selecionados com base na agroecologia como ciência, prática e movimento social.

Dentre os diversos relatos coletados, foram escolhidos aqueles que melhor ilustram as possibilidades agroecológicas para a cannabis. Alguns trechos foram adaptados para melhorar a coesão textual, sem distorcer o conteúdo, ou foram omitidos devido a ruídos na gravação ou informações confidenciais. Para preservar a identidade dos participantes, atribuíram-se nomes fictícios a cada um deles. Ao final das entrevistas, também foi solicitado que os cultivadores enviassem fotografias de seus cultivos (Figura 1).

Figura 1 - Diferentes dimensões de cultivo



Fonte: Fotografias fornecidas pelos participantes.

Nota: Cultivos de Marcelo (A), Roberto (B), Bernardo (C) e Pedro (D).

Marcelo cultiva cannabis desde 2015, porém há dois anos e meio colabora como cultivador em uma associação canábica que realiza o cultivo através o *habeas corpus* dos pacientes associados. É oriundo de família sitiante, e desde sempre teve contato com hortas e técnicas orgânicas de cultivo. Roberto cultiva há 15 anos e trabalhou por sete anos em fazendas, na Califórnia, Estados Unidos, onde a cannabis é legalizada. No momento, é presidente e cultivador de uma associação, no Brasil, que também realiza o cultivo através do *habeas corpus* de pacientes associados.

Bernardo teve suas primeiras experiências com cultivo de cannabis em 2021, contudo, desde 2010 realiza jardinagem orgânica através de sistemas de compostagem. Pedro começou o cultivo em 2017, no início de sua graduação em Agronomia, dedicando seus estudos à cannabis, e hoje atua legalmente na área.

Bernardo e Pedro realizam o cultivo para uso próprio, todavia já participaram de associações, no Brasil, com autorização para cultivo, de modo que todos os entrevistados já tiveram experiências com o cultivo de milhares de plantas. Ademais de suas experiências individuais, todos os cultivadores possuem formações acadêmicas como Biologia e Agronomia, e cursos profissionais de cultivo de cannabis, o que contribui com a qualidade dos seus cultivos.

As informações dos participantes foram organizadas na Tabela 1 e os demais tópicos compilados no Quadro 1. Observa-se que os cultivadores adotam variadas modalidades e dimensões de cultivo, indicando que o cultivo orgânico pode ser realizado tanto em ambiente interno quanto externo ou em estufa, em escala de varejo ou para uso próprio.

Tabela 1 – Identificação dos cultivadores e modalidades de cultivo:

Identificação	Idade	Ocupação	Modalidade	Cultivo	Dimensão	Plantas
Marcelo	27	Cultivador e médico veterinário	<i>Greenhouse</i> (associativo)	Orgânico	24m x 40m (960m ²)	350-450 plantas
Roberto	41	Empresário	<i>Outdoor</i> (associativo)	Organomineral	10m x 20m (200m ²)	100 plantas
Bernardo	36	Engenheiro agrônomo e empresário	<i>Outdoor</i> (uso próprio)	Orgânico	2m x 2m (4m ²)	11 plantas
Pedro	27	Agrônomo e consultor	<i>Indoor</i> (uso próprio)	Orgânico	1,5m x 1,5m (2,25m ²)	30 plantas

Fonte: Os autores.

Quadro 1 – Compilação dos relatos:

Experiências	Todos já tiveram experiências com o cultivo de milhares de plantas, participam ou participaram de associações que cultivam cannabis para fins medicinais, relataram experiências com hortas orgânicas e formações acadêmicas na área da Biologia e Agronomia.
Cannabis e agroecologia	Todos percebem essa relação, pois a cannabis é apenas uma planta, assim como qualquer outra. Além de poupar tempo e trabalho, o domínio sobre técnicas orgânicas e agroecológicas permite a produção de medicamentos seguros e de alta qualidade. A cannabis sempre foi fonte de nutrição e medicina de povos ancestrais, e seu resgate da proibição global do século XX deve garantir a soberania dos usuários com direitos para realizar o cultivo de forma caseira e orgânica. Também foi relatada a possibilidade de incluir a cannabis em sistemas agroflorestais.
Procedência das sementes	Obtidas com bancos de genéticas estrangeiros especializados na seleção de fenótipos e estabilização de genótipos através de seleção artificial.
Fertilização	Destacam o preparo do solo com insumos orgânicos como esterco animal, húmus, biochar e adubação por compostagem antes da introdução das plantas. Para o estágio vegetativo, são utilizados compostos ricos em nitrogênio, como chá de húmus aerado. Para a reposição de fósforo e potássio no período de floração, usam chá de casca de banana e sucos fermentados de frutas. Apesar dos impactos ambientais, a maioria dos cultivadores não condena a fertilização mineral, mas o cultivo totalmente orgânico deve ser priorizado.
Defensivos	O preparo orgânico da terra também previne a necessidade de utilizar defensivos. Todos os cultivadores se posicionam contrários à sua aplicação pelo seu potencial de contaminação do produto final. Todavia, foram identificadas técnicas orgânicas defensivas e preventivas, como a adição de terra diatomácea no substrato, aplicação de calda bordalesa, detergente com vinagre ou óleo de neem nas plantas, remoção manual, uso de fitas antipragas e plantas aromáticas.
Tráfico de drogas e mercado privado	Observou-se um consenso entre os cultivadores em concordarem que esses problemas existem e eles são frutos de uma má regulamentação da cannabis, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. É a ilegalidade e a má regulamentação que abrem brechas para atividades criminosas, como o tráfico de drogas, ou para o descomprometimento com o consumidor e com a conservação da natureza, por vezes favorecendo apenas o <i>lobby</i> corporativo.
Associações canábicas	Apesar dos cultivos em grande escala demandarem práticas que podem não ser totalmente orgânicas, as associações cumprem um papel que deveria ser um serviço prestado pelo Estado referente ao acesso à cannabis como garantia da saúde pública. Também são articuladas na sociedade civil, de modo a pressionar o governo e promover acesso à medicamentos de qualidade por preço justo, eliminando atravessadores, como a indústria farmacêutica.

Fonte: os autores.

Na busca por entender se os participantes percebem alguma relação entre cannabis e agroecologia, não foi somente ressaltado a importância dessa relação, mas também sua necessidade:

É uma planta ancestral, uma planta que é cultivada há milhares de anos... naquela época, me fala a tecnificação que havia? Nenhuma! Era o ambiente e o que tinha para conseguir trabalhar... eu não vejo o cultivo de maconha, ele sendo um cultivo bacana, mas você enchendo de metal pesado, tóxicos, pesticidas, herbicidas, qualquer “cida” em cima disso porque no fim é remédio. A gente vai estar devolvendo isso para o paciente. Então a cannabis, sim, ela tem total relação com a agroecologia, inclusive ela tem que ser trabalhada de maneira agroecológica (Marcelo).

Além de concordarem sobre a preferência pelo cultivo orgânico ou agroecológico, assinalam que essas práticas poupam muito tempo e trabalho. Ainda que demande um esforço individual para aprender as técnicas de cultivo orgânico, as interações macro e microbiológicas presentes em um solo vivo dispensam muitas intervenções nutricionais e defensivas:

Quando a gente trabalha de maneira orgânica, por mais “trabalhoso” que seja, no fim não é, são processos. Quando você entende os processos e você faz com que eles aconteçam, você não tem dor de cabeça nem uma. Quando você enriquece teu solo, quando você confere vida para teu solo, quando você consegue proteger a vida que você conferiu para teu solo e alimentar ela, não tem mais o que fazer. São ciclos que a natureza dita, e que a gente, como seres conscientes, temos que observar isso e replicar da melhor maneira possível (Marcelo).

Roberto e Bernardo também destacam que a cannabis, apesar de sua estigmatização, é apenas uma planta entre as outras. Sua inserção em hortas comunitárias, juntamente com outros cultivos alimentícios e plantas medicinais, poderia facilitar a compreensão de que a cannabis possui um lugar legítimo na natureza.

Em um tom de provocação, Bernardo comenta que “todo mundo consegue ter horta em casa. Às vezes as pessoas têm jardins enormes e não têm nem uma planta comestível”, argumentando que é fácil cobrar que os cultivadores façam um cultivo orgânico de cannabis, mas poucos são capazes de produzir seu próprio alimento. De forma semelhante, Roberto também expõe que “a gente luta por uma cannabis limpa, mas ao mesmo tempo a gente come tudo sujo”.

Uma questão que se refere à prática agroecológica ressalta a importância do uso de espécies endêmicas nos cultivos. Isso pode dificultar enquadrar a cannabis na agroecologia, pois é uma espécie exótica no Brasil, e a maioria das sementes são obtidas com bancos de genéticas em países do exterior. Contudo, não se tratam de mutações genéticas, mas seleções artificiais de fenótipos de *landraces* que estabilizam as genéticas ao longo de várias gerações, técnica denominada *breeding*. Os *breeders*, por sua vez, viajam o mundo atrás de fenótipos de diferentes cepas de cannabis, atividade denominada *fenohunt*.

As amostras são coletadas e reproduzidas em laboratórios até que se alcance uma estabilidade genética, resultando em indivíduos provenientes da mesma planta que apresentam características bastante semelhantes. Assim, trata-se de genéticas selecionadas artificialmente, e não modificadas, com foco em um atributo específico. Roberto menciona que, devido à sua rápida adaptação e ciclo de vida curto, a cannabis poderia ser integrada no Brasil com resultados promissores, identificando, inclusive, seu potencial para inserção em sistemas agroflorestais:

Ela pode ser usada em várias estratégias, até de agrofloresta. Ela tem uma capacidade interessante de sequestro de metais pesados e outras substâncias do solo que em muitos casos é superimportante, especialmente quando a gente fala de desastre ambiental. A gente poderia estar recuperando as áreas com essa planta. Dentro da agrofloresta eu vejo que ela podia ser uma espécie para introdução, talvez para o início do estrato baixo, no máximo no estrato médio, porque ela tem um curto tempo de duração e ela também tem que ser plantada numa época certa, para aproveitar a fase do ano que ela possa crescer mais (verão) e depois florescer (inverno). Se for voltado para colocar essa planta na agroecologia para produzir biomassa, para material de poda, pode ser qualquer cannabis. Mas se for uma que você queira introduzir no sistema agroecológico, mas fazer o ciclo dela para colher a medicina, para você usar o valor econômico da planta, colher as flores para fazer o remédio, aí você já vai precisar de um planejamento melhor; talvez até plantar uma autoflorescente dependendo da região onde você está (Roberto).

Roberto também pontua que a polinização espontânea da cannabis muitas vezes ocorre através de plantas hermafroditas, e o traço do hermafroditismo não é desejado nos cultivos que buscam a produção de

flores para realização de extrações medicinais, ou fins recreativos. Dessa forma, genéticas nativas podem ser problemáticas de serem cultivadas se a finalidade for a produção de flores para obtenção do seu teor canabinoide, pois as flores fecundadas deixam de produzir canabinoides para produzir sementes, e um único indivíduo macho ou hermafrodita pode polinizar milhares de plantas em um mesmo cultivo. Dessa maneira, apesar de ser um desafio, genéticas específicas de cannabis podem ser adaptadas dentro de sistemas agroecológicos e agrofloretais.

O próximo tópico do roteiro identificou práticas orgânicas nos cultivos de todos os cultivadores e, para tanto, o preparo do solo foi destacado como essencial. Com a intenção de evitar a adição de fertilizantes ou aplicação de defensivos ao longo do crescimento das plantas, os cultivadores enriquecem os solos com compostos orgânicos, como esterco animal, biochar, adubação por compostagem, e deixam descansar por algumas semanas antes de introduzir as plantas na terra:

Em 2022, eu fui morar com meus pais e, na casa deles, tem um espaço de 2mx2m. É um chão pavimentado, mas tem um quadrado onde tem solo direto com a terra. Eu comecei a tratar esse solo, foi também quando eu cultivei minhas plantas até pouco tempo atrás. O que acontece naquele lugar agora é espetacular, em termos de qualidade das plantas, biodiversidade, de interações, estabilidade do sistema... tudo que eu posso jogar no chão e são rapidamente decompostos por conta dos macro e microrganismos presentes no meu sistema... na raiz, a planta libera açúcar para atrair microrganismos para comer esse açúcar, o mesmo princípio do chá aerado de decomposto. Esses microrganismos ajudam a planta a se defender contra outros microrganismos, ajudam a absorver nutrientes que não estariam disponíveis, produzem hormônios de crescimento para a planta, uma série de coisas em troca desse alimento. Quando você aplica um fertilizante químico, todo nutriente que a planta precisa virtualmente está ali. Então por que ela vai desperdiçar o açúcar no solo? E aí ela fica sem a presença microbiológica em volta das raízes. Os microrganismos podem contaminar a planta inteira nesses casos, e no cultivo orgânico não tem nada disso (Bernardo).

Eu toco tudo orgânico... a gente produz tudo aqui no sítio, os biofêrteis, os bioinsumos, tudo *onfarm*... para o solo, a gente tem

uma compostagem, com serrapilheira e tudo mais, fazemos as fermentações, captura de microrganismos, propagação desses microrganismos geração por geração a partir de seleção para ter um insumo final bom. O material excedente que sobra de galho e folha vai tudo para a compostagem, a não ser quando eu faço algum fermentado, e as raízes eu deixo no próprio substrato que eu deixo descansar por um tempo... elas se transformam em matéria orgânica, porque foram transformadas em carbono, e também todas as rizobactérias, toda a rizosfera que trabalhava em prol da planta já está ali no solo esperando uma nova planta, já adaptadas à necessidade da cultura (Pedro).

Cada estágio de crescimento da cannabis requer diferentes nutrientes. Na fase vegetativa, quando a planta necessita de nitrogênio para crescer, os cultivadores utilizam o chá de húmus aerado à base de melão, húmus e serra pilheira, que pode ser feito em panela com bomba de aquário para um cultivo individual, ou com bombas mais potentes em caixas d'água para cultivos de grande porte. Para as fases de pré-flora e flora, são utilizados sucos fermentados de frutas, como frutas vermelhas ou banana, e chá de casca de banana, por serem ricos em fósforo e potássio, fundamentais para a formação das flores e maturação dos canabinoides.

Com relação aos fertilizantes minerais, é praticamente um consenso entre os cultivadores que não são um problema tão grave quanto o uso de defensivos químicos, pois seu potencial de contaminação do produto final é muito menor. Existe até a compreensão de que é possível realizar um cultivo orgânico com fertilizantes minerais, denominado cultivo “organomineral” (Roberto; Pedro) ou “salgânico” (Bernardo), que se baseia na mistura de substratos orgânicos com correções nutricionais através dos minerais. Entretanto, essa prática também pode ter impactos ambientais que podem levar à contaminação dos produtos em algum grau.

Aqui em casa não uso e não tenho. Eu não acho que seja algo diabólico, ou errado, eu só acho que ele deveria ser a exceção e não a regra. Existem várias pessoas que não tem acesso a um sistema de cultivo totalmente orgânico como o que eu faço em casa. Mas eu defendo que esse deveria ser o objetivo... isso aí vai muito mais da mão do jardineiro, e do cuidado que ele tem como o jardim do que com o insumo em si. O insumo químico tem impacto no meio ambiente, desde a parte da produção químico-industrial, ou

na aplicação no solo, porque deixa resíduo, deixa metal pesado, praticamente elimina as interações produzidas entre os organismos e isso impacta na sanidade da planta. Você vai ter que se preocupar depois com a aplicação de algum produto para proteger a planta, como um inseticida ou um fungicida. A utilização desses insumos está muito relacionada um com o outro... existem cultivos minerais que são muito bons e muito bem-feitos, só que demanda tempo, energia e cuidado intensivo... (Bernardo).

Seja ela orgânica ou mineral, todas têm seus atributos e seus caminhos... eu acho que o pior impacto do cultivo mineral é a forma de extração, a origem dos fertilizantes que a gente usa... onde estão sendo extraídos esses minerais se torna uma área inerte. É quase impossível recuperar uma área degradada por mineração... (Pedro).

Apesar desse posicionamento, todos os cultivadores realizam e prezam pelo cultivo orgânico, com exceção de Roberto que, apesar de adotar práticas orgânicas, faz algumas correções com fertilizantes minerais para atender a demanda de sua associação. Seu objetivo é chegar em um cultivo orgânico-regenerativo, porém comenta que isso não é tão simples. A demanda por ferramentas, espaço e experiência pode ser frustrante, especialmente se partir de um terreno degradado.

Você pode ter as duas estratégias ao mesmo tempo, de você querer chegar no orgânico, total, só que você vai trabalhando com um pouquinho também do mineral para você ter um retorno, ter boas colheitas, você conseguir suprir as necessidades de nutrientes da sua planta... o problema é o mau uso. Você faz um uso indiscriminado e aí você vai contaminando o lençol freático e tudo mais. Agora se você coloca uma suplementação, especialmente essa classe nova de fertilizante, que tem liberação controlada, lenta, a velocidade de liberação que tem aquilo, a planta pega praticamente tudo, então no final você não vai estar detonando aquele solo, a não ser que você faça uma monocultura, você não descansa o solo, não coloque material orgânico ali, não coloque um fermentado... (Roberto).

Embora o uso de fertilizantes minerais apresente suas particularidades, essa consideração não se aplica aos defensivos químicos, dado que esses implicam a contaminação do produto final.

Se você pegar um defensivo, até orgânico como o óleo de neem, e você aplica o tempo inteiro na sua planta, você não respeitar o tempo de remoção para fazer a extração do óleo, ele não vai vir só com a resina, ele vai vir com o óleo de neem junto porque você não deu tempo de a planta perder o potencial nocivo (Roberto).

Para evitar o emprego de defensivos químicos, além do preparo prévio de um solo vivo com interações macro e microbiológicas, os cultivadores expuseram algumas medidas preventivas e defensivas, como o uso de fitas antipragas e plantas aromáticas, aplicação de terra diatomácea no substrato, calda bordalesa, óleo de neem e detergente com vinagre nas plantas. No caso da associação da qual Marcelo faz parte, a preocupação com o uso de defensivos é tão intensa que, muitas vezes, optam por realizar a remoção manual de pragas, como a cochonilha: “sim, é um absurdo. Por mais que sejam 500 plantas dentro de uma estufa, é um manejo manual, pinça na mão, paninho na mão, e tira um por um da planta inteira” (Marcelo).

Todos expressaram a opinião de que uma planta bem nutrida com compostos orgânicos, que cria interações biológicas no solo e no ambiente, dificilmente é atacada. Desse modo, é a falta de práticas orgânicas e a fertilização mineral que tornam as plantas propensas a problemas com patógenos:

Tudo isso vai ser o ambiente. Se tu tiver um sistema equilibrado até pode ter as *mites*, um ácaro ou outra coisa, mas que não cause tanto dano na planta. Controlando o ambiente você não vai dar condição para que aquela doença ou patógeno se prolifere. Eu faço quase nada de aplicação, apenas uma higienização antes e final no cultivo, mas dificilmente acontece alguma coisa com as plantas... tratando o ambiente e dando condição para aquela planta, às vezes a doença pode estar ali presente que não vai interferir... na nutrição mineral tu vai acostumar uma planta a ser mais fraca e não tão resistente, aí dá um dia muito seco, uma semana seca, ou uma semana úmida, dá condição para uma doença ou um patógeno, porque a planta fica mais suscetível (Pedro).

Também se questionou se as associações de que participam ou participaram possuem preocupação com essas questões. Todos os cultivadores comentaram que as associações são minuciosas para entregar um produto limpo, sobretudo por se tratar de um medicamento, mas a prática do cultivo organomineral está presente em todas relacionadas aos

cultivadores participantes, com exceção da associação que Marcelo trabalha. De acordo com ele, os únicos minerais utilizados são o calcário, destinado ao controle do pH do solo, e o sulfato de cobre, empregado em defensivos orgânicos. Contudo, a expectativa é de que não necessitem nem mesmo desses insumos. Bernardo e Pedro explicaram como as demais associações realizam seus cultivos:

Às vezes, nem todas as práticas são agroecológicas, por uma questão de demanda de escala. Um sistema agroflorestal estabilizado, é algo que demora ali 2, 3 anos... no *outdoor*, uma agrofloresta em um espaço pequeno, até dá pra fazer, mas no *indoor*, como você vai fazer? Você pode ter práticas agroecológicas, como o preparo do solo, o manejo, o húmus, rotina de adubação, mas eventualmente você vai ter que se valer de algum insumo químico. Mas isso não invalida o trabalho. Na minha opinião técnica, a utilização desses insumos deveria ser a exceção e não a regra. Nesse caso é exceção, você faz um complemento de adubação. Não é algo que vai contaminar seu cultivo. Você só não pode usar sempre, porque isso vai impactar na saúde da sua planta (Bernardo).

Nas que eu tive a oportunidade de participar, e que eu conheço os cultivos e como que o pessoal toca, com certeza sim, o pessoal tem preocupação no produto final... tem a compostagem, mas eu acho mais na aplicação de defensivos. Ela partem para defensivos biológicos, a galera não entra com tanto químico. (Pedro).

Embora as associações sejam frequentemente estabelecidas como modelos de acesso à cannabis sem fins lucrativos, reduzindo intermediários e facilitando o acesso a um produto seguro, o cultivo em larga escala se opõe aos princípios da agroecologia se não houver diversidade produtiva.

Os cultivadores comentaram que parte desses problemas poderiam ser evitados se os próprios usuários pudessem cultivar em casa. Mesmo que muitos pacientes não tenham condições ou habilidades para realizar o cultivo, Bernardo comenta que essa é a maneira mais eficiente para ter acesso a produtos de qualidade por preço justo. Roberto também alude que a regulamentação deveria permitir que pequenos produtores pudessem comercializar seu excedente, também para atender essas pessoas que não conseguiriam realizar o cultivo caseiro.

Também foi abordada a percepção dos cultivadores sobre os problemas referentes ao mercado legal da cannabis, o tráfico de drogas e a importância

das associações canábicas nesse contexto. Todos os problemas que envolvem o acesso seguro à cannabis foram apontados pelos participantes como provenientes de regulamentações ruins acerca da planta:

Cara, muito triste, porque isso é fruto do proibicionismo e, se não do proibicionismo, fruto da nebulosidade que há na legalização de alguns países. Não existe a regulamentação correta. Existem países que você pode cultivar de uma determinada maneira, mas não pode de outra... nisso você vai abrindo brechas para o tráfico, ou brechas para as pessoas fazerem coisas que não podem ser feitas, porque não há regulamentação. Então tudo isso é reflexo da não regulamentação, da não atuação do governo com medidas para regular e tratar com seriedade o que tem que ser tratado (Marcelo).

Eu acho que o principal problema é a falta de regulamentação. Não tem regulamentação, tocam como quer, do jeito que é mais rentável, e a agroecologia entra para trazer essa ideia mais ecológica do sistema como um todo, de você estar pensando no solo e no produto final que vai chegar para as pessoas.... no tráfico, por exemplo, não tem interesse se vai chegar uma matéria boa ou ruim. O que importa é ter matéria para comercializar, porque vender eles vendem. Pode estar boa ou ruim, mas é vendido igual (Pedro).

A inadequada regulamentação da cannabis compromete a qualidade da produção para consumo e gera diversas consequências sociais, refletindo interesses de mercado e mecanismos de controle social. Por um lado, a proibição favorece a comercialização de produtos que se beneficiam da ausência da cannabis como concorrente, como é o caso da indústria têxtil. Em um contexto de proibição, não há garantias de controle sobre as práticas de cultivo ilegal de maconha, nem a segurança das pessoas envolvidas no tráfico de drogas. Essa proibição também pode ser interpretada como uma tentativa de grupos hegemônicos do passado de impor uma ordem social higienista. Por outro lado, a legalização pode levar à formação de *lobbies* corporativos que, ao estabelecer monopólios na produção de cannabis por meio de modelos convencionais, podem restringir o cultivo individual, associativo ou em pequena escala.

A regulamentação da cannabis na Califórnia não é exemplo para ninguém. É uma máfia, um cartel. Ela teve uma reproibição através

das licenças, muito difíceis de ter acesso, colocando só os grupos de poder que financiam esses *lobbies* para essas leis passarem. É uma corrupção gigantesca! Através do estudo da história, da farmacologia, dos interesses por trás da proibição, a gente descobre que a planta não foi proibida porque ela fazia mal. Foi mais por interesse econômico, político, e de dominar certos grupos sociais... em um certo momento, a gente chega à conclusão de que um dos grãos disponíveis no planeta com maior concentração de proteínas, aminoácidos, omega3, omega6, é o grão da semente da cannabis, e ela é proibida... essa sociedade violenta existe por conta do tráfico de drogas, tudo por conta da proibição que enriquece os cartéis internacionais e aumenta os territórios dos traficantes (Roberto).

Diante desses problemas, é fundamental reconhecer a importância das associações canábicas, que facilitam o acesso a medicamentos de qualidade a preços justos, muitas vezes oferecendo-os a custo ou gratuitamente para famílias em situação de vulnerabilidade financeira. Essa abordagem reduz os intermediários e garante que os beneficiários recebam diretamente os produtos necessários.

Segundo os cultivadores, as associações canábicas cumprem um papel que deveria ser um serviço público prestado pelo Estado referente ao acesso à cannabis como garantia da saúde pública, um direito constitucional. Simultaneamente a esse serviço, articulam um movimento organizado na sociedade civil e contestam o modelo corporativo de acesso e produção por promoverem o acesso social à cannabis, ou por participarem do ativismo canábico.

Em tom de crítica, Roberto versa que deveria existir um estudo que avalie o impacto que as associações geram nos cofres públicos, posto que o suporte que deveria ser prestado pelo Estado é realizado pelas associações:

Se você for levar a medicina preventiva, quantas pessoas estão deixando de ser internadas, com epilepsia, com convulsão, porque estão se tratando com a cannabis? Quanto que isso está dando de economia para o governo sem o governo fazer nada pelas associações? (Roberto).

Enquanto presidente de uma associação, Roberto salienta que a regulamentação vigente para as associações, no Brasil, se revela, na prática, uma ilusão. Isso se deve ao fato de que, ao se constituir uma associação,

surge uma série de exigências de um pequeno grupo de pessoas que, muitas vezes, não possui condições financeiras de atender. Essa realidade não apenas inviabiliza o acesso à formação e ao funcionamento das associações, como impõe barreiras que dificultam sua atuação, sujeitando-as a potenciais complicações jurídicas. Bernardo também fala a respeito:

Com a cannabis você não precisa ter uma preocupação tão grande com o teor de miligramas, com padronização e coisas assim. Não há necessidade de exigir das associações um laboratório que custa 10 milhões de reais para você fazer um produto que pode ser muito bem-feito em uma panela de arroz. Eu não estou dizendo que as associações têm que fazer os seus produtos na panela de arroz, mas elas não precisam montar um laboratório de 10 milhões de reais. Elas podem agir no meio termo, ter equipamentos simples, mas que podem entregar um produto de alta qualidade. Então, eu acredito que seja mais importante a preocupação em termos de como as plantas foram cultivadas (Bernardo).

Face as demandas difíceis de serem atendidas, a maioria das associações opera de forma clandestina com o óleo artesanal, na expectativa de que se comprove a eficácia no tratamento dos pacientes associados com os extratos fornecidos. Essa comprovação é necessária para que se possa solicitar um *habeas corpus* que autorize o cultivo. Embora a produção em larga escala apresente desafios à implementação de práticas agroecológicas, as associações têm adotado diversas abordagens que se distanciam do modelo de agricultura convencional. Além de reduzir a dependência em relação à indústria farmacêutica, essas associações precisam ser cada vez mais autônomas para garantir a soberania sobre sua produção, assegurando acessibilidade, qualidade e segurança. Essa autonomia é um passo fundamental para avançar em direção a uma produção verdadeiramente agroecológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que outros comentários observados nas entrevistas pudessem ser citados no texto, ainda há muito o que se explorar sobre cannabis e agroecologia com a finalidade de aproximar a realidade deste ideal. O uso de insumos químicos, sementes importadas de bancos genéticos do exterior, a falta de qualificação técnica e o manejo de cultivos de grande escala podem

apresentar alguns desafios para esta realização. Contudo, embora a falta de qualificação técnica para realizar um cultivo inteiramente com insumos orgânicos possa ser frustrante para quem está iniciando, esse deveria ser o objetivo final de todo o cultivador, podendo ser realizado em todas as modalidades e dimensões de cultivo.

Durante as entrevistas também se notou que muitos cultivadores podem não ter uma noção clara sobre o que é a agroecologia. Nesse caso, a educação sobre agroecologia é um problema social sistêmico, e atingir uma produção agroecológica de cannabis requer mudanças na nossa sociedade como um todo. Ainda assim, em todas as entrevistas foram identificadas práticas ou possibilidades agroecológicas para a cannabis, inclusive dentro de sistemas agroflorestais.

Diversas atitudes agroecológicas podem ser adotadas, tanto por usuários quanto por cultivadores, e cada vez mais trabalhos científicos deveriam aprimorar esse conhecimento teórico e prático. Além do resgate das técnicas orgânicas e ancestrais que podem ser aplicadas ao cultivo de cannabis, sua produção deve minimizar atravessadores e a busca pelo lucro econômico, também em mobilização social que garanta uma deliberação ao cultivo de cannabis seguro, acessível e de qualidade, se a agroecologia se alvejar realizada em todas as suas dimensões.

Sobre o último aspecto, as associações canábicas apresentam um grande potencial, proporcionando um espaço de união para pacientes que utilizam a cannabis medicinal e promovendo a organização da sociedade civil. Essas associações desempenham um papel importante na defesa dos direitos dos pacientes, pressionando o governo para garantir o acesso a medicamentos a preços justos, mesmo que, em algumas situações, isso ocorra de maneira clandestina. Ademais, muitos cultivadores adotam práticas defensivas ou mineralizam seus cultivos em larga escala. Frente a esse panorama, é essencial repensar a estrutura das associações canábicas, integrando princípios agroecológicos em suas atuações, mesmo que isso não invalide seus trabalhos. A superação dos desafios enfrentados por essas associações pode ser facilitada por meio da implementação de regulamentações governamentais justas, que permitam o cultivo individual e ampliem o acesso à cannabis medicinal de forma mais equitativa e inclusiva.

A cannabis possui uma relevância indiscutível, tanto no contexto de tratamentos para doenças graves, quanto em sua contribuição histórica para as dietas humanas. Sua versatilidade se estende ao potencial energético,

tecnológico e renovável, promovendo a desvinculação de pacientes em relação à indústria farmacêutica mediante tratamentos fitoterápicos. Essa planta desempenha um papel significativo no desenvolvimento da humanidade. Diante desse panorama, é imprescindível reconhecer que a cannabis pode, de fato, ser cultivada de maneira agroecológica. Não só existem abordagens agroecológicas viáveis para a cannabis, como a reintegração dessa planta na sociedade é fundamental para a promoção da agroecologia.

AGRADECIMENTOS

Os autores são gratos à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudo de doutorado; ao Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território (Gegate), pelas discussões e apoio à pesquisa; à organização do VIII Encontro Nacional da Rede de Estudos Agrários (ENREA), que permitiu a publicação deste trabalho; ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (UEPG), por custear a estadia durante o evento; aos entrevistados, pela dedicação de seu tempo para conceder uma conversa que possibilitou investigar possibilidades agroecológicas à cannabis; e a todos os demais que de alguma forma contribuíram na construção desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABEL, E. **Marihuana**: the first twelve thousand years. New York: Plenum Press, 1980.
- AGÊNCIA BRASIL. Entenda a decisão do STF sobre descriminalização do porte de maconha. **AGÊNCIA BRASIL**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-06/stf-descriminaliza-porte-de-maconha-para-uso-pessoal>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- BLASER, M. Reflexiones sobre la ontología política de los conflictos medioambientales. **América Crítica**, v. 3, n. 2, p. 63-79, 2019.
- BLOOMER, J. Turning cannabis into cash: agrarian change and Lesotho's evolving experience. **EchoGéo**, v. 48, 2019.
- BUTSIC, V.; BRENNER, J. Cannabis (cannabis sativa or c. indica) agriculture and the environment: a systematic, spatially-explicit survey and potential impacts. **Environmental Research Letters**, v. 11, 2016.
- CLARKE, R.; MERLIN, M. **Cannabis**: evolution and ethnobotany. 1. ed. Los Angeles and Berkeley: University of California Press, 2013.

- ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.
- FOLLMANN, R.; ROSAS, C. Cannabis no Brasil e questões agrárias. In.: Encontro Nacional de Estudos Agrários, 7., 2021. **Anais...** REA, 2021. p. 3-23.
- FRAGA, P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Em Pauta**, v. 19, p. 67-88, 2007.
- GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.
- GLIESSMAN, S. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.
- HILLIG, K. Genetic evidence for speciation in Cannabis (Cannabaceae). **Genetic Resources and Crop Evolution**, v. 52, p. 161-180, 2005.
- LAUDATI, A. Living dangerously: confronting insecurity, navigating risk, and negotiating livelihoods in the hidden economy of Congo's cannabis trade. **EchoGéo**, v. 48, 2019.
- LEAFLY. New Leafly Report: Cannabis is America's 5th Most Valuable Crop. **Leafly**. 2021. Disponível em: <https://www.leafly.com/newsroom/204042-new-leafly-report-cannabis-is-america-s-5th-most-valuable-crop>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE. **The health effects of cannabis and cannabinoids**: the current state of evidence and recommendations for research. Washington: The National Academies Press, 2017.
- PLOEG, J. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999-1030, 2014.
- PRIMAVESI, A. **O manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1979.
- RUP, J.; GOODMAN, S.; HAMMOND, D. Cannabis advertising, promotion and branding: differences in consumer exposure between 'legal' and 'illegal' markets in Canada and the US. **Preventive Medicine**, v. 133, 2020.
- SMALL, E. **Cannabis**: a complete guide. Boca Raton: CRC Press, 2017.
- SEDDON, T.; FLOODGATE, W. **Regulating cannabis**: a global review and future directions. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.
- WARF, B. High points: an historical geography of cannabis. **Geographical Review**, v. 104, n. 4, p. 414-438, 2014.
- WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D., DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503- 515, 2009.

AUTORES

Abigail Bruna da Cruz

Licenciada em 2017 e mestra (2022) em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG. Atualmente, dedica-se às pesquisas sobre Educação do e no campo, com ênfase nos contextos de agricultura familiar.

Alan da Silva Vinhaes

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, (UNESP) campus de Presidente Prudente. Possui Mestrado em Geografia (2021) e Graduação em Geografia (Licenciatura (2017) e Bacharelado (2018) pela mesma universidade. Participa do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária GEDRA.

Aline Bastos Mendes

Bacharela em Arqueologia e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, onde atualmente cursa Licenciatura em Geografia. Com experiência acadêmica e projetos voltados para Geografia Cultural, é bolsista de Iniciação Científica pela FAPERGS e membro do Núcleo de Análises Urbanas e Culturais - NAUC.

Ana Cláudia Conceição Bastos

Tecnóloga em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal da Recôncavo da Bahia, desde de 2022. Atua com os seguintes temas Cooperativismo, Agricultura Familiar e Gênero. Apresentou TCC cujo título foi Agricultura familiar e cooperativismo: grupo produtivo de macaúbas.

Ana Ivania Alves Fonseca

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Rio Claro/SP. Professora titular na Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Geografia Rural -NEPGeR, integra a Rede de Estudos Agrários- REA. É pesquisadora de projeto do CNPq e FAPEMIG. Professora do Programa de Mestrado em Geografia PPGeo/ Unimontes.

Ana Rute do Vale

Doutora em Geografia, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Rio Claro, é docente na Universidade Federal de Alfenas-MG, atuando nos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado e no Programa de Pós-graduação em Geografia. É integrante do GERES e da Rede de Estudos Agrários-REA.

Anderson Ferreira Aquino

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Catalão (UFCAT-2024). Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG-RC-2018) e mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT-2021).

Arlane Santos de Lima

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe -UFS; mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo/UFS; integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais -GRUPAM/UFS. É bolsista CAPES.

Cassio Alexandre da Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2014), mestre em Desenvolvimento Social e Graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. É especialista em Geografia Regional do Brasil e Minas Gerais-UNIMONTES (1997) e em Turismo e Desenvolvimento Regional - FIP/MOC (2003). É docente no Departamento de Geociências da UNIMONTES.

Cátia Grisa

Professora nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural(PGDR) e Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento Rural (PGDREDES), ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua nos temas de políticas alimentares, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar.

Celbo Antonio da Fonseca Rosas

Professor Associado B do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR -UEPG, atuando na graduação e Pós-Graduação em Geografia. Líder do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Território -GEGATE. Integrante da Rede de Estudos Agrários-REA.

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Professor Assistente Doutor MS3-2, aposentada desde 10/01/2019, junto ao Departamento de Geografia do IGCE-UNESP-Rio Claro. É um dos líderes do núcleo de estudos NEA, credenciado pelo CNPq. É responsável por disciplinas pós-graduação, tendo como temas a agricultura familiar, a história da Geografia Agrária no Brasil, a relação cidade-campo. Foi Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-2) de 03/2012 a 02 de 2015. Fundadora e Integrante da Rede de Estudos Agrários.

Deilson Alves Dias

É mestrando em Geografia no PPGeo da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL/MG, graduado em Geografia (Bacharelado) pela mesma instituição e com especialização em Geoprocessamento pela Faculdade FaSouza. Atua como pesquisador no Observatório Geográfico de Minas Gerais (GEOGERAIS), desenvolvendo estudos e análises de dados geográficos do estado de Minas Gerais, com foco em acessibilidade e difusão de conhecimento científico para o público.

Fabiana Thomé da Cruz

Doutora em Desenvolvimento Rural. É docente na Escola de Agronomia/ Universidade Federal de Goiás (EA/UFG) e nos Programas de Pós-Graduação em Agronegócio/Universidade Federal de Goiás (PPGAGRO/UFG) e Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). É Coordenadora do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Agriculturas e Sistemas Sustentáveis (GEEPASS).

Flamarion Dutra Alves

Professor Associado III no Programa de Pós-graduação em Geografia-PPGeo da Universidade Federal de Alfenas-MG. Líder do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES da UNIFAL/MG. Professor Permanente no PPGeo da Universidade Federal de São João Del Rei -UFSJ. Integrante da

Rede de Estudos Agrários- REA. Possui graduação, Mestrado em Geografia (2004) e Extensão Rural(2006) pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Geografia (2007-2010) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Rio Claro.

Giancarla Salamoni

Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista de Rio Claro -UNESP. Professora titular aposentada da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL e Professora visitante do Programa de Pós-graduação-PPGGEO-FURG. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais e integrante do Núcleo de Estudos Agrários - ARCA – FURG e do Núcleo de Análises Urbanas e Culturais-NAUC-FURG. Fundadora e integrante da Rede de Estudos Agrários.

Guilherme Guiari Silva Correia

É geógrafo licenciado, graduado pela Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG. Está cursando Mestrado no programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – MG. É integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais -GERES.

José Natan Gonçalves da Silva

Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco -UPE/Campus Garanhuns. Possui Doutorado, Mestrado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). É membro da Rede de Estudos Agrários (REA) e integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais -GRUPAM.

Juliana Cristina Franz

Professora adjunta dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia. Professora Permanente no Programa de Pós-graduação na Universidade Federal de Rio Grande - FURG. É Doutora em Geografia pela UFSM, Mestre em Geografia e Graduada nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFPEL. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Análises Urbanas e Culturais - NAUC da FURG e integrante da Rede de Estudos Agrários - REA.

Laryssa Lucas Campos Micheline

Mestranda no Programa de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas-MG. Licenciada em Geografia pela mesma universidade (2023). Atuou como Assessora Técnico-pedagógica no projeto de formação continuada com os profissionais da educação das cinco escolas rurais do município de Alfenas, intitulado como “Educação do campo, transformando vidas” (2024).

Lilliam Quirós Arias

Bachillerato y la Licenciatura en la Escuela de Ciencias Geográficas con concentración en Geografía Humana en la Universidad Nacional de Costa Rica, Maestría en Desarrollo Rural en la Universidad Nacional, Escuela de Agronomía. Categoría académica Catedrática (2013). Mestrado em Desenvolvimento Rural - Universidad Nacional Costa Rica (2002). Doutora em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, PPGEO UERJ-Brasil. Atualmente é professora da Universidad Nacional Costa Rica.

Maiara Tavares Sodré

Professora Adjunta do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia - IGEOG da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande FURG. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista -UNESP de Presidente Prudente, mestre em Geografia pela FURG e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas -UFPel. Integrante da Rede de Estudos Agrários-REA.

Marcela Alves Fonseca

Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia - UFBA em análise do espaço geográfico com ênfase em análise urbana e regional, graduada em geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros - MG - UNIMONTES. Atualmente pesquisadora pelo Opará: observatório cidadão de qualidade ambiental no rio São Francisco.

Maria Lúcia da Silva Sodré

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Atua em temas como a agricultura familiar, políticas públicas, extensão rural, gênero e associativismo. É docente nível Associado 4 da Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia, do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB. Atua como Tutora do Grupo PET Agronomia UFRB do Programa de Educação Tutorial - PET/MEC.

Matheus Sanaioti Marconi

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - PPGG/IGCE-UNESP Rio Claro e professor da rede pública e privada de ensino do Estado de São Paulo. Licenciado e bacharel em Geografia com ênfase em Análise Socioespacial e Planejamento Territorial pela Universidade Estadual Paulista - IGCE-UNESP Rio Claro.

Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - PPGG/IGCE-UNESP Rio Claro. Licenciado (2019) e bacharel (2021) em Geografia com ênfase em Análise Socioespacial e Planejamento Territorial pela Universidade Estadual Paulista -IGCE-UNESP Rio Claro.

Nathalie Vieira Lucion

Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Paraná-UFPR. Atualmente, é mestranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul -UFRGS, desenvolvendo uma pesquisa sobre políticas públicas de alimentação e nutrição em Curitiba (PR), com enfoque no planejamento urbano. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento - GEPAD.

Priscilla Caires Santana Afonso

Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU - 2013. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU - 2008. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - 2001. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. É membro do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais - NEAT (Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural - NEPGeR/UNIMONTES.

Rafael Follmann dos Santos

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestre em Gestão do Território

pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (2020-2022) e graduado em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2019).

Renata Menasche

É doutora em Antropologia e professora dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGAnt/UFPel) e em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, Consumo e Cultura (GEPAC)

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespagnol

Licenciada em Geografia pela UNESP de Pres. Prudente (1985); mestrado (1991) e doutorado em Geografia (2000) pela UNESP de Rio Claro. Realizou estágio de pós-doutorado sobre desenvolvimento rural sustentável na École des Hautes Études en Sciences Sociales sob a supervisão do Professor Ignacy Sachs (2004/2005). Atualmente é professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente.

Sandi Xavier Mancilia

Graduanda em Geografia- Bacharelado na Universidade Federal de Pelotas-UFPEL. Integrante do Grupo de Pesquisa Estudos Agrários e Ambientais e bolsista Iniciação Tecnológica Industrial- CNPq na EMBRAPA Pelotas-RS.

Sônia de Souza Mendonça Menezes

Professora Associada IV Departamento de Geografia e no Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Sergipe. Licenciada, Mestre e Doutora em Geografia PPGEU/UFS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Alimentos e Manifestações Tradicionais-GRUPAM e Integrante da Rede de Estudos Agrários-REA.

Tamires Regina Rocha

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia -UNESP campus de Presidente Prudente. Possui Mestrado em Geografia (2022) e Graduação em Geografia Licenciatura - 2018 e Bacharelado - 2019 pela mesma universidade. Participa do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária-GEDRA.

Vagner Eslabão Bandeira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG no Rio Grande do Sul e graduado em Geografia pela mesma instituição. Membro do Núcleo de Estudos Agrários (ARCA/FURG).

Vivian Mendes Hermano

Professora Efetiva do Departamento de Geociências da UNIMONTES. Faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Rural-NEPGER e do Grupo Internacional de Metodologias Qualitativas e Pesquisa e/ou Ação. Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU (2000), Mestrado em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (2006), Doutora em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUCMG (2016).

Wender da Silva Vitor

Graduado em Geografia pela UNIFAL-MG (Licenciatura 2022, Bacharelado 2023), é mestrando em Geografia, com foco nas Dinâmicas dos Espaços Rurais e Urbanos, bolsista CAPES. Possui formação técnica em Agropecuária (IFSULDEMINAS, 2015).

